

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

Ana Graciela Videla da Cunha

**DESOBEDIÊNCIA CIVIL? UM ESTUDO SOBRE A OCUPAÇÃO NA
REITORIA DA UFSM EM 2011**

**Santa Maria/RS
2017**

Ana Graciela Videla da Cunha

**DESOBEDIÊNCIA CIVIL? UM ESTUDO SOBRE A OCUPAÇÃO NA
REITORIA DA UFSM EM 2011**

Dissertação apresentada no Curso de Mestrado do
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais,
da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM),
como requisito parcial para a obtenção do título
de **Mestre em Ciências Sociais**

Orientadora: Prof.^a Dra. Rosana Soares Campos

Santa Maria/RS
2017

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

da Cunha, Ana Graciela Videla
Desobediência civil? um estudo sobre a ocupação na
reitoria da UPSE em 2011 / Ana Graciela Videla da Cunha.
2017.
204 p.; 30 cm

Orientadora: Rosana Soares Campos
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de
Pós-Graduação em Ciências Sociais, RS, 2017

1. Desobediência civil 2. ocupações em reitorias de
universidades 3. ocupação na reitoria da UPSE em 2011 I.
Campos, Rosana Soares II. Título.

Ana Graciela Videla da Cunha

**DESOBEDIÊNCIA CIVIL? UM ESTUDO SOBRE A OCUPAÇÃO NA
REITORIA DA UFSM EM 2011**

Dissertação apresentada no Curso de Mestrado do
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais,
da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM),
como requisito parcial para a obtenção do título
de **Mestre em Ciências Sociais**



Rosana Soares Campos, Dra. (UFSM)
(Presidente/Orientadora)



Cleber Ori Cuti Martins, Dr. (UFSM)



Carlos Artur Gallo, Dr. (UFPEL)

Santa Maria, 07 de dezembro de 2017

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer a todos os participantes deste trabalho, que gentilmente se dispuseram a colaborar com as entrevistas para que este pudesse ser realizado.

Agradeço, especialmente, à minha orientadora, Rosana Soares Campos, por me conduzir nesta pesquisa, tornando a tarefa menos árdua. Obrigada pelo constante incentivo e pela confiança depositada!

Agradeço aos professores do Departamento de Ciências Sociais, que contribuíram para a minha formação e, com isso, para a realização deste trabalho.

Agradeço à minha filha Karen Giovana, a maior incentivadora da minha trajetória acadêmica, que, com seu exemplo e apoio, fez com que eu enfrentasse os desafios que surgiram no decorrer do percurso.

Agradeço à minha filha Nicol e ao meu neto Felipe, que, mesmo a distância, estiveram sempre presentes, brindando-me com seu apoio e incentivo.

Agradeço os professores da banca examinadora, professor Cleber Ori Cuti Martins e professor Carlos Artur Gallo, pela gentileza de ler e avaliar este trabalho.

Agradeço aos colegas dos grupos de pesquisa em Ciência Política do NEDD e Do NPCP, pelos debates e pelo acolhimento.

Agradeço às amigas Denise, Juliana, Camille, Thais e Leila, pelos inúmeros momentos agradáveis, que tornaram esta caminhada mais leve.

Agradeço a todos os colegas do Mestrado, que, de uma maneira ou de outra, contribuíram para o meu aprendizado. Especialmente, agradeço à Renata, ao Willian, ao Bolívar, à Danielle, à Jamile, à Letícia, à Flora e ao Daniel.

Agradeço à colega e amiga Rachel Loureiro, pela acolhida no Mestrado e pelo apoio incondicional nesta etapa do mestrado.

Agradeço também ao Marcelo e a Jane, sempre dispostos a nos ajudar nos diversos momentos em que precisamos.

Meu agradecimento, por fim, todas as pessoas que tornam o prédio 74-A mais humano e alegre, dos quais gostaria de mencionar, em participar, a Rose e colegas da recepção.

Muito obrigada!

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
Universidade Federal de Santa Maria

DESOBEDIÊNCIA CIVIL? UM ESTUDO SOBRE A OCUPAÇÃO NA REITORIA DA UFSM EM 2011

AUTORA: ANA GRACIELA VIDELA DA CUNHA

ORIENTADORA: ROSANA SOARES CAMPOS

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 07 de dezembro de 2017.

No ano de 2007, começou uma onda de ocupações de reitorias de diversas universidades públicas brasileiras. Essas ocupações concentraram-se nesse ano, mas houve ocupações também em anos posteriores. De um modo geral, o que levou os alunos a promoverem tais ocupações foi a tentativa de garantir direitos dos quais eles se consideram detentores. A crença que pareceu nortear a prática de referidos atos é de que o não cumprimento por parte do poder público de certos deveres para com a comunidade estudantil conferiria a esta o direito de promover as ocupações. Entretanto, ao realizar ditas ocupações, os alunos acabaram por violar a ordem jurídica vigente em nosso país, praticando atos ilegais. Pode-se pensar, pelo menos num primeiro momento, que os atos dos estudantes poderiam ser classificados como o que se costuma chamar em Ciência Política de “atos de desobediência civil”, os quais são considerados justificados pela maioria dos autores quando atendidas algumas condições. O objetivo geral desta pesquisa é fazer um estudo de caso da ocupação da reitoria da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) ocorrida em 2011, a fim de responder duas questões: (1) tal ocupação pode ser considerada como um genuíno ato de desobediência civil e, (2) em caso positivo, ela pode ser considerada uma desobediência civil justificada. O trabalho está estruturado em três capítulos. No primeiro deles, será realizada uma caracterização de nossa categoria central de análise, a desobediência civil. No segundo capítulo, apresentaremos um panorama geral das principais ocupações ocorridas em diferentes universidades brasileiras no ano de 2011, com foco específico nas instituições federais de ensino, a fim de que compreendamos o cenário de manifestações estudantis em que se inseriu a ocupação da reitoria da UFSM de 2011. No terceiro capítulo, será realizado o estudo de caso da ocupação da reitoria da UFSM de 2011, com a descrição pormenorizada da ocupação da reitoria da UFSM de 2011 e análise dos dados coletados durante a realização da pesquisa, tentando-se, a partir disso, fornecer respostas às questões a que se propôs a pesquisa. Após a análise de cada um dos aspectos relevantes da ocupação da reitoria da UFSM de 2011, chegamos à conclusão de que tal ocupação, embora preencha quase todos os requisitos necessários para seu enquadramento como ato de desobediência civil e até mesmo satisfaça as condições requeridas para ser uma desobediência civil justificada, não pode, rigorosamente falando, ser considerada uma prática de desobediência civil de acordo com a maneira como a desobediência civil é caracterizada pela maioria dos autores dedicados ao tema. Não obstante, isto não significa que a ocupação não possa ser considerada uma prática legítima e justificada. O que significa é tão somente que, para *demonstrarmos isso*, teríamos que tomar, como dito antes, outras vias de análise e pesquisas que não as adotadas neste trabalho.

Palavras-chave: Desobediência Civil. Ocupações em reitorias de universidades. UFSM. REUNI.

ABSTRACT:
Master's Thesis
Postgraduate Programo in Social Sciences
Federal University of Santa Maria

**CIVIL DISOBEDIENCE? A STUDY ON OCCUPATION IN THE RECTORY OF
UFSM IN 2011**

AUTHOR: ANA GRACIELA VIDELA DA CUNHA
ADVISOR: ROSANA SOARES CAMPOS
Date and Place of Defense: Santa Maria, December 7, 2017.

In 2007, a wave of occupations of rectors of several Brazilian public universities began. These occupations were concentrated in that year, but there were occupations also in later years. In general, what led the students to promote such occupations was the attempt to guarantee rights which they consider to be holders. The belief that seemed to guide the practice of said acts is that the failure of the public power to fulfill certain duties to the student community would give it the right to promote occupations. However, in carrying out these occupations, students eventually violated the legal system in force in our country, practicing illegal acts. It may be thought, at least at first, that the acts of the students could be classified as what is commonly called in Political Science of "acts of civil disobedience", which are considered justified by most authors when certain conditions are met. The general objective of this research is to make a case study of the rectory of the Federal University of Santa Maria (UFSM) in 2011, in order to answer two questions: (1) such occupation can be considered as a genuine act of civil disobedience and, (2) if so, it may be considered a justified civil disobedience. The work is structured in three chapters. In the first of these, a characterization of our central category of analysis, civil disobedience, will be carried out. In the second chapter, we will present an overview of the main occupations that took place in different Brazilian universities in 2011, with a specific focus on the federal educational institutions, in order to understand the scenario of student demonstrations that included the occupation of the UFSM rectory 2011. In the third chapter, a case study of the UFSM Rector's occupation of 2011 will be carried out, with a detailed description of the occupation of the rectory of UFSM 2011 and analysis of the data collected during the research, attempting to from this, provide answers to the questions that the research proposes. After analyzing each of the relevant aspects of the occupation of the rectory of UFSM 2011, we came to the conclusion that such occupation, although fulfilling almost all the necessary requirements for its framing as an act of civil disobedience and even satisfies the conditions required to be a justified civil disobedience, can not, strictly speaking, be considered a practice of civil disobedience according to the manner in which civil disobedience is characterized by the majority of authors dedicated to the subject. However, this does not mean that occupation can not be considered a legitimate and justified practice. What it means is only that, to demonstrate this, we would have to take, as said before, other avenues of analysis and research than those adopted in this work.

Keywords: Civil Disobedience. Occupations in rectors of universities. UFSM. REUNI.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1. DESOBEDIÊNCIA CIVIL	19
1.1. BREVE INTRODUÇÃO HISTÓRICA AO TEMA	20
1.2. O QUE OS AUTORES DIZEM SOBRE A DESOBEDIÊNCIA CIVIL?	23
1.2.1. <i>Henry David Thoreau</i>	23
1.2.2. <i>Hanna Arendt</i>	26
1.2.3. <i>John Rawls</i>	30
1.2.4. <i>Michael Walzer</i>	31
1.2.5. <i>Jürgen Habermas</i>	32
1.2.6. <i>Norberto Bobbio</i>	34
1.3. CARACTERIZAÇÃO GERAL DA DESOBEDIÊNCIA CIVIL	37
1.3.1. <i>Características da desobediência civil</i>	37
1.3.2. <i>Condições para a justificação da desobediência civil</i>	45
A. <i>Fatores relacionados ao tipo de ação escolhida</i>	45
B. <i>Fatores relacionados à motivação dos desobedientes</i>	47
1.4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	48
2. OCUPAÇÕES DE REITORIAS NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS: UM PANORAMA GERAL DE 2011	51
2.1. REUNI.....	52
2.2. PANORAMA GERAL DAS OCUPAÇÕES.....	58
2.2.1. <i>Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)</i>	58
2.2.2. <i>Universidade Federal do Paraná (UFPR)</i>	60
2.2.3. <i>Fundação Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)</i>	62
2.2.4. <i>Fundação Universidade Federal de Sergipe (UFS)</i>	63
2.2.5. <i>Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)</i>	65
2.2.6. <i>Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)</i>	69
2.2.7. <i>Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)</i>	69
2.2.8. <i>Universidade Federal de Alagoas (UFAL)</i>	72
2.2.9. <i>Universidade Federal Fluminense (UFF)</i>	74
2.2.10. <i>Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR)</i>	76

2.2.11. Universidade Federal do Amazonas (UFAM)	78
2.2.12. Universidade de Brasília (UnB)	80
2.2.13. Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)	81
2.3. CONSIDERAÇÕES FINAIS	83
3. OCUPAÇÃO DA REITORA DA UFSM DE 2011: ESTUDO DE CASO	86
3.1. FATOS QUE CULMINARAM NA OCUPAÇÃO DA REITORIA	86
3.2. DESCRIÇÃO DOS FATOS OCORRIDOS DURANTE A OCUPAÇÃO	93
3.3. ANÁLISE DOS DADOS A FIM DE RESPONDER AS QUESTÕES DE PESQUISA	104
3.3.1. <i>Ato ilícito</i>	104
3.3.2. <i>Ato consciencioso</i>	106
3.3.3. <i>Ato com caráter comunicativo</i>	108
3.3.4. <i>Ato praticado com o objetivo de chamar a atenção das pessoas para a injustiça de uma lei ou prática estatal e obter, com isso, uma mudança nessa lei ou prática</i>	108
3.3.5. <i>Ato político</i>	109
3.3.6. <i>Ato praticado publica ou abertamente</i>	109
3.3.7. <i>Ato coletivo</i>	110
3.3.8. <i>Ato não violento em regra</i>	110
3.3.9. <i>Ato praticado com a disposição para aceitar a punição</i>	110
CONSIDERAÇÕES FINAIS	116
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	119
ANEXOS	125

INTRODUÇÃO

No ano de 2007, começou uma onda de ocupações de reitorias de diversas universidades públicas brasileiras. Essas ocupações concentraram-se nesse ano, mas houve ocupações também em anos posteriores. De um modo geral, o que levou os alunos a promoverem tais ocupações foi a tentativa de garantir direitos dos quais eles se consideram detentores. A crença que pareceu nortear a prática de referidos atos é de que o não cumprimento por parte do poder público de certos deveres para com a comunidade estudantil conferiria a esta o direito de promover as ocupações. Entretanto, ao realizar ditas ocupações, os alunos acabaram por violar a ordem jurídica vigente em nosso país, praticando atos ilegais. Pode-se pensar, pelo menos num primeiro momento, que os atos dos estudantes poderiam ser classificados como o que se costuma chamar em Ciência Política de “atos de desobediência civil”, os quais são considerados justificados pela maioria dos autores quando atendidas algumas condições. Frente a isso, surgem as questões que a presente pesquisa pretendeu responder primordialmente: (1) A ocupação dos estudantes às reitorias pode ser de fato considerada como genuíno ato de desobediência civil? (2) Se sim, trata-se de uma desobediência civil justificada?

Há que se esclarecer, no entanto, que não se pretendeu abordar a questão de forma tão ampla, abarcando as ocupações de reitorias de um modo geral. O objeto de estudo específico da pesquisa proposta foi a ocupação promovida pelos estudantes na reitoria da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) no ano de 2011.¹ O objetivo geral da pesquisa foi, portanto, analisar essa ocupação da reitoria da UFSM em particular sob a óptica da desobediência civil, no contexto da onda de ocupações das reitorias das universidades públicas brasileiras, a fim de aferir se ela pode ser considerada a prática de um ato de desobediência civil justificado.

A realização da pesquisa justificou-se, primeiramente, pela relevância da possibilidade de compreensão das ocupações como o exercício de um direito, rompendo-se, assim, com estereótipo negativo a elas vinculado pela população em geral, a qual costuma desconsiderar, em sua avaliação, os motivos que ensejaram as ocupações, bem como as circunstâncias em que ocorreram. Além disso, a realização da pesquisa visou contribuir para a supressão de uma lacuna, tendo em vista não haver ainda, ao tempo de sua propositura, estudos analisando

¹ Houve também ocupações na reitoria da UFSM em 2007 e em 2012. A ocupação ocorrida em 2012 não será objeto de estudo pelo fato de ter sido realizada pelos servidores técnico-administrativos da universidade, embora com a presença de alguns estudantes. Ela foi excluída porque desviaria o foco que se pretende dar nos estudantes enquanto uma coletividade que partilha interesses. Já a ocupação ocorrida em 2007 foi excluída do estudo porque possui elementos que mostram, sem maiores necessidades de pesquisa e análise, que não se trata de desobediência civil.

especificamente as ocupações de reitorias procedidas pelos estudantes sob a ótica da desobediência civil, sobretudo das ocupações ocorridas na Universidade Federal de Santa Maria, que foram particularmente abordadas neste estudo.

Quanto ao referencial teórico, vale dizer que a desobediência civil não será tratada sob a perspectiva de um autor específico, mas sim a partir de uma caracterização geral média de tal categoria, ou seja, de um conjunto de características que mais comumente são consideradas pelos autores como típicas de atos de desobediência civil, assim como aquelas condições que mais frequentemente são tidas como necessárias para que tais atos sejam justificados (o que faremos seguindo de perto as indicações de Kimberley Brownlee (2017) a respeito). É com essa caracterização geral que trabalharemos no decorrer deste trabalho e aquela com a qual faremos nossas análises.

A opção pela utilização de tal caracterização pareceu-nos a mais adequada pelo seguinte. A concepção sobre a desobediência civil que constitui o ponto de partida básico do debate contemporâneo é a defendida por John Rawls (1971). No entanto, embora o pensamento do autor possa ser considerado o ponto de partida do debate, muitas críticas foram feitas a aspectos particulares de sua concepção, não havendo, portanto, uma aceitação completa dos elementos que ele considera caracterizadores da desobediência civil, nem dos que ele aponta como justificadores da mesma. (BROWNLEE, 2017, p. 1) De um modo geral, podemos dizer que é impossível apresentarmos uma definição exata de desobediência civil que seja massivamente aceita pelos estudiosos do tema, uma definição que não suscite críticas de vulto. Assim, a opção pela adoção de tal caracterização geral média, não apenas parece combinar melhor com o estado atual do debate sobre o tema, mas vai ao encontro das visões de John Rawls a respeito, que admite que qualquer definição de desobediência civil será, de algum modo, arbitrária, o que, naturalmente, inclui a sua e a de qualquer outro autor em particular cuja definição poderíamos querer adotar como ponto de partida deste trabalho. (BEDAU, 1991, p. 12)

O objeto da pesquisa realizada foi a ocupação da reitoria da UFSM ocorrida no ano de 2011. Os sujeitos da pesquisa foram os estudantes que participaram dos atos de ocupação da UFSM em 2011, bem como os representantes legais da UFSM que dialogaram e participaram das negociações com os estudantes.

Quanto aos métodos de investigação, há que se esclarecer que a pesquisa foi desenvolvida através do enfoque qualitativo. O método de investigação empírica utilizado foi o estudo de caso, dividido em três etapas, interligadas pela categoria matriz do estudo, a desobediência civil.

(1) Análise teórica: A desobediência civil, analisada através das ocupações, foi observada a partir de critérios teóricos definidos pela revisão bibliográfica. Foi realizada uma análise de fatores, a partir dos autores estudados, que podem explicar as ações de desobediência civil. Verificou-se se esses fatores estavam presentes nas ocupações.

(2) Realização de um mapeamento das ocupações de reitorias de universidades públicas no Brasil para verificar a localização, objetivos, semelhanças e diferenças entre as ocupações. Para alcançar este objetivo, esta parte da pesquisa foi realizada a partir de análise em jornais, revistas e documentos resultantes de acordos feitos entre estudantes e representantes das instituições. A análise de documentos deu-se através de dois aspectos: registro e contexto.

(3) Realização de uma descrição e análise da ocupação na reitoria da UFSM em 2011. Esta etapa da pesquisa foi realizada através de documentos resultantes de acordos entre as partes interessadas, partir de análise documental de registro e contexto, e através de entrevistas em profundidade, realizadas com estudantes participantes das ocupações e representantes da UFSM que participaram das negociações. As entrevistas foram realizadas a partir de definição gradual, através da amostragem teórica. A saturação teórica foi utilizada para decidir o número de entrevistas. Os entrevistados foram os estudantes participantes da ocupação em 2011 e representantes da instituição que participaram das negociações para as desocupações.

A fim de apresentar os resultados da pesquisa realizada, a presente dissertação será dividida em três capítulos. No primeiro deles, será realizada uma caracterização de nossa categoria central de análise, a desobediência civil. No segundo capítulo, apresentaremos um panorama geral das principais ocupações ocorridas em diferentes universidades brasileiras no ano de 2011, com foco específico nas instituições federais de ensino, a fim de que compreendamos o cenário de manifestações estudantis em que se inseriu a ocupação da reitoria da UFSM de 2011. Como muitas das ocupações tiveram questões relacionadas ao programa REUNI dentre suas motivações, esclareceremos, nessa oportunidade, o que é o programa REUNI e por que muito se insurgiram contra ele. No terceiro capítulo, realizaremos nosso estudo de caso, com a descrição pormenorizada da ocupação da reitoria da UFSM de 2011 e análise dos dados coletados durante a realização da pesquisa, tentando-se, a partir disso, fornecer respostas às questões a que se propôs a pesquisa: se os atos praticados pelos estudantes durante a ocupação da reitoria da UFSM em 2011 satisfazem os requisitos para serem considerados atos de desobediência civil e, caso sim, se eles podem ser considerados como atos justificados.

1. DESOBEDIÊNCIA CIVIL

Um primeiro passo para a consecução do objetivo desta pesquisa é responder em que consiste a desobediência civil, que é nossa categoria central de análise. Porém, ao passarmos os olhos sobre o que foi e ainda está sendo produzido pelos estudiosos sobre o tema, é possível perceber que não há um consenso completo entre eles sobre a definição exata de desobediência civil e tampouco sobre as condições sob as quais ela seria uma prática justificada.

A concepção sobre a desobediência civil que constitui o ponto de partida básico do debate contemporâneo é a defendida por John Rawls (1971). No entanto, embora o pensamento do autor possa ser considerado o ponto de partida do debate, muitas críticas foram feitas a aspectos particulares de sua concepção, não havendo, portanto, uma aceitação completa dos elementos que ele considera caracterizadores da desobediência civil, nem dos que ele aponta como justificadores da mesma. (BROWNLEE, 2017, p. 1)

Dada a impossibilidade de apresentarmos uma definição exata de desobediência civil que seja massivamente aceita pelos estudiosos do tema, uma definição que não suscite críticas de vulto, tentaremos delinear uma caracterização geral média de tal categoria, ou seja, apresentaremos as características que mais comumente são consideradas pelos autores como típicas de atos de desobediência civil, assim como aquelas condições que mais frequentemente são tidas como necessárias para que tais atos sejam justificados. É com essa caracterização geral que trabalharemos no decorrer deste trabalho e aquela com a qual faremos nossas análises. A opção pela adoção de tal caracterização geral média, não apenas parece combinar melhor com o estado atual do debate sobre o tema, mas vai ao encontro das visões de John Rawls a respeito, que admite que qualquer definição de desobediência civil será, de algum modo, arbitrária, o que, naturalmente, inclui a sua e a de qualquer outro autor em particular cuja definição poderíamos querer adotar como ponto de partida deste trabalho. (BEDAU, 1991, p. 12)

Até chegarmos a essa caracterização geral, percorreremos as seguintes etapas ao longo deste capítulo. Em um primeiro momento, faremos uma breve introdução histórica geral à temática, por meio da menção a alguns dos acontecimentos comumente citados como práticas de desobediência civil e de considerações sobre como surgiu e se desenvolveu a reflexão teórica sobre acontecimentos desse tipo enquanto atos de desobediência civil. Em um segundo momento, será apresentado um resumo das concepções de alguns dos principais autores que trataram da desobediência civil ao longo da história, a fim de dar uma amostra dos

desenvolvimentos teóricos sobre o tema. Nessa ocasião, apresentaremos um pequeno resumo das concepções de Henry David Thoreau (1849), Hannah Arendt (1973), John Rawls (1997), Michael Walzer (1977), Junges Habermas (1985) e Norberto Bobbio (2010). Em um terceiro momento, por fim, será apresentada a caracterização geral de desobediência civil (bem como das condições necessárias para ser justificada) com a qual trabalhamos em nossa pesquisa, o que faremos seguindo de perto as indicações de Kimberley Brownlee (2017) a respeito.

1.1. Breve introdução histórica ao tema

Em uma caracterização intuitiva e provisória, a desobediência civil pode ser vista como o ato de desobedecer a lei motivado por uma boa ou justa causa. Partindo-se disto, vemos que a história da desobediência civil enquanto um acontecimento, como destaca Hugo Adam Bedau (1991, p. 1), é bastante antiga.

Já na mitologia grega antiga podemos encontrar exemplos de atos de desobediência civil, embora se trate, é claro, de mitos. Um deles é o comportamento de Prometeu frente à decisão de Zeus de esconder o fogo dos homens (fogo este que, antes, estava acessível a todos na copa de um tipo de árvores, os freixos), o qual decidiu desobedecer a Zeus, roubando o fogo divino e entregando-o aos homens. (BEDAU, 1991, p. 1) Outro exemplo encontra-se na obra “Antígona”, de Sófocles, e diz respeito ao comportamento de Antígona, personagem cujos irmãos, Etéocles e Polinices, morreram após lutarem entre si pelo trono de Tebas. Após a morte dos irmãos de Antígona, o trono foi assumido por seu tio, Creonte, o qual determinou que o corpo de Polinices (ao contrário do que seria feito com o corpo de Etéocles) não recebesse um sepultamento digno de acordo com as tradições locais da época. Antígona, considerando injusta a decisão de seu tio, decidiu desobedecê-lo e providenciou um sepultamento adequado a seu irmão. (BEDAU, 1991, p. 1)

Deixando de lado a mitologia e partindo para acontecimentos históricos, também são antigos, segundo Bedau (1991, p. 1), os exemplos de desobediência civil. Porém, como não pretendemos apresentar um histórico detalhado deles, mencionaremos apenas aqueles exemplos que são quase sempre citados e tidos como casos paradigmáticos.

O primeiro exemplo a ser mencionado consiste na conduta de Henry David Thoreau (1817-1862) de deixar de pagar seus impostos como forma de demonstrar sua insatisfação com as práticas do governo dos Estados Unidos. Thoreau era contrário à escravidão, então vigente no país, bem como à guerra que era travada contra o México na época. Como a verba arrecadada com a coleta de impostos contribuía para financiar o estado, ela contribuía também

para a manutenção de práticas estatais que ele considerava injustas. Sendo assim, Thoreau decidiu manifestar-se contra tais injustiças por meio do não pagamento de seus impostos, pelo que acabou sendo preso por curto período. Além de praticar essa conduta, Thoreau também escreveu, em 1849, o famoso escrito “A desobediência civil”, no qual ele cunhou a expressão para fazer referência a manifestações como a que empreendeu² e expôs suas ideias a respeito do tema (das quais trataremos brevemente mais adiante).

O segundo famoso exemplo de desobediência civil foi liderado por Mohandas Gandhi. Desde o século XVIII, a Índia permaneceu durante longo período como uma colônia britânica e, embora tenham surgido já em 1885 movimentos a favor de sua independência, a existência de diferentes e conflitantes grupos religiosos não permitiu a formação de um movimento unificado nesse sentido. Essa situação perdurou até que um dos movimentos acabou ganhando destaque, o Partido do Congresso, que era o partido dos hindus e que era liderado por Gandhi.

Gandhi defendeu a união dos indianos (ignorando-se as diferenças religiosas e de outra natureza), assim como a desobediência às leis britânicas e aceitação da sanção legal pertinente como forma de fortalecer a causa nacionalista indiana e alcançar a independência da Índia, daí ser citado como exemplo de desobediência civil. Dentre as ações empreendidas pelos indianos, esteve o boicote aos produtos britânicos, assim como a realização de greves de fome, por exemplo. Ao longo das quatro décadas de luta, muitos atos de desobediência às leis britânicas foram cometidos e muitos indianos foram presos em decorrência disso, inclusive o próprio Gandhi.

As principais bandeiras de Gandhi foram a não violência nas manifestações e a realização coletiva e organizada das mesmas. Como Bedau (1991, p. 2) explica, Gandhi “percebeu que uma resistência planejada, em massa e não violenta, em conjugação com outras pressões políticas e morais, poderia fortalecer a causa do nacionalismo indiano.” Como resultado da série de práticas que constituíram a luta dos indianos pela independência e do enfraquecimento da Inglaterra após a Segunda Guerra Mundial, a Índia tornou-se independente no ano de 1947. (BEDAU, 1991, p. 2)

Outro exemplo bastante citado de desobediência civil são as práticas ocorridas na luta contra o regime do *apartheid* na África do Sul, a qual teve em Nelson Mandela sua figura de liderança central. O *apartheid* foi o regime de segregação racial legalmente instituído na África do Sul e que teve vigência entre 1948 e 1994. Apenas para termos uma ideia, nesse regime havia uma Lei de Classificação da Raça, que, como o nome sugere, determinava que

² Como Rohling (2016, p. 2) observa, a expressão “desobediência civil” foi utilizada antes de Thoreau pela primeira vez por Etienè La Boétie, no escrito “*Discours de la Servitude Volontarie*”, de 1577.

as pessoas não europeias fossem classificadas conforme a raça, uma Lei de Casamentos Mistos, que proibia que pessoas de raças diferentes se casassem, e uma Lei de Áreas de Grupos, que determinava o local onde as pessoas deveriam morar conforme sua raça. No transcorrer das lutas contra o regime do *apartheid*, foram realizados boicotes, greves e vários outros atos de desobediência à lei como forma de protesto contra a injusta segregação racial e manifestação da vontade de mudança de tal realidade. Tais ações resultaram na prisão de muitos, incluindo Mandela.³

Outro exemplo frequentemente citado de desobediência civil são as práticas ocorridas durante a luta pelos direitos civis dos negros nos Estados Unidos sob a liderança de Martin Luther King. Dentre as práticas que integraram tal luta, vale citar o boicote ao ônibus de Montgomery em 1955.

Neste ônibus, vigiam regras de segregação racial segundo as quais a parte da frente do ônibus era reservada para pessoas brancas, enquanto a parte de trás, para pessoas negras. Na hipótese de estarem preenchidos todos os lugares e de uma pessoa branca entrar no ônibus, as pessoas negras sentadas mais à frente no veículo (isto é, próxima à metade do veículo) deveriam ceder lugar para que a pessoa branca pudesse sentar, o que não ocorreria caso uma pessoa negra entrasse, devendo esta percorrer o trajeto em pé.

O estopim para o movimento de boicote ao ônibus de Montgomery foi a decisão de Rosa Parks de, no dia 1 de dezembro de 1955, não se levantar para ceder o assento para um passageiro branco. Com isso, Parks desobedeceu as regras aplicadas na época para aquele veículo de transporte e, em virtude disso, acabou sendo presa e multada. A prisão de Parks estimulou lideranças negras a organizarem um movimento de boicote ao sistema de ônibus pela população negra, a qual passou a se locomover a pé, de bicicleta e outros meios de transporte, a fim de não utilizar o transporte de ônibus. Este boicote durou de 1 de dezembro de 1955 até 20 de dezembro de 1956 e teve um forte impacto financeiro sobre o sistema de transporte urbano. O fim do boicote se deu com a decisão da Suprema Corte dos Estados Unidos que considerou como inconstitucional a segregação racial dentro dos ônibus.

Apesar do fim do boicote, a luta pelos direitos civis das pessoas negras nos Estados Unidos durou ainda cerca de uma década, durante a qual houve a prática de vários atos de desobediência à lei, a exemplo do boicote. No entanto, algo que Luther King sempre enfatizava era que tais atos deveriam ser praticados de forma não violenta, assim como defendeu Gandhi na Índia.

³ CF. Mandela simbolizou resistência contra o *apartheid*. In: *BBC Brasil*, 2013. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/12/130328_mandela_obit_apartheid_1k> (Acesso em Jan. 2016)

Os exemplos aqui mencionados não são os únicos exemplos que os estudiosos citam como práticas de desobediência civil, mas eles são os mais comumente citados e servem para dar uma ideia do tipo de prática de que estamos tratando. No entanto, apesar de a história da desobediência civil enquanto um acontecimento ser antiga, esse tipo de prática não foi objeto de discussão ampla e aprofundada pelos filósofos e cientistas políticos há tanto tempo assim na história do pensamento. Embora haja menção à desobediência civil (não com essa denominação) em obras de pensadores ao longo da história, como, por exemplo, no diálogo “Crito”, de Platão, o primeiro movimento de maior atenção ampla, coletiva ao tema por parte de estudiosos não é tão antigo, tendo ocorrido em 1961, por ocasião do simpósio “Political Obligation and Civil Disobedience”. (BEDAU, 1991, p. 3) Como Bedau (1991, p. 4) descreve, a partir da década de 1960 começaram a ser produzidos vários trabalhos dedicados a discutir e refletir sobre a desobediência civil mais seriamente, tendo começado, a partir de então, a haver um intenso debate acerca do tema.

1.2. O que os autores dizem sobre a desobediência civil?

Embora tenha se formado um intenso debate acerca da desobediência civil, o mesmo não poderá ser apresentado aqui em sua completude. Apresentaremos apenas um breve resumo das concepções de alguns dos principais autores que trataram da desobediência civil ao longo da história, a fim de dar uma amostra dos desenvolvimentos teóricos sobre o tema. Nessa ocasião, apresentaremos um pequeno resumo das concepções de Henry David Thoreau (1849), Hannah Arendt (1973), John Rawls (1997), Michael Walzer (1977), Jürgen Habermas (1985) e Norberto Bobbio (2010).

1.2.1. Henry David Thoreau

Embora tenha havido alguma elaboração teórica sobre um conceito semelhante ao de desobediência civil em autores contratualistas, tais como John Locke, que falou sobre o direito de resistência, a expressão “desobediência civil”, assim como o tratamento teórico específico do atual conceito de desobediência civil surgiram com a publicação da obra “Desobediência Civil”, de Henry David Thoreau, em 1849. O contexto histórico em que estava inserido o autor era o dos Estados Unidos da primeira metade do século XIX, que, como dito antes, mantinha um regime escravocrata e que travava uma guerra contra o México,

guerra esta financiada, sobretudo, pelo dinheiro arrecadado com a cobrança de impostos. Thoreau foi um forte crítico do Estado em que vivia, o qual, em sua visão, cometia graves injustiças ao escravizar indivíduos e ao empreender uma guerra contra o México. O autor era também contrário à cobrança de impostos para a manutenção do Estado, o qual, a seu ver, deveria buscar maneiras de se sustentar sozinho, sem extorquir os indivíduos. Tais medidas são consideradas por Thoreau como graves injustiças pelo fato de sobreporem o Estado aos indivíduos, o que ele condena veemente. Estes, por sua vez, teriam o dever de fazer aquilo que julgam certo e, sentindo-se injustiçados pelas medidas do Estado, deveriam se insurgir contra ele, mediante a desobediência a suas medidas injustas. Thoreau considera inadequada, portanto, a atitude muito comum entre os indivíduos de ficar esperando por mudanças nas leis ou maneiras de atuação por parte do Estado para que cessem as injustiças.⁴

Na obra de Thoreau, então, encontra-se uma crítica ao cinismo e à demagogia dos políticos e cidadãos contemporâneos do autor, os quais não raramente afirmavam discordar do sistema escravocrata (sobretudo da comercialização de escravos) ou da guerra que estava sendo travada, mas não se manifestavam publicamente a respeito a fim de modificar a situação existente. Como observa Porto (2015), Thoreau pensa que seguir leis, simplesmente, jamais tornou as pessoas mais justas; ao contrário, seguindo o que elas determinam, as pessoas acabam, frequentemente, tornando-se agentes da injustiça. Tal se daria, justamente, em virtude da existência de leis injustas, a qual é muito bem apontada por Thoreau. Uma vez que existem leis injustas, surge, então, a questão crucial sobre a qual o autor se debruça: o que deve fazer o cidadão? Seria mais correto as obedecer silenciosamente ou empregar todos os esforços para corrigi-las?

Como já mencionado acima, Thoreau (1997) entende que o cidadão deveria resistir à obediência a leis injustas. Mas não apenas isso; ele pensa que deveria ser reconhecido ao cidadão o direito à revolução, à resistência ao governo quando a tirania e a ineficiência tornam-se insuportáveis. Segundo o autor,

[s]e alguém me dissesse que este é um mau governo porque tributa determinadas mercadorias estrangeiras trazidas a seus portos, é bastante provável que eu não movesse uma palha a respeito, já que posso passar sem elas. Todas as máquinas têm seu atrito, e isto possivelmente tem um lado bom que compensa o lado ruim. De qualquer modo, seria bastante nocivo fazer muito alvoroço por causa disso. Mas quando o atrito chega ao ponto de controlar a máquina, e a opressão e o roubo se tornam organizados, digo que

⁴ Tanto Thoreau pensava que a atitude adequada seria a desobediência civil que ele próprio a praticou contra a cobrança de imposto por parte do Estado, medida que ele considerava injusta, negando-se a pagar seus impostos, o que ensejou sua prisão, da qual foi libertado após outra pessoa ter efetuado o pagamento de sua dívida.

não devemos mais ficar presos a tal máquina. Em outras palavras, quando um sexto da população de uma nação que se comprometeu a ser o abrigo da liberdade é formado por escravos, e um país inteiro é injustamente invadido e conquistado por um exército estrangeiro e submetido à lei militar, penso que não é demasiado cedo para os homens honestos se rebelarem e darem início a uma revolução. O que torna este dever ainda mais urgente é o fato de que o país invadido não é o nosso mas é nosso o exército invasor (THOREAU, 1997, p. 3).

Para Thoreau (1997), a desobediência civil não é apenas uma opinião, uma mera desaprovação do caráter e das medidas dos governos; ela é uma ação baseada em um princípio, em uma percepção e na execução de um direito, a qual é capaz de modificar coisas e relações. Nas palavras do autor, “[ela é] essencialmente revolucionária e não condiz inteiramente com nada que lhe seja anterior. Ela não divide apenas Estados e Igrejas, mas também famílias, ah!, divide o indivíduo, separando nele o diabólico do divino” (THOREAU, 1997, p. 3).

Sobre a privação da liberdade dos cidadãos, muitas vezes consequência de atos de desobediência civil, Thoreau afirma que o Estado possui meios suficientes para subjugar os seus corpos, porém não possui força para reverter ou modificar as suas vontades e convicções morais. O autor sustenta que, mesmo que houvesse um número superior de agentes do Estado em relação ao de indivíduos insurgentes, o que poderia facilitar o aprisionamento físico destes últimos, não haveria como aprisionar suas mentes. Com afirmações como essas, o autor tenta enfatizar a ideia de que os indivíduos, embora muitas vezes possam ser privados de liberdade física, possuem liberdade de pensamento, a qual deve ser exercida no momento em que formam suas convicções, não devendo deixar-se guiar por outrem nessa esfera.

Algo muito importante a ser destacado é que, em Thoreau, a desobediência civil é concebida como um ato do indivíduo, ou seja, ela não é vista como um ato que deva ser praticado coletivamente, como outros autores a ele posteriores irão exigir, como será visto adiante.

Apesar de sua defesa da desobediência civil como a postura adequada dos cidadãos perante leis e medidas estatais injustas, cabe notar, por fim, que Thoreau é cético em relação aos aparatos democráticos do Estado, deixando bastante claras as suas dúvidas quanto à democracia ser o modo de governo mais desenvolvido – sobretudo no que se refere às liberdades, aos direitos e ao reconhecimento de seus cidadãos. Para Thoreau, um estado justo seria um estado no qual todos os homens fossem tratados com justiça, igualdade e respeito, até mesmo os homens que optassem por viver à parte dele. E essa concepção de estado justo

está na base do entendimento do autor sobre o que seja uma real democracia. Para ele, uma real democracia deve ser constituída pela vontade de todos os cidadãos, e não pela vontade de uma minoria que se perpetua no poder durante gerações e cujos interesses estariam em prol do que é útil e conveniente para eles próprios (PORTO, 2015). Nas palavras de Thoreau:

Será a democracia, tal como a conhecemos, o último desenvolvimento possível em matéria de governo? Não será possível dar um passo mais além no sentido do reconhecimento e da organização dos direitos do homem? Jamais haverá um estado realmente livre e esclarecido até que este venha a reconhecer o indivíduo como um poder mais alto e independente, do qual deriva todo seu próprio poder e autoridade, e o trate de maneira adequada. Agrada-me imaginar um estado que, afinal, possa permitir-se ser justo com todos os homens e tratar o indivíduo com respeito como um seu semelhante; que consiga até mesmo não achar incompatível com a sua própria paz o fato de uns poucos viverem à parte dele, sem intrometer-se com ele, sem serem abarcados por ele, e que cumpram todos os seus deveres como homens e cidadãos (THOREAU, 1997, p.26).

1.2.2. Hanna Arendt

Além de sua inauguração por Thoreau, o tema da desobediência civil também foi abordado por Hanna Arendt (1973). A autora parte da narração da experiência de governo totalitarista da Alemanha nazista para elaborar sua peculiar noção de poder, a qual está intimamente relacionada com a de desobediência civil e cuja compreensão é necessária para entender esta última. (AGUIAR, 2011, p. p. 116) O objetivo da autora parece ser negar que poder seja algo do qual o Estado é detentor. Concebê-lo dessa maneira abriria a possibilidade de confundi-lo ou assimilá-lo à força e à violência, como ocorreu no Estado totalitarista alemão. Para Arendt, poder não seria algo constituído, mas sim constituinte, isto é, poder seria mais como uma potência, uma capacidade, do que algo dado, estabelecido. Essa potência, segundo a autora, seria atualizada no momento em que os homens se reúnem para conviver. Como ela afirma, “o poder passa a existir entre os homens quando eles agem juntos e desaparece quando eles se dispersam.” (ARENDR, 1983, pp. 212-213) O poder, portanto, seria algo inerente a uma reunião de homens, e não algo do qual o Estado ou mesmo qualquer indivíduo é detentor.

A partir dessa concepção de poder, o Estado passa a precisar constantemente do apoio atual, efetivo — mesmo que tácito — dos cidadãos às suas ações, pois ele não detém, de antemão, o poder para tomar as medidas que bem entender mesmo a contragosto dos governados. Neste contexto, a figura da desobediência civil surge, na concepção arendtiana,

como um meio para reinstaurar o espaço público, o espaço em que os homens agem em conjunto, a fim de criar novas relações e situações, em substituição àquelas com as quais não estão satisfeitos. Ao ser capaz de reinstaurar o espaço público, a desobediência civil acaba por ter o papel de sempre renovar e, assim, fortalecer a comunidade e, ao ser capaz de criar novas relações entre os homens, ela assume, na concepção de Arendt, um caráter político. (AGUIAR, 2011, pp. 123-124)

Para Arendt, uma vez que os cidadãos não estejam satisfeitos com as leis ou a forma de atuação do Estado, eles podem — e é mesmo conveniente que o façam — praticar atos de desobediência civil. Mas tais atos devem ser praticados em conjunto com outros cidadãos, todos movidos por interesses em comum, e não praticados individualmente e por interesse individual. Além disso, eles têm de ser praticados na esfera pública, objetivando dar visibilidade à reivindicação de mudança subjacente ao ato e chamar outros cidadãos para a discussão. Ademais, a desobediência civil não pode consistir, para Arendt, em atos de violência, o que é compreensível, a partir das visões da autora, que, como anteriormente mencionado, pretende evitar a confusão ou assimilação de poder à força e à violência. (ARENDR, 1983, pp. 212-213)

Ao discorrer sobre o tema da desobediência civil, Arendt (1999) o faz no contexto de um questionamento sobre a validade da lei, tema este proposto para um congresso em Nova York na década de 1970 e sobre o qual ela faz comentários. A preocupação da autora era entender o que teria despertado o interesse dos estudiosos por essa questão, isto é, se seria o aumento da delinquência nas ruas simplesmente ou se seria a percepção de que os males causados pelas tiranias modernas fizeram com que os cidadãos perdessem a confiança nas leis. Em conexão com a perda da confiança nas leis, então, é que a autora começa a tecer suas considerações sobre a desobediência civil, uma vez que, segundo ela, atos de desobediência civil, quando bem organizados, trazem resultados positivos no que se refere a mudanças eficazes na legislação que eventualmente possa estar desacreditada pelos cidadãos.

Como Arendt procura destacar, ao tratar da desobediência civil, a literatura, de um modo geral, costumar citar como exemplos os atos praticados por Sócrates e por Thoreau. A conduta adotada por estes pareceu induzir os juristas da época da autora a pensar que quem pratica atos de desobediência civil às leis estaria disposto a aceitar e a desejar as punições, sendo esta, portanto, a única forma de justificar tal desobediência.

Este pensamento, por sua vez, coadunava-se com a maneira como o próprio Estado americano tratava os desobedientes civis na época em que Arendt viveu. Como ela própria relata, ocorriam diversos conflitos no país na década de setenta, com a ocorrência de diversos

atos de desobediência civil. Segundo a autora, tais atos eram tratados pelo governo como atos de desobediência comum, ou seja, como se fossem praticados por delinquentes. Sendo vistos assim, os desobedientes civis deveriam sofrer punição, assim como quaisquer outros transgressores da lei. (ARENDR,1999).

A postura do governo, ao tomar semelhante medida, era vista como sendo absurda. Uma vez que se tratasse um desobediente civil como um infrator comum, ele teria de ser levado a julgamento e, portanto, ser defendido por um advogado. Este advogado, entretanto, acabaria enfrentando dificuldades no momento de elaborar sua argumentação em defesa do desobediente civil, ora réu do processo, visto que teria de admitir que seu cliente desejava a punição, o que parece ir de encontro com qualquer maneira plausível de se conceber uma defesa propriamente dita.

Arendt pensa que, independentemente das causas que levaram à desordem social daquele momento, se fazia imperioso delinear uma melhor maneira de interpretar os atos de desobediência civil, os quais estavam sendo tratados até o momento de forma confusa, na medida em que se tentava justificá-los fazendo uso de argumentos baseados em questões que dizem respeito tanto à moral quanto à lei. Ao serem vistos dessa forma, além de surgir a recém mencionada dificuldade de elaboração de uma argumentação plausível de defesa dos desobedientes levados a julgamento, surgiria também um problema adicional também apontado por Arendt. Tal problema consiste em não distinguir claramente atos de desobediência civil de atos de objeção de consciência ou mesmo de atos pelos quais um homem questiona a constitucionalidade de alguma lei, os quais se assemelham àqueles, mas com eles não se confundiriam segundo a autora. Referidos tipos de atos não poderiam ser confundidos com os atos praticados pelos desobedientes civis por serem atos praticados por um indivíduo, diferentemente do que ocorre com os de desobediência civil, que somente se manifestam em grupo. Segundo Arendt (1999), estes últimos se diferenciam justamente por tratar-se de atos praticados em grupos apoiados em interesses comuns. Trata-se de grupos minoritários que se organizam para defender a opinião comum do grupo frente a políticas adotadas pelo governo, mesmo sabendo que estas políticas contam com o apoio das maiorias.

Na concepção arendtiana, as manifestações que têm como princípio o apelo à consciência individual não podem ser entendidas como atos políticos, já que a consciência é apolítica e não pode estar interessada no mundo e seus problemas. Ela cita o exemplo de Thoreau para dizer que, embora este tenha protestado contra a injustiça da lei, essa forma de protesto não estava baseada na relação de um cidadão com a lei, mas sim na consciência individual, ou seja, na obrigação moral da consciência.

Portanto, a desobediência civil não pode ser avaliada no mesmo nível que a moralidade individual, porque as normas da consciência dependem de um interesse por si mesmo e não de um interesse relacionado com as questões sociais. Ainda assim, pode acontecer de algum tipo de objeção de consciência vir a se tornar politicamente produtiva. Para Arendt, isso seria possível

[...] quando chegam a coincidir certo número de consciências e os objetores de consciência decidam recorrer à praça pública e fazer ouvir suas vozes em público. Mas então já não estamos tratando com indivíduos ou com um fenômeno cujo critério possa ser derivado de Sócrates ou Thoreau. O que se decidiu “in foro conscientiae” se converteu agora em parte da opinião pública e, mesmo que este grupo particular de desobedientes civis possa proclamar sua validade inicial-suas consciências-cada um deles já não se apoia em si mesmo. Na praça, a sorte da consciência não é muito diferente da sorte da verdade do filósofo: se converte em uma opinião, indistinguível de outras opiniões. E a força da opinião não depende da consciência senão do número de aqueles com os que está associada o acordo unânime de que “x” é um mal... acrescenta crédito à opinião de que “x” é um mal” (ARENDR,1999, p.76).

Do ponto de vista jurídico o desobediente civil é visto, na percepção da autora, como sendo um criminoso também, isso porque ele comete atos contrários à lei. Em consequência disso recai sobre os desobedientes civis as suspeitas de que estes atos acabam por atrair uma diversidade criminal, isso por se tratar de atos praticados publicamente. Arendt (1999) lembra que esses indivíduos, presentes nos movimentos radicais não são encontrados em manifestações de desobediência civil. Eles podem sim ser encontrados nos atos revolucionários, representando uma ameaça para a política e a sociedade como um todo. É por essa e outras razões que a desobediência civil não pode ser comparada à desobediência criminal.

Ela é acionada quando um elevado número de cidadãos acredita que através dos canais convencionais de mudanças, não terão as suas reivindicações ouvidas ou atendidas, tampouco darão lugar à ações futuras ou também em situações em que o governo está prestes a realizar mudanças cuja legalidade e constitucionalidade estão propensas à dúvidas.

Hannah Arendt (1999) lembra que, por todas as partes do mundo vem crescendo um fenômeno de massas, como é o caso das desobediências às leis, civis e penais. Isso somente serve para demonstrar a vulnerabilidade dos governos e suas leis e para colocar em evidência o descontentamento dos cidadãos e a legitimidade dos governos. Ela afirma ainda que as grandes mudanças ocorridas na sociedade ao longo dos tempos são sempre o resultado de ações promovidas fora da lei, contando unicamente com a opinião pública.

Essas mudanças começam de forma ilegal, ou seja, através de atos de desobediência civil, e somente depois é que passam à legalidade. Referidos atos foram responsáveis por promover mudanças históricas, como ocorreu com a decisão tomada pelo Supremo Tribunal americano, quando este se negou a julgar sobre a legitimidade da guerra do Vietnã. Foram referidos atos que promoveram esta mudança. Também no âmbito laboral, o direito à greve é o resultado de anos de ações de desobediência. Tampouco foi através da lei que o crime de escravidão e a comercialização de escravos teve o reconhecimento como tal. (ARENDR, 1999, p.84).

O pensamento da autora é que os atos de desobediência civil podem ser compatíveis com as leis, tendo em conta a considerável diferença entre estes atos e outros praticados ilegalmente. Enquanto os atos criminosos são praticados às escondidas e em benefício próprio, os atos de desobediência civil atuam em nome e a favor de um grupo, desafiando as leis publicamente. Trata-se de grupos minoritários organizados e com uma opinião de qualidade. Estas minorias desobedientes não podem ser tratadas como rebeldes ou traidoras, pois, segundo Arendt, “considerar as minorias desobedientes como rebeldes e traidores é ir contra a letra e o espírito de uma constituição, cujos criadores se mostraram especialmente sensíveis aos perigos do irrefreado domínio da maioria” (ARENDR, 1999, p.84).

Cabe lembrar ainda que a autora, assim como a maioria dos autores que trata deste tema, considera a não violência como uma das características fundamentais para o sucesso dos atos dos desobedientes civis. E justamente é esta característica que diferencia referidos atos dos atos praticados por grupos revolucionários, pois, enquanto os desobedientes civis aceitam a autoridade e a legitimidade do sistema de leis, o grupo revolucionário nega esse mesmo sistema.

1.2.3. John Rawls

John Rawls (1997) é outro autor que se manifesta a respeito da desobediência civil, o que é feito no contexto de sua teoria da justiça. Conforme o autor, para chegar-se aos princípios de justiça adequados para guiar as estruturas mais básicas da sociedade, ter-se-ia de supor indivíduos em uma posição original, isto é, uma posição hipotética na qual eles estariam sob o que o autor chama de “véu da ignorância”, que consistiria no desconhecimento por partes dos indivíduos da condição social e econômica que eles ocupariam na sociedade, bem como de suas aptidões físicas e intelectuais. Rawls pensa que, estando nessa posição, os indivíduos estabeleceriam a liberdade e a igualdade como os princípios de justiça adequados

para reger a sociedade.

O autor define a desobediência civil como um ato

[...] público, não violento, consciente e não obstante um ato político, contrário à lei, geralmente praticado com o objetivo de provocar uma mudança na lei e nas políticas de governo. Agindo desse forma, alguém se dirige ao senso de justiça da maioria da comunidade e declara que, e sua opinião ponderada, os princípios da cooperação social entre homens livres e iguais não estão sendo respeitados. (RAWLS, 1997, p. 404)

A desobediência civil surge, no contexto da teoria da justiça de Rawls, como um mecanismo de correção: ela serviria para apontar eventuais injustiças nas instituições sociais e para tentar promover uma reforma corretiva nas mesmas. Com isso, ela contribuiria para reforçar as instituições justas, constituindo, assim, uma prática legítima, embora ilegal. (RAWLS, 1997, p. 424) Rawls ressalta, entretanto, que a desobediência civil deve ser praticada apenas quando se tiverem esgotados todos os meios legalmente instituídos para reclamar acerca das injustiças, sendo, portanto, a última alternativa disponível.

1.2.4. Michael Walzer

Michael Walzer também está entre os autores que discorreram sobre o tema da desobediência civil. Este autor, contudo, tem uma postura um pouco mais enfática a respeito da necessidade de sua prática. Para ele, desobedecer em certos casos não seria apenas legítimo; seria, mais precisamente, um dever que surgiria para os indivíduos em determinadas circunstâncias. (POGREBINSCHI, 2004, p. 64) As circunstâncias sob as quais surgiria tal dever seriam aquelas em que há conflito entre os deveres dos indivíduos decorrentes de seu pertencimento a grupos menores e os deveres decorrentes de seu pertencimento a um grupo maior, como o Estado, por exemplo. Sendo assim, os deveres de um indivíduo enquanto cidadão de um Estado não se sobreporiam, na visão de Walzer, a seus deveres, por exemplo, enquanto um membro de uma comunidade minoritária. (WALZER, 1977, p. 11)

Por ser uma consequência da prevalência de deveres de grupos menores que o Estado, é natural que o dever de desobedecer, segundo Walzer, tenha de ser cumprido em grupo, configurando um ato coletivo. Tal ato tem também de ser praticado em público, mostrando a seriedade e o comprometimento de seus praticantes em se explicar perante os demais cidadãos. (WALZER, 1977, p. 14) Cabe apontar, porém, que um aspecto em que as visões de Walzer se distanciam das dos demais autores aqui tratados consiste em sua posição acerca do

caráter violento ou não dos atos de desobediência civil. De acordo com ele, embora seja mais adequado empreender a desobediência sem o uso da violência, tal uso seria, por vezes, necessário para atingir os objetivos pretendidos. A ineficácia de meios não violentos justificaria, para Walzer, o uso de violência contra a propriedade, sem que, com isso, seja comprometida a legitimidade da prática. (WALZER, 1977, p. 21)

1.2.5. Jürgen Habermas

Jürgen Habermas também se debruçou sobre o tema desobediência civil em sua obra “A desobediência civil: pedra de toque do Estado Democrático de Direito”, publicado em 1985. Conforme o autor, a desobediência civil seria um ato político realizado pelos cidadãos com o objetivo de se insurgir contra normas ou leis injustas, sendo, portanto, um mecanismo para a garantia de direitos. Em sua visão, as normas de uma sociedade devem ser discutidas e debatidas por todos aqueles que ela pode vir a afetar. Quando porventura uma norma venha a ser considerada injusta pelos cidadãos, estes poderão praticar atos de desobediência civil a fim de sanar tal injustiça, os quais são considerados pelo autor como práticas legítimas. O autor, contudo, reconhece a dificuldade de aceitação desse tipo de prática no bojo de uma sociedade, uma vez que ela “*é vista por muitos como o primeiro estágio de uma caminhada que conduzirá à violência e ao terrorismo*” (HANSEN, 2010).

Habermas analisa acontecimentos ocorridos na Alemanha Ocidental na década de 80, momento em que as autoridades alemãs se posicionam de maneira demasiadamente arbitrária em relação a atos de desobediência civil. Nesse momento, os desobedientes se manifestaram contrários à instalação de mísseis norte-americanos na Alemanha Ocidental, manifestações estas inspiradas, ao ver de Habermas, nos atos de desobediência, ocorridos nos Estados Unidos, como forma de protesto contra a Guerra do Vietnã. (HABERMAS, 1985, p.96) As manifestações ocorridas na Alemanha Ocidental trouxeram uma série de questionamentos com relação às formas de analisar atos de desobediência civil, em especial sobre como definir seus limites. (HABERMAS, 1985, p. 97)

Habermas compara tais manifestações ocorridas na década de 80 na Alemanha Ocidental com movimentos que haviam ocorrido a partir de meados dos anos 70, no mesmo país com o objetivo de questionar as formas econômicas e as políticas vigentes e buscando formas alternativas de se viver. Ao proceder tal comparação, o autor percebe que uma característica presente nas manifestações da década de 80, mas ausente nas manifestações ocorridas na década de 70 é que as manifestações “foram iniciadas por grupos de cidadãos

trabalhando de forma descentralizada, heterogênea e, por vezes, dispersa e organizada espontaneamente.” (HABERMAS, 1985, p. 98) Essa circunstância acaba por distinguir as manifestações da década de 80 daquelas ocorridas em 70, uma vez que estas últimas, por estarem questionando as formas econômicas e as políticas vigentes, poderiam sofrer uma maior limitação imposta pelo Estado, que poderia fazer isso mediante a proibição de partidos e sindicatos. Habermas destaca a diferença afirmando: “[e]ssa mistura de movimentos pacifista, ambientalista, feminista, entre outros, [a qual estava presente nos movimentos da década de 80, mas não nos da década de 70] constitui algo que não pode ser simplesmente proibido, como poderia ocorrer comum partido ou sindicato.” (HABERMAS, 1985, p. 98)

Habermas analisa a maneira como atos de desobediência civil podem ser interpretados e chama a atenção para a possibilidade, sempre presente, de eles serem confundidos com atos de vandalismo, se vistos de uma forma restrita. A instalação dos mísseis na Alemanha Ocidental, que ensejou as manifestações da década de 80, fora interpretada pela mídia como uma forma de defesa. Os desobedientes civis, por seu turno, foram considerados como inimigos de guerra e, portanto, reprimidos como tal. Habermas pensa que, em uma democracia constitucional, os atos de desobediência civil deveriam ser considerados um componente normal, já que são necessários à própria cultura política.

Habermas considera os atos de desobediência civil de fundamental importância para uma democracia constitucional, uma vez que a sociedade teria como responsabilidade a resolução dos problemas de interesse da comunidade em geral. Segundo ele,

a sociedade civil, entendida enquanto um conjunto de associações e movimentos, de motivações variadas geradas espontaneamente no mundo da vida, desvinculados diretamente do poder administrativo do Estado e da economia capitalista, exerce então um poder crucial. A sociedade civil é responsável por captar os problemas sociais das esferas privadas, sintetizando-os e transmitindo-os à esfera política. Assim, é através de sua ação, que inclui atos de desobediência civil, abrir os caminhos para a solução dos problemas de interesse geral. (HABERMAS, 1997, p. 99)

Habermas observa, ainda, que a desobediência civil só faz sentido em um estado democrático de direito, porque somente este tipo de estado tem sua legitimidade dependente dos governados e, na medida em que estes se insurgem como o estado, a legitimidade deste ficaria ameaçada.

Assim como Arendt, Habermas também tenta deixar clara a distinção entre atos de desobediência civil e outros tipos de atos que com eles possam ser confundidos. Como o autor

observa, os contestadores civis reconhecem a legalidade da ordem existente em uma democracia; sendo assim, atos de desobediência civil podem vir a ser justificados se a legalidade vier a ser considerada ilegítima. A justificação de atos de desobediência civil, portanto, não se baseia em uma moralidade privada ou em algum direito especial. (HABERMAS, 1985, p. 103) Com tais observações, Habermas tenta deixar explícita a diferença entre os atos praticados pelos desobedientes civis e “os anseios revolucionários pela tomada de poder.” (HABERMAS, 1985, p. 103)

É importante ressaltar, neste momento, que Habermas se posiciona de forma contrária à legalização dos atos de desobediência civil. Ele menciona que muitos contemporâneos seus defenderam a necessidade de tornar legais referidos atos. Os que defendem a legalização de tais atos fazem-no com recurso a direitos como os de expressão e de associação, assim como a justificativas morais. Porém, o reduzido impacto dos resultados gerados a partir de preceitos como o direito à liberdade de expressão e associação atestaria, segundo Habermas, o porquê de não ser viável a legalidade dos atos de desobediência civil. Isso porque, se for retirada a base puramente moral (não legal) que move a ação dos desobedientes civis quando praticam seus atos, e se estes indivíduos não correrem riscos pessoais, torna-se ínfima a efetividade e o apelo dos atos de desobediência civil. Para o autor, a desobediência civil deve situar-se entre a legalidade e a legitimidade e deve ser entendida como necessária para se efetivar uma cultura política. (HABERMAS, 1985, p. 106)

1.2.6. Norberto Bobbio

Na pretensão de definir o conceito de desobediência civil para o seu Dicionário de Política, Bobbio (2010) tenta deixar claro que ela seria uma forma particular de desobediência, havendo, portanto, também outras formas. Segundo o autor, a desobediência civil seria caracterizada por ser

[...] executada com o fim imediato de mostrar publicamente a injustiça da lei e com o fim mediato de induzir o legislador a mudá-la. Como tal, é acompanhada por parte de quem a cumpre de justificativas com a pretensão de que seja considerada não apenas como lícita mas como obrigatória e seja tolerada pelas autoridades públicas diferentemente de quaisquer outras transgressões. [...], a desobediência civil é um ato que tem em mira, em última instância, mudar o ordenamento, sendo, no final das contas, mais um ato inovador do que destruidor. (BOBBIO, 2010, p. 335).

A desobediência comum, por outro lado, seria, para Bobbio, “[...] um ato que

desintegra o ordenamento e deve ser impedida ou eliminada a fim de que o ordenamento seja reintegrado em seu estado original.” (BOBBIO, 2010, p. 335).

Conforme o autor, a desobediência civil torna visível os que os cidadãos consideram como falhas do sistema, compreendidas como injustas, ilegítimas ou inválidas. E é nesse sentido que o autor fala da importância da publicização do ato para que outros cidadãos se sintam identificados.

Para o autor, portanto, a desobediência civil tem por objetivo imediato tornar públicas as injustiças da lei e com isso promover a sua modificação por parte do legislador. Os desobedientes civis procuram justificar seus atos com a intenção de que, estes sejam entendidos por parte das autoridades públicas como sendo atos não somente lícitos, mas também obrigatórios. Existe uma grande diferença entre desobediência civil e a desobediência comum, afirma ele, enquanto que os atos empreendidos pelos desobedientes comuns promovem uma como desintegração do ordenamento, os atos de desobediência civil podem ser entendidos sendo atos inovadores.

Essa forma particular de desobediência é chamada de “civil” justamente porque quem apela para esses atos, o faz como forma de demonstrar que o seu comportamento está de acordo com o comportamento de um bom cidadão e, portanto, não está transgredindo as normas. Para Bobbio (2010), a ampla publicidade que os atos de desobediência pretendem, é de fundamental importância para atingir os objetivos pretendidos e para dessa maneira, estabelecer-se uma diferenciação entre esta desobediência e a desobediência comum. Ao contrário da desobediência civil, que tem como uma de suas principais características ser praticada publicamente, os atos dos desobedientes comuns têm como característica fundamental o sigilo, são praticados às escondidas como forma de lograr os seus objetivos.

Segundo Bobbio (2010), os desobedientes civis partem do princípio de que, as leis consideradas injustas, ou as que sejam ilegítimas ou as leis inválidas não podem ser consideradas leis. Portanto, ele afirma que:

o principal argumento deles é o de que o dever (moral) de obedecer às leis existe na medida em que é respeitado pelo legislador o dever de produzir leis justas (conformes aos princípios de direito natural ou racional, aos princípios gerais do direito ou como se lhes queira chamar) e constitucionais (ou seja, conforme aos princípios básicos e às regras formais previstas pela constituição). Entre cidadão e legislador haveria uma relação de reciprocidade; se é verdade que o legislador tem direito à obediência, também é verdade que o cidadão tem o direito de ser governado com sabedoria e com leis estabelecidas (BOBBIO, 2010, pg. 335).

Dentre as diversas formas de resistência, a desobediência civil, considerada eticamente justificada por quem a prática, surge como mais uma das formas de violar a lei. Estes atos, segundo Bobbio (2010), pertencem a uma forma intermediária de resistência, considerada por ele como sendo nem passiva e nem ativa. Assim:

[...] tal como é concebida habitualmente na filosofia política contemporânea que leva em consideração as grandes campanhas não violentas de Gandhi ou as campanhas para a abolição da discriminação racial nos Estados Unidos - ela é omissa, coletiva, pública, pacífica, não necessariamente parcial (a ação de Gandhi foi certamente uma ação revolucionária) e não necessariamente passiva (as grandes campanhas contra a discriminação racial tendem a não reconhecer ao Estado o direito de punir os pretensos crimes de lesa discriminação (BOBBIO, 2010, p. 337).

Com o intuito de não confundi-la com outras formas de resistência, Bobbio destaca duas características fundamentais e que devem estar presentes nesses atos, eles devem ser praticados em grupos e nunca individualmente, a outra característica é que eles não podem ser praticados de forma violenta. Pelo fato de serem praticados por grupos da sociedade, eles não tem como ser confundidos com os atos praticados pelo objeto de consciência, e nem por qualquer outro tipo de ato individual.

Outra das características que serve para diferenciar os atos de desobediência civil de outros atos de resistência, é que estes atos são não violentos e dessa maneira não podem tampouco ser confundidos com as várias formas de resistência praticada por grupos, geralmente acompanhadas de atos de violência, como é o caso das revoluções. Ainda para diferenciar das formas de contestação, ele argumenta que estas são realizadas de forma verbal, através de discursos críticos, enquanto que os atos de desobediência civil são meramente demonstrativos.

Uma outra diferença diz respeito aos atos praticados como forma de protestos, referidos atos são realizados como uma maneira de demonstrar insatisfação com alguma situação através de uma ação exemplar, como é o caso da greve de fome, por exemplo. A grande diferença neste caso é que, embora possa ser considerado um ato exemplar, ele não pode ser considerado um ato ilegal, e como tal, não pode ser confundido com desobediência civil.

Para Bobbio (2010), as justificativas para a prática de tais atos de transgressão da lei, estão baseados principalmente na ideia religiosa da doutrina do direito natural, ou seja, está assentada em princípios de obrigação moral, a partir dos ditames da consciência. Outra forma de justificativa seria baseada na doutrina jusnaturalista, a qual defende que o indivíduo possui

alguns direitos originários e inalienáveis. Pois o Estado teria surgido a partir de um consenso entre os próprios indivíduos, e teria que lhes proporcionar proteção e promover uma convivência pacífica entre eles através do contrato social.

Por fim, estaria a justificativa inspirada na

ideia libertária da perversidade essencial de toda a forma de poder sobre o homem, especialmente do máximo poder que é o Estado com o corolário de que todo o movimento que tende a impedir a prevaricação do Estado é uma premissa necessária para instaurar o reino da justiça, da liberdade e da paz (Bobbio,2010,p.338).

1.3. Caracterização geral da desobediência civil

Após mencionarmos alguns exemplos emblemáticos habitualmente classificados como práticas de desobediência civil e de apresentarmos uma amostra dos desenvolvimentos teóricos a respeito, passaremos, agora, a apresentar uma caracterização geral média de desobediência civil, ou seja, apresentaremos as características que mais comumente são consideradas pelos autores como típicas de atos de desobediência civil, assim como aquelas condições que mais frequentemente são tidas como necessárias para que tais atos sejam justificados. É com essa caracterização geral, como dito antes, que trabalharemos no decorrer deste trabalho e aquela com a qual faremos nossas análises. Tal caracterização será delineada seguindo de perto as indicações de Kimberley Brownlee (2017) a respeito.

1.3.1. Características da desobediência civil

Uma primeira e mais óbvia característica da desobediência civil é ser um *ato ilícito*, isto é, um ato que viola alguma lei ou regra vigente. Porém, não se trata de qualquer ato ilícito, o que nos remete a uma segunda característica que os autores costumam vincular à desobediência civil, a saber, a de ser um *ato consciencioso*, ou seja, ser um ato que as pessoas praticam movidas por algum princípio ou convicção moral que possuem (BROWNLEE, 2017, p. 4). Por exemplo, quando Thoreau desobedeceu a lei que determinava que deveria pagar certa quantia em dinheiro a título de imposto, ele o fez movido pela convicção de que se tratava de uma lei injusta e que seu cumprimento contribuiria para a manutenção de práticas também injustas por parte do estado, a saber, a de escravizar pessoas e a de empreender uma guerra contra o México, na qual pessoas inocentes estavam morrendo. Do mesmo modo, Rosa

Parks violou as regras que determinavam que ela deveria ceder seu lugar para uma pessoa branca no ônibus de Montgomery movida pela convicção de que se tratava de uma regra injusta, que não tratava brancos e negros com igualdade. Estes exemplos mostram que, para ser considerada desobediência civil, uma violação à lei não pode ser acidental ou mesmo fruto de um capricho; o desobediente civil precisa ser movido por algum princípio ou convicção moral que possui.

O desobediente civil pode, é claro, estar assumindo uma postura moralmente reprovável ao manter esse princípio ou convicção, ou seja, pode ser esse princípio ou convicção moral não seja aceitável ou digno de ser um guia para o comportamento humano (uma pessoa pode, por exemplo, ter a crença moralmente reprovável nos dias atuais de que pessoas brancas possuem dignidade superior à que possuem pessoas negras). No entanto, isto não excluiria que a pessoa tenha praticado desobediência civil na hipótese de desobedecer alguma lei com base nesse princípio ou convicção. O que ocorre é essa desobediência civil não será, como veremos adiante, uma prática justificada do ponto de vista moral.

Uma terceira característica que os autores atribuem à desobediência civil é seu *caráter comunicativo*. A desobediência a uma lei por parte de um desobediente civil é um instrumento pelo qual ele deseja se comunicar, tanto com o estado ou, mais precisamente, com as autoridades estatais, quanto com a população em geral. Sendo assim, o desobediente civil não desobedece à lei a fim de auferir as eventuais vantagens que porventura possa obter pelo descumprimento, como o embolso de certa quantia em dinheiro que seria destinada ao pagamento de impostos, no caso de Thoreau, ou percorrer o trajeto de ônibus acomodada em um assento, ao invés de em pé, no caso de Rosa Parks, para seguirmos os exemplos anteriores.

Ao falarmos do caráter comunicativo da desobediência civil, somos remetidos, automaticamente, à pergunta: o que o desobediente civil deseja comunicar e com qual finalidade? Como dito antes, a desobediência civil costuma ser caracterizada como um ato consciencioso, isto é, um ato que o desobediente pratica movido por algum princípio ou convicção moral. Agora que sabemos do caráter comunicativo da desobediência civil, vemos que, quando ele desobedece uma lei, ele está querendo expressar, dar voz a esse princípio ou convicção moral, *comunicando* às autoridades estatais e à população em geral que determinada lei ou prática do estado ferem esse princípio e convicção moral que ele considera muito valoroso. Como Brownlee (2017, pp. 6-7) explica, um dos aspectos do caráter comunicativo da desobediência civil, portanto, é transmitir o repúdio do desobediente a determinada lei ou prática estatal.

Neste momento, temos que acrescentar que a desobediência civil pode ser classificada em direta ou indireta. Ela será direta quando consistir na violação da lei que o desobediente considera injusta e será indireta quando consistir na violação de uma lei que o desobediente não é considerada injusta como forma de expressar seu repúdio a *outra* lei ou prática estatal que ele considera injusta. (BROWNLEE, 2017, p. 6)

Seja qual for o caso, não se trata tão somente da expressão de um repúdio a uma lei ou prática estatal. Já que o desobediente considera a lei ou prática estatal como injusta, ele deseja também uma mudança da situação atual, ele deseja que essa lei ou prática seja eliminada, extinta. Assim, um segundo aspecto do caráter comunicativo da desobediência civil é chamar a atenção das autoridades e dos cidadãos de um modo geral para que estes percebam a injustiça da lei ou prática e que, assim como o desobediente, sejam convencidos de que deve haver uma mudança nessa lei ou prática. (BROWNLEE, 2017, pp. 5-6)

Como podemos perceber, então, a terceira característica da desobediência civil, de ter um caráter comunicativo, vincula-se a uma quarta característica comumente atribuída a ela, a saber, ser uma prática com o *objetivo* de chamar a atenção das pessoas para a injustiça de uma lei ou prática estatal e obter, com isso, uma mudança nessa lei ou prática.

Sobre esta característica da desobediência civil, Bedau (1991, p. 7) complementa chamando a atenção para o fato de que a desobediência civil tem dentre seus objetivos a educação moral da sociedade em geral e afirma:

A desobediência civil assim concebida deve ser vista como um exercício em educação moral *pública*, como uma tática para obter a reforma da lei. Portanto, a desobediência é propriamente chamada de “civil” porque ela é parte da vida cívica da sociedade.

É importante acrescentar também que, por ter como objetivo chamar a atenção das pessoas para a injustiça de uma lei ou prática estatal e obter, com isso, uma mudança nessa lei ou prática, os estudiosos costumam atribuir à desobediência civil a característica de ser um *ato político*. Uma vez que a desobediência civil possui esse objetivo, isto é, obter uma modificação no sistema jurídico vigente, pode-se dizer que a mesma é uma forma de exercício do poder pelos cidadãos, o poder que, em uma democracia, é originariamente deles. Sendo assim, tratar-se-ia de um ato político.

Uma sexta característica tipicamente vinculada à desobediência civil é sua *publicidade*, a qual está intimamente relacionada com seu caráter comunicativo e com seu objetivo. Se a desobediência civil é caracterizada por ser uma violação à lei feita para

comunicar às demais pessoas que se repudia determinada lei ou prática e para que elas passem também a repudiá-la e sejam convencidas de que essa lei ou prática deve ser modificada, então é necessário que a desobediência seja um ato praticado abertamente, em público, para que todos possam ter conhecimento dele, e não um ato praticado em sigilo, de forma oculta, tal como outros tipos de violação à lei. Alguém que simplesmente deixa de pagar seus impostos em sigilo, cuidando para que não seja descoberto, por exemplo, não estará praticando desobediência civil. A publicidade, portanto, é uma condição para que a desobediência civil adquira seu caráter comunicativo e atinja seu objetivo junto à sociedade.

Sobre a exigência de publicidade para a desobediência civil, Brownlee acentua que muitos autores, como John Rawls, por exemplo, pensam que, além de praticar o ato de desobediência abertamente, em público, o desobediente civil deve *avisar previamente* as autoridades estatais sobre sua intenção de praticar o ato. No entanto, há autores, como Brian Smart (1991), por exemplo, que entendem que, em certas circunstâncias, a exigência de aviso prévio simplesmente inviabilizaria o sucesso do ato de desobediência. Brownlee explica muito bem isso da seguinte maneira:

Se uma pessoa divulga sua intenção de violar a lei, então ela oferece tanto aos adversários políticos quanto às autoridades legais a oportunidade de abortar seus esforços para se comunicar (Smart 1991, 206). Por essa razão, a desobediência não anunciada ou (inicialmente) oculta é às vezes preferível às ações realizadas publicamente e com aviso prévio. Exemplos incluem a libertar animais de laboratórios de pesquisa ou vandalizar propriedade militar; para ter sucesso em realizar essas ações, os desobedientes teriam de evitar a publicidade do tipo que Rawls defende. (BROWNLEE, 2017, p. 7)

Após este esclarecimento sobre a necessidade de aviso prévio às autoridades e da divergência entre os autores que ela suscita, podemos acrescentar mais uma característica que os autores comumente atribuem à desobediência civil: ser um *ato não violento*. Como pudemos notar a partir dos exemplos paradigmáticos de Thoreau, Gandhi, Mandela e Luther King, a não violência do ato é algo recorrente nos casos considerados desobediência civil e foi, inclusive, uma característica abertamente defendida por seus proponentes. Do mesmo modo, pudemos perceber que a maioria dos autores aqui mencionados colocam a não violência como elemento característico da desobediência civil (com exceção de Michael Walzer). Sendo assim, como uma regra, na desobediência civil a violação da lei não implica violência contra pessoas (como ferir ou matar alguém, por exemplo) ou contra sua propriedade (como causar danos a bens móveis ou imóveis de alguém, por exemplo).

Algo que poderíamos pensar imediatamente a favor da exigência de não violência para uma desobediência ser civil é que infringir violência contra pessoas ou contra sua propriedade é algo moralmente errado e, sendo assim, parece que o desobediente civil, que é alguém que age movido por algum princípio ou convicção moral, estará sendo incoerente (ou ao menos parcial) se ele praticar um ato de violência. Outra razão a favor dessa exigência, frequentemente usada pelos autores, é que a prática de violência tem um efeito negativo sobre o objetivo dos desobedientes, porque diminui a probabilidade de conseguirem o apoio das demais pessoas para a causa que defendem. Neste sentido, o uso de violência obscureceria o caráter comunicativo e colocaria em risco a obtenção do objetivo da desobediência civil. (BROWNLEE, 2017, p. 8)

Entretanto, como Brownlee (2017, pp. 7-8) destaca, há muita discussão entre os estudiosos sobre o tema sobre a admissibilidade de atos violentos na desobediência civil. Sobre este assunto, o autor chama a atenção para três problemas que surgem quando se pensa sobre essa questão, os quais desafiam os defensores da exigência de não violência para haver desobediência civil.

Um deles é que se faz necessário definir exatamente o que é considerado ato violento, ou seja, o exatamente é vedado ao desobediente civil. Por exemplo, caso o desobediente pratique violência contra si próprio isto contaria como um ato violento e, assim, excluiria sua prática do âmbito da desobediência civil? Outro problema mencionado por Brownlee (2017, pp. 8-9) é que, muitas vezes, atos não violentos acabam trazendo muito mais prejuízos para as pessoas do que atos de violência. Poderíamos pensar, por exemplo, que quebrar um vidro do prédio de um pronto-socorro, embora seja uma violência contra a propriedade, traz prejuízos menores para as pessoas, ao que tudo indica, do que a paralização total das atividades por parte de profissionais da saúde que atendem nesse pronto-socorro e consequente suspensão do atendimento a pacientes que necessitam de atendimento emergencial. O terceiro problema que se impõe aos defensores da exigência de não violência, como explica Brownlee (2017, pp. 8-9), é que a violência do ato não necessariamente obscurece o caráter comunicativo, colocando em risco a obtenção do objetivo da desobediência civil, como muitos defendem.

Com base em problemas como esses indicados por Brownlee, autores como Michael Walzer e John Morreall, por exemplo, têm defendido que a desobediência civil pode sim ser realizada mediante violência, particularmente, uma violência contra a propriedade. (BEDAU, 1991, p. 11) No entanto, Brownlee (2017, p. 9) procura frisar que, como uma regra geral, há um consenso de que a desobediência civil não violenta é sempre preferível à violenta.

Uma oitava característica comumente atribuída à desobediência civil é a *disposição do desobediente para aceitar a punição legalmente prevista* para o ato que praticou. Como dito antes, a desobediência civil é caracterizada por ser um ato consciencioso, que a pessoa pratica movida por algum princípio ou convicção moral. Além disso, o objetivo que a pessoa tem ao fazer isso é comunicar seu repúdio a certa lei ou prática estatal e chamar a atenção das autoridades e pessoas em geral sobre a injustiça de tal lei ou prática, a fim de obter, em última instância, uma mudança no sistema legal ou político existente. Assim, o objetivo último do desobediente civil parece ser alcançar um sistema jurídico mais justo, tendo como base, é claro, aquilo que ele considera ser justo. A ideia que formamos do desobediente civil a partir disso é a de um cidadão comprometido com o sistema jurídico vigente em seu país, um cidadão que respeita e preza esse sistema e que, por isso, deseja que ele melhore nos aspectos que ainda precisam de aperfeiçoamento. Em outras palavras, parece ser por tal compromisso que o desobediente civil deseja e atua a fim de promover a eliminação do sistema de leis e práticas injustas. Dessa maneira, para demonstrar coerência com essa imagem do desobediente, é necessário, segundo a maioria dos autores, que ele esteja disposto a aceitar a punição legal para seu ato de desobediência prevista no próprio sistema legal que ele luta para aprimorar. Esta disposição para aceitar a punição, como indica Brownlee (2017, pp. 8-9), é vista por muitos como sinal de “fidelidade dos desobedientes ao sistema jurídicos em que fazem o protesto”.

Do mesmo modo como ocorre com outras características atribuídas à desobediência civil, há autores que discordam. Como vimos antes, Hanna Arendt não concorda que a disposição para aceitar a punição seja um elemento caracterizador da desobediência civil e no mesmo sentido é a opinião de Peter Singer. (BEDAU, 1991, p. 11)

Por fim, embora nos distanciando das considerações de Brownlee (2017), a maioria dos autores, tal como pudemos perceber na seção anterior (seção 1.2), atribui à desobediência civil a característica de ser um *ato coletivo*. Sendo assim, atos praticados isoladamente, por um único sujeito, normalmente não são vistos pelos estudiosos como atos de desobediência civil. Se pensarmos na conduta de Rosa Parks de não ceder lugar a passageiros brancos no ônibus, embora possamos falar o ato como praticado por um único agente, ele jamais é analisado isoladamente pelos estudiosos de filosofia ou ciência política, mas apenas no contexto da luta pelos direitos civis das pessoas negras nos Estados Unidos e como o estopim de um ato coletivo mais amplo, a saber, o boicote ao ônibus de Montgomery promovido por uma coletividade de pessoas. No caso do exemplo clássico de Thoreau, que não pagou seus impostos, há outras razões, como veremos adiante, pelas quais ele não é considerado pelos

especialistas no assunto como um ato de desobediência civil propriamente. De qualquer modo, ele não satisfaz o requisito de ser um ato coletivo, que a maioria dos autores exige para considerar uma violação da lei desobediência civil.

A partir da exposição feita até aqui, adotaremos como caracterização geral média da desobediência civil a ser utilizada nesta pesquisa a de que a desobediência civil deve ser ato: (1) ilícito; (2) consciencioso; (3) com caráter comunicativo; (4) com o objetivo de transmitir o repúdio a certa lei ou prática estatal; (5) político; (6) praticado pública ou abertamente; (7) em regra, não violento (admitida a violência sobre a propriedade apenas quando estritamente necessário), (8) praticado com a disposição para aceitar a imposição da sanção legal pertinente e (9) coletivo.

Baseando-nos nessa caracterização, então, é possível distinguir a desobediência civil tanto de atos ilícitos comuns quanto de outras formas de dissidência política.

Com relação aos atos ilícitos comuns, podemos perceber que muitos elementos que os distinguem da desobediência civil. Atos ilícitos comuns não são, em geral, atos conscienciosos, não são praticados com o objetivo de transmitir o repúdio a uma lei ou prática estatal considerada injusta e obter, com isso, uma mudança, não possuem tampouco caráter comunicativo e, em geral, não são praticados abertamente, em público. Como regra, atos ilícitos comuns são praticados com o objetivo de obter certa vantagem, com o que o infrator acaba, em geral, procurando manter sigilo acerca de sua conduta. Ademais, como o objetivo é a obtenção de uma vantagem, o infrator geralmente não está disposto a aceitar a imposição da punição legalmente prevista para seu ato, o que lhe seria algo desvantajoso. Todos esses elementos recém mencionados acabam traçando uma linha demarcatória bastante clara entre desobediência civil e atos ilícitos comuns.

No entanto, não é tão clara a linha demarcatória existente entre a desobediência civil e outras formas de dissidência política. Não nos é possível, aqui, fazer uma análise minuciosa dos diversos tipos de atos de dissidência política a fim de compará-los à desobediência civil. Mas é importante termos claros alguns pontos.

A desobediência civil distingue-se do protesto legal, por exemplo, porque neste não há a violação de uma lei ou regra do sistema jurídico vigente, enquanto aquela tem como um de seus elementos caracterizadores a ilicitude. (BROWNLIE, 2017, pp. 11-12)

A desobediência civil tampouco se confunde com o que os estudiosos chamam de “desvio de regras”, que ocorre quando alguma autoridade estatal, no exercício de suas funções, deixa de aplicar alguma regra aplicável a algum caso particular por considerá-la injusta. Neste caso, não se trata de uma violação direta de alguma lei, podendo até mesmo ser

argumentado que o desvio da regra atende melhor os deveres da autoridade no exercício de sua função do que a aplicação da regra em questão. Em virtude disso, a autoridade não corre o risco de ser punida pelo desvio, ao contrário do que ocorre na desobediência civil. O desvio de regras também se distingue da desobediência civil pelo fato de ser praticado por uma autoridade do estado no exercício de sua função, enquanto aquela é praticada pelos cidadãos em geral. (BROWNLEE, 2017, pp. 12-13)

A desobediência civil distingue-se também da objeção de consciência, que consiste na “violação da lei motivada pela crença do dissidente de que ele está moralmente proibido de seguir a lei porque a lei é má ou errada, total ou parcialmente.” (BROWNLEE, 2017, p. 13) Por exemplo, um médico que crê que o aborto é moralmente errado terá a crença de que uma lei que permite o aborto é moralmente errada e que, portanto, ele próprio está proibido, do ponto de vista moral, de obedecer essa lei. Assim, tal médico pode, em uma dada situação, negar-se a realizar um procedimento cirúrgico de aborto mesmo este sendo algo permitido pelo sistema jurídico e tendo a paciente o direito de realizar o aborto. Se ele fizer isso, estará praticando objeção de consciência, e não desobediência civil. Isso porque a objeção de consciência possui um caráter mais privado, dizendo respeito ao modo como um indivíduo isolado escolhe se comportar a fim de manter sua paz de consciência. Nisto ela difere amplamente da desobediência civil, que assume um caráter muito mais social e voltado para a mudança do sistema jurídico vigente. O exemplo paradigmático de Thoreau de não pagar seus impostos tem sido enquadrado pelos estudiosos como objeção de consciência, e não como desobediência civil, como ele próprio sustentou.

Como destaca Brownlee (2017, pp. 14-15), a desobediência civil distingue-se também das várias formas de protesto radical, como a violência coercitiva, a resistência forçada organizada, a ação militante, a intimidação e o terrorismo, bem como da ação revolucionária.

No caso dos protestos radicais, a diferença principal entre eles e a desobediência civil é o meio utilizado para a obtenção das mudanças desejadas: naqueles, são utilizadas “estratégias brutais de coerção e intimidação”, incluindo, muitas vezes, “força ou violência extrema como um componente chave” (BROWNLEE, 2017, p. 16); na desobediência civil, por outro lado, são utilizadas “estratégias de persuasão e apelo moral” a fim de convencer as autoridades e cidadãos em geral da necessidade de mudança. (BROWNLEE, 2017, p. 16) Além disso, enquanto a oposição ao regime atual é um componente típico dos protestos radicais, ele não necessariamente está presente na desobediência civil. (BROWNLEE, 2017, p. 16)

Com respeito à ação revolucionária, esta se distingue da desobediência civil principalmente pela abrangência dos objetivos: enquanto a desobediência civil possui objetivos mais focados, como mudar uma lei ou prática específica, a ação revolucionária tem um objetivo mais abrangente, de mudar o regime vigente como um todo. (BROWNLEE, 2017, p. 17) Como Brownlee (2017, p. 17) observa, porém, pode haver sobreposição entre essas diferentes categorias. Pode ser, em particular, que determinado ato de desobediência civil seja parte de uma ação mais ampla com caráter revolucionário.

1.3.2. Condições para a justificação da desobediência civil

Após apresentar as características típicas da desobediência civil, bem como de mostrar os principais fatores que a distinguem de outros tipos de atos com os quais poderia ser confundida, começaremos a tratar, agora, das condições necessárias para que um ato de desobediência civil possa ser considerado justificado.

Brownlee (2017, p. 17) agrupa em dois grupos os fatores que comumente são apontados pelos estudiosos do tema para a avaliação sobre se determinado ato de desobediência civil é justificado ou não. Um dos grupos reúne fatores relacionados ao tipo de ação escolhida para empreender a desobediência civil, enquanto o outro grupo reúne fatores relacionados à motivação dos desobedientes.

A. Fatores relacionados ao tipo de ação escolhida

O principal fator a ser considerado para a avaliação da justificação de uma prática de desobediência civil é se ela foi utilizada como o *último recurso* disponível ao desobedientes para comunicar seu repúdio a determinada lei ou prática estatal e tentar obter sua modificação ou se eles tinham a possibilidade de tentar atingir seu objetivo por outros meios, especialmente, por meios que não envolvam a violação de uma lei. Para muitos autores, um ato de desobediência civil somente será justificado se já tiverem se esgotados os meios legais para tentar atingir o objetivo.

O pressuposto que baseia este tipo de exigência é de que os cidadãos possuem uma obrigação moral geral de obedecer a lei, ou seja, de que violar a lei é um ato moralmente errado. Assim, a violação da lei presente na desobediência civil somente pode ser admitida em caráter excepcional, como uma forma de defesa de um bem maior e nos casos em que ela é estritamente necessária. Para saber se ela é estritamente necessária, seria preciso tentar outras

formas de ação, outras formas de comunicação com as autoridades e a população em geral. Em outras palavras, é preciso que os desobedientes pratiquem a desobediência como o último recurso de que dispõem. (BROWNLEE, 2017, pp. 17-18)

Como destaca Brownlee (2017, pp. 17-18), muitos problemas podem surgir para determinar, na prática, se a desobediência civil é o último recurso em uma situação particular. Um deles, para citarmos um exemplo, seria a escassez de meios legais eficazes disponibilizados pelo Estado para os cidadãos manifestarem sua insatisfação. O autor menciona, então, o critério estipulado por John Rawls para tentar solucionar esses problemas: “se ações passadas mostraram ser em sua maioria impassíveis ou apáticas, então tentativas futuras podem ser razoavelmente consideradas inúteis e pode-se estar confiante de que a desobediência civil é o último recurso.” (BROWNLEE, 2017, pp. 18-19)

Neste trabalho, adotaremos a exigência de ser o último recurso como a única condição de justificação relacionada ao tipo de ação escolhida, pelo fato de haver muitas divergências e discussões entre os estudiosos acerca das demais condições. Ainda assim, mencionaremos algumas das condições exigidas por alguns autores a título de conhecimento apenas.

Uma segunda condição exigida por Rawls para que uma desobediência civil seja justificada, por exemplo, é a coordenação dos desobedientes civis com outros grupos de minorias. Contudo, como Brownlee aponta, é muito problemático exigir tal coordenação, porque há casos em que o tempo ou outras circunstâncias inviabilizam o contato entre diferentes grupos, além do fato de que outros grupos podem simplesmente não estar interessados em coordenar suas ações com a dos dissidentes. A exigência de coordenação, portanto, não parece ser um critério razoável para determinar se uma desobediência civil é justificada.

Alguns autores apontam a não violência como uma condição para a justificação da desobediência civil, em vez de enquadrá-la como elemento caracterizador dessa prática, como preferimos neste trabalho.

Há autores que consideram o caráter direto da ação escolhida como uma condição de justificação. Assim, a ação ilegal escolhida teria de violar exatamente a lei que os desobedientes consideram injusta e pretendem modificar, não havendo espaço, então, para que a desobediência civil indireta seja justificada. Esta exigência, assim como a exigência de coordenação, não parece ser razoável, pois, como observa Brownlee (2017, p. 20), há contextos em que uma ação direta simplesmente não é possível.

Outra condição também apontada por alguns autores para a justificação da desobediência civil é a alta probabilidade de produzir consequências positivas, já que,

segundo eles, apenas assim estaria justificado expor a sociedade aos riscos de uma suposta instabilidade social e jurídica gerada por atos de desobediência. Esta exigência, conforme Brownlee, também enfrenta problemas, em especial porque é possível alegar que a sociedade não é exposta a riscos graves de instabilidade e porque ela implica negar a possibilidade de um grupo de cidadãos que se sente prejudicado por injustiças presentes no sistema jurídico tente modificar a situação vigente simplesmente porque não é altamente provável que sua tentativa surta os efeitos esperados. (BROWNLIE, 2017, p. 19)

B. Fatores relacionados à motivação dos desobedientes

Como vimos anteriormente, uma das características da desobediência civil é ser um ato consciencioso, isto é, um ato que as pessoas praticam movidas por algum princípio ou convicção moral que possuem. No entanto, poderia ocorrer, por exemplo, de um grupo de pessoas ter a convicção moral de que pessoas brancas possuem dignidade superior a pessoas negras e que, por isso, são merecedoras de maior respeito. Esse grupo de pessoas poderia, então, desobedecer alguma lei que prevê tratamento igualitário entre pessoas brancas e negras como forma de protesto, por considerarem-na injusta. Este exemplo hipotético e, em particular, a estranheza que ele pode nos causar chamam a atenção para a necessidade de análise de alguns fatores relacionados à motivação dos desobedientes civis a fim de averiguar se sua prática pode ser considerada ou não justificada do ponto de vista moral.

Como Brownlee explica, a maioria dos autores entendem que os desobedientes civis tenham agido pelas razões corretas para que possamos considerar a desobediência civil uma prática justificada. O agir pelas razões corretas depende de três aspectos principais.

Primeiramente, a causa pela que os desobedientes civis estão defendendo tem de ser uma causa justa, uma causa bem fundamentada. No caso do exemplo hipotético acima, dificilmente consideraríamos, nos dias atuais, que a ideia de que pessoas brancas possuem dignidade moral superior a de pessoas negras e de que, por isso, merecem maior respeito como bem fundamentada, justa. Sendo assim, poderíamos dizer que um ato desobediência civil praticado com base nessa convicção moral pode ser classificado como não justificado em virtude de a causa defendida pelos desobedientes não ser justa, bem fundamentada.

Além da defesa de uma causa justa, é necessário também que os desobedientes estejam defendendo essa causa por boas razões. Por exemplo, algum grupo de pessoas poderia empreender um ato de desobediência civil para defender a causa justa da igualdade entre brancos e negros, mas estarem agir a fim de obterem certas vantagens (como um político que

defende a causa a fim de obter votos nas próximas eleições ou uma pessoa comum que a defende a fim de obter a admiração de seus amigos), e não pelo sentimento de injustiça ou repúdio ao tratamento desigual, etc., as quais seriam boas razões para defender essa causa. No entanto, em tal caso, a desobediência civil não seria considerada justificada do ponto de vista moral, pelo fato de que, embora seja a defesa de uma causa justa, não foi praticada pelas razões corretas. (BROWNLEE, 2017, p. 22-23)

Por fim, para ser justificada, é preciso também que o desobediente civil tenha razões crer que a ação particular escolhida é apropriada para a defesa de sua causa. Como Brownlee (2017, pp. 22-23) exemplifica, pode ser que, para a defesa de determinada causa, seja apropriado realizar um bloqueio em rodovias, mas não seja apropriado invadir uma propriedade estatal ou praticar atos de vandalismo. Caso os desobedientes escolham estes últimos tipos de ação apesar de terem razões para crer que o primeiro tipo de ação é o adequado, então eles estarão incorrendo em um erro de julgamento sobre quais ações eles estão justificados a praticar na defesa de sua causa e, nesse caso, a desobediência civil empreendida não será justificada.

O que será considerado uma ação apropriada para a defesa de determinada causa é uma questão complexa, a qual deve ser respondida considerando-se vários fatores da situação concreta de que se esteja falando. Brownlee (2017, pp. 22-23) menciona, dentre eles, “o regime político, o tom do ambiente social, as ações tomadas por outros participantes políticos, etc.”

A respeito dos fatores relacionados à motivação dos desobedientes civis, podemos dizer, em suma, que, ao avaliarmos a justificação ou não de uma prática de desobediência civil, temos que averiguar se a causa defendida pode ser considerada justa ou bem fundamentada, se as razões que levaram os desobedientes a defender essa causa são boas e se eles tinham razões para crer que a ação particular escolhida é apropriada para a defesa de sua causa. Caso possamos responder positivamente a essas questões, poderemos concluir que se trata de uma desobediência civil justificada.

1.4. Considerações finais

Ao longo deste capítulo, tentamos esclarecer em que consiste a desobediência civil, que é nossa categoria central de análise. Em um primeiro momento, mencionamos alguns exemplos comumente apontados como exemplos de desobediência civil e pudemos ter uma ideia, mesmo que bastante superficial, de como surgiu e se desenvolveu a reflexão teórica

sobre a desobediência civil. Apresentamos também um resumo das concepções de alguns dos principais autores que trataram da desobediência civil ao longo da história, a fim de dar uma amostra dos desenvolvimentos teóricos sobre o tema. Por fim, apresentamos, seguindo de perto as considerações de Brownlee (2017), uma caracterização geral média de desobediência civil, ou seja, aquelas características que mais comumente são consideradas pelos autores como típicas de atos de desobediência civil, assim como aquelas condições que mais frequentemente são tidas como necessárias para que tais atos sejam justificados. É com essa caracterização geral que trabalharemos no decorrer deste trabalho e aquela com a qual faremos nossas análises.

De acordo com tal caracterização, como vimos, a desobediência civil é um ato: (1) ilícito; (2) consciencioso; (3) com caráter comunicativo; (4) com o objetivo de transmitir o repúdio a certa lei ou prática estatal; (5) político; (6) praticado pública ou abertamente; (7) em regra, não violento (admitida a violência sobre a propriedade apenas quando estritamente necessário), (8) praticado com a disposição para aceitar a imposição da sanção legal pertinente e (9) coletivo.

Além disso, baseando-nos também em Brownlee (2017), chegamos ao estabelecimento de algumas condições comumente exigidas para que a desobediência civil seja considerada justificada. Como vimos, ao avaliarmos a justificação ou não de uma prática de desobediência civil, temos que averiguar, por um lado, se ela é o último recurso de que dispunham os desobedientes civis para atingir seus objetivos e, pelo outro, temos que averiguar se a causa defendida pelos desobedientes pode ser considerada justa ou bem fundamentada, se as razões que levaram os desobedientes a defender essa causa são boas e se eles tinham razões para crer que a ação particular escolhida é apropriada para a defesa de sua causa. Caso possamos responder positivamente a essas questões, poderemos concluir que se trata de uma desobediência civil justificada. É com base nessa caracterização geral, então, que tentaremos responder as perguntas norteadoras de nossa pesquisa, a saber, se o ato de ocupação da reitoria da UFSM pelos estudantes pode ser considerado desobediência civil e, em caso positivo, se ela pode ser considerada uma prática justificada.

2. OCUPAÇÕES DE REITORIAS NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS: UM PANORAMA GERAL DE 2011

No ano de 2007, começou uma onda de ocupações de reitorias de diversas universidades brasileiras. As ocupações concentraram-se nesse ano, mas houve algumas ocupações também em anos posteriores. O principal motivo para as ocupações nas universidades, ou, pelo, menos, o motivo que os estudantes tiveram em comum nas ocupações das diferentes universidades federais, foi a possibilidade de suas instituições aderirem ao programa REUNI (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação das Universidades Federais) ou mesmo a efetiva adesão delas ao programa. O REUNI foi instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007 e 53 universidades federais brasileiras enviaram projetos de reestruturação pelo programa, os quais foram aprovados. (OLIVEIRA, 2008, p. 24)

Além da possibilidade de adesão ao REUNI (ou da efetiva adesão a ele), outro fator determinante de algumas ocupações, em particular, das ocorridas em universidades do estado de São Paulo, foi o conjunto de cinco Decretos criados pelo Governador José Serra, no ano de 2007, que afetam as instituições de ensino superior no estado.⁵ Segundo os estudantes envolvidos nas manifestações, tais decretos limitariam a autonomia das universidades paulistas.

Juntamente às reivindicações relacionadas ao repúdio ao REUNI e (no caso das ocupações ocorridas no estado de São Paulo) aos Decretos do Governador José Serra, os estudantes incluíram em suas pautas muitas reivindicações atinentes à estrutura de suas universidades, tais como melhorias nas instalações, melhorias na assistência estudantil, etc. É importante mencionar que uma exigência sempre recorrente nas pautas de reivindicações é que 10% PIB seja destinado à educação.

Neste capítulo, apresentaremos um panorama geral das principais ocupações ocorridas em diferentes universidades brasileiras no ano de 2011, com foco específico nas instituições federais de ensino, a fim de que compreendamos o cenário de manifestações estudantis em que se inseriu a ocupação da reitoria da UFSM de 2011, que é nosso objeto de estudo. Antes da apresentação desse panorama, porém, tentaremos explicar brevemente em que consiste o REUNI e porque ele esteve presente entre as motivações das ocupações das diferentes universidades federais do país.

⁵ São os Decretos nº 5.1460, nº 5.1461, nº 5.1471, nº 5.163 e nº 5.1660.

2.1. REUNI

O REUNI, Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, é parte integrante da política pública de expansão da educação superior do país estabelecida pelo Plano Nacional de Educação 2001-2011. Este plano está consubstanciado na Lei 10.172/2001 e ele foi pensado no sentido de dar acesso à educação a um maior número de pessoas, dando efetividade ao disposto no art. 205 da CF/88, segundo o qual a educação seria um direito de todos e um dever do Estado.

Apesar de todos terem direito à educação, o que inclui, é claro, a educação superior, não era isso o que se verificava na prática, ou seja, o ensino superior era algo reservado, preponderantemente, às camadas mais abastadas da sociedade. Frente a essa realidade, várias entidades da sociedade civil, além dos próprios cidadãos de um modo geral, dirigiam fortes críticas ao caráter elitista do ensino superior no país e defendiam uma maior democratização do acesso ao mesmo.

O Plano Nacional de Educação (PNE) 2001-2010, então, foi delineado com vistas a modificar a situação do ensino superior existente na época, fixando metas para o aumento dos investimentos no ensino superior, bem como para o aumento no número de pessoas com acesso à educação superior. O PNE 2001-2010 foi implementado por meio de programas de expansão do ensino superior federal, os quais são classificados em diferentes fases. (BRASIL, 2012, p. 9)

A primeira fase, que compreende o período de 2003 a 2007, foi caracterizada pelo anseio de interiorização do ensino superior, aumentando o número de municípios atendidos por ensino superior federal de 114 para 272 (correspondente a 138%). A segunda fase da expansão da educação superior federal foi iniciada em 2007, com a criação do REUNI (instituído pelo Decreto 6.096/2007), e foi caracterizada pelo anseio de reestruturação das universidades, a fim de ampliar o acesso ao ensino superior e de otimizar o aproveitamento de suas estruturas físicas e recursos humanos. Uma terceira fase, cronologicamente concomitante às duas fases já mencionadas, foi a de integração regional e internacional, com a criação de universidades que visam à integração de regiões do país ou dele com outros países, tais como a UFFS (Universidade Federal da Fronteira Sul), a UFOPA (Universidade Federal do Oeste do Pará), a UNILA (Universidade Federal de Integração Latino-Americana) e a UNILAB (Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira). (BRASIL, 2012, p. 11)

Dessas fases, aquela que é de particular interesse para nosso trabalho é a de reestruturação das universidades, inaugurada e regida pelo programa REUNI. Este programa teve como objetivo “criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais.” (Art. 1º, caput, do Decreto nº 6.096) Além disso, ele pretendeu elevar a “taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento”, bem como elevar a “relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito.” (Art. 1º, §1º, do Decreto nº 6.096)

As universidades federais tiveram autonomia para decidir se iriam participar do programa. Para tanto, elas deveriam enviar seus projetos de reestruturação e, uma vez aprovados estes, seria concedido a elas o prazo de cinco anos, a partir da data de instituição do programa, para sua implementação. O Ministério da Educação, por sua vez, prometeu liberar um incremento orçamentário, aumentando em 20% o orçamento total destinado às universidades.

No ano de 2007, havia 54 universidades federais em nosso país e, destas, 53 apresentaram programas de reestruturação para adesão ao REUNI. A adesão das universidades ocorreu em duas chamadas, a primeira delas realizada em 29/10/2007 para implantação do programa no início de 2008, e a segunda delas realizada em 17/12/2007, prevendo o início da implementação somente no segundo semestre de 2008. Vale ressaltar que a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) aderiu ao programa em sua segunda chamada. (BRASIL, 2009, p. 5) O REUNI começou a ser implementado, portanto, em 2008 e estabeleceu como data prevista de conclusão o ano de 2012, cinco anos a partir da data de instituição do programa. (BRASIL, 2012, p. 3)

Apesar de os objetivos do programa irem, segundo o governo, ao encontro dos anseios da população, em particular, das reivindicações de entidades da sociedade civil como Andifes (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior), Andes-SN (Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior), Fasubra (Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Universidades Públicas Brasileiras) e UNE (União Nacional dos Estudantes)⁶, foram feitas muitas críticas por parte de estudantes, entidades

⁶ No relatório elaborado pela comissão constituída pelo Ministério da Educação para avaliar o programa de expansão da educação superior federal de 2003 a 2012, é dito o seguinte: “É importante ressaltar que o Reuni é resultante da tentativa do governo de atender às reivindicações e anseios de diversas entidades da sociedade civil pela ampliação de oferta de vagas no ensino superior federal. Dentre as entidades destacam-se a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), por meio da Proposta de Expansão e Modernização do Sistema Público Federal de Ensino Superior; o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN); a Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das

como as citadas e cidadãos interessados no assunto com respeito ao modo como foi elaborado o programa de expansão. Apenas para citarmos exemplos, alguns dos argumentos contrários à adesão das universidades ao REUNI foram os seguintes:

(a) não há garantia de que a verba prometida será de fato liberada em sua totalidade, mesmo que o projeto de reestruturação de determinada universidade seja aprovado, já que o §3º do art. 3º do Decreto nº 6.096 condiciona o atendimento dos planos à capacidade orçamentária e operacional do Ministério da Educação;

(b) não há a previsão de reposição da verba destinada ao REUNI, mesmo que haja aumento da inflação;

(c) a elevação para 18 do número de alunos por professor acabará sobrecarregando os professores, tendo em vista que estes não se ocupam apenas do ensino na graduação;

(d) a liberação da verba para cada universidade é gradual e condicionada ao cumprimento de cada etapa do plano de reestruturação, o que prejudica a execução do plano como um todo caso uma instituição não consiga cumprir no prazo estipulado alguma das etapas de seu plano;

(e) após aderir ao REUNI, por se submeter a suas regras e condições, as universidades teriam tolhida a sua autonomia, a qual é prevista pelo art. 207 da Constituição Federal⁷.

Munidos com uma variedade de argumentos como esses, muitos estudantes de instituições federais de ensino superior organizaram-se em movimentos contrários à adesão de suas universidade ao REUNI. Muitos desses movimentos resultaram nas diversas ocupações realizadas a partir do ano de 2007 em diferentes universidade federais do país. É importante esclarecer, porém, que a adesão ao REUNI não foi a única motivação dos estudantes para essa espécie de manifestação. Tanto é assim que a onda de ocupações em universidades não esteve restrita às universidades federais, atingidas pela polêmica sobre o REUNI. Houve ocupações em universidades estaduais também, as quais, por não pertencerem ao âmbito de abrangência do programa REUNI, não foram motivadas pela possibilidade ou efetiva adesão a ele. Para termos um exemplo, o fator determinante de algumas ocupações ocorridas em universidades do estado de São Paulo foi o conjunto de cinco Decretos criados pelo Governador José Serra, no ano de 2007, que afetaram as instituições de ensino superior no estado.⁸ Segundo os estudantes envolvidos nas manifestações, tais decretos limitariam a autonomia das universidades paulistas. Além disso, os estudantes das diferentes universidades, federais e

Universidades Públicas Brasileiras (Fasubra); e a União Nacional dos Estudantes (UNE).” (BRASIL, 2012, p. 10)

⁷ *Afinal, o que é REUNI?* In: <http://ocupaufpe.blogspot.com.br/2007/11/afinal-o-que-reuni.html> (Acesso em: 16 de Junho de 2013)

⁸ São os Decretos nº 5.1460, nº 5.1461, nº 5.1471, nº 5.163 e nº 5.1660.

estaduais, incluíram em suas pautas durante as ocupações muitas reivindicações atinentes à estrutura de suas universidades, tais como melhorias nas instalações, melhorias na assistência estudantil, a exigência sempre recorrente de que 10% PIB seja destinado à educação, etc.

Como o foco de nossa pesquisa é a ocupação da reitoria da UFSM ocorrida em 2011, aproximadamente três anos após o início da implementação do REUNI, será útil termos em mente alguns dos dados divulgados pelo governo no ano de 2009 no documento “Reuni 2008 – Relatório de Primeiro Ano”, aos quais os participantes dessa ocupação em particular puderam ter acesso.

Quando ao número de vagas das universidades que aderiram ao REUNI, o relatório do primeiro de implementação do projeto apresenta um resultado superior à meta de aumento de vagas estipulada no projeto. Segundo consta no relatório,

Considerando 2007 como ano referencial, quando o número de vagas em cursos presenciais de graduação totalizava 132.451, os projetos institucionais pactuaram um aumento para 146.762, o que representa acréscimo de 11%. No entanto, essa meta foi superada e em 2008 as universidades federais ofertaram um total de 147.277 vagas, o que equivale a um aumento de 14.826 novas vagas. (BRASIL, 2009, p. 6)

O quadro apresentado no relatório para representar esse resultado é o seguinte:

IFES	Projetadas			Executadas			Diferenças		
	Diurno	Noturno	Total	Diurno	Noturno	Total	Diurno	Noturno	Total
Total	108.553	38.209	146.762	109.690	37.587	147.277	1.137	- 622	515

Fonte: BRASIL (2009, p. 6)

Quanto ao número de cursos de graduação presenciais criados, o relatório indica que 98 % da meta estipulada inicialmente foi atingida no primeiro ano de execução do programa. Segundo o relatório,

Em 2007, o número de cursos de graduação presencial totalizava 2.326. Os projetos institucionais pactuaram um aumento para 2.552, resultando num incremento de 9,7%. As informações relativas aos cursos de graduação presenciais projetados e aos 2.506 efetivamente criados indicam um percentual de execução na ordem de 98%. (BRASIL, 2009, p. 7)

O quadro apresentado no relatório para representar esse resultado é o seguinte:

Projetadas			Executadas			Diferenças		
Diurno	Noturno	Total	Diurno	Noturno	Total	Diurno	Noturno	Total
1.827	725	2.552	1.814	692	2.506	- 13	- 33	- 46

Fonte: BRASIL (2009, p. 7)

O relatório aponta também que a relação média entre número de alunos por professor nas universidades participantes do REUNI foi para 17,8 alunos por professor, o que apontaria, segundo o relatório, o cumprimento da meta inicialmente estipulada. (BRASIL, 2009, p. 7)

Com relação à contratação de pessoal, algo de essencial importância para o cumprimento das metas do REUNI, o relatório nos diz que:

Para o exercício de 2008 as 53 universidades federais que apresentaram projetos de adesão ao Programa Reuni pactuaram um montante de 3.459 cargos, sendo 1.821 de docentes e 1.638 técnicos. Desse total, 1.560 cargos docentes e 1.275 cargos de técnicos administrativos já foram nomeados. A previsão é de que as demais nomeações aconteçam até o final de 2009. (BRASIL, 2009, p. 8)

Os quadros apresentados no relatório para representar esse resultado é são os seguintes:

Vagas em Concursos – Docentes em 3º Grau			
Projetadas	Autorizadas	Homologadas	Nomeações
1.821	1.821	1.560	1.560

Fonte: BRASIL (2009, p. 8)

Vagas em Concursos - TA classes B, C, D e E			
Projetadas	Autorizadas	Homologadas	Nomeações
1.638	1.638	1.300	1.275

Fonte: BRASIL (2009, p. 9)

Outro dado que o relatório fornece diz respeito à melhora nas estruturas físicas das universidades participantes do programa, indicando o registro de 327 obras, no ano de 2008, abrangidas pelo programa. Esse resultado foi mostrado no seguinte quadro:

Obras do Reuni - Exercício 2008				
Em Elaboração de Projetos	Em Licitação	Em Execução	Concluída	Total
77	127	103	20	327

Fonte: BRASIL (2009, p. 9)

O relatório ressalta também que, durante o primeiro ano de implementação do REUNI, juntamente com a primeira fase de expansão da educação superior federal (2003-2008), foram implantados vários *campi*, resultando num aumento considerável no número de municípios atendidos por educação superior federal. (BRASIL, 2009, p. 9)

Além disso, o relatório menciona o aumento do número de bolsas de mestrado de doutorado, com a instituição das Bolsas Reuni de Assistência ao Ensino (pela Portaria Nº 582, de 14 de maio de 2008), em parceria com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o que é representado no relatório pelo seguinte quadro:

PACTUADO				EXECUTADO				DIFERENÇA	
Mes-trado	Douto-rado	Pós-Doutorado	TOTAL	Mestrado	Douto-rado	Pós-Doutorado	TOTAL	Executado - Pactuado	
656	352	52	1.060	645	296	-	941	-119	-11%

Fonte: BRASIL (2009, p. 11)

Acerca do incremento orçamentário prometido para as universidades por sua adesão ao REUNI, o relatório nos diz:

Em relação aos valores orçamentários pactuados com as universidades federais no Programa Reuni, o Ministério da Educação disponibilizou 99% do total previsto para o exercício, conforme dados do Quadro 9. Se considerarmos o valor de descentralizações devolvido no exercício de 2008 na ordem de R\$ 8.970.877,00 (sendo R\$ 7.176.494,00 em custeio e R\$ 1.794.384,00 em investimento), o MEC ultrapassou em 0,78% o montante de pactuado para o período. As devoluções ocorreram devido a problemas operacionais no sistema de administração financeira (SIAFI). (BRASIL, 2009, p. 12)

Esse resultado foi representado no relatório no seguinte quadro:

Quadro 9 – Execução Orçamentária Geral do Programa Reuni em 2008

IFES	PACTUADO			DISPONIBILIZADO				*DIFERENÇA: Disponibilizado - Pactuado	
	Custeio AE + UBC	Investi- mento	TOTA L exceto Bolsa Capes	Custei- o	Investi- mento	TOTAL exceto Bolsa Capes	%	TOTAL exceto Bolsa Capes	
TOTAL	65.383.199	431.615.330	496.998.529	76.220.896	415.661.444	491.882.340	99%	-5.116.189	-1,0%

Fonte: BRASIL (2009, p. 12)

A partir da apresentação resumida de alguns dos dados divulgados no relatório do primeiro ano de implementação do REUNI, podemos ter em mente aquilo a que os estudantes participantes das ocupações de reitorias em 2011 tinham ou poderiam ter acesso quando da realização de tais ocupações. Isso se faz muito importante para nosso trabalho na medida em que permite compreender melhor o contexto em que estavam inseridos nossos sujeitos de estudo, além de fornecer subsídios para avaliar melhor a justificabilidade de suas ações.

2.2. Panorama geral das ocupações

A partir de agora, apresentaremos um panorama geral das principais ocupações ocorridas em diferentes universidades brasileiras no ano de 2011, com foco específico nas instituições federais de ensino, a fim de que compreendamos o cenário de manifestações estudantis em que se inseriu a ocupação da reitoria da UFSC de 2011, que é nosso objeto de estudo.

2.2.1. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) foi fundada em 1960 e está situada na região sul do país, com sede em Florianópolis/SC. Além do campus sede, a universidade conta com mais quatro *campi* situados nos municípios catarinenses Joinville, Araranguá, Blumenau e Curitibanos, os quais foram implantados com recursos advindos do programa REUNI, ao qual a universidade aderiu na primeira chamada, ocorrida em 29 de outubro de 2007. Atualmente, a UFSC possui 117 cursos de graduação, dos quais 103 presenciais e 14 a distância, além de 154 cursos de pós-graduação, dentre os quais 32 cursos de especialização,

63 cursos de mestrado acadêmico, 15 cursos de mestrado profissional e 55 cursos de doutorado, totalizando mais de 30 mil alunos.⁹

A UFSC foi uma das universidades que teve sua reitoria ocupada pelos estudantes no ano de 2011. Desde o início do segundo semestre letivo desse ano, os estudantes estavam em forte mobilização para obter o atendimento de várias reivindicações. Mas é importante destacar um fato em particular. Os servidores técnico-administrativos da instituição estavam em greve e esta recebeu apoio de muitos estudantes, dentre os quais os do curso de Economia. Segundo os estudantes, em virtude deste apoio, a administração da universidade propôs um corte no número de vagas ofertadas no curso de Economia, o que causou muita revolta entre os estudantes. No dia 12 de agosto, quando seria votada a proposta de redução das vagas pelos órgãos deliberativos da universidade, mais de 300 estudantes realizaram um ato público contra o corte de vagas, conseguindo, com isso, impedir a votação. No dia 17 de agosto, foi iniciada uma semana de vigília no prédio da reitoria, a qual contou com a participação de mais de 800 estudantes. Durante 8 dias, estudantes permaneceram acampados no local, onde eram realizadas reuniões diárias para a discussão e deliberação das reivindicações estudantis e organização do movimento, bem como realizadas oficinas sobre assuntos relacionados à universidade. Durante a vigília, os estudantes não restringiram o acesso ao prédio da reitoria, podendo os funcionários e demais pessoas lá circularem livremente.¹⁰

No dia 25 de agosto, último dia da vigília, foi realizada uma assembleia geral pelos estudantes, com a participação da administração da universidade. A administração alegou ter demonstrado, nessa oportunidade, sua disposição para atender às reivindicações dos alunos¹¹. Contudo, conforme os estudantes, a administração teria mantido sua negativa de atender às pautas do movimento estudantil, especialmente o pedido de aumento das bolsas de permanência estudantil.¹² Diante disso, os estudantes decidiram durante a assembleia geral pela ocupação da reitoria da universidade por prazo indeterminado, com vistas à manifestar publicamente suas reivindicações e obter o atendimento das mesmas. No dia 26 de agosto, as portas do prédio da reitoria foram trancadas e foi formada uma barricada com pneus para que

⁹ Cf. Apresentação. Disponível em: <<http://estrutura.ufsc.br/>> (Acesso em: Agosto 2017)

¹⁰ Girard, Bibiano. PARALISAÇÕES: O EFEITO DOMINÓ DO REUNI, 05 de setembro de 2011. Disponível em: <http://www.revistaovies.com/reportagens/2011/09/paralisacoes-o-efeito-domino-do-reuni/> (Acesso em: Agosto 2017)

¹¹ Cf. *Administração Central lamenta ocupação do prédio da Reitoria*, 26/08/2011 (08:58 h). Disponível em: <<http://noticias.ufsc.br/2011/08/nota-a-comunidade-universitaria-5/>> (Acesso em: Agosto 2017)

¹² Cf. *Ocupação da Reitoria – Nota de Esclarecimento*, 26/08/2011. Disponível em: <<https://ocupacaoreitoriaufsc.wordpress.com/>> (Acesso em: Agosto 2017)

somente os estudantes manifestantes pudessem ter acesso ao local, sendo impedida a entrada de funcionários e demais pessoas.¹³

As reivindicações dos estudantes durante a ocupação foram as seguintes: (1) reajuste do valor pago a título de bolsa de permanência estudantil e aumento do número de bolsas ofertadas; (2) contratação imediata de professores e servidores a fim de garantir as condições mínimas de ensino, evitando, assim, novas propostas de cortes de vagas na UFSC (como a ocorrida recentemente); (3) apresentação, por parte da administração, do plano e prazo de conclusão das obras previstas para a UFSC referentes à implementação do REUNI e (4) atendimento imediato das pautas dos servidores da universidade colocadas durante a greve que realizavam à época.¹⁴

No dia 28 de agosto, os estudantes decidiram desocupar o prédio da reitoria, após a obtenção dos seguintes resultados:

- 1) Reajuste imediato da Bolsa Permanência para R\$ 420,00;
- 2) Manutenção do edital que lança 150 novas Bolsas Permanência;
- 3) Criação de uma Comissão Paritária Permanente para o reajuste anual da bolsa, com o mínimo de 5% (R\$ 441) para início de 2012;
- 4) Audiência Pública sobre os trabalhos da comissão;
- 5) Garantia das conquistas do movimento estudantil acordadas previamente à ocupação da reitoria (posicionamento contra o corte de vagas, calendário de conclusão das obras);
- 6) Reconhecimento das reivindicações dos servidores técnico-administrativos e pela abertura de negociação pelo governo federal;
- 7) Não criminalização dos estudantes e/ou das entidades estudantis que realizaram a ocupação.¹⁵

2.2.2. Universidade Federal do Paraná (UFPR)

A Universidade Federal do Paraná (UFPR) está situada na região sul do país, com sede em Curitiba/PR, e é considerada a mais antiga do país, tendo sido fundada em 1912 como uma instituição privada e transformada em instituição federal no ano de 1950. Além dos *campi* em Curitiba e sua região metropolitana, a universidade conta com *campi* nos municípios paranaenses de Pontal do Paraná, Matinhos, Palotina, Jandaia do Sul e Toledo.

¹³ Girard, Bibiano. PARALISAÇÕES: O EFEITO DOMINÓ DO REUNI, 05 de setembro de 2011. Disponível em: <http://www.revistaovies.com/reportagens/2011/09/paralisacoes-o-efeito-domino-do-reuni/> (Acesso em: Agosto 2017)

¹⁴ Cf. Moção de apoio: Moção de Apoio a Ocupação da Reitoria da Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <<https://ocupacaoreitoriaufsc.wordpress.com/moco-es-de-apoio/>> (Acesso em: Agosto 2017)

¹⁵ Cf. OCUPAÇÃO VITORIOSA!, 29 de agosto de 2011. Disponível em: <<https://ocupacaoreitoriaufsc.wordpress.com/>> (Acesso em: Agosto 2017)

Atualmente, a universidade possui 135 cursos de graduação presenciais, 2 cursos técnicos e 246 cursos de pós-graduação, além dos cursos a distância, totalizando mais de 36 mil alunos. A UFPR aderiu ao programa REUNI em sua primeira chamada, ocorrida em 29 de outubro de 2007.¹⁶

No dia 26 de agosto de 2011, cerca de 50 estudantes ocuparam a reitoria da Universidade Federal do Paraná (UFPR). O principal motivo que os estudantes tiveram para realizar a ocupação era a imediata resolução de um problema com a alimentação dos estudantes bolsistas.

O problema que estava acontecendo era decorrente da paralização dos técnicos administrativos, paralização esta que se prolongava por dois meses. Isso acabou por prejudicar o funcionamento dos RUs e afetou, principalmente, os estudantes bolsistas, com fragilidade socioeconômica, amparados pelo Programa de Benefícios Econômicos para a Manutenção dos Estudantes de Graduação e ensino Profissionalizante da UFPR (PROBEM).

Os estudantes se posicionaram a favor da greve dos técnicos-administrativos, porém, eles queriam que a alimentação fosse fornecida por outros meios que não dependessem do funcionamento do RU, como havia sido realizado em outra ocasião. Em nota, a UFPR esclareceu que os recursos do (PANES), referentes ao auxílio-refeição, são integralmente destinados ao restaurante universitário e que a UFPR não tem autonomia para a contratação emergencial de empresas terceirizadas de serviços de alimentação, devido a normas no caso de greves.

Além da paralização dos técnico-administrativos, os professores também aderiram à greve. Eles reclamaram da sobrecarga de trabalho, defasagem salarial, falta de infraestrutura das salas de aula e laboratórios, assim como falta de tempo para desenvolver atividades de pesquisa.

De acordo com o DCE, foram mais de 40 reivindicações dos estudantes, destacando-se as relacionadas à assistência estudantil, como bolsas de estudo, moradia estudantil, ampliação do atendimento nos RUs, a não privatização do hospital de Clínicas da UFPR, assim como a destinação de 10% do PIB para a educação. São estas as de maior relevância.

Em assembleia realizada no dia 30 de agosto de 2011, aproximadamente 500 estudantes reuniram-se para analisar a proposta da reitoria às reivindicações. A universidade atendeu 16 pautas dos estudantes, porém não encontrou uma solução imediata a cinco pedidos feitos pelos estudantes.

¹⁶ Cf. *Apresentação*. Disponível em: < <http://www.ufpr.br/portallufpr/a-universidade-institucional/#> > (Acesso em: Setembro 2017)

Dentre as reivindicações atendidas pela UFPR, está, por exemplo, a ampliação dos horários de funcionamento dos Rus. Logo após a assembleia do dia 30 de agosto de 2011, os estudantes resolveram pôr fim à ocupação, já que suas principais reivindicações haviam sido atendidas pela instituição.¹⁷

2.2.3. Fundação Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)

A Fundação Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) foi fundada em 1970 e está situada na região centro-oeste do país, com sede em Cuiabá/MT. Além do campus sede, a universidade conta com *campi* nos municípios mato-grossenses de Barra do Garças, Rondonópolis, Sinop e Pontal do Araguaia. Atualmente, a universidade possui 106 cursos de graduação e 61 cursos de pós-graduação, entre mestrado e doutorado, além dos cursos a distância, que estão distribuídos em 24 polos, totalizando mais de 34 mil alunos. A UFMT aderiu ao programa REUNI em sua primeira chamada, ocorrida em 29 de outubro de 2007.

No dia 15 de setembro de 2011, aproximadamente 800 estudantes, apoiados pelo DCE e centros acadêmicos, ocuparam a reitoria da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Dentre as reivindicações dos estudantes, estão questões relacionadas com o atraso no andamento das obras do *campus*, acessibilidade, necessidade da creche universitária, contratação de professores, ampliação da assistência estudantil, dentre outras reivindicações.

Os estudantes promoveram uma ocupação pacífica com o objetivo de reivindicar melhorias na Educação, porém, antes de realizar referida ocupação, os estudantes estiveram reunidos durante seis horas com a administração da UFMT para debater sobre essas questões. Como não chegaram a um consenso, os estudantes decidiram pela ocupação da reitoria.

Para os estudantes, os 10% do PIB para a educação e a abertura de concursos são pautas nacionais e portanto, a única forma de pressionar o governo é através de ocupações de reitorias.

Durante a noite, cerca de 50 estudantes permaneceram na reitoria e tiveram que enfrentar dificuldades devido ao corte de energia elétrica e à falta de sinal de internet. No dia seguinte à ocupação, as mobilizações prosseguiram, desta vez percorrendo os blocos para divulgar o movimento. Após a realização de um Conselho de Entidades de Base (CEB), que já estava agendado, ficou decidido que os CAS de cada curso promoveriam debates sobre as

¹⁷ Cf. Após ocupação estudantes deixam pro reitoria de assuntos estudantis. Disponível em: < www.gazetadopovo.com.br/educação/vidanauniversidade- > (Acesso em: agosto 2017)

necessidades dos estudantes, assim como também foi definida a data para uma assembleia geral universitária para deliberar sobre futuras ações do movimento.¹⁸

Na carta reivindicatória entregue à reitoria, no dia 12 de setembro pelo DCE, antes mesmo de decidirem pela ocupação, os estudantes denunciaram a situação de descaso que estão vivendo, tanto os estudantes como professores e técnicos-administrativos, e responsabilizam o governo federal pelas políticas educacionais adotadas por este. Segundo eles, o sucateamento em que se encontra a UFMT, assim como outras instituições de ensino federal, se estende desde o governo anterior devido à política de expansão proposta pelo programa REUNI.

As principais pautas, além dos 10% do PIB para a educação, eles pedem que o restaurante universitário e a biblioteca sejam reabertos, mais vagas para a casa do estudante, que a promessa feita pela reitora durante a campanha, de que seria construída uma creche para atender aos filhos de estudantes e de servidores, seja cumprida. Pedem a ampliação do número de bolsas, a acessibilidade para estudantes portadores de necessidades especiais, a construção do hospital universitário assim como a conclusão do hospital veterinário.¹⁹

No dia 19 de setembro, a direção da reitoria emitiu carta respondendo a cada uma das 20 pautas dos estudantes. Nela, foram apresentadas as medidas que serão tomadas no sentido de atender todas as reivindicações dos estudantes, muitas dessas medidas já com prazo estipulado.

Os estudantes desocuparam a reitoria um dia após a ocupação e não foram registrados episódios de violência.

2.2.4. Fundação Universidade Federal de Sergipe (UFS)

A Fundação Universidade Federal de Sergipe (UFS) foi criada em 1963 e está situada na região nordeste do país, com sede em São Cristóvão/SE. Além do campus sede, a universidade conta com *campi* nos municípios sergipanos de Aracajú, Itabaiana, Laranjeiras, Lagarto e Nossa Senhora da Glória, alguns dos quais implantados com recursos advindos do programa REUNI, ao qual a universidade aderiu na primeira chamada, ocorrida em 29 de outubro de 2007. Atualmente, a UFS possui 100 cursos de graduação, 69 cursos de pós-graduação, dos quais 47 cursos de mestrado, 13 cursos de doutorado e 9 cursos de

¹⁸ Cf. Estudantes da UFMT fazem manifestação. Disponível em: < caiubi.blogspot.com.br/2011/09> (Acesso em: Agosto 2017)

¹⁹ Cf. Estudantes da UFMT ocupam reitoria em protesto pela educação. Disponível em: < caestufmt.webnode.com.br/> (Acesso em: agosto 2017)

especialização, além dos cursos a distância, distribuídos em 14 polos, totalizando mais de 16 mil alunos apenas na graduação.

As raízes da ocupação da reitoria da UFS de 2011 remonta à 2009, quando foi iniciada uma mobilização entre alunos e professores dos cursos de Comunicação Social da instituição (englobando os cursos de Jornalismo, Publicidade e Propaganda e Audiovisual), os quais realizaram uma série de reuniões e atos públicos e elaboraram um dossiê sobre as condições precárias dos cursos, os quais sofriam com falta de estrutura e materiais. Apesar de terem encaminhado o dossiê para a reitoria, nenhum avanço foi obtido pelos alunos e professores. Em 2009, os alunos procuraram os professores novamente a fim de promoverem uma nova mobilização, mas estes preferiram buscar o atendimento de suas reivindicações por meio das vias burocráticas da instituição.

Já em 2011, no dia 18 de maio, foi realizada uma reunião com estudantes e alunos dos cursos de comunicação social, novamente como uma tentativa de mobilização de todos, ao que os professores se posicionaram mais uma vez dando preferência para as vias burocráticas do que para a realização de atos públicos para realização de reivindicações. Dias depois, no dia 30 de maio, os estudantes da comunicação social realizaram uma assembleia geral e, ao mesmo tempo em que eles debatiam os problemas de seus cursos, os professores estavam realizando uma reunião para decidir como empregar os recursos para a compra de materiais. Durante a assembleia, os alunos ficaram sabendo da reunião dos professores, o que provocou sua revolta, já que não seriam ouvidos para a tomada da decisão sobre a compra de materiais. Nesse momento, em torno de 100 estudantes de comunicação social decidiram ir até o prédio da reitoria e solicitar uma audiência com o reitor. Como reitor não se encontrava na cidade, os estudantes decidiram permanecer no local, ocupando a reitoria da universidade pelo menos até o retorno do reitor.²⁰

A reitoria da UFS permaneceu ocupada por vários dias, durante os quais os estudantes dos cursos de comunicação social puderam dar visibilidade a suas reivindicações. Dentre elas, as principais foram “a construção do Complexo de Comunicação Social [...], a contratação de professores efetivos e a democratização das instancias da Rádio UFS.”²¹

No dia 8 de junho, foi realizada uma reunião junto ao Ministério Público com os representantes dos estudantes dos cursos de comunicação social, com os professores dos

²⁰ Cf. #ChegadeMigalhas – Estudantes de Comunicação Social da UFS ocupam reitoria, 31 de maio de 2011. Disponível em: < <https://www.correiodobrasil.com.br/chegademigalhas-estudantes-de-comunicacao-social-da-ufs-ocupam-reitoria/> > (Acesso em: Setembro 2017)

²¹ Cf. Reitoria Ocupada: Estudantes participam de audiência com MPF, 8 de junho de 2011. Disponível em: <<http://www.infonet.com.br/noticias/educacao/ler.asp?id=114156>> (Acesso em: Setembro 2017)

curso, com o então reitor e com o procurador da universidade. Nessa reunião, foram debatidas as pautas dos estudantes, bem como a própria questão da ocupação do prédio da reitoria. Com a reunião, as partes conseguiram chegar a um acordo, tendo o reitor se comprometido a atender o mais rápido possível a maioria das reivindicações e tendo sido estabelecida uma comissão, composta de professores e alunos da comunicação social, com o objetivo de acompanhar o andamento das obras de construção do Complexo de Comunicação Social.

Sobre a realização da ocupação, os alunos se pronunciaram de forma positiva, considerando-a um instrumento que acabou sendo necessário e muito útil para o atendimento de suas reivindicações. Já o procurador da universidade, Pablo Coutinho Barreto, opinou considerando que a ocupação teria sido algo desnecessário. Segundo ele,

talvez essa situação tivesse um desfecho melhor e mais rápido. Se essa demanda tivesse sido trazida antes ao MPF, já teria sido solucionada. [...] “a ocupação, a desobediência civil é um ato extremo. O Ministério Público não viu razões que justificassem a ocupação do prédio da reitoria.”²²

Na manhã do dia 9 de junho, os estudantes realizaram uma assembleia para discutirem os resultados da reunião junto ao Ministério Público, durante a qual decidiram desocupar o prédio da reitoria.

2.2.5. Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

A Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) foi criada em 1954 e está situada na região sudeste do país, com sede em Vitória/ES. Além de dois campi em Vitória, a universidade conta com campi nos municípios capixabas de Alegre e São Mateus. Atualmente, a universidade possui 102 cursos de graduação, 82 cursos de pós-graduação, dentre os quais 56 de mestrado e 26 de doutorado, totalizando mais de 23.200 alunos, entre cursos presenciais e a distância. A UFES aderiu ao REUNI em sua primeira chamada, ocorrida em 29 de outubro de 2007.

A ocupação da reitoria da UFES no ano de 2011 ocorreu no contexto de uma paralização geral promovida pelos estudantes. O movimento que culminou em tais manifestações iniciou-se ainda no primeiro semestre letivo de 2011, no transcorrer do qual os

²² Cf. Estudantes vão desocupar a reitoria hoje, às 14h, 10 de junho de 2011. Disponível em: < <http://www.ufes.br/conteudo/2266-estudantes-v-o-desocupar-a-re> > (Acesso em: Setembro 2017)

estudantes promoveram assembleias e debates acerca dos problemas na universidade, assim como da postura da administração frente à greve que estava sendo realizada na época pelos servidores da instituição, chegando, inclusive, a apresentar uma moção de apoio à greve dos servidores.

Os resultados obtidos em tais assembleias e discussões foram levados a uma assembleia geral dos estudantes, realizada no dia 26 de agosto, contando com a participação dos diferentes *campi* da universidade, a saber, de Alegre, de São Mateus, de Maruípe e de Goiabeiras. Como divulgado pelo DCE,

A assembleia da manhã deliberou com uma aprovação de cerca de 95% uma **paralisação até quarta feira, dia 31, dos 4 campi**, assim como a construção de uma **assembleia comunitária entre os 3 setores** (professores, estudantes e técnicos administrativos) e **um ato público na quarta feira**. Também **recolhemos as cartas dos cursos e centros, com as reivindicações específicas** para se juntarem a pauta de reivindicações gerais. Uma outra deliberação da assembleia foi fazer uma **ocupação da reitoria até a noite e fazer a próxima assembleia lá**.²³

Segundo os estudantes, a paralisação seria algo inevitável diante da falta de condições suficientes para a permanência dos estudantes em suas atividades acadêmicas, em decorrência de problemas como a falta de professores, a insuficiência dos restaurantes universitários e bibliotecas diante da demanda existente por seus serviços, a falta de estrutura dos prédios, etc.²⁴

As reivindicações específicas dos estudantes durante as manifestações foram as seguintes:

- RU de graça enquanto dure a greve de servidores.
- Melhorias na infraestrutura, contratação de professores, alimentação para as crianças e ampliação das vagas na CRIARTE (creche).
- Programa claro de assistência estudantil. Melhorias e mais investimentos para a política de permanência na universidade.
- Funcionamento de todos os serviços da UFES, como secretarias, colegiados, prograd etc., no período da noite.*
- Garantia de segurança e apoio às festas promovidas por entidades estudantis.
- Política de segurança humanizada para os campi da UFES, sem presença de polícia militar ou civil.

²³ Cf. Informe geral sobre as assembleias e as deliberações dos estudantes da UFES, 27 de agosto de 2011. Disponível em: < <https://dceufes.wordpress.com/category/paralisacao-dos-estudantes/>> (Acesso em: Agosto 2017)

²⁴ Cf. A Ufes parou!, 29 de agosto de 2011. Disponível em: < <https://dceufes.wordpress.com/category/paralisacao-dos-estudantes/>> (Acesso em: Agosto 2011)

- Melhorias concretas na estrutura física de todos os campi. Melhoria na iluminação.
- Investimentos em acessibilidade completa.
- Ampliação e atualização do acervo das bibliotecas, incluindo exemplares para pessoas com deficiências visuais.
- Cumprimento do acordo celebrado após a greve de bolsistas. Pelo não atraso e ampliação do número de bolsas.
- Fim dos cursos pagos: que a UFES seja 100% pública. Mantêm-se os cursos, mas precisam ser gratuitos.
- Centro de línguas 100% gratuito e que seja implantado um Centro de Línguas estrangeiras em todos os campi da UFES.
- Publicização e transparência nas finanças da universidade, principalmente relacionadas à assistência estudantil.
- Democratização e abertura da Rádio Universitária para a comunidade acadêmica, como forma de luta pela democratização da comunicação e de melhorar a formação dos estudantes;
- Criação de um jornal da UFES que tenha notícias de todos os campi e seja gerido pelos três setores da universidade.
- Democratização, melhoria na estrutura e aumento de investimentos na editora da UFES.
- Efetivação já do profeto de moradia estudantil nos campi.
- Salas para os CA's de Alegre.
- Wireles em todos os campi.
- Conclusão e funcionamento imediato do RU do CEUNES – São Mateus.
- Anel viário para o CEUNES já.
- Contrução de salas para as entidades estudantis do CEUNES.
- Construção de um centro de vivência no CEUNES.
- Investimento específico em estrutura para os cursos do REUNI.
- Durante a paralisação os professores, só dar aula caso mais de 50% dos estudantes da turma estejam em sala de aula.
- Que não sejam registradas faltas para os estudantes e nem haja repressão que estiverem participando do movimento.
- Ficha limpa para reitoráveis. Que os candidatos que tenham investigações a respeito de corrupção não possam se eleger, se provadas as denúncias.
- Caso haja greve dos 3 setores, suspensão do calendário eleitoral para reitor.
- Que o governo negocie com os servidores e atenda às reivindicações da FASUBRA.
- 10% do PIB pra educação já!
- Contra a privatização do Hospital Universitario.²⁵

No dia 31 de agosto, a paralização dos estudantes foi encerrada. Tal encerramento foi acompanhado por um ato conjunto envolvendo estudantes, professores e demais servidores, os quais realizaram uma marcha que partiu do campus de Goiabeiras e seguiu rumo ao

²⁵ Cf. Informe geral sobre as assembleias e as deliberações dos estudantes da UFES, 17 de agosto de 2011. Disponível em: < <https://dceufes.wordpress.com/category/paralisacao-dos-estudantes/>> (Acesso em: Setembro 2017)

Hospital Universitário. Segundo o DCE, tal ato seria uma manifestação em defesa, sobretudo, da educação pública e de qualidade.²⁶

²⁶ Cf. Últimas notícias da paralisação na UFES, 31 de agosto de 2011. Disponível em: <<https://dceufes.wordpress.com/category/assembleia-geral/>> (Acesso em: Agosto 2017)

2.2.6. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) foi criada em 1934 e federalizada em 1950 e está situada da região sul do país, com sede em Porto Alegre/RS. Atualmente, a universidade possui 76 cursos de graduação presenciais, 225 cursos de pós-graduação, dos quais 87 cursos de mestrado, 81 de doutorado e 57 de especialização, além da educação a distância, distribuída em 2 polos. A UFRGS aderiu ao REUNI em sua primeira chamada, ocorrida em 29 de outubro de 2007.

A ocupação da reitoria da universidade no ano de 2011, ocorrida entre os dias 30 e 31 de agosto, foi uma manifestação conjunta, que contou com a presença de estudantes da próprias UFRGS, mas também dos servidores técnico-administrativos e de estudantes de outras instituições. A movimentação que culminou na ocupação começou muito antes, com a greve dos servidores técnico-administrativos de mais de 50 universidades brasileiras, incluindo os servidores da UFRGS, a qual estava sendo realizada já há aproximados 80 dias. Os servidores reivindicavam, dentre outras coisas, o aumento do piso salarial, a reposição das vagas não ocupadas em virtude de aposentadorias e manifestavam seu repúdio ao Projeto de Lei 549/09, que propunha congelar o salário dos servidores pelo período de dez anos.

No dia 30 de agosto, os servidores técnico-administrativos da UFRGS, juntamente com estudantes da UFRGS, da PUC, da UFCSPA e do Colégio Infante, participantes do movimento estudantil “Juntos!”, ocuparam de forma pacífica a reitoria da universidade, como forma de protesto contra as práticas do governo, tanto em relação aos servidores, quanto em relação à educação do país de um modo geral. A participação dos estudantes na ocupação, portanto, deu-se no contexto de seu apoio à causa dos servidores em greve, mas não esteve restrita a isso, sendo também motivada pelo anseio mais geral de uma melhora na educação do país e pela reivindicação, em particular, de que seja destinado 10% do PIB para a educação, reivindicação esta que fazia parte de uma campanha nacional que estava ocorrendo na época.²⁷ A ocupação foi encerrada no dia 31 de agosto, quando foi realizada uma marcha no centro de Porto Alegre, que contou com a presença de mais de 400 pessoas.²⁸

2.2.7. Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)

²⁷ Cf. Em greve, servidores da Ufrgs ocupam reitoria da instituição, 31 de agosto de 2011. Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/jornal/em-greve-servidores-da-ufrgs-ocupam-reitoria/>> (Acesso em: Agosto 2017)

²⁸ Cf. Reitoria da UFRGS Ocupada! Juntos! na Luta, 01 de setembro de 2011. Disponível em: <<https://juntos.org.br/2011/09/reitoria-da-ufrgs-ocupada-juntos-na-luta/>> (Acesso em: Setembro 2017)

A Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) foi criada em 1969 e está situada na região sul do país, com sede em Pelotas/RS. Além do campus e unidades acadêmicas situados no município de Pelotas, a universidade está presente também nos municípios gaúchos de Capão do Leão, Pinheiro Machado, Arroio Grande, Santa Vitória do Palmar, Santa Isabel e Eldorado do Sul. Atualmente, a universidade possui 98 cursos de graduação presenciais, 77 cursos de pós-graduação, dos quais 41 cursos de mestrado, 19 de doutorado e 17 de especialização, além da educação a distância, distribuída em 42 polos, totalizando mais de 21 mil alunos. A UFPEL aderiu ao REUNI em sua primeira chamada, ocorrida em 29 de outubro de 2007.

A mobilização estudantil que culminou na ocupação da reitoria da UFPEL em 2011 iniciou-se no dia 18 de maio desse ano, durante uma Assembleia Geral realizada pelos estudantes. Nessa ocasião, eles se organizaram para tentarem entrar em contato com a administração geral da universidade a fim de comunicarem sua insatisfação frente aos problemas pelos quais a instituição vinha passando há bom tempo. Inicialmente, os estudantes tentaram entrar em contato com a administração pelas vias legalmente instituídas para essa finalidade, entregando-lhes documentos escritos. Contudo, apesar das tentativas feitas pelos estudantes, a administração não se manifestou a respeito em nenhum momento, o que levou os estudantes à decisão de organizarem um ato público com vistas à obter um posicionamento do então reitor prof. César Borges.

No dia 27 de maio, data escolhida para realização do ato, cerca de 300 estudantes, por volta das 13h, saíram da frente do Restaurante Universitário, situado no centro da cidade, e seguiram em passeata rumo ao prédio da reitoria, situado no bairro Porto. Chegando lá, sua intenção era que o reitor recebesse uma comissão de estudantes, composta por 24 membros representando cada um dos cursos participantes da manifestação, para que estes expusessem suas insatisfações e reivindicações e entregassem ao reitor um documentos com os problemas mais urgentes da instituição, muitos deles decorrentes, segundo os estudantes, da precarização do ensino superior federal ocasionada pelo programa REUNI.²⁹ A lista de problemas elaboradas pelos estudantes foi a seguinte:

- Falta de espaço físico para alunos devido ao aumento desproporcional da relação aluno/espaço;
- Transparência no orçamento da Universidade;
- Iluminação das Unidades;

²⁹ Cf. OCUPAÇÃO DA REITORIA!: ESCLARECIMENTO À COMUNIDADE, 26 de maio de 2011. Disponível em: <<http://todasascoresufpel.blogspot.com.br/2011/05/>> (Acesso em: Setembro 2017)

- Segurança;
- Obras da futura casa do estudante e da creche;
- Proporcionalidade na relação assistência estudantil/aumento de alunos;
- Aquisição de livros sem respeitar listas elaboradas por docentes;
- Obras do projeto Reuni em atraso;
- Aquisição de prédios sucateados para reforma;
- Pulverização dos espaços da Universidade pela cidade de Pelotas;
- Gastos de custeio UFPel;
- Proporcionalidade no aumento de alunos/professores;
- Laboratórios de práticas em condições inadequadas de segurança;
- Descarte de resíduos químicos inadequados;
- Inexistência de Hospital Universitário para áreas da saúde;
- Inexistência de laboratórios, como exemplo, o curso de jornalismo;
- Transferência da pós-graduação para local distante da graduação;
- Aquisição de prédios sucateados sem consultar as universidades envolvidas;
- Consulta à comunidade sobre alterações no Estatuto da UFPel;
- Hospital Veterinário em condições inadequadas;
- Espaços inadequados a portadores de necessidades especiais;
- Cada do Estudante em péssimas condições elétricas e hidráulicas;
- Bibliotecas desatualizadas e com pouco horários de funcionamento;
- Ginásios da ESEF em condições inadequadas;
- Ausência de linha de transporte que integra a Universidade;
- Transporte ao campus de modo insatisfatório;
- Relação de imóveis alugados pela Universidade;
- Destino dos prédios sucateados comprados e gastos com reformas;
- Deficiência orçamentária das Unidades.³⁰

No entanto, não apenas os estudantes não conseguiram ser recebidos pelo reitor, como sua entrada no prédio foi barrada pelos seguranças, ao que os estudantes reagiram forçando a entrada no prédio por meio de pressão sobre a porta. Nessa ocasião, um estudante chegou a ser agredido por um funcionário da universidade.³¹

Ao perceberem que, apesar de sua entrada no prédio, não conseguiriam ser recebidos pela reitoria, os estudantes decidiram, às 18h do mesmo dia, realizar a ocupação do prédio até que conseguissem ser ouvidos. Após esperarem por algumas horas, os estudantes conseguiram apresentar suas reivindicações ao reitor, o qual, segundo os estudantes, teria alegado que “a Universidade integra um plano nacional de educação, o qual é apoiado pela União Nacional dos Estudantes, entidade esta que segundo o reitor representa os estudantes presentes.”³²

Em resposta a essa declaração do reitor, os estudantes alegaram não se sentirem representados pela União Nacional dos Estudantes (UNE) e, em assembleia geral realizada no

³⁰ Cf. REITORIA DA UFPEL OCUPADA!, 26 de maio de 2011. Disponível em: <<https://juntos.org.br/2011/05/reitoria-da-ufpel-ocupada/>> (Acesso em: Setembro 2017)

³¹ OCUPAÇÃO DA REITORIA!: ESCLARECIMENTO À COMUNIDADE, 26 de maio de 2011. Disponível em: <<http://todascoresufpel.blogspot.com.br/2011/05/>> (Acesso em: Setembro 2017)

³² Cf. OCUPAÇÃO DA REITORIA!: ESCLARECIMENTO À COMUNIDADE, 26 de maio de 2011. Disponível em: <<http://todascoresufpel.blogspot.com.br/2011/05/>> (Acesso em: Setembro 2017)

local, decidiram permanecer ocupando a reitoria até que o reitor atendesse a duas exigências suas:

(1) convocasse a realização de uma Assembléia da Comunidade Universitária para debater os problemas da UFPel e (2) reconhecesse oficialmente e tomasse medidas urgentes quanto à falta de condições para o ensino (sala de aula, auditórios, laboratórios, professora/es, estrutura física de maneira geral) acarretada pelo crescimento sem planejamento da Universidade nos últimos anos, a qual, com o REUNI, aumentou de 7mil para mais de 19mil estudantes.³³

Os estudantes entregaram ao reitor um documento contendo suas exigências e permaneceram ocupando o prédio da reitoria de forma pacífica, isto é, sem causarem danos a pessoas ou ao patrimônio. A desocupação do prédio ocorreu no dia 27 de maio, quando a polícia compareceu ao local em cumprimento a uma ordem judicial de desocupação. Segundo notícias da época, os estudantes retiraram-se do prédio de forma pacífica e organizada.³⁴ É importante ressaltar que, apesar da desocupação, os estudantes continuaram se mobilizando por outros meios a fim de conseguir o atendimento de suas reivindicações.³⁵

2.2.8. Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

A Universidade Federal de Alagoas (UFAL) foi criada em 1961 e está situada na região nordeste do país, com sede em Maceió/AL. Além do campus sede, a universidade está presente também nos municípios de Arapiraca, Viçosa, Penedo e Palmeira dos Índios, Delmiro Gouveia e Santana do Ipanema. Segundo dados fornecidos pela universidade,

Dentro do Plano de Expansão das instituições públicas de ensino superior, denominado Expansão com Interiorização, do Governo Federal, a Ufal criou, em 2006, o Campus Arapiraca, no agreste alagoano, que se estende de sua sede, em Arapiraca, para as unidades em Palmeira dos Índios, Penedo e Viçosa. Em 2010, foi inaugurado o Campus do Sertão, com sede em Delmiro Gouveia e a unidade de Santana do Ipanema.³⁶

³³ Cf. Contra o REUNI: Ocupação na UFPel!, 28 de maio de 2011. Disponível em: <<http://www.brasil.indymedia.org/pt/blue/2011/05/491664.shtml>> (Acesso em: Setembro 2017)

³⁴ Cf. REUNI: Estudantes da Universidade Federal de Pelotas ocupam reitoria e continuam mobilizados, 01 de junho de 2011. Disponível em: < <http://www.adunicentro.org.br/noticias/ler/85/reuni-estudantes-da-universidade-federal-de-pelotas-ocupam-reitoria-e-continuam-mobilizados> > (Acesso em: Setembro 2017)

³⁵ Cf. Sobre a manifestação estudantil na UFPel e a ocupação da reitoria, 06 de junho de 2011. Disponível em: < <http://movimentocontestacao.blogspot.com.br/2011/06/sobre-manifestacao-estudantil-na-ufpel.html> > (Acesso em: Setembro 2017)

³⁶ Cf. *Apresentação*. Disponível em: <<http://www.ufal.edu.br/institucional/apresentacao>> (Acesso em: Setembro 2017)

Atualmente, a universidade possui 84 cursos de graduação, 52 cursos de pós-graduação, dos quais 30 cursos de mestrado, 9 de doutorado e 13 de especialização, além da educação a distância, totalizando mais de 31 mil alunos. A UFAL aderiu ao REUNI em sua segunda chamada, realizada em 17 de dezembro de 2007.

Os estudantes ocuparam a reitoria da Universidade Federal de Alagoas no dia 05 de setembro de 2011. Os técnico-administrativos estavam em greve havia dois meses e os professores haviam paralisado as atividades fazia uma semana. Os estudantes queriam uma audiência com a reitora Ana Dayse Dórea e com representantes do Ministério Público Federal (MPF). O pedido fora atendido e, depois disso, os estudantes prometeram desocupar a reitoria, após referida audiência, marcada para o dia 06 de setembro, ou seja, um dia após a ocupação.

Em assembleia, aproximadamente 700 estudantes participaram da elaboração da pauta com 50 reivindicações, a qual seria entregue à direção da UFAL durante a audiência antes mencionada.³⁷

Na data marcada para a audiência, os estudantes foram avisados, com meia hora de antecedência, que o local marcado para a audiência havia sido alterado e que aconteceria não mais na reitoria, mas sim na sede do MPF, e que só seria permitida a participação de apenas três estudantes, diferentemente do que haviam acordado em assembleia.

Os representantes dos estudantes aceitaram se reunir para apresentar as pautas, porém, não faziam deliberações sem consultar previamente os outros estudantes. O MPF, aceitou discutir sobre alguns pontos, os outros pontos deveriam ser discutidos entre estudantes e reitoria. Dos 8 pontos discutidos com o MPF, três foram sinalizados positivamente, como foi o caso da garantia da não punição dos estudantes ocupantes, por exemplo.

Pelo fato de não haver conseguido a audiência pública, aberta a todos os estudantes juntamente com a administração da universidade, para discutir as pautas, os estudantes decidem permanecer ocupando a reitoria e marcam uma assembleia para o dia 09 de setembro para discutir os rumos da ocupação.³⁸

Os estudantes dividiram a pauta de reivindicações em três eixos, que foram: (1) Estrutura; (2) Ensino/ pesquisa e extensão e (3) Assistência estudantil. Com relação ao eixo estrutura, eles reivindicam a construção de blocos para atender aos cursos, de odontologia e psicologia, acessibilidade para pessoas com necessidades especiais, criação de mais

³⁷ Cf. Estudantes ocupam a reitoria da UFAL e marcam audiência com reitora e MP. Disponível em <<http://cadaminuto.com.br/notícia/2011/09/05/>> (Acesso em Agosto 2017)

³⁸ Cf. estudantes ocupam reitoria e marcam audiência com Ana Dayse e MPF. Disponível: <deceufal.blogspot.com.br/2011/09/> (Acesso em: Agosto 2017)

bibliotecas assim como um maior acervo, pedem a retomada das obras abandonadas, estas e outras reivindicações constavam-no eixo da estrutura.

No eixo ensino /pesquisa e extensão, eles reivindicam, dentre outras coisas, o aumento e equiparação das bolsas da UFAL, distribuição de professores conforme as necessidades de cada curso, contratação de professores de dedicação exclusiva na UFAL e que a relação aluno/professor seja reduzida para 12/1.

No eixo da assistência estudantil, dentre outras coisas, os estudantes queriam que o RU fosse gratuito para todos, em todos os Campi, pedem residência universitária em todos os Campi ou o auxílio moradia. Por fim eles querem que a UFAL se comprometa oficialmente em não punir ou perseguir estudantes, técnico-administrativos ou professores participantes deste processo de reivindicações.³⁹

Em resposta às reivindicações dos estudantes, a direção da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), acionou a justiça com um pedido de reintegração de posse, e antes mesmo da notificação oficial, os estudantes desocuparam o prédio da reitoria no dia 09 de setembro. Cabe lembrar que meses antes, os estudantes do polo de Viçosa já haviam promovido uma ocupação isoladamente, por problemas estruturais e de assistência estudantil.

2.2.9. Universidade Federal Fluminense (UFF)

A Universidade Federal Fluminense (UFF) foi criada em 1960 e está situada na região sudeste do país, com sede no Niterói/RJ. Além dos campi e unidades acadêmicas situados em Niterói, a universidade está presente também nos municípios de Campos dos Goytacazes, Macaé, Angra dos Reis, Volta Redonda, Nova Friburgo, Santo Antônio de Pádua, Petrópolis e Rio das Ostras. Atualmente, a universidade possui 135 cursos de graduação, dos quais 129 presenciais e 6 a distância (distribuídos em 28 polos), 120 cursos de pós-graduação, dos quais 78 cursos de mestrado, 42 de doutorado e 131 cursos de especialização, totalizando mais de 68 mil alunos. A UFF aderiu ao REUNI em sua primeira chamada, ocorrida em 29 de outubro de 2007.

A ocupação da reitoria da Universidade Federal Fluminense ocorrida em 2011 teve a duração de seis dias (entre 31 de agosto e 06 de setembro). O evento desencadeador da ocupação foi a aprovação do projeto de uma obra que cruzaria áreas da Universidade. Tal obra seria destinada à construção da Via Orla, rodovia que partiria do centro da cidade de

³⁹ Cf. <dceufal.blogspot.com.br> (Acesso em: Agosto 2017)

Niterói e cruzaria o *campus* Gragoatá, pertencente à UFF. (ARAÚJO, 2012, p. 11) Além dessa obra, também estaria prevista a construção da Via 100, outra rodovia que acabaria cruzando as áreas do *campus* citado. Os estudantes alegaram que a presença das vias cruzando o *campus* acabaria prejudicando o dia a dia dos estudantes e que cerca de cem famílias seriam desapropriadas para possibilitar a realização das obras. Segundo os estudantes, o interesse em realizar tais rodovias decorreria do objetivo de valorizar as propriedades dos bairros próximos ao *campus* Gragoatá, beneficiando somente os interessados. (ARAÚJO, 2012, p. 12)

Apesar do evento desencadeador da ocupação, a paralisação das obras para a construção das rodovias não foi a única reivindicação dos estudantes. Estes elaboraram uma carta contendo todas as suas reivindicações, que foram as seguintes:

- Aceleração das Obras da Expansão e da Moradia Estudantil;
- Paralisação do processo de implantação Via Orla e Via 100;
- Por um Plebiscito Oficial junto à comunidade universitária e à comunidade que corre risco de ser removida para que se decida sobre a questão da Via Orla e Via 100;
- Implementação do resultado do Plebiscito dos Cursos Pagos;
- Levantamento real do déficit de professores e servidores nos cursos para que a UFF reivindique, junto ao MEC, que essa carência seja suprida, em especial nos *campi* do interior;
- Repúdio ao descaso com a segurança dos estudantes, que causou a morte da estudante Maria Cremilda do Serviço Social;
- Início da construção de bandejões no Valonguinho e no HUAP: queremos expansão sem filas!
- Venda de ticket no bandejão do *campus* da Praia Vermelha, e pelo funcionamento do mesmo no período noturno;
- Pela elaboração de um projeto e posterior construção de um bandejão em Volta Redonda;
- Pelo funcionamento da Moradia Estudantil de Rio das Ostras;
- Política real de assistência estudantil para os *campi* do interior;
- Segurança nos arredores dos *campi* da UFF, feita por servidores públicos da UFF;
- Reforma de verdade do Teatro do DCE. Chega de maquiagem!
- Liberação das festas nos *campi*.
- Construção da Biblioteca da Faculdade de Direito;
- Aceleração dos Concursos de professor efetivo da Faculdade de Direito;
- Contra o fechamento do serviço de hematologia do HUAP;
- Pelo funcionamento da Emergência do HUAP aberto para livre demanda;
- Contra o PL 1749 que privatiza o HUAP;
- Pela pactuação entre universidade e prefeitura para inserção dos acadêmicos de saúde para estágio nas unidades da prefeitura;
- Por menos estacionamento e mais espaços verdes e de convivência
- ônibus gratuito inter *campi*
- ciclovia que interligue os *campi*
- Política de acessibilidade, melhoria da infraestrutura – inclusive durante as obras
- Contra divisão de bacharelado e licenciatura
- Bandejão gratuito

- Opção vegetariana no bandeirão
- Por 10% do PIB para a educação;
- Contra os cortes de verbas do Governo Federal;
- Fora à todos os corruptos e confisco de seus bens;
- Solidariedade às vítimas das chuvas de abril em Niterói: Jorge Roberto Silveira, moradia já!
- Contra o REUNI. Por uma expansão de qualidade!
- Por uma universidade que atenda às demandas populares.
- Apoio a luta dos estudantes no Chile
- Contra o Plano Nacional de Educação do Governo⁴⁰

2.2.10. Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

A Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR) está localizada no Estado de Rondônia, região norte do Brasil, com sede em Porto Velho. A universidade é a única instituição de ensino superior público no Estado e foi criada logo após a criação do Estado de Rondônia dia 08 de Julho de 1982.

Nos primeiros anos de sua criação, ela atuava somente na capital Porto Velho. Na atualidade ela conta com 8 Campi, localizados nos municípios de Ariquemes, Cacoal, Guajará-Mirim, Jí-Paraná, Porto Velho, Presidente Médici, Rolim de Moura e Vilhena. A Universidade disponibiliza de aproximadamente 68 cursos de graduação, distribuídos nos oito *campi*, sendo que a maior concentração dos cursos encontra-se no *campus* de Porto Velho. Além dos cursos disponibilizados nestes oito *campi*, ela oferece cursos na modalidade à distância. O número total de alunos matriculados, em média a cada período letivo, é de 9.611 estudantes. A instituição conta com programas de pós-graduação, especialização, mestrado e doutorado. A UNIR aderiu ao REUNI em sua primeira chamada, ocorrida em 29 de outubro.

A ocupação da reitoria da UNIR ocorrida em 2011 teve uma duração de 54 dias, teve início no dia 05 de outubro de 2011 e acabou no dia 29 de novembro. Participaram da ocupação aproximadamente 300 estudantes de diferentes cursos da instituição, o principal motivo que moveu a ação foi o descontentamento com a gestão do então reitor que ocupava o cargo desde 2007, fora reeleito em 2010 e permaneceria no cargo até 2015.⁴¹

O descontentamento dos estudantes já vinha desde 2007, momento em que se mostraram contrários à adesão da UNIR ao programa REUNI. Eles alegaram que o reitor

⁴⁰ ESTUDANTES RETIRAM ESTACAS DE OBRAS DA VIA ORLA. IN: [HTTP://DCELIVREUFF.WORDPRESS.COM/2011/08/30/ESTUDANTES-RETIRAM-ESTACAS-DE-OBRAS-DA-VIA-ORLA/](http://dcelivreuff.wordpress.com/2011/08/30/estudantes-retiram-estacas-de-obras-da-via-orla/) (ACESSO EM: 12 DE JUNHO DE 2013)

⁴¹ Cf. os estudantes e professores comemoram renúncia do reitor. Disponível em: <g1globo.com> (Acesso em: Agosto 2017)

havia feito promessas e não cumprido. Os estudantes queriam que fossem promovidos debates com a comunidade estudantil sobre as questões relacionadas ao REUNI, antes mesmo da decisão da instituição aderir ao programa, o reitor assegurou que faria os debates, mas não fez.

A instituição estava funcionando de maneira precária, segundo os estudantes, com falta de técnico-administrativos e professores, somando-se a isso enfrentava problemas relacionados à infraestrutura, como era o caso da prevenção de incêndios. Os Bombeiros haviam emitido um laudo, no qual constava a precariedade nas instalações da instituição.⁴²

Juntamente a esses problemas havia a questão envolvendo o reitor, este estava sendo investigado por uma comissão do Ministério da Educação, após denúncias de irregularidades. Dentre as denúncias, realizadas por estudantes e professores contra o reitor estão, o mau uso de verbas públicas, fraude em concursos públicos, verbas e vagas de docentes oriundos do programa REUNI, eram objeto de manobras com a finalidade de favorecer quem apoiasse o reitor.

A situação de alguns cursos que estavam sem salas de aula e com isso não puderam abrir vagas para o vestibular. Havia também problemas com a Fundação de apoio da universidade, a Riomar, esta estava passando por um processo de investigação por irregularidades praticadas.

A ocupação da reitoria da UNIR em 2011, realizada pelos estudantes, ocorreu em meio a uma greve de professores da instituição. Dentre as reivindicações dos estudantes estão, limpeza nos Campi, contratação de professores e técnico-administrativo, construção de laboratórios, restaurante universitário, hospital universitário, implantação do plano de desenvolvimento institucional(PDI), transparência nas ações administrativas e prestação de contas sobre os recursos repassados para os projetos especiais como REUNI e FINEP. E a principal das reivindicações foi que o reitor José Januário, fosse afastado do cargo por não ter legitimidade para exercer a função.

Durante a ocupação os estudantes passaram a dialogar diretamente com o MEC. Após 50 dias de ocupação da reitoria, pelos estudantes, o reitor renuncia ao cargo, porém os estudantes permaneceram ocupando a reitoria por mais quatro dias, para garantir que a vice-reitora ocupasse o cargo.

Além da renúncia do reitor, os estudantes obtiveram muitas outras reivindicações atendidas diretamente pelo MEC, que foram: Hospital Universitário, restaurante

⁴² CF. Ocupação da unir em Rondônia força. Disponível em: <sintuff.blogspot.com.br/2011/11> (Acesso em: Agosto 2017)

Universitário, aquisição de novos livros para a biblioteca, contratação de técnico-administrativos, laboratório de informática para todos os Campus. Os estudantes desocuparam a reitoria no dia 29 de novembro, após 54 dias de ocupação. Durante a ocupação não foi registrado atos de violência de ambas as partes.⁴³

2.2.11. Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

A Universidade Federal do Amazonas (UFAM) está localizada na região norte do Brasil, estado do Amazonas, e é considerada uma das principais universidades dessa região, com sede administrativa situada em Manaus. A instituição foi fundada em 1909 e passou por diferentes etapas, mudando de nome conforme a etapa. A instituição possui seis *campi* localizados em Manaus, Benjamin Constant, Médio Solimões, Humaitá, Itacoatiara e Parintins. A universidade disponibiliza 118 cursos de graduação, distribuídos nos diferentes *campi*, sendo que a maior concentração deles está no campus Manaus, conta ainda com a modalidade de ensino a distância. A UFAM aderiu ao REUNI em sua primeira chamada, ocorrida em 29 de outubro de 2007.

Em reunião, a então Reitora e presidente do (CONSUNI) apresentou um relatório contendo os destaques das duas últimas gestões de 2009 a 2017. Nele consta que a área construída mais que dobrou, foram criados 22 cursos de graduação, passando de 98 para 119 cursos de graduação, o número de alunos matriculados passou de 18.253 para 30.302 nesses oito anos. Também o número de professores Doutores passou para quase 700 professores, houve um avanço significativo também nos cursos de pós-graduação, passando de 469 para 1.439. Segundo a reitora, foram feitos investimentos na infraestrutura para poder acompanhar o crescimento do número de vagas ofertadas.⁴⁴

Porém, apesar da expansão ter sido significativa, muitas consequências negativas foram apontadas pelo então diretor do Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL) Nelson Noronha, em entrevista concedida, "Aprofundou-se a centralização das decisões; esvaziaram-se as decisões colegiadas; promoveram a eliminação dos departamentos acadêmicos como unidade administrativas; criaram duas formas de organização administrativa: uma para o interior e outra para a capital; criou-se uma instância de decisão anômala: O comitê Gestor". Essas mudanças acabaram por excluir a participação da comunidade Universitária e da

⁴³ Cf. Ocupação da unir em Rondônia força. Disponível em: <sintuff.blogspot.com.br/2011/11/> (Acesso em: Agosto 2017)

⁴⁴ Cf. Resultados de 2009 a 2017-são apresentados em reunião extraordinária do Consuni. Disponível: www.ufam.edu.br/2013-04-29-19-37-05/ (Acesso em: Agosto 2017)

sociedade, dos debates e da tomada de decisões. Ele afirma ainda que a instituição não tem infraestrutura para suportar tal expansão, e isso acaba por sobrecarregar os professores e os técnico-administrativo.⁴⁵

No dia 21 de Março de 2011, a União Nacional dos Estudantes (UNE) e a União Estadual dos Estudantes do Amazonas (UEE-AM) promoveram o dia Nacional de Ocupações das Universidades Federais; a atividade foi realizada na UFAM e fez parte de um calendário nacional de mobilizações em torno da bandeira de lutas dos 10% do PIB para a educação.

Os estudantes dirigentes do movimento estudantil, se fizeram presentes na universidade, desde as primeiras horas do dia, cuja finalidade era conscientizar a comunidade estudantil para a necessidade de uma maior mobilização em defesa de suas reivindicações. Cartazes, falas em microfone, panfletos e bandeiras foram utilizados.

A intenção era a de convocar os estudantes a se manifestar contra o aumento da tarifa do transporte coletivo, assim como a se engajarem na campanha da UNE, por 10% do PIB para a educação. O grupo formado por 20 estudantes percorreu as salas de aula e posteriormente foram até a reitoria fazer a entrega do documento, no qual estavam 15 pautas de reivindicações incluindo as relacionadas às questões específicas da instituição.⁴⁶

Os estudantes foram recebidos pelo vice-reitor, ao qual cobraram maior agilidade na construção dos projetos do programa REUNI, assim como maior segurança na universidade.

A UFAM, Não foi ocupada de fato, só me debrucei neste estudo por achar importante para entender a dinâmica que envolve as ocupações de reitorias das universidades federais no Brasil, já que esse dia promovido pelos estudantes da UFAM, como sendo O DIA NACIONAL DE OCUPAÇÕES DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS.

⁴⁵ Cf. Entrevista: Diretor do ICHL analisa aplicação do reuni na ufam. Disponível em: <www.adua.org.br/noticias.php?cod=866> (Acesso em: Agosto 2017)

⁴⁶ Cf. www.vermelho.org.br/noticia/1500.12-1 (Acesso em: Agosto 2017)

2.2.12. Universidade de Brasília (UnB)

A universidade de Brasília está localizada na região Centro-Oeste do Brasil, no Distrito Federal, ela foi fundada no dia 21 de Abril de 1962, dois anos após a criação do Distrito Federal. A administração está situada no Distrito Federal, Campus Darcy Ribeiro, possui quatro Campi localizados em Brasília, Planaltina, Gama, Ceilândia e Paranoá.⁴⁷

A universidade oferece 122 cursos de graduação, totalizando 37.982 estudantes de graduação em 2015, nos cursos de pós graduação, Mestrado e Doutorado eram 7.800 alunos, em 2015 (fonte: PRC-SICOS), O total do quadro docente era 2.769 (fonte: SIAPE/SIPES-dez-2015), conta ainda com a modalidade de ensino à distância (EAD).

A UnB conta com diversas modalidades para ingressar aos cursos de graduação, dentre eles os principais são através do Programa de Avaliação Seriada(PAS), o Sistema de Seleção Unificada do Ministério da Educação(SISU-MEC) e o vestibular tradicional. A instituição aderiu ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação das Universidades Federais(REUNI)Na primeira etapa do programa, cujo prazo findou dia 29 de outubro de 2007.⁴⁸

A ocupação da reitoria da Universidade de Brasília(UnB) ocorrida em 2011 teve a duração de dez dias. No dia 13 de setembro cerca de 400 estudantes ocuparam a reitoria, o principal motivo para a ocupação era o atraso das obras do Campus Ceilândia, que já dura três anos. A empresa responsável pela construção do prédio não estava cumprindo o prazo de entrega, e já havia adiado a entrega por dez vezes, segundo a instituição. A obra deveria ser entregue no começo de 2009, o último prazo venceu no mês de junho de 2011, já fazia três anos que os estudantes estavam tendo aulas no Campus improvisado no Centro de Ensino Médio número 4, em Ceilândia Sul.⁴⁹

Os estudantes entregam carta reivindicatória à reitoria, nela eles pedem que medidas legais sejam tomadas contra a empresa responsável pela construção do Campus Ceilândia e que a empresa seja multada pelo não cumprimento do contrato feito com a UnB, eles querem saber de onde virão os recursos para a construção do Campus, já que a UnB afirma não ter recursos para tal.

⁴⁷ Cf. UNB em números. Disponível em: <www.dpo.unb.br/index.php.....Folder> (Acesso em: Agosto 2017)

⁴⁸ Cf. [https://www.unb.br/graduação2/formas de ingresso?menu:434](https://www.unb.br/graduação2/formas%20de%20ingresso?menu:434) (Acesso em: Agosto 2017)

⁴⁹ Cf. Ocupação da reitoria da UnB chega a uma semana. Disponível em: <www.olhardireto.br/noticias/exibir.asp?id=206596¬icia-ocupação> (Acesso em: Agosto 2017)

Outra preocupação dos estudantes diz respeito à segurança, para tanto eles pedem uma viatura institucional de segurança universitária para fazer rondas no estacionamento da universidade. Eles exigem também uma audiência pública com toda a comunidade acadêmica de FCE, para a construção conjunta e democrática de uma política de segurança pública. A insalubridade nas redondezas do Campus é mais uma preocupação dos estudantes, que pedem que os lixões sejam removidos do entorno.

Outra reivindicação dos estudantes é com relação à abertura de novas vagas para ingresso na instituição. Eles querem que o conselho pleno do (Fce) seja favorável a não abertura de novos cursos e ao não aumento do número de vagas para os vestibulares dos cursos já existentes no Campus Ceilândia, querem a oferta da disciplina de Libras e a garantia de que os manifestantes não sejam punidos, estas foram as principais reivindicações dos estudantes, contidas na carta entregue à direção da instituição.⁵⁰

Em resposta às reivindicações dos estudantes, a direção da reitoria se comprometeu a concluir as obras do Campus Ceilândia até Janeiro de 2012, assim como atender as demais reivindicações. Com isso os estudantes desocuparam a Reitoria da UnB no dia 23 de setembro de 2011.

Durante a ocupação, os estudantes contaram com o apoio da comunidade estudantil dos demais *campi* da instituição. As atividades no Campus Darcy Ribeiro, onde está localizada a Reitoria, funcionou em ritmo normal já que os ocupantes eram na sua maioria do Campus Ceilândia.

A reintegração de posse não foi solicitada pela direção da universidade. A ocupação transcorreu de forma pacífica, o único momento de tensão foi quando começou a ocupação, houve confronto entre seguranças, assessores e estudantes que resultou na derrubada de uma parede de madeira.⁵¹

2.2.13. Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

A Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) foi criada em 1960 e federalizada em 1965 e está situada na região sul do país, com sede em Santa Maria/RS. Além do campus sede, a universidade está também presente nos municípios gaúchos de Silveira Martins,

⁵⁰ Cf.(DF) Reitoria da UnB é ocupada. Luta por educação, 17/09/2011. Disponível em: <https://midia independente.org/pt/green/2011/09/497349.shtml> (Acesso em: Agosto 2017)

⁵¹ Após ocupação reitoria da unb promete concluir obras no campus Ceilândia ate janeiro de 2012. Disponível em: <https://noticias.r7.com/educaçao/noticias/apos ocupação reitoria da unb-promete concluir obras no campus Ceilândia ate janeiro de 2012 de.....html> (Acesso em: Agosto 2017)

Frederico Westphalen, Palmeira das Missões, Cachoeira do Sul e Porto Alegre. Atualmente, a universidade possui 124 cursos de graduação, dos quais 115 presenciais e 9 a distância, 92 cursos presenciais de pós-graduação, dos quais 50 de mestrado, 30 de doutorado e 21 de especialização, sendo 9 deles a distância, além dos cursos de ensino médio e pós-médio, totalizando mais de 26 mil alunos. A UFSM aderiu ao REUNI em sua segunda chamada, ocorrida em 17 de dezembro de 2007.

A UFSM foi uma das universidades federais que teve sua reitoria ocupada pelos estudantes no ano de 2011. No entanto, está não foi a primeira ocupação a ocorrer na instituição, já que sua reitoria já havia sido ocupada em 2007. Como nosso objetivo aqui é contextualizar a ocupação que é nosso objeto de estudo, é importante ter pelo menos uma ideia superficial dos antecedentes que teve na UFSM, isto é, da ocupação que ocorreu na universidade em 2007, pois fatos anteriores e, mais especificamente, manifestações estudantis anteriores, podem exercer influência sobre as decisões dos estudantes em 2011.

A ocupação da reitoria da UFSM ocorrida em 2007 deu-se no dia 30 de maio desse ano. O fato determinante para a decisão dos estudantes de ocupar a reitoria foi a possibilidade de privatização dos prédios de apoio da universidade e do prédio da Antiga Reitoria, situados na Rua Floriano Peixoto. Os estudantes posicionaram-se contra a venda dos prédios pelo fato de que muitos projetos da universidade (como os cursos preparatórios para o vestibular PRAXIS e Alternativa, a assistência odontológica, a assistência judiciária, dentre outros) teriam de ser abrigados em prédios do campus, dificultando o acesso por parte dos beneficiados por esses projetos. Ademais, os estudantes protestaram pela melhoria das condições de assistência estudantil.

As reivindicações dos estudantes foram as seguintes:

- » Em defesa da Universidade Pública, Gratuita, de Qualidade, Democrática e Popular.
- » Por mais verbas para Educação Pública. Pela derrubada do veto de FHC ao Plano de Educação, destinando de 10% do PIB para a Educação.
- » Por democracia nas Universidades. Pela garantia de eleições e da composição paritária conselhos da universidade. Eleições Diretas Já em todos os centros da nossa universidade.
- » Por garantia de verbas públicas específicas para a assistência estudantil.
- » Pela abertura de cursos noturnos na UFSM.
- » Por verbas públicas para a construção do segundo prédio do CCSH no Campus.
- » Pela garantia de instrumentos públicos para entrada de recursos nas universidades. Não fundações. Pelo fim da corrupção da FATEC, segundo indícios já levantados pelo público Federal.
- » Verbas públicas somente para Universidades Públicas. Pela cobrança de imposto empresas privadas de educação.

- » Pela abertura dos arquivos da ditadura militar na UFSM.
- » Pela realização de um debate aberto e democrático na UFSM sobre as políticas públicas educação dos Governos Federal e Estadual (PL 7200, Universidade Nova, FAPERGS, UERGS, PAC da Educação, etc). Pela realização de um seminário ainda neste sobre estes assuntos, sendo construído com a participação das entidades dos três segmentos da universidade e da reitoria, contemplando as diferentes existentes sobre os temas.
- » Pela realização de concurso público para contratação de servidores e professores. Não terceirizações.
- 1. Reivindicamos o imediato cancelamento das negociações de privatização (Venda ou permuta) do Prédio de Apoio. (...)
- 2. Solicitamos urgentemente a ampliação horizontal do Restaurante Universitário (...)
- 3. Mais vagas na casa para a Pós Graduação (...)
- 4. Pela conversão das bolsas de trabalho em bolsas de ensino, pesquisa e extensão (...)
- 5. Pela ampliação do acervo e do horário de atendimento da biblioteca.
- 6. Pela ampliação das bolsas de iniciação científica na UFSM.
- 7. Pela ampliação dos recursos de fomento a pesquisa e a extensão na UFSM (...)
- 8. Garantia de recursos da UFSM para os projetos de línguas, garantindo que estes atendam os estudantes gratuitamente
- 9. O estudantes da UFSM reivindicam um mais amplo debate sobre a política de cotas a ser implementada nesta instituição. (...)
- 10. A Assembléia Geral dos Estudantes considera legítima a autônoma organização dos segmentos da Universidade.
- 11. Os estudantes criticam a forma como foi deflagrado o processo de greve.⁵²

Depois da ocupação da reitoria ocorrida em 2007, houve nova ocupação apenas em 2011, a qual constitui nosso objeto de estudo e da qual trataremos de forma pormenorizada no capítulo a seguir, em que faremos nosso estudo de caso.

2.3. Considerações finais

Neste capítulo, vimos que, no ano de 2007, iniciou uma onda de ocupações de universidade brasileiras e que a motivação comum de muitas das ocupações, particularmente nas ocorridas em instituições federais, esteve relacionada a críticas ao programa REUNI. Na seção 2.1, explicamos um pouco sobre o programa REUNI, tentando esclarecer em que ele consiste e por que muitos se insurgiram contra ele. Vimos neste capítulo também um panorama geral das principais ocupações realizadas no ano de 2011 em universidades federais, a fim de que compreendamos o cenário de manifestações estudantis em que se

⁵² *Ocupação da Reitoria da UFSM*. In: <http://horaeessa.blogspot.com.br/2007/06/ocupao-da-reitoria-da-ufsm.html> (Acesso em: 16 de Junho de 2013)

inserir a ocupação da reitoria da UFSM de 2011, que é nosso objeto de estudo. No capítulo a seguir, faremos um estudo de caso sobre tal ocupação, tentando chegar a respostas para as questões centrais de nossa pesquisa: (1) A ocupação da reitoria da UFSM de 2011 pode ser enquadrada na categoria a desobediência civil? e (2) Caso sim, ela pode ser considerada um ato justificado?

3. OCUPAÇÃO DA REITORIA DA UFSM DE 2011: ESTUDO DE CASO

Neste capítulo, realizaremos um estudo de caso da ocupação da reitoria da UFSM de 2011 a fim de tentar responder as questões norteadoras de nossa pesquisa: (1) A ocupação da reitoria da UFSM de 2011 pode ser enquadrada na categoria a desobediência civil? e (2) Caso sim, ela pode ser considerada um ato justificado? O capítulo está dividido em três etapas: primeiramente, mencionaremos alguns dos principais fatos que culminaram na realização da ocupação da reitoria de 2011; depois disso, faremos uma descrição da ocupação propriamente dita, tentando salientar suas principais etapas e os principais fatos que ocorreram durante sua realização; por fim, com base na descrição da ocupação da reitoria e do referencial teórico adotado neste trabalho, faremos nossa análise e tentaremos oferecer nossa resposta às questões norteadoras desta pesquisa.

3.1. Fatos que culminaram na ocupação da reitoria

A ocupação da reitoria da UFSM de 2011 foi iniciada dia 01 de setembro desse ano e teve a duração de 12 dias. Dessa ocupação, participaram estudantes de vários cursos, com destaque especial para os cursos de Terapia Ocupacional e Medicina. Durante os dias em que perdurou, foram realizadas diversas atividades culturais, de entretenimento e de organização e deliberação a respeito da ocupação propriamente dita. De um modo bastante geral, pode-se dizer que as pautas dos estudantes estiveram centradas em denunciar e tentar amenizar a situação de precariedade com a qual a instituição estava prestando seus serviços educacionais, além de reivindicações mais abrangentes, a nível nacional, como, por exemplo, a destinação de 10% do PIB para a educação. Durante parte do período de ocupação, funcionários e demais pessoas que buscavam a reitoria para a resolução de algum problema não puderam entrar no prédio pelo acesso principal por decisão dos manifestantes. Os acessos secundários, por sua vez, foram mantidos fechados por decisão do vice-reitor. Somente mediante a análise da Comissão de Ética (formada pelos ocupantes) o acesso da entrada principal era liberado para questões urgentes relacionadas ao hospital universitário e às licitações necessárias para o atendimento às propostas do movimento. Apesar desse impedimento, a ocupação do prédio, que ocorreu de forma pacífica, foi marcada pela organização e conservação do patrimônio.

Segundo os estudantes, essa situação de precarização que eles estavam denunciando teria sido agravada pela política de expansão do ensino superior federal instituída pelo Plano Nacional de Educação (PNE) 2001-2010, mas, especialmente, pela adesão da UFSM ao

programa REUNI – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais –, que teria trazido um série de problemas adicionais aos já existentes na universidade. Em 2007, ano em que se deu a adesão da UFSM e outras instituições ao REUNI, houve uma onda de ocupações nas universidades brasileiras. Nesse contexto, foi realizada uma ocupação na reitoria da UFSM como forma de protesto dos estudantes a privatização do prédio de apoio da instituição, mas houve também manifestações por parte dos estudantes contra a adesão da instituição ao REUNI, conforme mencionamos anteriormente.⁵³ Em vista disso, em dezembro de 2007, às vésperas da votação para a adesão ao programa no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), o então reitor, Clóvis Lima, juntamente com seu vice, Felipe Muller, conseguiu uma decisão judicial que proibia qualquer tipo de manifestação junto à reitoria, bem como o trancamento da principal avenida de acesso à universidade. No dia da votação, a Polícia Federal foi chamada para que votação transcorresse sem interrupções de manifestações contrárias. A adesão ao REUNI, então, foi aprovada por 32 votos a favor e 13 contra.

Anos mais tarde, em 2011, já estavam bastante visíveis na UFSM os resultados de sua adesão ao REUNI, tanto os resultados positivos, como, por exemplo, o aumento do número de vagas para acesso ao ensino superior, quanto os resultados negativos, como a deficiência da UFSM para dar completas condições para que os alunos tivessem acesso real a essas vagas, ou seja, para que eles pudessem, não apenas ingressar na instituição, como se manter nela e receber efetivamente uma educação de qualidade. Segundo os estudantes que participaram da ocupação de 2011, tais resultados já haviam sido previstos por eles por ocasião de seu protesto em 2007 contra a adesão ao REUNI. Dentre os problemas apontados pelos estudantes em 2011, estiveram a falta de professores para atender todas as demandas educacionais, a falta de estrutura física para as aulas e demais atividades acadêmicas, a falta de moradia estudantil adequada, a insuficiência de oferta de bolsas de assistência estudantil, etc.⁵⁴

Vejamos, então, alguns dos principais fatos ocorridos em 2011 que precederam imediatamente e que culminaram na ocorrência da ocupação da reitoria da UFSM nesse ano. Assim como em 2007, ocorreu uma onda de ocupações nas universidades brasileiras no ano de 2011. Antes de 01 de setembro, data em que se iniciou a ocupação na UFSM, já haviam sido ocupadas as reitorias da Universidade Federal de Sergipe (UFS), da Universidade Federal

⁵³ Cf. Carta da Ocupação. Disponível em: <<https://ocupacaoreitoriaufsm.wordpress.com/carta-da-ocupacao/>> (Acesso em: Agosto 2017)

⁵⁴ Cf. Carta da Ocupação. Disponível em: <<https://ocupacaoreitoriaufsm.wordpress.com/carta-da-ocupacao/>> (Acesso em: Agosto 2017)

de Pelotas (UFPEL), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), da Universidade Federal do Paraná (UFPR), da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e iniciada, no dia 31 de agosto, a ocupação da reitoria da Universidade Federal Fluminense (UFF). Além disso, havia, na UFSM, toda uma movimentação dos estudantes de alguns cursos e da Casa do Estudante em torno de reivindicações que consideravam importantes para sua situação na universidade. Em particular, cabe destacar a mobilização dos estudantes do curso de Terapia Ocupacional, curso criado quando da implementação do REUNI, que não tinha prédio próprio onde realizar as atividades acadêmicas, bem como a mobilização dos estudantes do curso de Medicina, que enfrentavam problemas com a falta de professores. A mobilização dos estudantes do Centro de Ciências da Saúde foi tamanha que chegou a ser realizada uma greve geral no HUSM-Hospital Universitário de Santa Maria, que, segundo relatos, contou com a participação de cerca de 500 estudantes.⁵⁵

No contexto dessa mobilização estudantil presente na UFSM, foi realizado, por membros do movimento estudantil, um levantamento junto aos alunos dos diferentes cursos da universidade, a fim de mapear as necessidades e reivindicações de cada curso⁵⁶. Na manhã do dia 01 de setembro de 2011, foi, então, realizada uma assembleia geral com os estudantes em frente ao Restaurante Universitário, situado no *campus* sede da instituição, com o objetivo de discutirem as diversas reivindicações advindas de diferentes cursos e de se unirem em uma luta única pela melhoria das condições dos estudantes da instituição. Durante a assembleia, os estudantes decidiram ir caminhando até o prédio da reitoria, que é bastante próximo ao local onde se encontravam, e, estando lá, decidiram pela ocupação da reitoria, o que ocorreu por volta das 12h.

As reivindicações dos estudantes foram divididas por eles em três grupos. O primeiro deles foi chamado de *pautas gerais* e consistiu de um conjunto de reivindicações visando melhorias para os alunos da UFSM de um modo geral, mas as melhorias seriam em setores específicos da universidade. O segundo grupo, chamado de *pautas específicas*, foi o conjunto de reivindicações dos alunos de determinados cursos da instituição. O terceiro grupo, também denominado pelos manifestantes de *pautas gerais*, foi um conjunto de reivindicações que não se enquadraram nos grupos acima.

As *pautas gerais* relativas à situação da UFSM foram divididas em cinco grupos, a saber, *pautas* referentes ao restaurante universitário, às Casas dos Estudantes e benefício

⁵⁵ Cf. Entrevista número 5 em anexo.

⁵⁶ Cf. Entrevista número 5 em anexo.

socioeconômico, às bolsas estudantis, ao CESNORS (Centro de Educação Superior Norte do Rio Grande do Sul) e à biblioteca.

As pautas do primeiro grupo, referentes ao Restaurante Universitário, foram:

Três Refeições nos Restaurantes Universitários para estudantes que não possuem benefício sócio econômico em todos os campi e a reestruturação do RU para que tenha mais uma saída, acabando com as longas filas para entrega da bandeja;
 Mais horários para a venda de créditos;
 maior flexibilidade na compra de créditos para o RU para Palmeira das Missões;
 que o RU abra os sete dias da semana sem aumento nos preços;
 por opção vegetariana no cardápio dos RUs.⁵⁷

Já as pautas referentes às Casas dos Estudantes (CEU's) e ao Benefício Socioeconômico (BSE) foram as seguintes:

Colocação de grades nas portas dos apartamentos das casas dos estudantes para garantir a segurança dos estudantes, conforme assembleia da CEU II;
 ativação do Conselho de Moradia;
 pela criação de uma comissão transparente para realizar a avaliação da cedência ou retirada do BSE dos estudantes e que tenha participação de estudantes;
 Garantir internet de qualidade para todas as CEU's;
 Pavimentação das ruas das CEU's;
 Pela discussão pública do NAE (Núcleo de Atenção ao Estudante) gestão democrática e autonomia das CEU's, inclusive nos demais campi;
 Contra os projetos punitivos para reinserção no programa de BSE;
 Garantia de estrutura, instrumentos e informações para o funcionamento das diretorias
 Que o BSE não seja usado de forma coersitiva: contra o corte do BSE;
 que seja levada em consideração os projetos de extensão e pesquisa, movimento estudantil e bolsa trabalho como carga horária
 Pela retirada da vigilância da sala do bloco 13, e que essa seja transfêrida para a guarita do parádão. A sala do bloco 13 deve ser gerida pelos morados da CEU II através dos conselheiros dos blocos ou assembleia geral da CEU II;
 pela rediscussão dos critérios para o acesso ao BSE para pós-graduação.
 Pela reforma imediata dos alojamentos do Colégio Agrícola de Frederico Westphalen;
 garantia de moradia feminina no CAFW;
 pelo direito do estudante calouro e não-calouros à moradia provisória na União Universitária;
 por mais banheiros na União Universitária;
 que o chamado “mistinho” seja convertido em um espaço cultural;
 que as regras em relação ao tempo de BSE seja em relação ao curso atual do estudante (tempo total do curso e meio)⁵⁸

⁵⁷ Reinvidicações. Disponível em: < <https://ocupacaoreitoriaufsm.wordpress.com/reivindicacoes/>> (Acesso em: Agosto 2017)

As pautas relativas às bolsas estudantis foram as seguintes:

Pela conversão das bolsas de trabalho em bolsas de ensino, pesquisa e extensão;
 Reajuste imediato das bolsas e definição de um índice de reajuste que leve em consideração a inflação anual;
 Mais direitos aos estudantes bolsistas, levando em consideração a lei de estágio, que exige, por exemplo, férias remuneradas;
 Liberação para atividades acadêmicas;
 Férias semestrais, respeitando o calendário acadêmico;
 Proteção contra riscos para a saúde no caso dos bolsistas do HUSM;
 Que as atividades designadas aos bolsistas sejam respeitadas para que não haja abuso nem sobrecarga de trabalho;
 Encaminhamento dos bolsistas para a área de seu curso;
 Revisão da carga horária de trabalho dos bolsistas;
 Vincular a bolsa no currículo do estudante;
 Evitar férias dos técnicos administrativos simultaneamente;
REFORMULAÇÃO (que os bolsistas não sejam responsabilizados pela prestação dos serviços);
 Regulamentação de órgão de apoio aos bolsistas;
 Respeito às opções culturais, políticas e sexuais, **REFORMULAÇÃO**;
 Não a perseguição política durante as atividades dos bolsistas; abaixo o assédio moral, conforme legislação específica vigente;
 que os bolsistas do curso de Enfermagem tenham os direitos/ lei do estágio/aumento da bolsa/acompanhamento pedagógico e profissional/não entre na escala de trabalho do serviço/
 Implementação de bolsa para todos os estudantes do internato da medicina⁵⁹

As pautas relativas ao CESNORS foram as seguintes:

Pela abertura e ampliação imediata de moradias estudantis nos campi de Federico Westphalen;
 três (03) refeições no Restaurante Universitário para todos os estudantes, principalmente para os que possuem BSE, conforme a demanda;
 Pelo cadatramento imediato dos alunos do curso de Sistemas de Informação no Núcleo de Apoio Pedagógico (NAP);
 Reabertura do edital do bolsa transporte para os calouros que ainda não possuem o BSE;
 Meia passagem do transporte já;
 Pela pavimentação e iluminação de qualidade em todos os campi;
 Criação de sede própria para o DCE e todos os DA's;
 Construção de uma forma temporária e imediata de assistência estudantil para os estudantes para os estudantes q possuem BSE e que não possuem vaga na casa do estudante;

⁵⁸ Reinvidicações. Disponível em: < <https://ocupacaoreitoriaufsm.wordpress.com/reivindicacoes/>> (Acesso em: Agosto 2017)

⁵⁹ Reinvidicações. Disponível em: < <https://ocupacaoreitoriaufsm.wordpress.com/reivindicacoes/>> (Acesso em: Agosto 2017)

Aumento e melhorias da infra-estrutura para os serviços de xerox;
 Não a perseguição política durante as atividades dos bolsistas;
 Secretarias da PRAE em todos os campi;
 Assistência estudantil integral e equivalente em todos os campi;⁶⁰

As pautas referentes à biblioteca foram:

Pela ampliação dos horários de atendimento da biblioteca, principalmente nos horários noturnos e finais de semana – que nos dias úteis, o horário de funcionamento seja ampliado até a meia-noite;
 Pela ampliação do acervo da biblioteca, com a inclusão de livros em braille e de autores afro e com temática africana para qualificação do debate das ações afirmativas;
 pela aquisição de filmes culturais com finalidade formação acadêmica dos estudantes;⁶¹

As pautas específicas de determinados cursos da UFSM foram formuladas em oito grupos, a saber, pautas para o curso de Medicina, para o de Enfermagem, para os cursos de Relações Internacionais e Produção Editorial, para os da Comunicação Social, para o de Fisioterapia, para o de Terapia Ocupacional, para o de Educação Física e para o de Psicologia. Tais pautas foram as seguintes:

– Para o curso de Medicina:

Bolsa de auxílio estudantil para todos os estudantes que estão no internato;
 Contratação urgente por concurso público de mais professores efetivos;
 Exigência de prestação de contas do internato regional para os estudantes;
 Fiscalização dos horários de trabalho dos médicos do HUSM e punição aqueles que não cumprem suas funções;
 exigimos posicionamento da reitoria em nota pública a respeito das atitudes opressoras dos professores membros do colegiado do curso de Medicina;

– Para o curso de Enfermagem:

Bolsa de auxílio estudantil para todos os estudantes que estão em estágio obrigatório;
 pelo direito de almoço gratuito no HUSM para os estagiários;
 Contratação urgente por concurso público de mais professores efetivos;
 Licitação imediata de uma nova empreiteira para o término do novo prédio do CCS;
 Por mais salas de aula e por mais laboratórios;

– Para o Curso de Relações Internacionais, Produção Editorial:

⁶⁰ Reinvidicações. Disponível em: < <https://ocupacaoreitoriaufsm.wordpress.com/reivindicacoes/>> (Acesso em: Agosto 2017)

⁶¹ Reinvidicações. Disponível em: < <https://ocupacaoreitoriaufsm.wordpress.com/reivindicacoes/>> (Acesso em: Agosto 2017)

que se faça uma análise de cada caso para a contratação urgente de mais professores efetivos;

– Para o curso de Comunicação Social:

pela destinação de um prédio para o curso de Comunicação Social;

– Para o curso de Fisioterapia:

pelo aumento do espaço físico, não sucateamento do serviço da Fisioterapia e pela aquisição suficiente de materiais básicos para atendimento; pelo direito de almoço gratuito no HUSM para os estagiários;

– Para o curso de Terapia Ocupacional:

Novo prazo para a entrega do novo prédio do CCS;
Agilidade das licitações de materiais e livros;
Alternativa para contratação de professores visto que no Brasil, atualmente, existem poucos doutores em Terapia Ocupacional;

– Para o curso de Educação Física:

que os conselhos superiores da UFSM respeitem a autonomia do CEFD frente a aprovação da Licenciatura Plena de Caráter Ampliado no Conselho de Centro;

– Departamento de Psicologia:

pela abertura de mais vagas e contratação de mais professores para o departamento;⁶²

Já o terceiro grande grupo de pautas formuladas pelos estudantes, as quais também foram por eles rotuladas de “pautas gerais”, foram as seguintes:

Investimento de 10% do PIB para a educação pública já e 1,3 bilhões para o PNAES;
Contratação por concursos públicos de mais funcionários para o HUSM por Regime Jurídico Único;
Construção de uma Unidade Básica de Saúde Escola (UBS-Escola) no campus da UFSM que atenda às demandas da comunidade universitária (principalmente moradores das CEU's e bolsistas) e comunidade em geral, que seja referência em ensino interdisciplinar e baseada nos princípios do SUS, promovendo assistência integral em saúde;
Institucionalização da creche Ipê Amarelo, ampliação de vagas para as mães residentes nas CEU's e funcionamento noturno da creche;
Ampliação do número de laboratórios bem como a melhoria destes;
Programa de assistência estudantil específico para estudantes ingressos pelas ações afirmativas, respeitando suas especificidades;

⁶² Reivindicações. Disponível em: < <https://ocupacaoreitoriaufsm.wordpress.com/reivindicacoes/>> (Acesso em: Agosto 2017)

Processo de reestruturação curricular seja realizado a partir de comissões paritárias e pelo fim do Núcleo Docente Estruturante;
 Reforma nos ginásios do CEFD;
 Fim das terceirizações – por concursos públicos para contratação dos servidores;
 Gestão pública e democrática dos Hospitais Universitários – contra a PL 1749!
 Manutenção dos prédios públicos da UFSM no centro e por uma reforma geral destes;
 Xerox gratuito para os estudantes carentes;
 Uma universidade com um novo modelo pedagógico;
 Contratação de professores efetivos via concurso público, principalmente para os cursos do REUNI;
 Por um centro de extensão comunitária no centro de Santa Maria;
 Pela contratação de intérpretes e pela abertura de mais DCGs ou mini-cursos de Libras;
 Pela assistência estudantil para os estudantes da pós-graduação;
 pela retomada das obras do Centro de Convenções e pela cobrança do término da obra dos prédios do CCSH;⁶³

Todas essas pautas, as quais formaram, como se pode perceber, uma extensa lista, demonstram os problemas pelos quais os estudantes da UFSM vinham passando quando decidiram ocupar a reitoria da instituição em 2011. Essa lista de reivindicações foi publicada do blog “Reitoria UFSM ocupada!”, criado pelos estudantes participantes da ocupação durante sua ocorrência, e foi para o atendimento delas que eles permaneceram instalados no prédio da reitoria pelos 12 dias que perdurou a ocupação.

3.2. Descrição dos fatos ocorridos durante a ocupação

Como dito anteriormente, uma das características da ocupação da reitoria da UFSM em 2011 foi a organização. Os estudantes dividiram-se em comissões, as quais eram responsáveis pela organização das atividades durante a ocupação. Havia, por exemplo, uma comissão de negociação, responsável por conversar e negociar com os representantes da reitoria, uma comissão de comunicação, responsável pela divulgação dos acontecimentos e dos pronunciamentos dos manifestantes para a imprensa local e para a comunidade em geral, a qual, vale ressaltar, criou um *blog* dentre seus veículos de comunicação, uma comissão de segurança, responsável por abrir e fechar a porta principal da reitoria, uma comissão responsável pela limpeza e manutenção do patrimônio, uma comissão responsável pela alimentação, a qual dispunha até mesmo de fogão para o preparo dos alimentos, e uma

⁶³ Reivindicações. Disponível em: < <https://ocupacaoreitoriaufsm.wordpress.com/reivindicacoes/>> (Acesso em: Agosto 2017)

comissão de mobilização, responsável por chamar mais estudantes para participarem da ocupação. Além disso, os estudantes tomavam suas decisões de forma coletiva, por meio de votação em assembleias que realizavam regularmente para debater o andamento das negociações e os rumos da manifestação.

É interessante notar que, como forma de manter os estudantes mobilizados e participando da ocupação, foram realizadas diversas atividades culturais durante os dias de ocupação, como oficinas, discussões sobre temas sociais relevantes, transmissão de filmes e jogos de futebol, apresentações artísticas, etc. Para termos uma ideia disso, podemos conferir a lista de atividades previstas para um dos dias de ocupação, publicada no blog “Reitoria UFSM ocupada!”:

Atividades para 06/09 – Terça-Feira

13h30min – Confeção de Faixas

15h30min – Dinâmicas

16h – Reunião da Comissão de Negociação Estudantil com a Reitoria

16h30min – Mesa de Discussão Sobre Movimento Estudantil e Ocupações

17h30min – Grupos de Trabalho de Agitação e Propaganda e Mostra de Documentários⁶⁴

Como pôde ser constatado a partir de notícias da época, assim como das próprias entrevistas realizadas, a ocupação da reitoria da UFSM de 2011 foi um movimento realizado, propriamente, pelos estudantes da instituição, embora tenha contado com o apoio de pessoas de outros setores, como alunos de outras instituições e professores e servidores técnico-administrativos da UFSM. No momento inicial da ocupação, logo após a decisão de realiza-la, estima-se que cerca de 300 estudantes estavam presentes na reitoria.⁶⁵ No decorrer dos dias de ocupação, houve a presença de um volume elevado de participantes, os quais dormiam no prédio da reitoria, chegando a ocupar três dos andares do prédio. Conforme as palavras de um dos entrevistados, “tinha muita gente, a gente ocupava quase três andares da reitoria com gente dormindo, sabe, e lotado, pertinho um do outro.”⁶⁶

E é interessante perceber que esse elevado número de estudantes não consistia apenas de estudantes que previamente participavam de movimentos estudantis e mais habituados a participar de manifestações inseridas em lutas sociais. Tais estudantes pertenciam aos mais

⁶⁴ Cf. Atividades para 06/09 – Terça-Feira, publicado em 6 de setembro de 2011. Disponível em: <<https://ocupacaoreitoriaufsm.wordpress.com/>> (Acesso em: Agosto 2017)

⁶⁵ Cf. REITORIA DA UFSM: OCUPADA!, 05/9/2011. Disponível em: <<http://www.revistaovies.com/reportagens/2011/09/reitoria-da-ufsm-ocupada/>> (Acesso em: Agosto 2011)

⁶⁶ Cf. Entrevista número 5 em anexo.

variados cursos da instituição, na verdade, a mais de 20 cursos diferentes, muitos deles, inclusive, alunos de cursos que, tradicionalmente, não costumam se envolver em manifestações dessa natureza ou mesmo em movimentos estudantis. Este fato foi enfatizado por mais de um de nossos entrevistados, os quais mencionaram, em particular, o papel decisivo dos alunos do Centro de Ciências da Saúde para a ocorrência e magnitude da ocupação, especialmente, dos alunos dos cursos de Medicina e Terapia Ocupacional. Nas palavras de um de nossos entrevistados,

Eu lembro também que essa ocupação teve um diferencial bem grande que foi a participação bastante grande das pessoas lá do Centro de Ciências da Saúde, que, normalmente, não costumam participar de ocupações, participar de movimentos mais politizados dentro da universidade. Essas pessoas, normalmente, poucos deles participam. Mas, nesse período, por causa da questão da especificidade histórica da conjuntura, eles também tinham muitas dificuldades lá e acabaram por também se integrarem, principalmente o pessoal da Medicina [...] Também o pessoal da Terapia Ocupacional, naquele momento, participou bastante das atividades. [...] Então, talvez, o grande diferencial em relação às outras ocupações eu que participei, nesse momento, foi a adesão de um setor dos estudantes, um setor que, normalmente, não costumava participar das ocupações, que é esse setor principalmente das ciências da saúde, lá do CCS, mas também de outros centros. Foi uma ocupação que teve bastante gente participando para além dos coletivos organizados da universidade.⁶⁷

Não obstante, é importante esclarecer que a ocupação da reitoria da UFSM contou com a participação de estudantes vinculados a partidos políticos e/ou coletivos políticos organizados, ou seja, uma parcela significativa dos estudantes participantes da ocupação possuía envolvimento com alguma organização política de algum tipo. Os partidos mencionados pelos entrevistados como tendo estudantes participantes da ocupação entre seus filiados foram o PT, o PSOL e o PSTU. Já os coletivos com membros presentes na ocupação que tiveram seus nomes mencionados pelos entrevistados foram o Levante Popular da Juventude, o Outros Outubros Virão e o Barricadas Abrem Caminhos. Este último foi caracterizado pelos entrevistados como um coletivo ligado ao PSOL. O Outros Outubros Virão foi descrito como um coletivo vinculado a um pensamento bastante à esquerda que surgiu entre os alunos de Medicina durante a ocupação da reitoria da Universidade Federal do Paraná e que chegou até a UFSM através de seus alunos de Medicina. Já o Levante Popular da Juventude foi descrito como um coletivo vinculado a um pensamento de esquerda mais moderado, mais próximo ao pensamento político dos estudantes filiados ao PT. Sendo assim,

⁶⁷ Cf. Entrevista número 8 em anexo.

muitos dos estudantes filiados a partidos políticos eram também integrantes dos coletivos citados, em conformidade e como consequência das predileções políticas de cada um. Por fim, não podemos esquecer, é claro, que alguns desses estudantes, além de serem filiados a um partido e/ou vinculado a um coletivo organizado, eram também membros integrantes do Diretório Acadêmico (DA) de algum curso da UFSM ou mesmo do próprio Diretório Central dos Estudantes (DCE), que tiveram papel essencial durante a ocupação, sobretudo nas negociações diretas com a reitoria.

O resultado da presença de estudantes com forte engajamento em questões políticas e com pensamentos políticos distintos entre si, como já podemos prever, foi a existência de dois grupos rivais salientes participando da ocupação, os quais, ao mesmo tempo em que disputavam a liderança do movimento, contribuíram para sua ocorrência e magnitude. Em um desses grupos estavam estudantes com pensamento político de esquerda mais moderado, com visões mais próximas à dos partidários do PT (lembrando que muitos eram, de fato, partidários ou mesmo filiados ao PT), no qual parece correto inserirmos, pelo menos, os membros do DCE e os membros do coletivo Levante Popular da Juventude. Em um segundo grupo estavam os estudantes com pensamento político de esquerda mais extremo, com visões mais próximas à dos partidários do PSOL e do PSTU (lembrando que muitos eram, de fato, partidários ou mesmo filiados ao PT), no qual parece correto inserirmos, pelo menos, os membros dos coletivos Outros Outubros Virão e Barricadas Abrem Caminhos.

É claro que nem todos os participantes da ocupação podem ser inseridos em um desses grupos. Contudo, o andamento da ocupação foi conduzido predominantemente, não pelos participantes de um modo geral, mas por aqueles pertencentes a esses dois grandes grupos, aqueles estudantes mais engajados politicamente e que acabavam tendo maior poder de persuasão e decisão na dinâmica do funcionamento interno da ocupação. E esses dois grupos, como percebemos a partir das entrevistas, estavam em disputa durante a ocupação da reitoria de 2011, o que se refletiu na maneira como a ocupação foi se desdobrando no transcorrer dos dias.

Algo que foi destacado por quase todos os estudantes entrevistados foi a disputa, travada entre esses dois grupos, sobre o que fazer em relação à porta principal do prédio da reitoria: se ela deveria permanecer aberta, permitindo-se a livre entrada das pessoas, ou se deveria ser fechada, restringindo-se, com isso, o acesso ao prédio da reitoria pela entrada principal. Esta disputa, apesar de poder parecer banal à primeira vista, era decisiva naquele momento, uma vez que o que estava em disputa era, por um lado, a estratégia a ser adotada para negociar com os representantes da reitoria para atingir os objetivos almejados e, pelo

outro, as consequências que a ocupação poderia vir a trazer para seus participantes do ponto de vista jurídico (embora, ao que parece a partir das entrevistas, os estudantes não tivessem em mente, na época, este último aspecto como algo relevante envolvido na disputa sobre o que fazer com a porta). Sendo assim, podemos ver a disputa a respeito do que fazer com a porta durante a ocupação como uma disputa sobre a própria natureza da manifestação que os estudantes iriam empreender.

Num primeiro momento da ocupação, que durou cerca de 4 dias (do dia 01 ao dia 05 de setembro), os estudantes permaneceram no prédio da reitoria com a porta principal de acesso ao prédio aberta. Nesse período, os estudantes estavam lá acampados, inclusive dormindo à noite no local, mas sem que nenhuma pessoa, sejam servidores da UFSM ou pessoas da comunidade, sofresse qualquer restrição ao livre acesso ao prédio da reitoria. Houve um segundo momento, que durou cerca de 3 dias (do dia 05 ao dia 08 de setembro), em que a porta principal permaneceu fechada e no qual a regra era impedir a entrada no prédio de pessoas que não fossem da manifestação. É importante esclarecer, no entanto, que havia outras portas de entrada no prédio da reitoria além da principal, as quais não foram fechadas pelos estudantes, mas sim pelos próprios representantes da reitoria, bem como que não havia qualquer restrição à liberdade das pessoas saírem do prédio através da porta principal. Além disso, havia uma comissão de ética encarregada de julgar os casos excepcionais em que seria permitida a entrada no prédio pela entrada principal. Segundo o estudante Luiz Fernando Borges, membro da Comissão de Segurança da ocupação, que se pronunciou a respeito por ocasião de uma entrevista à repórter Greice Marin, no programa Notícias UFSM⁶⁸, estava sendo permitida a entrada apenas de funcionários da segurança para a troca de guarda, de pessoas que participariam das mesas de negociações, de funcionários responsáveis pela liberação de recursos para bolsas ou em casos emergenciais que dependessem de licitação. Depois desse período com a porta fechada, houve um terceiro momento da ocupação, que durou cerca de 5 dias (do dia 08 ao dia 13 de setembro), no qual a porta principal da reitoria voltou a permanecer aberta para livre entrada e saída de pessoas.

A disputa a respeito do que fazer em relação à porta, que ocorreu entre os dois grupos rivais durante a ocupação, foi algo que se fez presente ao longo da maior parte dos dias e ocorreu em paralelo e no ritmo ditado pelas negociações com os representantes da reitoria.

No primeiro dia de ocupação (01 de setembro), o reitor chegou a ouvir reivindicações feitas informalmente pelos estudantes e marcou uma reunião para a manhã do dia seguinte.

⁶⁸ Manifestações de estudantes na UFSM. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=CNslMhj8bxc>> (Acesso em: Agosto 2017)

Por volta das 10h de sexta-feira, dia 02 de setembro, o reitor foi conversar com os estudantes e receber uma lista com suas reivindicações, marcando, nesse momento, uma reunião para as 15h do mesmo dia, para que pudesse ter tempo de analisar e oferecer, então, as suas respostas para as reivindicações feitas pelos alunos. Feita a reunião da tarde, os estudantes consideraram insatisfatórias as respostas da reitoria.

Durante o final de semana, entre os dias 03 e 04 de setembro, os estudantes realizaram debates e trabalharam sobre a lista de pautas da ocupação, a fim de obter seu aprimoramento.⁶⁹ Além disso, houve uma deliberação, em assembleia, sobre qual estratégia adotar para pressionar mais efetivamente a reitoria, já que, no dia seguinte, seria realizada mais uma reunião de negociação com os representantes da reitoria. Nesse momento, então, a questão central em deliberação foi se a porta principal do prédio da reitoria seria mantida aberta, como estava até então, ou se ela seria fechada como forma de exercer maior pressão e atingir os resultados que não estavam sendo obtidos até então com a tática adotada até aquele momento. Como um dos estudantes entrevistados relatou, o problema envolvido na decisão era o seguinte:

Bom, a gente vai ter a primeira reunião, rodada de negociação com a reitoria e a dúvida era: nós fechamos a porta e vamos ocupar e vamos negociar? Bom, mas, talvez, isso dê mais força pra nós mas, talvez, também acabe a negociação, eles não vão querer negociar. Ou a gente negocia e, se não der certo, a gente fecha a porta.⁷⁰

Nesse contexto, surgiu a tática escolhida pelos estudantes, que foi proposta pelo próprio estudante C entrevistado:

Daí eu lembro que, na época, inclusive eu um que propus pra tentar sintetizar e dar alguma amálgama, uma unidade ali: e que tal se a gente fechar quando a gente entrar pra negociar? Ou seja, então a gente entrar na sala, ali embaixo liga e a gente fecha. Então não teria mais como eles nos tocar, a gente já ia estar a sala e a gente vai conversar assim. E foi isso que a gente fez na época, né. A gente começou a negociar com a porta fechada.⁷¹

Na segunda-feira (05 de setembro), quinto dia de ocupação, foi realizada, às 14h, uma reunião entre uma comissão de negociação composta de 10 estudantes e os representantes da reitoria, tendo o prof. João Rodolpho Flôres, pró-reitor de extensão da UFSM na época, como

⁶⁹ Cf. REITORIA DA UFSM: OCUPADA!, 05/9/2011. Disponível em: <<http://www.revistaovies.com/reportagens/2011/09/reitoria-da-ufsm-ocupada/>> (Acesso em: Agosto 2017)

⁷⁰ Cf. Entrevista número 4 em anexo.

⁷¹ Cf. Entrevista número 4 em anexo.

seu principal representante, mas que contou também com a participação de José Marcos Froehlich, pró-reitor adjunto de extensão Lúcia Rejane Madruga, pró-reitora adjunta de planejamento Ubiratan Yupinambá da Costa, pró-reitor adjunto de assuntos estudantis, e Elisângela Mortari, coordenadora de comunicação social. Nessa reunião, foram feitos esclarecimentos por parte dos estudantes e suas reivindicações foram analisadas pelos representantes da reitoria, a qual apresentaria sua contraproposta no dia seguinte, em uma reunião marcada para as 16h.⁷² A porta do prédio da reitoria foi fechada nesse dia, em conformidade com a decisão que os estudantes tomaram em assembleia.⁷³

Na terça-feira (dia 06 de setembro), às 17h, foi entregue aos estudantes a carta com a contraproposta da reitoria. Houve também, nessa mesma data, uma reunião entre um comissão de estudantes e os pró-reitores no prédio 74 (do Centro de Ciências Sociais e Humanas - CCSH). Os estudantes realizaram também uma assembleia a fim de analisar e discutir a contraproposta da reitoria, o que foi feito em grupos de discussões.⁷⁴

Depois de analisarem exaustivamente a carta da reitoria, os estudantes se pronunciaram dizendo terem considerado insatisfatória a contraproposta oferecida. Nas palavras de Carolina Barin, membro da comissão de comunicação da ocupação, que se manifestou a respeito em entrevista à repórter Greice Marin, no Programa Notícias UFSM,

[...] a carta que o reitor enviou de contraproposta ela apresenta muitas propostas de propostas, mas efetivamente nenhuma proposta. Ele encaminha muitos estudos, muitas ideias, mas não dá prazo pra nada. Então a gente acreditou que ela ficou muito vaga, muito subjetiva e, por isso, ela não contempla as nossas reivindicações. Pra ser contemplado, a gente tá querendo que o reitor coloque prazos pro que a gente tá pedindo.⁷⁵

A respeito da contraproposta da reitoria, particularmente no que diz respeito à sua insatisfatoriedade, o prof. João Rodolpho Flôres pronunciou-se dizendo que ela teria sido apenas uma contraproposta parcial, não completa e definitiva, e alegou que essa incompletude seria devido ao fato de os representantes da reitoria estarem sendo prejudicados pela restrição do acesso ao prédio da reitoria feita pelos estudantes. Segundo ele, tal restrição teria

⁷² Cf. Nota sobre o Início das Negociações, 06/9/2011. Disponível em: <<https://ocupacaoreitoriaufsm.wordpress.com/>> (Acesso em: Agosto 2017)

⁷³ Cf. Reitoria da UFSM é ocupada pelo movimento estudantil. Disponível em: <<http://joelisonjoe.blogspot.com.br/2011/09/reitoria-da-ufsm-e-ocupada-pelo.html?m=0>> (Acesso em: Agosto 2017)

⁷⁴ Cf. Reitoria da UFSM é ocupada pelo movimento estudantil. Disponível em: <<http://joelisonjoe.blogspot.com.br/2011/09/reitoria-da-ufsm-e-ocupada-pelo.html?m=0>> (Acesso em: Agosto 2017)

⁷⁵ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=CNslMhj8bxc>> (Acesso em: Agosto 2017)

prejudicado o acesso a documentos armazenados no prédio, documentos estes cujo estudo seria necessário para a apresentação de uma contraproposta mais completa por parte da reitoria. Além disso, o professor argumentou que muitas das reivindicações dos estudantes, em particular sua insistência de que prazos fossem fixados para o cumprimento de algumas melhorias, não eram viáveis nos termos em que foram fixadas.⁷⁶

Na quinta-feira (dia 08 de setembro), a reitoria apresentou uma segunda carta aos estudantes, alterando algumas partes da primeira contraproposta que apresentou a eles. Embora esta reformulação da contraproposta da reitoria tenha agradado a uma parcela dos estudantes, ela foi considerada ainda insatisfatória pelo movimento estudantil como um todo, o qual deliberou, em assembleia, pela manutenção da ocupação até que todas as suas reivindicações fossem atendidas. Nessa mesma data, os estudantes decidiram também pela abertura da porta principal da reitoria que estava sendo mantida fechada desde a segunda-feira, dia 05.⁷⁷

Ao falarmos da reabertura da porta principal da reitoria, vale lembrarmos da já mencionada disputa entre os dois grupos rivais dentro do movimento estudantil, a qual entrou em seu momento mais crítico nessa ocasião. A partir das entrevistas realizadas, pudemos perceber que o grupo de estudantes com pensamento político de extrema esquerda, os ligados ao PSOL, ao PSTU, ao coletivo Outro Outubro Virão e ao coletivo Barricadas Abrem Caminhos, defendeu, desde o início da ocupação, mas em especial nesse momento, a posição de que a porta da reitoria deveria ser mantida fechada, uma vez que essa seria a forma mais efetiva de exercer pressão para que a reitoria atendesse às reivindicações estudantis. Já o outro grupo de estudantes, com pensamento moderado de esquerda, os ligados ao PT, ao coletivo Levante Popular da Juventude e ao DCE, defendiam desde o início que a porta da reitoria deveria ficar aberta, posição que acabou ganhando força e mais adeptos principalmente naquele momento da ocupação, em que os representantes da reitoria utilizavam-se do argumento de que a manutenção da porta fechada estava prejudicando a elaboração, por parte deles, de uma contraproposta completa, por restringir o acesso a importantes documentos armazenados no prédio da reitoria.

Conforme dois dos estudantes entrevistados, o grupo que defendia a manutenção da porta fechada sentiu-se traído quando os estudantes decidiram, em assembleia, pela reabertura

⁷⁶ Cf. Entrevista dada pelo prof. João Rodolpho Flôres à repórter Greice Marin, no Programa Notícias UFSM. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=CNslMhj8bxc>> (Acesso em: Agosto 2017)

⁷⁷ Cf. Reitoria da UFSM é ocupada pelo movimento estudantil. Disponível em: <<http://joelisonjoe.blogspot.com.br/2011/09/reitoria-da-ufsm-e-ocupada-pelo.html?m=0>> (Acesso em: Agosto 2017)

da porta. Muitos dos estudantes desse grupo chegaram, inclusive, a se retirarem da ocupação⁷⁸, acusando o grupo oposto de terem praticado um golpe, fruto de uma negociação “por fora” que teriam realizado com a reitoria⁷⁹, a qual seria beneficiada com a abertura da porta, provavelmente devido ao enfraquecimento da manifestação estudantil.

No entanto, é importante destacar que, segundo os estudantes⁸⁰, a reitoria entregou um documento aos estudantes na manhã de quinta-feira, dia 08 de setembro, no qual afirmava que encaminharia um pedido de reintegração de posse do prédio da reitoria caso os estudantes não abrissem a porta principal, liberando o livre acesso ao prédio por essa entrada. Segundo afirmou João Rodolpho Flôres, em entrevista à repórter Greice Marin, no Programa Notícias UFSM, os estudantes, ao manterem a porta principal da reitoria fechada, estariam violando o direito constitucional que as pessoas têm de ir e vir, um princípio adotado em um Estado Democrático de Direito, como é o Brasil. E esse seria o caso, segundo ele, mesmo os estudantes não tendo fechado as portas laterais do prédio, uma vez que há pessoas com deficiência ou problemas de saúde, as quais, no que parece ser a visão do professor, teriam seu acesso ao prédio dificultado ou mesmo impossibilitado. Além disso, segundo o professor, servidores teriam sofrido constrangimento pelos estudantes ao tentarem entrar no prédio. Apesar disso, o professor enfatiza, na mesma ocasião, o desejo do reitor de resolver o impasse da forma mais democrática possível.

⁷⁸ Segundo o relato do estudante C, que pertencia ao coletivo Levante Popular da Juventude: “[...] na segunda-feira eu lembro a gente fechou a porta pra tentar fazer a reitoria parar de funcionar pra tentar abrir novas negociações e sair mais rapidamente de lá. E aí ficou dois três dias com a porta fechada, sem a reitoria funcionar, até que a gente fez mais uma assembleia e deliberou pra no outro dia abrir a porta, porque, enfim, né, porque a gente não é que nem ‘fechou o abacaxi, ninguém mais entra’, um dia a gente pode mudar a tática, a tática não é estática, como a gente dizia, né. E aí, quando a gente deliberou por abrir, alguns grupos mais radicais acharam que aquilo era, sei lá, se vender, enfim, todo esse tipo de coisa de estudante, né, e ficaram revoltados, alguns saíram. Inclusive eu me lembro que, na época, o fogão era deles e levaram o fogão ...”

⁷⁹ De acordo com o que nos disse o estudante D, membro do coletivo Barricadas Abrem Caminhos: “E aí teve dois momentos. O momento que estava mais radicalizada, que foram, se não me engano, uns 8 dias mais ou menos, em que a porta ficava fechada e que daí a oposição de esquerda estava dirigindo. A oposição de esquerda é nós, o pessoal do grupo lá da Educação Física, outros grupos políticos de oposição de esquerda ao DCE, o PCB, etc., que estavam dirigindo esse processo, principalmente nós do Barricadas. E aí o segundo momento, que a gente chamou de golpe, né, o pessoal do Levante e do próprio DCE aproveitou o momento que tinha menos estudantes de Medicina e fizeram uma assembleia pedindo pra abrir a porta da reitoria. E aí se abriu a porta da reitoria e começou a dar uma enfraquecida no movimento, os estudantes de Medicina se sentiram traídos, começaram a não ir mais na ocupação, enfim.” E, em outro momento durante a entrevista, o estudante D acrescenta: “E até cabe salientar que teve um dia que a gente tava, numa noite anterior, o DCE e o Levante tentando abrir a porta e a gente conseguia passar na assembleia que não ia abrir a porta. No outro dia, chegou o Dalvan, que era o vice-reitor, olhou pro então presidente do DCE e falou: pô, cara, a gente não tinha combinado que ia estar aberta a porta... (risos). Então se tinha essa os caras tavam negociando com o vice por fora do movimento. Então era muito claro, assim, que eles tavam, que foi um golpe pra abrir aquelas portas, né. Então, eu queria só salientar isso também”.

⁸⁰ Cf. Reitoria da UFSM é ocupada pelo movimento estudantil. Disponível em: <<http://joelisonjoe.blogspot.com.br/2011/09/reitoria-da-ufsm-e-ocupada-pelo.html?m=0>> (Acesso em: Agosto 2017)

Se houve ou não negociação golpe ou “por fora” durante a ocupação da reitoria ou mesmo se a reabertura da porta foi uma mera reação frente à possibilidade de um pedido de reintegração de posse do prédio por parte da reitoria (ou mesmo ambos), é algo que jamais conseguimos responder, ainda que fosse esse nosso objetivo. O que nos importa aqui, contudo, é salientar a existência de disputas internas no movimento estudantil que promoveu a ocupação da reitoria da UFSM de 2011, fruto, provavelmente, dos posicionamentos políticos divergentes dos estudantes. Apesar dessas divergências e das consequências que elas trouxeram para a manifestação, que acabou sendo enfraquecida após a reabertura da porta do prédio da reitoria, a ocupação da reitoria acabou trazendo resultados vistos como bastante positivos pelos estudantes envolvidos no processo, incluindo os dois grupos rivais há pouco mencionados.

No dia 08 de setembro, após a reabertura da porta principal da reitoria, foi realizada uma reunião entre a comissão de negociação dos estudantes e os pró-reitores que falavam em nome da reitoria a fim de definir os rumos das negociações. No decorrer dos dias subsequentes da ocupação, houve várias discussões entre estudantes e entre estes e os representantes da reitoria, as quais culminaram na decisão, tomada pelos estudantes em assembleia realizada no dia 12 de setembro, de aceitar os termos da negociação e desocupar o prédio da reitoria no dia seguinte, 13 de setembro.

Conforme publicado no *blog* da ocupação, foram obtidos os seguintes resultados com a ocupação da reitoria da UFSM de 2011:

RU

– Após a greve dos técnicos administrativos, será oferecido inicialmente 100 cafés da manhã e 150 jantãs para estudantes que não tem o Benefício Sócio-Econômico. As refeições deverão ser agendadas pelo Portal do Aluno, não há limite de agendamentos, dependendo da demanda o número de refeições poderá ser ampliado. Uma comissão paritária irá acompanhar e estudar situações futuras;

– Em até 10 dias será feita outra saída para a entrega de pratos, copos e talheres no RU da União Universitária, com o objetivo de diminuir as filas na saída;

Casas do Estudante e Benefício Sócio-Econômico

– Ativação imediata do Conselho de Moradia;

– Estudo para mapear pontos cegos e adequação de equipamento de internet nas CEUs em 30 dias;

– Comprometimento de atender a demanda para a colocação de grades nas portas dos apartamentos da CEUs 2 e 3 (após aprovação em assembleia). Comprometimento de colocar as grades em todas as portas ao longo de 2011 e 2012;

– Devolução da sala do bloco 13 da CEU 2 aos moradores;

– Abertura de licitação para construção de banheiros masculino, feminino e para pessoas com necessidades especiais na União, no primeiro semestre de 2012;

Bolsistas

– Reajuste de 12% nas Bolsas Trabalho para o início de 2012;
 – Comissão Paritária para propor uma resolução atualizada sobre as atividades dos bolsistas;
 – Serão concedidas 7 bolsas para a Direção da CEU 2, mediante apresentação de um Plano de Trabalho;

CESNORS

– Para 2011, serão destinadas 50 bolsas permanência, no valor de 300 reais;
 – Após 10 dias da entrega do prédio e finda a greve dos servidores, será feito o cadastro e seleção dos estudantes para as vagas de moradia com critérios similares aos de Santa Maria;
 – Reitoria e Direção do CESNORS encaminharão nota às prefeituras de Palmeira das Missões e Frederico Westphalen manifestando sobre a iluminação e construção de trevo/rótula. Acesso ao RU do CAFW aos estudantes do CESNORS será melhorado;
 – Licitação para iluminação interna do campus de Frederico Westphalen está em andamento;
 – Será solicitado mais um ponto de xerox em Frederico Westphalen e Palmeira das Missões;

CAFW

– 2,1 milhões de reais para obras e reformas no alojamento do CAFW, esforço para que a licitação seja feita em 2011, já que há dinheiro disponível;
 – Encaminhamento de Moradia Feminina no CAFW;

Bibliotecas

– Encaminhamento às Direções do Centro de pedidos de estudos para a ampliação do horário das Bibliotecas Setoriais;
 – Avaliação, após a greve, para a possibilidade de ampliação do horário noturno e nos finais de semana da Biblioteca Central;
 – Sala de acesso digital e mesas de estudos, sete dias por semana e 24 horas por dia, no espaço da Caixa Econômica Federal, junto à Biblioteca Central, imediatamente após a desocupação pela Caixa.

Pautas Gerais

– Revisão da Resolução 020/09, reivindicação importantíssima para cursos como a Terapia Ocupacional em relação a contratação de professores, a ser encaminhado ao CEPE até a Reunião do dia 16/09/2011;
 – Quanto à UBS-Escola, encaminhamento de discussão sobre junto à Área da Saúde da UFSM, com participação paritária da comunidade. Discussão após a greve;
 – Garantia de não vender o Prédio da CEU 1/DCE e da Antiga Reitoria. Antiga Reitoria será gradativamente destinada a projetos comunitários e de extensão;
 – Reitoria deverá encaminhar deliberações após a greve dos servidores. Ampliação da discussão seguindo o aprovado no PDI sobre reforma acadêmico-administrativo;
 – Creche Ipê Amarelo está com pedido de institucionalização protocolado no MEC;
 – Disponibilizar via Portal UFSM os contratos e processos licitatórios a partir de 2012.⁸¹

⁸¹ Cf. Ocupação da Reitoria: O que conquistamos..., 13/9/2011. Disponível em: <<https://ocupacaoreitoriaufsm.wordpress.com/>> (Acesso em: Agosto 2017)

Ao longo dos dias de ocupação, os estudantes receberam apoio de várias organizações, entre elas sindicatos e partidos políticos, moções de outras organizações estudantis, além da manifestação de pessoas físicas como o promotor de Defesa Comunitária de Santa Maria – João Marcos Adede y Castro.

3.3. Análise dos dados a fim de responder as questões de pesquisa

Após a apresentação de alguns dos principais fatos que culminaram na ocupação da reitoria da UFSM de 2011 e de uma visão geral dos acontecimentos durante sua realização, começaremos, agora, a fazer a análise dos dados obtidos em nossa pesquisa, tendo como base nosso referencial teórico, a fim de responder as duas questões de nossa pesquisa, ou seja, se a ocupação da reitoria da UFSM de 2011 pode ser considerada um ato de desobediência civil por parte dos estudantes e, em caso positivo, se ela poderia ser considerada uma desobediência civil justificada.

Como vimos no capítulo 1, as características mais comumente atribuídas pelos autores à desobediência civil são ser ato (1) ilícito, (2) consciencioso, (3) com caráter comunicativo, (4) com o objetivo de transmitir o repúdio a certa lei ou prática estatal; (5) político, (6) praticado publicamente ou abertamente, (7) em regra, não violento (admitida a violência sobre a propriedade apenas quando estritamente necessário), (8) praticado com a disposição para aceitar a imposição da sanção legal pertinente e (9) coletivo.

3.3.1. Ato ilícito

O primeiro aspecto que devemos analisar, então, é se a ocupação da reitoria da UFSM de 2011 configura-se como um ato ilícito. Como esclarecemos anteriormente, a ocupação foi realizada de forma pacífica, tendo sido marcada pela organização e conservação do patrimônio. Como o próprio professor João Rodolpho Flôres admitiu, apesar das discussões, de algumas agressões verbais, não houve violência física contra a pessoa de nenhuma das partes.

O professor chama a atenção, no entanto, para um episódio específico, o episódio da porta de vidro quebrada, que os estudantes, segundo ele, argumentaram terem sido agredidos pela guarda da universidade, mas que, ao serem analisados os registros em vídeo, revelou-se

inverídico, já que as imagens evidenciaram os estudantes se jogando contra a porta. Este episódio, então, pode ser visto como um ato ilícito de dano ao patrimônio público.

Entretanto, a ocupação como um todo não foi caracterizada pela depredação do patrimônio público, ou seja, os estudantes não escolheram a depredação do patrimônio da universidade como meio de ação para atingirem seus objetivos e tampouco ocorreram tantos atos dessa natureza durante a ocupação ao ponto de eles serem algo predominante durante a ocupação, capaz de desvirtuar a escolha inicial dos estudantes com respeito do meio de ação. Trata-se de um fato isolado ocorrido durante a ocupação, mas que poderia ter ocorrido em qualquer outro momento e que não deve servir para dizermos que a ocupação foi um ato ilícito porque ela foi um ato (ou vários atos) de depredação do patrimônio público.

O ato nuclear escolhido pelos estudantes para sua manifestação foi, em vez disso, ocupar o prédio da reitoria. Este ocupar o prédio consistiu de estudantes estarem presentes nos espaços físicos do prédio praticando atividades atípicas para o local, como falar e cantar em volume mais elevado de voz, colocar colchonetes e dormir, preparar refeições e fixar cartazes, por exemplo. Essas atividades poderiam ser vistas como atípicas para o local e até mesmo como atrapalhando o andamento normal das atividades, mas, como elas, por si mesmas, não impedem o funcionamento das atividades da reitoria, não parecem poder ser vistas como algo ilícito. Tais atividades, apesar de talvez inoportunas para outras pessoas que frequentam o prédio, parecem se enquadrar mais bem no que os estudiosos chamam de *protesto legal*, que abordamos rapidamente no capítulo 1.

Contudo, não podemos esquecer que, durante três dos dias de ocupação, os estudantes fecharam a porta principal do prédio da reitoria, impedindo as pessoas de entrarem livremente no prédio, o que parece violar o direito constitucional de ir e vir das pessoas, conforme argumento o próprio professor João Rodolpho Flôres. Os estudantes alegaram, em sua defesa, que as portas laterais do prédio não foram fechadas por eles e que, quem quisesse adentrar no prédio, poderia fazê-lo por essas entradas alternativas. Entretanto, como o professor João Rodolpho Flôres chamou atenção, pessoas com deficiência ou com problemas de saúde poderiam enfrentar dificuldades ou mesmo impedimentos para entrar no prédio pelas portas laterais. Além disso, segundo o professor, servidores teriam sofrido constrangimento pelos estudantes ao tentarem entrar no prédio. Nas entrevistas realizadas, os estudantes, quando indagados sobre este aspecto da ocupação, pronunciaram-se, em sua grande maioria, alegando que não teria havido a prática de nenhum ato ilícito, uma vez que, ao realizarem a ocupação, eles estariam exercendo o seu direito de reivindicar direitos seus que não estavam sendo

cumpridos pelo poder público, representado na figura da universidade, a saber, o direito de cada um deles de ter uma educação de qualidade.

Esta linha de argumentação parece estar baseada na ideia de que ter *direito a reivindicar* o cumprimento de direitos que se possui, como o direito a uma educação de qualidade, por exemplo, significa que temos o direito de reivindicar de *qualquer modo* o nosso direito a educação, ou seja, que, qualquer que seja a ação escolhida para fazer a reivindicação, nós teremos o direito de praticá-la e ela será, portanto, lícita. Se seguirmos esta linha de argumentação, sequer poderíamos falar em desobediência civil como forma de reivindicação de direitos, uma vez que ela é, por definição, um ato ilícito.

Porém, a despeito da possibilidade de discussões teóricas, que de fato existem, acerca da natureza da desobediência civil, não podemos esquecer que, neste trabalho, ela é assumida como categoria de análise e, a partir dessa perspectiva, não nos cabe adentrar em discussões teóricas adicionais além das que mencionamos no capítulo 1. Diante disso, uma vez que assumimos a desobediência civil como caracterizada pela maioria dos autores e na medida em que assumimos os pressupostos subjacentes a essa caracterização (como o pressuposto de que nós podemos ter o direito a reivindicar coisas sem que isto altere a natureza ilícita ou lícita da ação meio escolhida para realizar a reivindicação), parece razoável concluirmos que a ocupação da reitoria da UFSM de 2011 pode ser considerada, a princípio, um ato ilícito no ordenamento jurídico brasileiro, uma vez que houve a violação do direito das pessoas de irem e virem livremente no momento em que se fechou a porta principal do prédio e se impôs restrições a essa liberdade.

3.3.2. Ato consciencioso

Um segundo aspecto que devemos analisar na ocupação é se ela pode ser considerada um ato consciencioso por parte dos estudantes, isto é, um ato que eles praticaram movidos por algum princípio ou convicção moral que possuem.

Nas entrevistas realizadas, foi possível perceber a recorrência do discurso de que *todas as pessoas possuem direito a uma educação pública, gratuita e de qualidade* como a causa central pela qual estariam lutando. Este tipo de afirmação, vinda de estudantes que estão matriculados em uma universidade federal e que, portanto, já pertencem a uma elite em nosso país, já parece ser a expressão de uma preocupação com os outros, e não apenas com problemas pontuais enfrentados por eles no cotidiano estudantil.

A própria luta por melhorias da assistência estudantil parece demonstrar uma preocupação mais abrangente dos estudantes, já que muitos dos manifestantes não precisam da grande maioria dos subsídios fornecidos pela instituição a título de assistência estudantil. Os manifestantes, então, pareceram ter sido movidos pela convicção moral de que não apenas pessoas mais abastadas e com melhores condições financeiras, mas sim todas as pessoas, deveriam ter acesso ao ensino superior na universidade. Parece ser para isso, de fato, que eles estavam reivindicando uma extensa lista de melhorias na assistência estudantil da instituição.

No entanto, é importante trazermos aqui a opinião do professor João Rodolpho Flôres, expressa em entrevista que realizamos com ele, o qual põe em dúvida o que moveu os estudantes a realizarem a ocupação. Nesse sentido, ele sugere que a motivação dos estudantes teria sido político-ideológica-partidária, e não os problemas apresentados pela universidade propriamente. Ele afirma:

Eu considero legítima a ocupação. No momento em que tu vive uma crise institucional, uma falta de condições de trabalho, precarização, só que eu acho aquele momento que nós tínhamos era uma situação inversa do que se vive hoje. Hoje, em 2015, eu imaginei que os estudantes iriam invadir a reitoria e iam ficar lá até um longo tempo. Por quê? Porque hoje nós estamos com dificuldade de fazer concurso, estamos com dificuldade de ir viajar, estamos com dificuldade de materiais, de reposição de equipamentos, porque o orçamento foi totalmente enxugado. Hoje, os estudantes não pararam. Naquele momento, que havia o REUNI em plena expansão, e sendo aplicados todos os recursos, tava tudo sendo aplicado, nós não tínhamos como fazer milagre, de fazer uma obra em uma semana. A obra leva seis meses, um ano (...) naquele momento que a universidade tinha as vagas garantidas pra vocês, tinha o orçamento, o orçamento tava vindo religiosamente. A universidade comprou os equipamentos, tudo aquilo que foi feito em termo de pacto com o governo. Uma questão de tempo para poder concluir o projeto com os recursos, quando eles fizeram a ocupação. Qual a real intenção que havia nisso aí?⁸²

Analisando a partir dessa perspectiva, parece ser possível (embora não seja possível ter certeza) que alguns estudantes participantes da ocupação tivessem motivação político-ideológica-partidária para praticá-la, sobretudo estudantes com pensamento político de extrema esquerda, que poderiam ter interesse de se juntar a outras manifestações que estavam ocorrendo no país e mostrar que a política nacional de expansão do ensino superior federal do governo do PT, da qual fazia parte o programa REUNI, teria trazido sérios problemas para a educação no país, trazendo, com isso, prejuízos para a imagem do governo petista.

⁸² Cf. Entrevista número 1 em anexo.

Contudo, mencionamos anteriormente, a ocupação foi empreendida por estudantes de diversas convicções políticas e havia, em particular, dois grupos salientes de estudantes, os quais tinham posições políticas conflitantes. Todos esses estudantes, e não apenas aqueles que poderiam querer fazer oposição ao PT, concordaram em realizar a ocupação e, exceto no que se refere à questão da abertura ou fechamento da porta, ela pareceram ter opiniões semelhantes sobre os problemas da universidade e objetivos da ocupação, bem como sobre o seu andamento. Com base nisso, acreditamos ser correto concluir que a ocupação da reitoria de 2011 pode ser considerada um ato consciencioso praticado pelos estudantes, um ato que praticaram movidos pela convicção moral de que não apenas pessoas mais abastadas e com melhores condições financeiras, mas sim todas as pessoas, deveriam ter acesso ao ensino superior de qualidade.

3.3.3. Ato com caráter comunicativo

O terceiro aspecto que deve ser analisado é se a ocupação da reitoria teve ou não caráter comunicativo, ou seja, se ela foi um instrumento pelo qual os estudantes desejavam se comunicar, tanto com o estado ou, mais precisamente, com as autoridades estatais, quanto com a população em geral. Sobre isto, parece não haver muita margem para dúvida sobre a intenção dos estudantes de utilizar a ocupação como um meio de comunicação com as autoridades da UFSM e com a comunidade em geral.

3.3.4. Ato praticado com o objetivo de chamar a atenção das pessoas para a injustiça de uma lei ou prática estatal e obter, com isso, uma mudança nessa lei ou prática

Um quarto aspecto que devemos analisar é se a ocupação de 2011 pode ser considerada um ato praticado com o objetivo de chamar a atenção das pessoas para a injustiça de uma lei ou prática estatal e obter, com isso, uma mudança nessa lei ou prática. Além disso, temos que analisar se, inserido nesse objetivo, podemos inserir também o objetivo de propiciar a educação moral da sociedade em geral.

Como vimos no decorrer de nossa exposição, os estudantes entenderam que a política nacional de expansão do ensino superior federal, da qual o REUNI fez parte, foi elaborada e implementada de modo autoritário, sem a devida participação da população, e com motivações apenas quantitativas, de obter um aumento no número de estudantes no ensino

superior, mas sem considerar a necessidade de que esse ensino seja de qualidade e de que esses alunos consigam se manter nele. Nesse sentido, o objetivo da ocupação pareceu ser chamar a atenção das pessoas para a injustiça de uma prática estatal, especificamente, para a política nacional de expansão do ensino superior federal que estava sendo implementada na UFSM e obter, com isso, uma mudança nessa prática. A mudança nessa prática seria, conforme as reivindicações dos estudantes, realizar a expansão garantindo, por um lado, a qualidade do ensino, com a contratação de professores e construção de prédios, por exemplo, e, pelo outro, que os estudantes consigam se manter na universidade, com melhorias na assistência estudantil.

De modo mais amplo, é possível também afirmarmos que a ocupação teve como objetivo a educação moral da sociedade, mostrando que os cidadãos podem e devem agir para reivindicar mudanças na conduta das autoridades estatais quando esta não está se pautando pelo que consideram justo. Este aspecto, em especial, parece ficar evidenciado na fala de um dos estudantes entrevistados, que, ao ser indagado sobre se a ocupação teria sido válida, se teria valido a pena, falou o seguinte:

Nossa! Foi muito válida! Eu cheguei a me arrepiar aqui me lembrando do quão importante foi esse movimento que a gente fez, do quão histórico foi, do quão importante foi pra fazer o enfrentamento que não vinha sendo feito, que, dentro da própria esquerda, vinha sendo barrado por interesse governista pra não se avançar a luta. E eu acho que, *além das pautas, o principal de tudo foi o nível de consciência de luta que os estudantes tiveram.* (grifo nosso)⁸³

3.3.5. Ato político

É importante acrescentar também que, por ter como objetivo chamar a atenção das pessoas para a injustiça de uma prática estatal e obter, com isso, uma mudança nessa prática, podemos concluir que a ocupação da reitoria da UFSM de 2011 pode ser característica como um *ato político*. Uma vez que a ocupação teve esse objetivo, podemos dizer que ela é uma forma de exercício do poder pelos cidadãos, que, no caso, eram os estudantes.

3.3.6. Ato praticado pública ou abertamente

⁸³ Cf. Entrevista número 5 em anexo.

Outro aspecto que devemos analisar é se a ocupação da reitoria de 2011 foi um ato praticado pública ou abertamente, ao que podemos responder, imediatamente, de forma positiva.

3.3.7. Ato coletivo

Outro aspecto importante que devemos averiguar é se a ocupação foi um ato coletivo, ao que podemos também responder de forma positiva sem maiores problemas, já que, não apenas havia uma coletividade de estudantes participando da ocupação, como as próprias decisões tomadas antes e durante a ocupação eram feitas coletivamente, mediante a realização de votações em assembleias.

3.3.8. Ato não violento em regra

Outro fator relevante a ser considerado é se a ocupação pode ser caracterizada como um ato não violento. Neste ponto, podemos concluir que, apesar de termos afirmado se tratar de um ato ilícito e de ter havido a prática de um ato de violência contra a propriedade, podemos concluir que a ocupação como um todo não pode, de modo algum, ser enquadrada como um ato violento.

3.3.9. Ato praticado com a disposição para aceitar a punição

Por fim, temos que analisar um último aspecto da ocupação, a saber, se ela foi um ato que os estudantes praticaram com a disposição para aceitar eventuais punições que pudessem vir a sofrer em virtude de sua prática e é na análise deste aspecto específico que surge a maior dificuldade para o enquadramento da ocupação da reitoria da UFSM de 2011 na categoria da desobediência civil. Como pudemos perceber a partir das entrevistas, a grande maioria dos estudantes não estava disposto, quando da ocupação, a aceitar a imposição de eventual punição pela prática da ocupação.

Nesse sentido, o estudante C, ao ser indagado sobre se estaria disposto, na época, a aceitar eventual punição, afirma:

Não. Não, porque eu acho que a gente não O que que a gente praticou de ilícito? A ocupação em si? A ocupação ela é legal, né. O que é

ilegal é invasão. Invasão é se um cara desconhecido entrar aqui em casa e roubar minha TV isso é uma invasão. Ocupação é um ato político juridicamente reconhecido como legal. Por isso é que, quando tem uma ocupação, ninguém vai preso, porque? Porque a ocupação foi reconhecida, inclusive pelo STF, por isso tem uma.... Como é que se chama do direito? Uma jurisprudência que vale pra todos os outros casos que ocupar nada mais é do que entrar transitoriamente, ou seja, não é pra sempre, não é pegar pra si, um lugar, público ou privado, nesse caso público, para reivindicar alguma pauta política, de ampliação de participação, de aumento de direitos, portanto, não é um crime, né, não é um ato ilegal, é uma atividade política, é um direito.⁸⁴

Nesse mesmo sentido afirmou o estudante A ao receber a mesma indagação: “Eu acho que, pra mim, não é ilegítimo, então pra mim foi legítimo, então, nesse caso, eu não aceitaria, eu lutaria pelo direito a ocupar e a lutar pelos direitos.” E o estudante A acrescenta, ao ser perguntado sobre se seria correto impor punições aos estudantes: “Acho que não, porque é o nosso direito lutar por aquilo que é nosso direito, então, se a gente tava ali, também foi porque uma série de direitos nos foram negados, né, então é um instrumento legítimo pra garantia do direito a ter aula, ter professor, a ter uma Casa do Estudante com um mínimo de infraestrutura ...”⁸⁵

Em sentido diverso da maioria dos estudantes entrevistados foi a posição do estudante D, que afirmou o seguinte ao ser indagado sobre sua disposição ou não para aceitar eventual punição pela sua participação na ocupação:

É o ditado, quem tá na chuva é pra se molhar, né. (risos) A gente já tava preparado pra tudo, mas a gente sabia que a grande probabilidade era de não ter, porque o movimento tava muito forte e, se eles tomassem qualquer decisão de castigo, né, pra gente, sei lá, esqueci o nome agora, mas acho que entendeu o que eu quis dizer. Se eles tomassem qualquer medida de perseguição, de qualquer coisa, eles sabiam que a reitoria ia ser ocupada de novo.⁸⁶

Com exceção da posição do estudante D, os demais estudantes entrevistados não demonstraram estarem dispostos, na época da ocupação, a aceitar a imposição de eventuais sanções legais cabíveis pela prática da ocupação. Inclusive, em documento publicado no *blog* da ocupação, os estudantes chegam a fazer a seguinte exigência:

Por entendermos que a luta é por uma educação de qualidade, exigimos que os dias em que estivermos ocupando a reitoria, as faltas em aulas e bolsas de

⁸⁴ Cf. Entrevista número 4 em anexo.

⁸⁵ Cf. Entrevista número 3 em anexo.

⁸⁶ Cf. Entrevista número 5 em anexo.

trabalho e/ou pesquisa por parte dos estudantes ocupados sejam justificadas, assim como a perda de possíveis provas e trabalhos.

Em outra publicação do blog, os estudantes incluíram uma versão dessa exigência em sua lista de pautas da ocupação:

6.6 Garantia do abono das faltas dos estudantes ocupantes da reitoria e da não perseguição política dos mesmos, conforme carta enviada ao reitor no dia 6 de setembro de 2011.

Como podemos perceber a partir das entrevistas e dos documentos citados, os estudantes não demonstraram estar dispostos, na época da ocupação, a aceitar a imposição de eventuais sanções legais por sua participação na ocupação e tampouco mostraram-se dispostos a arcar com as consequências negativas óbvias que sua participação na ocupação da reitoria poderia trazer para suas vidas acadêmicas, como a infrequência às aulas e a perda de trabalhos avaliativos e provas realizados durante sua ausência.

A crença que pareceu embasar essa falta de disposição dos estudantes foi a de que eles estariam, ao ocupar a reitoria, exercendo um direito, o direito de reivindicar o cumprimento de outro direito, o direito à educação de qualidade. Ao estarem exercendo um direito, os estudantes, em sua maioria, pensaram que não se trataria de um ato ilícito e que, em virtude disso, sequer seria cabível alguma sanção legal contra eles. Adicionalmente, os estudantes também pensaram que esse mesmo fato lhes poderia dar algum tipo de privilégio na aplicação nas regras institucionais de cômputo de faltas e aplicação de atividades acadêmicas de caráter avaliativo, abrindo uma exceção à regra para os alunos participantes da ocupação.

Independentemente da crença que embasou a falta de disposição dos estudantes para aceitar eventual punição, já podemos concluir, a partir da caracterização de desobediência civil que adotamos neste trabalho, que a ocupação da reitoria da UFSM de 2011 não parece satisfazer uma das características necessárias para ser enquadrada em nossa categoria de análise. No entanto, a fim de deixar isso um pouco mais claro e intuitivo, podemos lembrar os exemplos comumente citados pelos estudiosos como atos de desobediência civil, exemplos estes que, vale frisar, inspiram a própria teoria sobre essa categoria. Como vimos no capítulo 1, algo bastante recorrente nos exemplos históricos é a imposição de punição aos desobedientes civis, em relação à qual não há resistência por parte destes. Os desobedientes civis parecem querer, inclusive, que seu comportamento de aceitar a punição sirva de exemplo e de demonstração de seu compromisso com o Estado ao qual pertencem e em cuja defesa estão atuando.

Por fim, temos que lembrar que nossa pesquisa visava responder a duas perguntas, se a ocupação de 2011 poderia ser enquadrada na categoria desobediência civil e, em caso positivo, se ela seria justificada. No entanto, como a resposta à primeira pergunta revelou-se negativa, não há mais cabimento em tentar responder a segunda pergunta.

Apesar disso, é interessante notarmos que a ocupação da reitoria da UFSM de 2011 parece satisfazer, em grande medida, as condições de justificação da desobediência civil. Como vimos no capítulo 1, ao avaliarmos a justificação ou não de uma prática de desobediência civil, temos que averiguar, por um lado, se ela é o último recurso de que dispunham os desobedientes civis para atingir seus objetivos e, pelo outro, temos que averiguar se a causa defendida pelos desobedientes pode ser considerada justa ou bem fundamentada, se as razões que levaram os desobedientes a defender essa causa são boas e se eles tinham razões para crer que a ação particular escolhida é apropriada para a defesa de sua causa. A partir das entrevistas realizadas, há indícios apontando para a satisfação dessas condições de justificação. Desse modo, embora não possamos afirmar com certeza, o fato de que a ocupação de 2011 satisfaz as condições de justificação para atos de desobediência civil parece apoiar a ideia de que seja possível vir a mostrar, por meio de pesquisa e trabalho teórico de análise e argumentação, que ela pode ser considerada uma prática justificada e legítima, semelhantemente a um ato de desobediência civil justificado.

Porém, para podermos chegar a essa conclusão, seriam necessários ajustes teóricos e análises adicionais que não caberiam neste trabalho. Poderíamos, por exemplo, partir de um conceito mais abrangente de desobediência civil, um conceito que excluísse a exigência de disposição para aceitar a punição, diferentemente de como que pensa a maioria dos autores que tratam do tema. Para isso, teríamos que justificar muito bem essa adoção, de modo que ela não viesse a configurar a adoção de uma teoria que, aliada aos dados que se tem, favorece uma conclusão à qual já se queira previamente chegar. Poderíamos, em vez disso, tentar averiguar se a ocupação de 2011 poderia ser considerada uma prática legítima por meio de seu enquadramento em outra categoria de participação política que não a desobediência civil, alguma categoria que também possa ser considerada uma prática justificada, assim como a desobediência civil. Por fim, poderíamos também, em caso de não conseguirmos fazer o enquadramento recém mencionado, tentar elaborar uma nova categoria de participação política, uma que não tenha ainda sido elaborada claramente pelos estudiosos do tema, cuja prática possa ser, sob determinadas condições, considerada justificada e na qual possamos enquadrar a ocupação de 2011. Estas três vias possíveis para tentar demonstrar que a ocupação da reitoria de 2011 foi uma prática justificada e legítima, embora possíveis a

princípio, demandariam muito mais pesquisas e estão além do objetivo de nossa pesquisa de mestrado, devendo ser deixadas, portanto, para pesquisas futuras.

No que diz respeito ao objetivo a que nos propomos, o que podemos concluir é que a ocupação da reitoria da UFSM de 2011, embora preencha quase todos os requisitos necessários para seu enquadramento como ato de desobediência civil e até mesmo pareça satisfazer as condições requeridas para ser uma desobediência civil justificada, não pode, rigorosamente falando, ser considerada uma prática de desobediência civil de acordo com sua caracterização geral média. Não obstante, isto não significa que a ocupação não possa ser considerada uma prática legítima e justificada, o que, para ser *demonstrado*, demandaria, como dito antes, tomarmos outras vias de análise e pesquisas que não as adotadas neste trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral desta pesquisa foi responder se a ocupação da reitoria da UFSM feitas pelos estudantes no ano de 2011 pode ser enquadrada na categoria da desobediência civil e, em caso positivo, se ela poderia ser considerada uma desobediência civil justificada. Para tentar cumprir adequadamente esse objetivo, percorremos um longo caminho até aqui.

Ao longo do primeiro capítulo, tentamos esclarecer em que consiste a desobediência civil, que é nossa categoria central de análise. Em um primeiro momento, mencionamos alguns exemplos comumente apontados como exemplos de desobediência civil e pudemos ter uma ideia, mesmo que bastante superficial, de como surgiu e se desenvolveu a reflexão teórica sobre a desobediência civil. Apresentamos também um resumo das concepções de alguns dos principais autores que trataram da desobediência civil ao longo da história, a fim de dar uma amostra dos desenvolvimentos teóricos sobre o tema. Por fim, apresentamos, seguindo de perto as considerações de Brownlee (2017), uma caracterização geral média de desobediência civil, ou seja, aquelas características que mais comumente são consideradas pelos autores como típicas de atos de desobediência civil, assim como aquelas condições que mais frequentemente são tidas como necessárias para que tais atos sejam justificados. É com essa caracterização geral que trabalhamos no decorrer deste trabalho e aquela com a qual fizemos nossas análises.

De acordo com tal caracterização, como vimos, a desobediência civil é um ato: (1) ilícito; (2) consciencioso; (3) com caráter comunicativo; (4) com o objetivo de transmitir o repúdio a certa lei ou prática estatal; (5) político; (6) praticado pública ou abertamente; (7) em regra, não violento (admitida a violência sobre a propriedade apenas quando estritamente necessário), (8) praticado com a disposição para aceitar a imposição da sanção legal pertinente e (9) coletivo. Sendo assim, para que qualquer prática possa ser considerada um ato de desobediência civil, faz-se necessário que satisfaça cada uma dessas características essenciais.

Além disso, baseando-nos também em Brownlee (2017), chegamos ao estabelecimento de algumas condições comumente exigidas para que a desobediência civil seja considerada justificada. Como vimos, ao avaliarmos a justificação ou não de uma prática de desobediência civil, temos que averiguar, por um lado, se ela é o último recurso de que dispunham os desobedientes civis para atingir seus objetivos e, pelo outro, temos que averiguar se a causa defendida pelos desobedientes pode ser considerada justa ou bem fundamentada, se as razões que levaram os desobedientes a defender essa causa são boas e se

eles tinham razões para crer que a ação particular escolhida é apropriada para a defesa de sua causa. Caso possamos responder positivamente a essas questões, poderemos concluir que se trata de uma desobediência civil justificada. É com base nessa caracterização geral, então, que tentamos responder as perguntas norteadoras de nossa pesquisa, a saber, se o ato de ocupação da reitoria da UFSM pelos estudantes pode ser considerado desobediência civil e, em caso positivo, se ela pode ser considerada uma prática justificada.

No segundo capítulo, vimos que, no ano de 2007, iniciou uma onda de ocupações de universidades brasileiras e que a motivação comum de muitas das ocupações, particularmente nas ocorridas em instituições federais, esteve relacionada a críticas ao programa REUNI. Nesse momento, explicamos um pouco sobre o programa REUNI, tentando esclarecer em que ele consiste e por que muitos se insurgiram contra ele. Vimos nesse capítulo também um panorama geral das principais ocupações realizadas no ano de 2011 em universidades federais, a fim de compreendermos o cenário de manifestações estudantis em que se inseriu a ocupação da reitoria da UFSM de 2011, que foi nosso objeto de estudo.

No terceiro e último capítulo, realizamos nosso estudo de caso da ocupação da reitoria da UFSM de 2011 a fim de tentar responder as questões norteadoras de nossa pesquisa: (1) A ocupação da reitoria da UFSM de 2011 pode ser enquadrada na categoria a desobediência civil? e (2) Caso sim, ela pode ser considerada um ato justificado? Primeiramente, mencionamos alguns dos principais fatos que culminaram na realização da ocupação da reitoria de 2011. Depois disso, fizemos uma descrição da ocupação propriamente dita, tentando salientar suas principais etapas e os principais fatos que ocorreram durante sua realização. Por fim, com base na descrição da ocupação da reitoria e do referencial teórico adotado neste trabalho, fizemos nossa análise e tentamos oferecer nossa resposta às questões norteadoras desta pesquisa.

Após a análise de cada um dos aspectos relevantes da ocupação da reitoria da UFSM de 2011, chegamos à conclusão de que tal ocupação, embora preencha quase todos os requisitos necessários para seu enquadramento como ato de desobediência civil e até mesmo pareça satisfazer as condições requeridas para ser uma desobediência civil justificada, não pode, rigorosamente falando, ser considerada uma prática de desobediência civil de acordo com sua caracterização geral média, uma vez que os estudantes não demonstraram estarem dispostos, na época da ocupação, a aceitar eventuais sanções legais previstas para seus atos. Não obstante, como já observamos antes, isto não significa que a ocupação não possa ser considerada uma prática legítima e justificada. O que significa é tão somente que, para

demonstrarmos isso, teríamos que tomar, como dito antes, outras vias de análise e pesquisas que não as adotadas neste trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADMINISTRAÇÃO Central lamenta ocupação do prédio da Reitoria, 26/08/2011. Disponível em: <<http://noticias.ufsc.br/2011/08/nota-a-comunidade-universitaria-5/>> Acesso em: Ago. 2017.

AFINAL, o que é REUNI? In: <http://ocupaufpe.blogspot.com.br/2007/11/afinal-o-que-reuni.html> Acesso em: 16 de Jun. 2013.

AGUIAR, O. A. A dimensão ética da desobediência civil. Universidade Federal do Ceará (UFC), 2011. Disponível em: <<http://www2.unifap.br/borges/files/2011/02/A-Dimens%C3%A3o-%C3%89tica-da-Desobedi%C3%Aancia-Civil.pdf>> (Acesso em 01/08/2015).

APÓS ocupação estudantes deixam pro reitoria de assuntos estudantis. Disponível em: <www.gazetadopovo.com.br/educa%C3%A7%C3%A3o/vidanauniversidade-> Acesso em: Ago. 2017.

APÓS ocupação reitoria da unb promete concluir obras no campus Ceilândia ate janeiro de 2012. Disponível em: <<https://noticias.r7.com/educa%C3%A7%C3%A3o/noticias/apos-ocupacao-reitoria-da-unb-promete-concluir-obras-no-campus-ceilandia-ate-janeiro-de-2012-de-....html>> Acesso em: Ago. 2017.

APRESENTAÇÃO. Disponível em: <<http://estrutura.ufsc.br/>> Acesso em: Ago. 2017.

APRESENTAÇÃO. Disponível em: <<http://www.ufpr.br/portalufpr/a-universidade-institucional/#>> Acesso em: Set. 2017.

APRESENTAÇÃO. Disponível em: <<http://www.ufal.edu.br/institucional/apresentacao>> Acesso em: Set. 2017.

ARAÚJO, E. F. N. A UFF é pra lutar: breve ensaio de uma ocupação. In: Revista Habitus. Vol. 10 – N.2 – Ano 2012. (pp. 8-21)

ARENDT, H. Crises da República. São Paulo: Perspectiva, 1973.

ATIVIDADES para 06/09 – Terça-Feira, publicado em 6 de setembro de 2011. Disponível em: <<https://ocupacaoreitoriaufsm.wordpress.com/>> Acesso em: Ago. 2017.

A UFES parou!, 29 de agosto de 2011. Disponível em: <<https://dceufes.wordpress.com/category/paralisacao-dos-estudantes/>> Acesso em: Ago. 2011.

AVELAR, L. Participação Política. In: AVELAR, L.; CINTRA, A. O. Sistema Político Brasileiro: uma introdução. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Editora Unesp, 2007.

BAQUERO, M. Formas alternativas de participação política ou naturalização normativa? *Cultura política e capital social no Brasil. Política e Sociedade*, v.3, n.5, p. 165-186, 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/1984/1733> Acesso em 01/06/2015.

BAQUERO, M.; BAQUERO, R. Novos padrões de participação política dos jovens na democracia brasileira? *Em debate*, v. 4, n. 8, p. 19-25, 2012. Disponível em: http://www.opiniaopublica.ufmg.br/emdebate/Artigo_Baquero12.pdf (Acesso em 01/06/2015).

BEDAU, H. A. Introduction. In: BEDAU, H. A. *Civil Disobedience in Focus*. Londres: Routledge, 1991.

BOBBIO, N. *Dicionário de Política*. Brasília: EDU/UNB, 2010.

BORBA, J. Participação política: uma revisão dos modelos de classificação. *Sociedade e Estado*, v. 27, n. 2, p. 263-288, mai/ago, 2012. Disponível em: http://aucip.org.uy/docs/v_congreso/ArticulospresentadosenVcongresoAucip/AT1-ActoresSociales-SindicatosygruposdeInteres/Mattos-Carbonai-Colvero_Novosatores.pdf > Acesso em 25/07/2015.

BRADY, H.E. Political participation. In: Robinson, J. P. (eds.). *Measures of political attitudes*. San Diego, CA: Academic Press, p. 737-801, 1999.

BRASIL, Ministério da Educação. *Análise sobre a Expansão das Universidades Federais 2003 a 2012*. 2012.

BRASIL, Ministério da Educação. *Reuni 2008 – Relatório de Primeiro Ano*. 2009.

BROWNLEE, Kimberley. Civil Disobedience. In: ZALTA, E. N. (Ed.) *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. (ed.), 2017. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/fall2017/entries/civil-disobedience/> (Acesso em: Agosto 2017).

CARTA da Ocupação. Disponível em: <https://ocupacaoreitoriaufsm.wordpress.com/carta-da-ocupacao/> Acesso em: Ago. 2017.

CONTRA o REUNI: Ocupação na UFPel!, 28 de maio de 2011. Disponível em: <http://www.brasil.indymedia.org/pt/blue/2011/05/491664.shtml> Acesso em: Set. 2017.

(DF) Reitoria da UnB é ocupada. Luta por educação, 17/09/2011. Disponível em: <https://midiaindependente.org/pt/green/2011/09/497349.shtml> Acesso em: Ago. 2017.

COHEN, J.; ARATO, A. *Civil society and political theory*. Massachusetts: MIT Press, 1999.

EM GREVE, servidores da Ufrgs ocupam reitoria da instituição, 31 de agosto de 2011. Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/jornal/em-greve-servidores-da-ufrgs-ocupam-reitoria/>> Acesso em: Ago. 2017.

ESTUDANTES da UFMT fazem manifestação. Disponível em: <caiubi.blogspot.com.br/2011/09/> Acesso em: Ago. 2017.

ESTUDANTES ocupam a reitoria da UFAL e marcam audiência com reitora e MP. Disponível em < <http://cadaminuto.com.br/noticia/2011/09/05/>> Acesso em Ago. 2017.

ESTUDANTES ocupam reitoria e marcam audiência com Ana Dayse e MPF. Disponível: <dceufal.blogspot.com.br/2011/09/> Acesso em: Ago. 2017.

ESTUDANTES vão desocupar a reitoria hoje, às 14h, 10 de junho de 2011. Disponível em: <<http://www.ufs.br/conteudo/2266-estudantes-v-o-desocupar-a-re>> Acesso em: Set. 2017.

ESTUDANTES retiram estacas de obras da Via Orla. In: <http://dcelivreuff.wordpress.com/2011/08/30/estudantes-retiram-estacas-de-obras-da-via-orka/> Acesso em: 12 de Jun. de 2013.

GIRARD, Bibiano. PARALISAÇÕES: O EFEITO DOMINÓ DO REUNI, 05 de setembro de 2011. Disponível em: <<http://www.revistaovies.com/reportagens/2011/09/paralisacoes-o-efeito-domino-do-reuni/>> Acesso em: Ago. 2017.

HANSEN, G. L. Facticidade e validade da desobediência civil como garantia da justiça e da democracia. Anais do XIX Encontro Nacional do CONPEDI. Fortaleza, 2010. Disponível em: <http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/fortaleza/3359.pdf> Acesso em 03/08/2015.

HERNANDES, N. S. PROTESTO NO BRASIL: como, quem e por quê? Um estudo das bases individuais da participação política não convencional no Brasil, nos anos de 1991 e 2006. Anais do 36º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS. Águas de Lindoia – SP, 2012. Disponível em http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=7845&Itemid=76 Acesso em 20/07/2015.

INFORME geral sobre as assembleias e as deliberações dos estudantes da UFES, 27 de agosto de 2011. Disponível em: < <https://dceufes.wordpress.com/category/paralisacao-dos-estudantes/>> Acesso em: Ago. 2017.

MANIFESTAÇÕES de estudantes na UFSM. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=CNslMhj8bxc>> Acesso em: Ago. 2017.

MOÇÃO de apoio: Moção de Apoio a Ocupação da Reitoria da Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <<https://ocupacaoreitoriaufsc.wordpress.com/mocoes-de-apoio/>> Acesso em: Ago. 2017.

- LANÇAS, V. Movimentos Sociais e Desobediência Civil: novas formas de participação política. Universidade federal de Santa Catarina (UFSC), 2011. Disponível em http://www.forumcienciapolitica.com.br/edicoesanteriores/2011/especific_files/papers/GT7574.pdf Acesso em 20/07/2015.
- LOCKE, J. Segundo Tratado do Governo Civil. Trad. E. J. Monteiro. 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- LUCHMANN, L.H. Abordagens teóricas sobre o associativismo e seus efeitos democráticos. Anais do XV Congresso Brasileiro de Sociologia. Curitiba, 2011.
- NICOLETTI, A. Participação política convencional e não convencional: dois fenômenos contraditórios? Pensamento Plural, n.13, p. 29-50, 2013. Disponível em: <http://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/pensamentoplural/article/view/3189> Acesso em 01/08/2015.
- NORRIS, P. Political activism: new challenges, new opportunities. In: BOIX & STOKES, D. The oxford handbook of comparative politics. Oxford: Oxford University Press, p. 628-652, 2007.
- NOTA sobre o Início das Negociações, 06/9/2011. Disponível em: <https://ocupacaoreitoriaufsm.wordpress.com/> Acesso em: Ago. 2017.
- OCUPAÇÃO da Reitoria da UFSM. Disponível em: <http://horaeessa.blogspot.com.br/2007/06/ocupao-da-reitoria-da-ufsm.html> Acesso em: Jun. 2013.
- OCUPAÇÃO da reitoria da UnB chega a uma semana. Disponível em: www.olhardireto.br/noticias/exibir.asp?id=206596¬icia-ocupação Acesso em: Agosto 2017.
- OCUPAÇÃO da Reitoria: O que conquistamos..., 13/9/2011. Disponível em: <https://ocupacaoreitoriaufsm.wordpress.com/> Acesso em: Ago. 2017.
- OCUPAÇÃO da Reitoria – Nota de Esclarecimento, 26/08/2011. Disponível em: <https://ocupacaoreitoriaufsc.wordpress.com/> Acesso em: Ago. 2017.
- . OCUPAÇÃO da reitoria!: esclarecimentos à comunidade, 26 de maio de 2011. Disponível em: <http://todasascoresufpel.blogspot.com.br/2011/05/> Acesso em: Set. 2017.
- OCUPAÇÃO VITORIOSA!, 29 de agosto de 2011. Disponível em: <https://ocupacaoreitoriaufsc.wordpress.com/> Acesso em: Ago. 2017.
- OS ESTUDANTES e professores comemoram renúncia do reitor. Disponível em: g1globo.com Acesso em: Ago. 2017.

OCUPAÇÃO da unir em Rondônia força. Disponível em: <sintuff.blogspot.com.br/2011/11> Acesso em: Ago. 2017.

OLIVEIRA, C. S. *Manifestações Estudantis: Uma análise das notícias sobre as manifestações estudantis contra o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni)*. Brasília, 2008. Disponível em: <<http://www.repositorio.uniceub.br/bitstream/123456789/2909/1/20413198.pdf>> Acesso em: Jun.2013.

POGREBINSCHI, T. O Direito de Resistência na Teoria Política Contemporânea. Revista Lugar Comum, Rio de Janeiro, v. 19-20, p. 61-83, 2004. Disponível em: http://uninomade.net/wpcontent/files_mf/1130031208100%20direito%20de%20resit%C3%A4ncia%20na%20teoria%20pol%C3%ADtica%20contempor%C3%A2nea%20-%20Thamy%20Pogrebinski.pdf Acesso em 25/07/2015.

RAWS, J. Uma teoria da justiça. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

REINVINDICAÇÕES. Disponível em: <<https://ocupacaoreitoriaufsm.wordpress.com/reivindicacoes/>> Acesso em: Ago. 2017.

REITORIA da UFSM é ocupada pelo movimento estudantil. Disponível em: <<http://joelisonjoe.blogspot.com.br/2011/09/reitoria-da-ufsm-e-ocupada-pelo.html?m=0>> Acesso em: Ago. 2017.

REITORIA da UFRGS Ocupada! Juntos! na Luta, 01 de setembro de 2011. Disponível em: <<https://juntos.org.br/2011/09/reitoria-da-ufrgs-ocupada-juntos-na-luta/>> Acesso em: Set. 2017.

REITORIA DA UFPEL OCUPADA!, 26 de maio de 2011. Disponível em: <<https://juntos.org.br/2011/05/reitoria-da-ufpel-ocupada/>> Acesso em: Set. 2017.

REITORIA da ufsm: ocupada!, 05/9/2011. Disponível em: <<http://www.revistaovies.com/reportagens/2011/09/reitoria-da-ufsm-ocupada/>> Acesso em: Ago. 2011.

REITORIA Ocupada: Estudantes participam de audiência com MPF, 8 de junho de 2011. Disponível em: <<http://www.infonet.com.br/noticias/educacao//ler.asp?id=114156>> Acesso em: Set. 2017.

RESULTADOS de 2009 a 2017-são apresentados em reunião extraordinária do Consuni. Disponível: <www.ufam.edu.br/2013-04-29-19-37-05/> Acesso em: Ago. 2017.

REUNI: Estudantes da Universidade Federal de Pelotas ocupam reitoria e continuam mobilizados, 01 de junho de 2011. Disponível em:

<<http://www.adunicentro.org.br/noticias/ler/85/reuni-estudantes-da-universidade-federal-de-pelotas-ocupam-reitoria-e-continuam-mobilizados>> Acesso em: Set. 2017.

ROHLING, Marcos, A justificação moral da desobediência civil. In: Revista de estudos jurídicos UNESP. Vol. 20, n. 31, 2016.

SOBRE a manifestação estudantil na UFPel e a ocupação da reitoria, 06 de junho de 2011. Disponível em: <<http://movimentocontestacao.blogspot.com.br/2011/06/sobre-manifestacao-estudantil-na-ufpel.html>> Acesso em: Set. 2017.

THOREAU, H.D. A desobediência civil. Tradução Sérgio Karam. Porto Alegre: L&PM, 1997.

ÚLTIMAS notícias da paralisação na UFES, 31 de agosto de 2011. Disponível em: <<https://dceufes.wordpress.com/category/assembleia-geral/>> Acesso em: Ago. 2017.

UNB em números. Disponível em: <www.dpo.unb.br/index.php.....Folder> Acesso em: Ago. 2017.

VERBA, S., SCHLOZMAN, K.L.; BRADY, H.E. Voice and equality. Civic voluntarism in American politics. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1995.

WALZER, M. Das obrigações políticas: ensaio sobre desobediência, guerra e cidadania. Tradução Helena M. C. M. Pereira. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

#CHEGADEMIGALHAS – Estudantes de Comunicação Social da UFS ocupam reitoria, 31 de maio de 2011. Disponível em: <<https://www.correiodobrasil.com.br/chegademigalhas-estudantes-de-comunicacao-social-da-ufs-ocupam-reitoria/>> Acesso em: Set. 2017.

ANEXOS

ANEXO 1:

Entrevista 1: João Rodolpho Flôres (Pró-reitor de extensão na época da ocupação)

Em que período o senhor cargo junto à reitoria da UFSM?

Foram dois períodos distintos. Primeiro foi na gestão do professor Paulo Sarquis que fui adjunto de extensão de 1998 a 2001. Aí depois na estão do professor Lima como o pró-reitor adjunto de 2006 a 2008. E depois como pró-reitor efetivo de 2008 a 2010. Na sequência dele, na gestão do professor Felipe Müller, como pró-reitor de extensão de 2010 a 2013.

Qual foi o cargo ocupado pelo senhor?

Pró-reitor de extensão

Quanto tempo ficou no cargo?

Nós tivemos o papel institucional de conversar com os estudantes a respeito da pauta de reivindicações que eles acabaram apresentando num primeiro momento, que, segundo diziam, não era uma pauta definitiva. Ficou a impressão de que eles montaram aquela pauta após a ocupação, ao longo dos dias de ocupação, que aí veio uma conversa com o reitor no sentido de estabelecer negociação. Aí eu falei. Houve a ocupação e o reitor, então, ao receber alguns estudantes lá, mandou um conjunto de pessoas de sua assessoria. Eu lembro que era eu na pró-reitoria de extensão, o vice pró-reitor adjunto, o professor Marcos Flech, uma pessoa que teve forte atuação no movimento estudantil, o professor Ubitaran Costa, que é o reitor de assuntos estudantis e o representante da pró-reitoria de administração, no caso, o pró-reitor. Na época, era o servidor técnico-administrativo Chaves Prates. Mas muitas vezes era substituído por seu adjunto, em função de que trabalhava na questão de orçamento, porque na pauta dos estudantes constavam alguns itens e boa parte deles que dizem respeito a questões orçamentárias da universidade.

O senhor dialogou com algum (ns) representante (s) dos estudantes participantes da ocupação?

Se eu dialoguei? Dialoguei. E várias vezes. Eu fui a linha dura da gestão pública. Eu era, no caso, interlocutor direto do reitor no sentido de receber esta pauta, avaliar com os estudantes

esta pauta, dizer o que a universidade podia e o que ela não podia, naquele momento, atender — imediatamente, a médio e a longo prazo — e, depois, repassar ao reitor (já sintetizadas) as demandas dos estudantes. Porque a intenção do reitor era que os estudantes apresentassem efetivamente o que queriam, pois eles queriam uma coisa num momento, num outro momento queriam outra. Quando a pauta parecia que estava resolvida, eles vinham com outras demandas, porque havia um elemento político anterior à greve.

A greve, em si, foi decorrência de uma organização do movimento antes. Tinha aí questões políticas, ideológico-partidárias, externas à universidade. Inclusive que a gente percebeu na eleição de sucessão de Felipe Müller é boa parte daquele grupo de estudantes que estava ligado ao DCE — num primeiro momento eles dizem que não é o DCE, mas que a gente sabe que é o DCE que está ali. Havia um outro interesse dentro desse processo de ocupação de 2011, que, depois, acabou fazendo com que boa parte daqueles integrantes colocassem camisetas do professor Paulo Burman, que era a chapa de oposição do senhor Felipe Müller ali em 2013. Isso ficou claro á adiante. Eu, pessoalmente, sabia disso. Já fui estudante, já vivi muito, já estudei bastante. Eu já sabia e a administração já sabia disso, mas a gente tinha que administrar naquele momento que havia uma ocupação, que era direito dos estudantes. A gente reconheceu como tal. A gente só questionava o direito de ir e vir. O restante a gente não questionava. Aquela história de evitar que as pessoas entrem no prédio era a única coisa que a gente questionava. Porque realmente o reitor é imputável de alguma ação judicial. Ele tinha que garantir o direito de ir e vir, o direito de trabalhar dos servidores. Aquele ali foi o momento mais complicado da negociação, porque os estudantes não abrem mão desse aspecto. O restante se discutiu de tudo um pouco. Tinham coisas que os estudantes pediam que eram absurdas, não cabem ao reitor. Pedem eleições diretas na universidade e voto universal. Isso não cabe ao reitor; isso é decisão que cabe ao governo federal, que emite lá os seus projetos de lei, manda ao Congresso Nacional, que determina a universidade, por mais que exista uma lei de autonomia, ela não é autônoma, todo mundo sabe disso. Por quê? Tem a lei de autonomia que quase não foi regulamentada. Inclusive, estas questões que a gente hoje debate, por exemplo, quando os estudantes querem mais participação nos conselhos... Bom, a partir que mandar a lei lá em cima, se aplica aqui embaixo. Agora, daqui para lá não temos a força de legislar como o Congresso Nacional.

Se sim, quem era (eram) ele (s)?

Quem dialogava dos alunos? Os núcleos? Da comunicação? Eles estabeleceram um grupo, que diziam que não eram do DCE, mas a gente conhecendo sabia que parte era do

DCE e a outra parte eles foram buscando assim para dizer, para ficar a impressão que não era o DCE. Eram de Frederico Westphalen, era gente ligada à casa do estudante daqui, gente ligada à casa do estudante de lá e gente ligada aos diretórios lá. E uma parte desses estudantes depois eles ficaram mais de um ano negociando na pró-reitoria de extensão, com equipes da direção da reitoria. Mudanças em relação a algumas resoluções, especialmente a alguns avanços que tinham sido colocados de direito dos estudantes que mereciam mudanças nas resoluções internas. Então boa parte daquele pessoal que participou lá na época da negociação praticamente 80% continuam depois negociando como representantes do DCE. Quanto aos grupos, eu não sei.

Durante as ocupações, houve diálogo entre os estudantes participantes da ocupação e os representantes legais da UFSM?

Sim, houve várias reuniões, foram algumas bastante tensas, no sentido de que os estudantes chegaram com a palavra da exigência. Exigimos isto, exigimos aquilo. Não, nós estamos numa mesa de negociação. Se nós estamos negociando, vocês já tomaram a decisão. Agora, se vocês estão estabelecendo um diálogo em relação à pauta daquilo que a gestão atual pode fazer e àquilo que ela não pode fazer, a gente vai sentar e vai conversar. Porque se vocês exigem, vocês têm que exigir diretamente ao Ministério da Educação. Porque nós somos uma autarquia do Ministério da Educação, somos eleitos pela comunidade aqui, mas o reitor depende, em última instância, do ministério. Não tem como ele tomar decisões que muitas acabam afetando o orçamento. O orçamento foi aprovado pelo conselho universitário. O reitor não tem capacidade de mudar, a não ser solicitando ao conselho universitário. Não pode passar por cima do conselho universitário. Então vocês apresentem a demanda, o reitor vai ver que é viável e vai mandar, a posterior, foi o que acabou acontecendo.

O reitor não podia naquele momento tomar a decisão, vou fazer ou não vou fazer. Não, ele ia pegar, como ele fez depois, montou uma pauta final e levou ao conselho universitário. Tudo o que o conselho pôde aprovar ele aprovou. O que dependia do MEC depois foi negociado ao longo do tempo, especialmente essa questão das cotas, que eram muito faladas naquele momento ainda.

Na sua percepção, o que a ocupação representa uma violação às normas estabelecidas, uma forma de participação política, ambas...?

Eu considero legítima a ocupação. No momento em que tu vive uma crise institucional, uma falta de condições de trabalho, precarização, só que eu acho aquele

momento que nós tínhamos era uma situação inversa do que se vive hoje. Hoje, em 2015, eu imaginei que os estudantes iriam invadir a reitoria e iam ficar lá até um longo tempo. Por quê? Porque hoje nós estamos com dificuldade de fazer concurso, estamos com dificuldade de ir viajar, estamos com dificuldade de materiais, de reposição de equipamentos, porque o orçamento foi totalmente enxugado. Hoje, os estudantes não pararam. Naquele momento, que havia o REUNE em plena expansão, e sendo aplicados todos os recursos, tava tudo sendo aplicado, nós não tínhamos como fazer milagre, de fazer uma obra em uma semana. A obra leva seis meses, um ano. Se as empresas que ganharam a licitação não derem o fora. Muitas vezes vão embora. Então, naquele momento que a universidade tinha as vagas garantidas pra vocês, tinha o orçamento, o orçamento tava vindo religiosamente. A universidade comprou os equipamentos, tudo aquilo que foi feito em termo de pacto com o governo. Uma questão de tempo para poder concluir o projeto com os recursos, quando eles fizeram a ocupação. Qual a real intenção que havia nisso aí?

Então, se a gente começar a puxar, existe sempre por traz do seguimento estudantil uma questão política ideológica e partidária. E ela aqui na universidade, ela tem alguns braços. Naquele momento, o que mais me chamou a atenção foi que um grupo ligado ao braço partidário, ao PT, partido dos trabalhadores, fazia o contrário do que Brasília determinava. Porque, ao invés de eles dar suporte aqui ao que Brasília estava fazendo, eles ocupavam a reitoria para brigar contra Brasília, não tá brigando contra o reitor, estão brigando contra o governo federal. Então aí tinha uma grande incoerência no ponto de vista, só que eles diziam: aqui é uma coisa, lá é outra.

Mas eu entendo diferente, porque boa parte dos estudantes aqui na universidade estão dentro do partido e dão sustentação política ao partido. Eles enxergaram, além do partido, a figura do reitor. A figura do reitor foi eleita como a qual todo mundo queria atingir. Muito bem, essa é uma questão. A outra é um grupo mais a esquerda partidária, ligada ao PSTU e ao PC do B. Essas duas tendências eles sempre vão instigar greve, independente se está bem ou se não está bem. Eles sempre vão instigar greve.

Só que agora em 2015, me chamou a atenção que ainda não aconteceu isso. Por quê? Tem que se perguntar. E um terceiro grupo partidário, que é o chamado PDT, que é o grupo que assumiu a universidade agora. O reitor ele é filiado ao partido, ele foi membro da equipe da comissão do partido, ele tem um irmão deputado do partido, né. Boa parte dos seus integrantes da gestão são ligados ao partido, fizeram parte da comitativa executiva municipal do partido. Havia o que? Em 2007, na universidade, a operação RODAN. A operação RODAN pegou uma das grandes figuras do PDT de Santa Maria, que foi o nosso ex-colega aqui José

Fernandes, que era o líder da pensante. Foi dito que foi o professor Lima ou o professor Felipe, na gestão deles, que houve essa denúncia que acabou pegando essas pessoas. Então, que que se fez? Que que se notou depois de 2007? Que partidariamente esse grupo ele acabou fazendo uma intensa oposição ao reitor, desmerecendo tudo o que o reitor Lima e, depois, o reitor Felipe, faziam na universidade. E conseguiram chegar ao poder com apoio dos estudantes, aqueles que seu Paulo Sarkis e uma série de pessoas, aqueles que invadiram em 2011 e que botaram camisetinha do professor Burman, chegaram ao poder em 2013 na universidade, exerceram a partir de 2014. Os técnicos-administrativos, porque tem essas ligações também, hoje estão em cargos diretivos dentro da reitoria, e logicamente e claro a questão do controle de frequência do ponto, que os estudantes também bateram bastante. Estudantes que querem que o professor dê aulas, que os servidores estejam no ponto de trabalho. Mas na hora que o corporativismo funciona, eles apoiam o corporativismo. A liderança estudantil são coisas que eu vejo paradoxal. Mas apoiaram porque era uma decisão da justiça de que o reitor tinha que implantar o ponto, o controle de frequência na universidade. O reitor tentou por muito tempo negociar, conversar e os técnicos disseram que não, basta. Então, mandou para o juiz e o juiz declarou lá: tem que implantar o controle de frequência. Não teve mais volta. Então teve uma série de questões que estão por traz do movimento de 2011, que tem a ver lá com 2007. E afora disso nós temos o que está acontecendo no Brasil em 2011. Aquele descontentamento, todo mundo foi para a rua, questão das passagens de ônibus, questão da saúde, enfim, aquele *auê* todo que aconteceu em 2011. Tem uma série de outras questões, não vou entrar muito em detalhes, porque essa é a percepção que eu tenho e muita gente tem. E, se a gente juntar bem os pontinhos, a gente consegue descobrir as figuras.

Então, esse foi o desígnio de 2011 até 2013, até o processo eleitoral voltar. Daí, durante o processo eleitoral, a gente viu todas as forças reunidas contra a figura do senhor Felipe Müller. Eu, por exemplo, falo muito na questão corporativa. Nós docentes somos corporativos. Técnicos-administrativos são corporativos. O pessoal quer resultados imediatos. Hoje, se vive uma situação corporativa no país, que além de direitos é uma questão corporativa, seja lá no governo federal ou no governo estadual, mas é uma cultura que nós temos.

Uma forma de participação política. Violação? A única que existiu é impedir as pessoas de ir e vir naquele espaço público. Se lutou tanto para que isso acontecesse no país após um grande período ditatorial. Como aceitar isso depois que a ditadura deixou de existir? Então, é um paradoxo. Tu combate a ditadura lá que não permitia tu ir e vir, que não tinha

direito de te expressar e agora, aqui, tu não quer que as pessoas também tenham seus pontos de vista ou que elas possam se dirigir onde elas queiram. Apenas nesse sentido. Agora, que a gente sempre defendeu, até porque o reitor foi grevista, eu participei de greves antes de entrar na universidade, liderei greves no setor privado, quer dizer, eu to muito tranquilo nessa parte. É um direito que nós temos. Agora, tu tem que ter muito claro exatamente qual a pauta daquilo que tu tá lutando. E nós vimos, naquele momento, que não havia pauta. Era uma questão política contra o reitor. Se construiu uma pauta em cima de várias outras pautas. Olha, chegaram a pedidos absurdos em determinados momentos, que eu dizia assim: mas vocês estão reivindicando coisas de burgueses, coisas que os trabalhadores que nos sustentam aqui dentro não têm em casa. Eu acho que gente tem que ter um mínimo de comedimento. Afinal de contas, é um direito nosso, sim. Mas é também um direito dos trabalhadores, que com o seu suor pagam os seus impostos que nos sustentam aqui dentro. Vocês estudantes que estão aqui, eu docente que estou aqui recebendo o meu salário e os técnicos-administrativos também. Tem coisas que a gente tem que avaliar melhor.

Durante a ocupação de 2011, o acesso ao prédio da reitoria foi interrompido pelos estudantes?

Pelos estudantes sim, interromperam todas as entradas ali e a administração passou a se reunir no prédio da Coperves ou, então, no Centro de Tecnologia, fazer reuniões de trabalho. Alguma justificativa para a sociedade a reitoria tinha que dar. Porque qual era, na verdade, a intenção que os estudantes tinham? Que a universidade entrasse com um interdito proibitório na justiça, para que os estudantes fossem retirados. Para chamar o reitor de que? De ditador. Essa era a intenção dos estudantes naquela época. Esse era o fato que os estudantes esperavam ali na frente. O jogo e estabelece. Que o reitor faz? Tudo, menos isso. Eu não vou ceder ao que eles querem (palavras do reitor). Porque? Porque em determinado momento, na gestão do professor Lima, houve uma ocupação da reitoria e o senhor Lima pediu o interdito proibitório. Por quê? Para garantir o direito de ir e vir das pessoas. Então, nesse momento, na greve, na ocupação de 2011, a posição do reitor foi a seguinte: nós vamos negociar enquanto for possível. Já tava tudo preparado. Por quê? Porque a parte da procuradoria de direito da universidade, ela não é da universidade, ela é ligada à AGU, ela faz parte da procuradoria jurídica da União e o papel dela é fazer o reitor cumprir as leis, as regras. Então, pela procuradoria, o reitor era obrigado a fazer, mas a última palavra era do reitor. Essas responsabilidades são do reitor. O que que ele fez? Ele foi costurando, porque assim, os estudantes queriam que ele caísse nelas, nessa, e ele disse: nessa eu não vou cair.

E aí, foi parado nesse tempo? As atividades foram? O trabalho foi separado?

O trabalho foi interrompido em parte. Uma parte de nossas rotinas aconteciam fora do local de trabalho. Mas como a gente tinha contatos, tinha agenda, e geralmente a gente sabia no que tinha que dar de continuidade, a gente foi dando. Normalmente, o maior problema durante a ocupação chamou-se protocolo. Porque tudo tem que entrar e sair oficialmente na instituição. Então, muita coisa foi adiada em termos de protocolo.

Durante a ocupação, houve a prática de algum ato de violência por parte dos manifestantes? Se sim, qual (is) foi (foram)?

Não, que eu me lembre não houve nenhum ato de violência. Houve aquela ocupação normal, das pessoas muitas vezes se exaltarem nos seus discursos, de faltarem com educação com outros seres humanos, mas não violência física. Em algum momento, a gente sabe que existe aquela tentativa de criar o fato, como, por exemplo, quando o pessoal se atirou nas portas da reitoria, nas portas de vidro, e quebraram. E aí, por parte dos estudantes, a versão é de que os estudantes foram agredidos pela guarda da universidade. A versão da guarda é: não, nós ficamos ali e eles se atiraram. Aí, depois, o que que as imagens mostraram? Tem umas quantas para mostrar. Que os estudantes vieram e se atiraram nas portas. Mas que trouxe um fato: que os estudantes alardearam que foram agredidos, sangraram. Realmente, quem se atira numa porta de vidro, as vezes se machuca. Então, nesse sentido, agora, durante a ocupação, eu não tenho outras informações.

A reitoria da UFSM foi avisada previamente de que os estudantes ocupariam o prédio da reitoria por ocasião dessa ocupação?

Não, isso não acontece. A gente até sabe que vai ter, mas não há um ofício. Isso não acontece. Geralmente é assim: alguém ouviu lá em tal lugar e comentou “pessoal tá e organizando, eu acho que vai ter um evento”. Muitas vezes não é uma ocupação. Às vezes vão lá, gritam, botam faixas, cantam, tocam tambor e vão embora. Mas outras vezes a gente sabe. Até porque, antes, já tinha acontecido isso. Já se tornou quase uma rotina. Por isso, eu disse: estou muito pensativo em relação ao que está acontecendo agora. Agora que está uma crise generalizada, né, não há uma ocupação na reitoria?! Até porque a gestão vem cometendo uma série de atos que têm descontentado docentes, técnicos, alunos, comunidade. E não houve essa mobilização até agora? Por isso que eu digo que havia um grande interesse político em

relação à desmantelar o professor reitor da sua possibilidade de uma nova gestão e conseguiram.

De que maneira os representantes da reitoria tomaram conhecimento da ocupação?

Geralmente, essas ocupações acontecem na manhã bem cedinho, na madrugada, antes das 7h, foi quando a gente foi chegando ao trabalho, os colegas foram chegando às 7, foram avisando: não tão permitindo a entrada na reitoria. Aí depois que não é permitido, o pessoal faz aquela assembleia ali na frente. Enfim. Eles entram, ocupam e começam a montar a estrutura. Montam os colchões, montam a cozinha, montam as equipes, coordenação disto, coordenação daquilo. Daí vai-se construindo o movimento. Não é tudo previamente organizado. Porque muitas vezes depende também da adesão: ainda que a adesão não seja grande, se tu juntar 50, 60 pessoa ali dentro, tu faz o movimento. Tanto é que a greve naquele momento de 2011 tu não viu os estudantes aí na greve; eles não ficaram aqui, eles foram embora, eles não ficaram aqui, ficaram 60/70 pessoa que habitam a casa do estudante há anos e continuam na universidade há anos, de um curso para outros eles ficam ali. É uma organização estudantil já meio profissionalizada. Quando eles não dão mais aqui tempo eles vão para outras universidades. Tanto é que, nessa ocupação, veio gente de outras universidades para instrumentalizar os estudantes. Então, a gente percebia, a gente via que eram pessoa que nós não conhecíamos. Aí depois a procuradoria jurídica queria saber quem era, para poder acionar. Aí, então, a vigilância foram ver que era gente que vinha daqui e dali. Foram ver que tinha gente até do Paraná, para instrumentalizar a ocupação. Isso acontece.

Na sua percepção, na ocupação, havia estudantes participantes ligados a algum partido político e cujos atos foram movidos por motivações partidárias?

Eu respondi lá no início. Não vou te dizer, assim, que eles estavam com a bandeira do partido. Eles não tavam. Mas a gente sabe quem são as pessoas, as tendências políticas dentro da universidade, a que partidos estão ligados e a que fins muitas vezes esse movimento mais radicalizado de movimento estudantil. Porque eu tenho uma percepção assim. Durante a ditadura, sindicatos, forças da sociedade civil, estudantes, eles têm um papel: derrubar a ditadura e garantir um processo democrático. Durante o processo democrático, têm que garantir os espaços do processo democrático. Eu acho que sindicalismo na ditadura é uma coisa e no período democrático, é outra. O movimento estudantil na ditadura é uma e, no período democrático, é outro. Então, a partir do momento que, no período democrático, tu radicaliza, estamos sendo totalmente incoerentes com a tua história. Aí tu tem que analisar o

que tem por traz disso. Nós que já estudamos bastante de história, a gente vai pegar essas informações ao longo do tempo e vai entender, isso aí é uma cartilha que vem de muito tempo, pega o início do movimento operário do Brasil, no início do século 20, como ele funcionava, e, depois, nos anos vinte, com as novas tendências do marxismo depois. Nos anos 50, com a questão da Guerra Fria, a gente vai entender bem como é que as coisas acontecem. A gente não é ingênuo, mas a grande maioria das pessoas não conhece isso. E até muitos estudantes que entram nem conhecem isso. São instrumentalizados com ideias e com uma pouca leitura. Mas uma leitura efetiva eu diria que no movimento estudantil brasileiro pouquíssimos têm, como pouquíssimos têm no movimento sindical, inclusive entre os docentes, as nossas lideranças, têm pouca leitura sobre política. E nem falando no lado dos nossos parlamentares e nossos representantes executivos. Esses aí é uma tragédia. Esses aí, nem num vestibular para política eles passariam, quanto mais para ser os nossos representantes. Mas o processo atual converge para esse tipo de situação, né.

Durante a ocupação, foi causado algum dano ao patrimônio material da UFSM?

Não que eu me lembre. Sim, a única coisa foi aquele vidro que se quebrou ali. Que aquilo ali foi mandado trocar e não gerou inquérito nem nada. Porque até pode ter sido considerado incidente e não acidente.

De que maneira os estudantes participantes da ocupação e os atos por eles praticados foram vistos pelos representantes legais da UFSM?

Nós temos uma percepção assim. Naquele momento, a gestão éramos nós, noutra momento, eram eles, pois eles agora estão na gestão. Quer dizer, é a mesma coisa que ocorre aqui. Em determinado momento, tu é o chefe e em outro, tu é o subalterno. Nós somos uma comunidade universitária. Nós fazemos parte da gestão do estado brasileiro, somos o estado brasileiro, estudantes do estado brasileiro e estar aqui como privilégio dado pelo estado. Outros não, outros tiveram que ir lá para a iniciativa provada pagar o seu curso e estão nos ajudando pagando lá nos ajudando a estar aqui. Muitos nem podem estar na iniciativa privada e muito menos aqui dentro. Então, quando nós estamos dentro de uma instituição, uma autarquia pública, nós somos parte do estado brasileiro. Podemos não concordar com as questões políticas, com a organização, com o planejamento, com a distribuição dos recursos. Esse é um direito nosso. Mas como integrantes da comunidade, o estudante, o técnico-administrativo e o professor, naquele momento, eles são parte do estado brasileiro. A

sociedade quer alguma coisa com eles. Nesse sentido nós temos que entender também como é que se dão essas questões dentro da instituição.

Nós somos gestão por um período, mas não vamos ser a vida toda. Cada gestão que está no poder, na universidade, ela tem que pensar no que é melhor para a universidade, e não para si, para seus interesses, né. Questão de favorzinho aqui, interessezinho alí e... sucumbir a questões externas, ah... porque o setor do transporte faz o que bem entende, os empresários não querem o fim do vestibular, e aí uma série de outras questões. Não. Nós temos que responder à sociedade. Qual é o nosso papel aqui? É ter um ensino de boa, muito boa, excelente qualidade. Esse é o papel da universidade.

Tu quer fazer política? Entra dentro do partido e faz política no partido. Quer fazer o teu proselitismo religioso? Vai lá e faz. Aqui dentro, tu tem que trabalhar com educação. Esse é o molde da universidade. Se nós formos trabalhar aqui o partido político, vamos trabalhar aqui as questões religiosas, as questões do futebol, resolver os problemas da prefeitura de Santa Maria dentro da universidade ou do governo do estado. Mas fugimos à nossa meta, que é trabalhar com educação. Eu entendo assim.

Nada de inimigos totalmente. Eram pessoas que representavam uma categoria, que tinham direito de organização. Nós entendemos isso. Para nós, nunca houve, nunca ninguém quis sair chutando o balde e agredindo e fazendo e acontecendo. Não, pelo contrário. Porque pode ser como eu disse, em determinado momento, fomos nós professores que fizemos greve, fomos nós pra frente da reitoria. Noutros momentos, aconteceu isso. Então, não é, isso não vai acabar.

Na sua percepção, de que maneira os manifestantes, bem como os atos por eles praticados, foram vistos pela comunidade em geral?

A comunidade vê qualquer movimento na universidade de forma negativa, porque é aquela visão que eu acho que a comunidade um pouco tem razão: são os privilegiados. Estar dentro de uma instituição pública, com o padrão que a Universidade Federal de Santa Maria tem hoje, é estar numa situação privilegiada. Por quê? Tu entra aqui, tu tem toda uma série de garantias, tu tem transporte, tu tem alimentação, tem a moradia, tem biblioteca, tu tem acesso à informática, tem bolsa, né?! Tu tem professores razoavelmente preparados e tu sai daqui com um diploma que te credencia ir para qualquer lugar. Quantas pessoas gostariam de estar aqui e não podem? Então, eles enxergam a universidade com privilegiada. Quantos falaram. Os professores estão em greve? Mas por que estão em greve? Eles não ganham bem? Comparativamente ao que ganha a média do trabalhador, nós, professores, ganhamos bem

sim. Nós não ganhamos o que merecemos, mas, comparativamente ao assalariado, nós ganhamos bem. Os técnicos-administrativos? Mesmíssima coisa. E o estudante que estuda aqui, que não paga mensalidade, mas paga de outras formas, eles tem uma série de garantias que aquele que paga instituições privadas não tem. Tem que desembolsar tudo.

Então, a sociedade, quando há um movimento de paralisação, ela não vê de forma positiva. Ela até entende, muitas vezes que as pessoas estão querendo melhorar o seu padrão de vida e é um direito. Mas, comparativamente, nós aqui somos privilegiados em relação aos que não são.

Quais eram as principais reivindicações dos estudantes?

Um quadro que era político, que determinaria ações do governo federal diretamente, por exemplo, acabar com a precarização, muito bem. Qual a precarização? Falta de docentes? Quais? Fui lá pessoalmente, trouxe as normas. Como estava a implantação, faltava docentes, mas essa, uma docência que não estava pactuada no REUNI, era anterior, era a criação do centro, que isso a universidade teria que buscar em Brasília, por isso que o reitor a cada ano faz, seja o atual, sejam os anteriores, eles vão e estão com uma demanda assim. Eu implantei uma unidade uma unidade, tem tantos cursos, me faltam trinta professores. Que que o governo federal faz? Eu não tenho trinta, mas vou te dar, este ano, oito, ou vou te dar dez. Então, não vem tudo de uma vez só. Então, essas questões políticas da precarização foram sempre muito conversadas, especialmente os nossos sindicatos batem muito na tecla precarização.

Faltava orçamento? Não. Tudo aquilo que o governo havia pactuado em termos de orçamento ele tinha repassado. A chamada malha, grade orçamentária da universidade, que tinha sido aprovada no conselho universitário, ela estava sendo plenamente aplicada. Agora, o que os estudantes queriam? Mais verbas? Tudo bem, mais verbas. Mas vamos colocar onde? Vamos aplicar na assistência estudantil. Muito bem. Pra quê? Daí tu pega questões políticas macro, precisa de dinheiro lá, precisa de intermediação do ministro, pra falar com o presidente para obter o recurso — pra quê? Exatamente o que precisava a assistência estudantil? Ah, nós queremos uma lavanderia, nós queremos aumento do RU. Bom, se construiu um aqui, tem um lá em Silveira. Bom, vamos construir mais um outro RU, mas essa é uma questão que vai precisar de orçamento, velho conhecido.

Mais bolsas. Quais? Mas tem que dizer aonde. De extensão. Concordo. Qual é o número que é necessário na área de extensão? Qual é o número necessário de pesquisa? Havia também essas questões ligadas às atividades minhas. Ensino, pesquisa e extensão, que eu te

dizia que são muito positivas essas reivindicações, eu também quero. Na hora que tiver mais bolsas de extensão na pró-reitoria de extensão, melhora a qualidade.

Daí se fez um levantamento e se chegou a essa conclusão: que a universidade já tinha mais de 100 mil bolsas de tudo que é tipo. Só que isso aí precisa de orçamento. Se tu implanta mais 500 ou 1000, tu tem que ter o orçamento. Então, paulatinamente, quando aumenta o orçamento, daí aumenta o número de bolsas.

Internet nos prédios da casa do estudante é uma novela, que não se resolve há muito tempo. Não sei se agora está totalmente equalizada, mas há um problema lá dentro, porque não havia equipamentos. O equipamento pra comprar tinha que ser importado, importar é uma novela. Então, havia uma série de questões. Bom, internet no campus, calçamento das ruas. Isso sobe a história da universidade aos anos que levaram para completar todos os prédios, os anos que levaram para fazer ruas, para asfaltar, isso depende de orçamento. Porque o reitor, se tivesse orçamento, e tu pedisse, assim, quero uma rua calçada na frente da casa do estudante, tu não ia fazer? Claro que ia fazer. Tu iria devolver para o governo? Então, o que acontece é uma peça orçamentária que tu vai, através dos outros reitores, negociando para que o governo consiga colocar mais dinheiro e tu vá atendendo essa demanda.

E uma coisa que se avizinhava e que eu alertei, que eu acho que é problemática, um direito, mas é um problema: é a questão das cotas. E, a partir do momento que tu tenha 50% das cotas, tu tem que dar moradia, alimentação, e condições para que essas pessoas estejam dentro da universidade, vivendo dignamente. Mas, para isso, preciso do orçamento. Tu não consegue, de uma hora para outra, de 30% tu implantar 50% de cotas. A universidade já era pioneira nisso. Mas ela precisava se programar, negociar com o governo para que ele mandasse verbas, para que ela, paulatinamente, fosse chegando no orçamento para atender os 50%.

E aí vai uma série de outras questões, por exemplo, a qualidade das aulas, os professores, aí o pessoal acumulou, ao longo do tempo, enxergou de tudo um pouco. Então, tinha reivindicação de tudo que tu pudesse imaginar: segurança, questão dos guardas, que é uma questão polêmica de muitos anos na universidade, resquício da ditadura militar. Os guardas na universidade, quando foi instituída a vigilância, a vigilância universitária fazia o papel, né, de agentes do sistema. Vamos chamar assim. Então, os estudantes acham que os guardas ainda hoje fazem. E tem alguns que têm essa percepção mesmo. Os mais antigos, eles acham que estão alí como xerifes mesmo. E muitas vezes a chefia diz que não é para fazer e eles fazem. E aí dava os atritos né, dá briga com os estudantes, muitas vezes, e, por outro

lado, falta, em determinado momento, vigilância, porque boa parte dela é terceirizada, para atender a uma cidade.

Hoje a casa do estudante, aqui, é do tamanho de Silveira Martins, em termos de número de pessoas. Alí tu tem pessoas, tem roupas, tem equipamentos eletrônicos e, de vez em quando, há um roubo. Muitas vezes vem gente de fora, porque é aberto. E agente sabe, não vamos dizer que não, há o tráfico de drogas. E muitas vezes há violência. E, muitas vezes, podia acontecer o estupro, alguém ser esfaqueado. É uma zona aberta. Então, a vigilância procurava se cercar para evitar essas questões. Daí os estudantes alegavam que isso aí era tirar a liberdade de ir e vir dos estudantes lá dentro.

Bom, como vou concatenar isso aí? É uma questão que tem que sentar, conversar, mudar a cabeça do vigilante de um lado, fazer o estudante entender, do outro lado, que tem que ter um mínimo de vigilância. Não pode botar um muro ao redor daquilo alí. É uma instituição aberta. Final de semana é muito problemático.

Então, assim foi uma série de questões: era do banheiro da casa, era da internet, era da rua que não tava calçada, era do tempo que levava para fazer a refeição no RU. Só não vi falar da qualidade da alimentação do RU, essas coisas ninguém falou.

Mas aí entra depois a questão dos cursos, na questão da falta de equipamentos, pras viagens. Todo mundo quer viajar, tem que ter orçamento. Tu tem que ter equipamento, não tem, ônibus suficiente. Aí contrata-se uma empresa. Mas, para essa empresa fazer o serviço, tem que ter dinheiro. Então, tem que estar no orçamento. Recursos para eventos? Todo mundo quer fazer eventos. Mas isso vira uma fortuna no final das contas, que não consta no orçamento.

Os estudantes queriam que a universidade abrisse a peça orçamentária. Não tem problema nenhum. É só pegar o que o conselho universitário aprovou, ler e tá lá a peça orçamentária. O reitor só pode usar aquilo que está alí. Ele não pode, ele cria receita, né. E ele não pode mexer naquelas receitas que foram programadas e aprovadas pelo conselho universitário. Então, o pessoal queria: a gente quer saber. Entra na pró-reitoria de infraestrutura pra saber como se dá o uso das verbas. Não tem problema nenhum. Cada prédio que foi construído, ele foi licitado. Pega a licitação, pega o dinheiro que vem e o que foi pago e o que ainda não foi pago. O que que acontece com aquela empresa que deixou de fazer o serviço? Muitas empresas aí pegam as licitações, ganham e, depois, não conseguem dar conta, elas quebram e fecham e vão embora. Aí tu leva mais um tempão para que uma nova venha a assumir. Então, tinha, na época, lá, o grande problema do prédio da terapia ocupacional, que foi construído e hoje vai lá ver a qualidade do prédio. Que horrível! Por quê? Porque o

peçoal, quando fez a licitação, ganhou com o valor baixíssimo, fez uma porcaria de serviço, não terminou, aí veio outro e não terminou. Ninguém queria terminar, porque era uma porcaria. E nós, da universidade, com autarquia, e outros setores, somos obrigados a seguir a lei das licitações. Então tu compra produtos ruins, porque tem que ser de melhor preço. Tu não pode comprar produto bom de melhor preço. Tem que ter toda uma especificação técnica para tu poder comprar produto bom. Aí tu não tem orçamento. Então, se tu pega os prédios da época que a universidade foi construída, os prédios antigos, veja a qualidade deles e veja a qualidade dos novos. É uma coisa de muito larga distância.

Para o senhor, havia algum outro meio pelo qual os estudantes poderiam obter a satisfação das reivindicações feitas por eles durante a ocupação?

Não tínhamos pautas antes da ocupação. A única coisa que os estudantes fazem, eles iam ao reitor, eventualmente, e questionavam alguma coisa. O reitor mandava: tu vai direto e fala lá com a pró-reitoria estudantil, o problema é este aqui, cabe à pró-reitoria estudantil resolver. É um problema de falta de verbas? Então, vai à pró-reitoria de planejamento e vai lá. Pauta exatamente não tem. O DCE, cada vez que eles faz eleição, ele tem um elenco de situações que ele diz que vai atuar, que vai fazer. Só que aquilo ali é uma pauta, é uma plataforma, que o DCE tem de gestão, depois eles até tentam encaminhar aos chefes de departamentos, os coordenadores de cursos, aos diretores de centros, e à reitoria estas pautas.

Esse grupo, assim que ocupou a reitoria, eles antes da ocupação, eles não... (não entendi)

A gente sabia que havia dificuldades, por exemplo, das demandas do RU, a quantidade de gente de uma hora para outra duplicou. Isso a gente sabia. Mas eu sempre digo o seguinte. O que é melhor você dizer lá no conselho de pesquisa e extensão?

Quais foram as pautas mais difíceis de negociar?

Aquelas que eu considero, assim, que é intransigência: eleições diretas na universidade, voto universal... tu sabe que isso não é reivindicar pro reitor, tem que reivindicar com os deputados, com os ministros... ou que o governo mande um projeto para o parlamento – que o parlamento envie o projeto. A questão da representação dos conselhos do 70 e 30, isso não cabe ao reitor. Aí o pessoal vinha e tentava desgastar nessa questão: “isso é falta de democracia”. Falta de democracia, do que tu quiser... na verdade não tem como tratar isso aqui. Então, eu diria que essas questões macro, né, mais orçamento... é como eu disse: mais

orçamento pra que? Nós temos que dizer para o governo onde é que nós queremos botar mais dinheiro, porque sem um projeto, sem o plano de uso do orçamento, tu não vai ter mais orçamento. Se é para aumentar a casa do estudante, nós temos que saber qual é a demanda que tem naquele momento. Casualmente, naquele momento, pouquíssima gente estava naquela fase de transição, naquele período onde entrava na União Universitária e ia para as casas. Praticamente, tava sobrando vagas nas casas. Aí se fez uma discussão e se descobriu o que ta acontecendo na verdade: é assim, tinha algumas lideranças estudantis e algumas pessoas que eles não aceitavam que outras pessoas fossem morar no seu apartamento. Eram apartamento exclusivos! Ou então alguém se tornou um casal, seja qual o lado... se tornaram um casal, eles não queriam que outras 4, 5 pessoas fossem morar lá. Então, logicamente, começou a faltar uma ou outra vaga, aqui e ali. Mas naquele momento, na verdade, não existia falta de vaga aqui. Ah... porque lá na Cesnors é novo, tá se terminando um prédio em Frederico e ta se terminando um prédio em Palmeiras. Um prédio não se faz de uma hora para outra. Então, naquele momento, estavam terminando os prédios e o pessoal tava reclamando da moradia estudantil... mas o prédio tava pra ser entregue! Tava faltando o piso! Na época faltava o piso! Era só botar o piso pro pessoal poder entrar! Aí botamos o piso correndo: “viu a porcaria de piso que botaram?” Claro, ficou uma porcaria... foi feito na correria. Então, tem algumas coisas, assim... e o que eu estou falando pra vocês, eu falo na frente dos estudantes. Muita gente tem medo, eu não! Por isso eles não gostavam que eu fosse a linha dura. Teve estudante que chorou na minha frente, não sei se foi um teatro ou se ficou tão apavorado de como eu enfrentava o debate. Eu estar ali, né? Podia estar do outro lado, do mesmo ia me comportar... estar ali pra um debate... não estar ali pra receber imposição de ninguém. Como eu disse, eu sou parte do estado brasileiro e, vocês, estudantes, também. Nós temos um papel. Então não vem querer vir pra cima de mim porque eu não vou aceitar. Então, quando eu começava buscar os argumentos, aí o pessoal se retraía, porque não tem argumentos, porque é só o argumento que tu precisa.”Mais vagas”, pra mim, não serve – eu quero saber onde que tu precisa dessas vagas. Porque o reitor vai querer saber para poder reivindicar ao governo para quando tiver que dizer: “os estudantes querem mais vagas”. Então ta, aqui ó, 50 vagas para a universidade. Pra que? Pra onde? Lei de responsabilidade fiscal: tu não pode simplesmente pegar, aí, não: “o reitor tem que prometer”. O reitor não promete nada! Como é que ele vai prometer construir um prédio se ele não tem orçamento? Como ele vai prometer aumentar as cotas de 30% para 50% se não tem orçamento? Depois até veio a lei que obrigou, mas e aí? E aí, a pergunta hoje que eu faço é o seguinte: a universidade tem orçamento pra cumprir o que a lei mandou? Agora, com esse corte? Então, tu tem que ter o mínimo de responsabilidade,

que tu ta, naquele momento, na gestão... Aí tu diz assim: “não, prometo dá a pauta, tudo aprovado, pode ir embora”. O que vai acontecer, no mês seguinte? Outra ocupação.

No seu entendimento, os estudantes tinham, de fato, direito a fazer as reivindicações que fizeram por ocasião da ocupação? Por que?

Certamente. Concordo plenamente que tinham. Só acho o canal errado. O canal tem um outro interesse, que não o real interesse do estudante. Ele extrapola uma questão ideológica. Por que essa pauta que não existia? Ela poderia ter sido construída nos DAS e levada ao reitor... vamos criar uma canal de negociação, vamos abrir uma série de reuniões. Tanto é que depois dessa ocupação nós ficamos um ano conversando sobre mudanças de resoluções na universidade. Os estudantes foram, os pró-reitores foram, chamamos diretores de centros, todo mundo, durante um ano. Mudamos um monte de resoluções... não é possível fazer sem ocupação alguma ...? Claro! A gestão se colocou contra? Pelo contrário! A gestão estava lá pra atender interesse público. Então havia uma outra questão, muito além da pauta.

Para o senhor, havia algum outro meio pelo qual os estudantes poderiam obter a satisfação das reivindicação feitas por eles durante a ocupação? Se sim, qual (ou quais)?

É isso que eu disse, era para ter constituído uma comissão e levado ao reitor e aberto lá um canal de discussão, conhecido por todos. Eles simplesmente nomearam um grupo de um lado. Como a gente já participou de vários outros segmentos, a gente participava dessas reuniões. Até porque aquilo que o reitor pode, da pauta definitiva do reitor, pode atender diretamente, é muito pouca coisa. Muita coisa tinha que estudar tecnicamente por uma questão jurídica. Outra: como eu disse, dependia do orçamento. Então vamos dizer que tivesse 50 itens a pauta. Desses 50 itens o reitor, talvez, imediatamente, pudesse atender 10 pontos. Dez pontos assim, até por ali, né? De forma parcial. E todas as outras eram questões estruturais.

De que maneira os representantes legais da UFSM conseguiram obter a desocupação do prédio da reitoria?

Foi um avanço das negociações, né? Porque chegou em determinado momento que a gente disse: “olha, vocês definem qual é o último momento que vocês vão apresentar a pauta! Porque cada reunião é uma pauta nova. Nós, a partir de determinado momento, nós não aceitamos mais pautas! Vocês tragam, a semana que vem, o último rol que vocês querem e

nós vamos começar a trabalhar a partir daquele último rol. Senão, sempre nos apresentam coisas novas. Vocês não querem na verdade, é negociar”. Então, a partir do momento que nós tivemos definidos todos os itens da pauta, nós pegamos, um por um, e fomos trabalhando. Daquilo ali, nós conseguimos racionalizar toda aquela demanda, formatar ela. Dizer para o reitor: é isso aqui que os estudantes querem! Aí o reitor disse assim: “então agora chame eles que eu vou trabalhar com eles”. Ficou uma tarde e início de uma noite, ponto por ponto que acabou com a desocupação. A pergunta é voltada para o que tu tinha falado antes: se tivesse acontecido num outro canal, não daria o mesmo efeito? Daria! Agora os estudantes dizem que não! Que tem que ter pressão. Eu acho isso aí um rito dentro do movimento estudantil. Como eu disse, talvez já esteja ultrapassado, esse desgaste todo que gera dentro da comunidade interna na comunidade externa. Isso era na época da ditadura, para a sociedade ver o que ocorria nas universidades... mas nesse momento, não pega bem, nem interna, e nem externamente. Não quer dizer que os estudantes não tenham que fazer suas reivindicações: tem! Só eu acho que eles tem que pensar as formas como isso acontece.

Em algum momento o senhor, como representantes da reitoria da UFSM sentiu a situação tensa – com possibilidade de intervenção policial?

Isso aí, praticamente, todos os dias havia essa discussão. Porque as pessoas de fora da universidade chegavam e cobravam o reitor: “mas como, eu tenho que buscar meu diploma?”, “como participar de tal licitação?”, “como eu trago mercadorias?” Nada disso era possível. Então havia uma pressão externa das pessoas, de poderem acessar o prédio da universidade e poder resolver seus problemas. Por parte dos estudantes que estavam ali, esse não era o foco, mas era de outros estudantes,, que queriam seus direitos e também cobravam o reitor. Então, nesse momento, o reitor tem que analisar a questão legal, porque ele, em princípio, está infringindo a lei também. Porque ele tem que garantir aos estudantes, aos técnicos, aos conselhos e a comunidade externa esse espaço de circulação. Tenso, então, praticamente, eram todos os dias. Os estudantes, como eu disse, queriam isso, apostavam nisso, para criar um fato negativo, né? “Veja, essa reitoria! O gordo” como chamavam o reitor. “Olha o gordo! Um autoritário, um déspota, um ditador”, criaram uma caricatura. O sindicato, inclusive, um dos técnicos criou isso, colocou lá entrada do prédio da universidade. Uma falta de respeito com a autoridade universitária, que nada mais é do que um dos seus colegas. E ainda o reitor, numa época época da sua vida, foi técnico administrativo da universidade, antes de ser docente. Antes de tudo um respeito com teu colega! Uma falta de respeito com teu colega!

Mas acontece isso na universidade. A universidade não é diferente do resto da sociedade. Ela é um espelho também da sociedade.

Alguma medida foi tomada por parte da reitoria da UFSM a fim de dificultar a ocorrência de novas ocupações?

O que o sindicato colocou na faixa?

Eles colocaram um outdoor zoando do reitor. Uma caricatura lá chamando ele de ditador, na época, em função do ponto eletrônico. Assim os estudantes faziam também. Iam, produziam seus materiais, afixavam... inclusive, assim, na entrada do prédio! Ali... no elevador! Para mostrar essa posição em relação ao reitor que na verdade era (...) Não era o que correspondia. Ele foi várias vezes conversar... enfim!

Alguma medida foi tomada por parte da reitoria da UFSM a fim de dificultar a ocorrência de novas ocupações?

Não tem como. A única coisa que foi colocada ali, com o tempo, não tem nada que ver, foi uma questão tecnológica – que se colocou aquelas portas de correr para facilitar a vida das pessoas. E o pessoal diz: “ah! Botaram aquilo ali que é pra controlar a entrada de algumas pessoas”. Quando tu quer quebrar, tu quebra! Quebra o vidro lateral e entra! Tem mais a porta do fundo lá, né?! O problema é que aquela porta que tinha lá era uma porta muito pesada, então, quando chegava uma pessoa de idade, não conseguiam abrir, né? Por isso que deram uma organizada. Mas o pessoal pegou que aquilo ali era para (...) Sim!

... Isso aí é uma situação normal. Noutras universidades entraram na sala do reitor, acamparam na sala do reitor... aqui dá para dizer que a ocupação foi tranqüila. Tanto é que depois que o pessoal desocupava, o pessoal deixava relativamente limpo, organizado, o espaço. Nada demais! O que acontece é que algumas pessoas ficam mais chocadas, um pessoal mais antigo... outros que tem posições, né, mais conservadoras... o pessoal se chocava. Isso é normal hoje em dia. Tu não ta vendo aqui, tu ta vendo ali na comunidade. Não tem nada demais. Hoje no parlamento estão fazendo isso: ocupando, entrando, fazendo coisa que nunca tinha acontecido antes. Eu acho assim, que dentro da nossa vida democrática, nós estamos criando um futuro, experimentando... até que vamos chegar num estágio de equilíbrio. E quando a gente vive toda a história passada sobre forma de regime de exceção, agora, de uma hora para outra, 30 anos, a gente ta construindo uma cultura democrática. Tem que saber exatamente que significa essa cultura democrática. Muita gente que ainda não

entendeu isso, né? Uns saudosistas aí... querendo a volta da ditadura e coisa assim, né? Volta de alguns privilégios que não tem cabimento. Uns não tiveram naquela época e querem, o que mais estranho é... os que viveram, eu até entendo que quem viveu e gostou, algum privilégio teve, né? Pra achar bom ter ditadura... Eu sempre disse... se ditadura fosse a melhor coisa do mundo, EUA desde sua independência era uma ditadura.

ANEXO 2:

Entrevista 2: Estudante A

De quais ocupações da reitoria da UFSM você participou?

Da ocupação de 2011, no mês de setembro.

Como se deu a sua participação (qual foi a sua contribuição)?

Eu era membro do DCE, da coordenação de comunicação, e contribui na mobilização e na comunicação da ocupação.

Na ocasião, quem participou da ocupação da reitoria (professores, estudantes, servidores, partidos, DCE...)?

A ocupação foi deliberada em Assembleia Geral dos Estudantes, que é uma instância do Movimento Estudantil acima da direção do DCE e do Conselho de Entidades de Base (CEB) que reúne os diretórios acadêmicos e as direções das Casas do Estudante (CEUs). Isso não é uma novidade, praticamente todas as ocupações são deliberadas em Assembleia Geral, pois é uma ação que prescinde uma instância superiora referendar. Tanto a ASSUFISM quando a SEDUFISM colaboraram com a ocupação. Não lembro se houve posicionamento oficial de partidos políticos apoiando, mas havia na ocupação lideranças referenciadas e militantes do PT e do PSOL.

Quem você identifica como liderança nas ocupações?

Essa é uma pergunta complicada. Houve uma construção bastante coletiva na ocupação, havia tencionamentos internos – que são normais – mas havia uma série de comissões, e havia várias militantes engajados nessas comissões. Eu poderia indicar que os companheiros que estavam na comissão de negociação eram as principais lideranças, mas seria um erro, pois havia igualmente lideranças organizando comissões como a de segurança ou de limpeza, alimentação, comunicação. E também haviam dirigentes de coletivos estudantis internamente, que poderiam não ser liderança da ocupação, mas eram referências internas para determinados coletivos., e isso vale também para as entidades estudantis, como o DCE e os DAs.

Quais eram os objetivos da ocupação da reitoria da UFSM de 2011?

Inicialmente, o que motivou e deu condições para a ocupação, foi um processo de mobilização do curso de Terapia Ocupacional e de Medicina. Porém, o caso específico da

Terapia Ocupacional era muito próximo das contradições de outros cursos do REUNI que ainda estavam se consolidando e nas primeiras turmas. Isso foi algo que a gente identificou coletivamente e conseguiu fazer a relação com o restante da sociedade. Lembro que uma das pautas da Assembleia que acabou deliberando a ocupação era a construção de uma jornada de lutas pela Assistência Estudantil, na prática boa parte das reivindicações da ocupação vieram daí e foram construídas na própria ocupação. E nisso a gente teve conquistas históricas como as três refeições no RU, bolsas-moradia para estudantes do CESNORS, institucionalização da creche Ipê Amarelo, reajuste do valor das bolsas PRAE, calçamento nas CEUs.

A ocupação da UFSM estava ligada a atividades nacionais maiores?

Sim. Havia questões muito próprias da UFSM e até mesmo de um curso, como a medicina, mas era um contexto nacional de ocupações, principalmente nesse cenário da busca por garantias de permanência com a demanda criada pela expansão de vagas nas universidades.

A ocupação da reitoria da UFSM de 2011 foi resultado de orientação de atividades recomendadas pela UNE (União Nacional dos Estudantes)?

A ocupação da reitoria da UFSM de 2011 foi resultado de orientação de atividades recomendadas pela ANEL (Assembleia Nacional dos Estudantes – Livre)?

A resposta é negativa para ambas. Setores da UNE e a ANEL construíram várias ocupações durante aquele segundo semestre de 2011. Não recorro se havia naquele momento uma orientação nacional, porém a ocupação na UFSM não é resultado de uma orientação nem da UNE e nem da ANEL. É interessante ressaltar também que embora bastante diverso o número de coletivos estudantis na ocupação, não havia naquele momento na UFSM militantes nem da ANEL e nem da majoritária da UNE, os grupos mais significativos eram da oposição à direção da UNE (seja a Reconquistar a UNE ou coletivos da Oposição de Esquerda) ou não se referenciavam em nenhuma entidade nacional (caso do Levante Popular da Juventude e do Outros Outubros Virão – Levante hoje compõe o Campo Popular na UNE, mas na época não participava dos fóruns da entidade).

Para você, a ocupação da reitoria da UFSM de 2011 representava a única maneira de atingir os objetivos pretendidos?

Esse é um debate tático. Não era a única, mas foi o decidido coletivamente e coletivamente se deu uma direção a esse processo que garantiu que saísse vitorioso.

Poderiam se pensar em outras maneiras possíveis de atingir os objetivos pretendidos?

Sempre se pensa. A definição da tática é importante, mas ela não pode se sobrepor ao que é estratégico. Dependendo do contexto e da conjuntura se avalia qual a melhor forma, que pode ser uma ocupação, pode ser um abaixo assinado, pode ser uma manifestação, pode ser uma panfletagem.

Alguma destas foi posta em prática antes da realização da ocupação que você participou?

Nenhuma das pautas que nós apresentamos era uma novidade para a Reitoria da UFSM. Algumas tinham já anos de mobilizações. Mesmo as pautas específicas de cursos como a TO e a Medicina também tinham sido apresentadas e mobilizadas pelos diretórios acadêmicos específicos.

No seu entendimento, que elementos caracterizam a legitimidade da ocupação?

Formalmente, ele respeitou o rito interno das instâncias do Movimento Estudantil. Foi uma ocupação deliberada em uma Assembleia Geral convocada pelo conjunto dos Diretórios Acadêmicos. Salvo engano, quem apresentou a proposta para a Assembleia ao CEB foi o Diretório Livre do Direito (DLD). Politicamente, houve um esforço de mobilização com passadas em sala de aula e de comunicação direta pelas redes sociais que conseguiram dialogar com o conjunto dos estudantes que conseguiram não apenas dar legitimidade à ocupação, como principalmente fazer com que a opinião pública fosse favorável.

A convicção dos elementos que legitimam a ocupação foi partilhada pelos demais participantes?

Acredito que sim. Nunca houve uma contestação da legitimidade daquela ocupação.

Em algum momento, a questão da legitimidade da ocupação foi discutida entre os participantes?

Não. Esse era um ponto pacífico, havia outras discordâncias no método, na leitura política do momento, mas nunca da legitimidade da ocupação em si.

Na sua percepção, o fato da ocupação não se caracterizar enquanto legal, gerou algum tipo de receio entre os manifestantes? E em você?

A ocupação nunca foi judicializada para ser considerada ilegal. Não houve esse movimento por parte da Reitoria.

Alguns manifestantes/ou grupos chegaram a desistir por receio de serem punidos?

Não recordo de alguma situação assim. E acredito que isso não tenha acontecido.

Em documento, os estudantes solicitam garantias para não serem punidos. Essa solicitação foi atendida?

Os manifestantes receberam alguma punição?

Não recordo de caso específico de punição. Se houve, talvez tenha se resolvido internamente dentro do curso com acompanhamento do DA, mas era conselheiro do CEPE na época na representação da bancada estudantil, e não chegou nenhum caso de punição.

Houve alguma perseguição posteriormente?

É difícil avaliar, pois isso muitas vezes acontece de forma sutil ou de um professor especificamente. Mas nenhuma caso que tenha grande vulto.

Existe um episódio da ocupação que foi marcante pra você?

Como foram 12, 13 dias de ocupação, tudo foi muito marcante. Talvez tenha sido o processo mais intenso de mobilização que uma geração inteira de militantes do Movimento Estudantil tenha passado.

Você identifica algum momento tenso na ocupação?

Ela foi uma ocupação muito tensa o tempo todo. Para quem tá numa entidade geral, caso do DCE, era ainda mais tenso. Tem a pressão interna e externa dos estudantes, tem a pressão dos coletivos do Movimento Estudantil, tem a pressão da negociação, tem a pressão de setores da Reitoria. E ela foi muito tensa nos primeiros oito dias de ocupação, quando havia uma linha de radicalização defendida por setores da Reitoria, por um lado, e uma disputa bastante forte interna dentro da ocupação. No oitavo dia, alguns coletivos se retiraram e o clima conseguiu ser de mais unidade interna, conseguiu se manter e até ampliar a mobilização, culminando com a vitória na ocupação.

Como você analisa a negociação com a reitoria?

Muito tensionada. Havia uma comissão que estava na negociação com a Reitoria, era uma comissão tirada em Assembleia que era composta pelo DCE e diretórios acadêmicos (Medicina, Terapia Ocupacional, História e Direito), pela Diretoria da CEU 2 e representações dos campi do CESNORS, Frederico e Palmeira. Inicialmente, a negociação foi feita com uma comissão nomeada pelo professor Felipe Muller, e com alguns professores tensionando muito a negociação, por parte da Reitoria. Tanto que em algum momento, nós pedimos que a negociação fosse direta com a o Reitor.

Os objetivos pretendidos com a ocupação de 2011 foram atingidos totalmente?

Em boa parte, sim. Enquanto parte de uma jornada de lutas do movimento estudantil da UFSM, nenhuma outra teve tantas conquistas.

Quais foram as conquistas?

Para a memória não me trair, vou copiar o link da época, no site do DCE.
<http://dceufsm.blogspot.com.br/2011/09/ocupacao-da-reitoria-o-que-conquistamos.html>

Pensando nos resultados, você acha que a ação foi válida?

Com toda a certeza. E para além dos resultados, foi um processo pedagógico que mostrou que para muitos estudantes que com organização, luta e mobilização é possível ter conquistas reais no cotidiano e que qualificaram a Universidade, em especial à Assistência Estudantil, num momento onde se estava ampliando as vagas na universidade, e a nossa preocupação era com as condições não apenas do acesso, mas da permanência dos estudantes.

ANEXO 3:

Entrevista 3: Estudante B (Estudante do Curso de Serviço Social na época da ocupação)

Qual a tua idade?

Eu tenho 25 anos.

Na época da ocupação?

Eu tinha 22 anos.

Você era membro, na época da ocupação de 2011, de alguma organização como UNE, ANEL ou algum partido político?

Na época, eu era membra do Centro Acadêmico do Serviço Social e eu, recentemente, havia entrado para o Diretório Central dos Estudantes.

De quais ocupações da reitoria da UFSM você participou?

Aquela foi a primeira ocupação que eu participei.

Qual era? A de 2011?

A de 2011. E, depois, eu participei de uma ocupação simbólica que teve com os técnico-administrativos, que foi em 2012, na greve de 2012, e acho que foi essas duas.

Como se deu a sua participação, qual foi a sua contribuição na ocupação da reitoria da UFSM de 2011? Você ocupou alguma função específica?

Eu ocupei, durante todo o período de 2011, e a gente tinha o papel de mobilização, né, eu tava na condição de mobilização. Então, contribuía com esse processo de chamar mais estudantes, de articular com meu curso também, que era o curso de Serviço Social, e também durante as assembleias, colocar opinião, decidir politicamente naquele processo.

Na ocasião, quem participou da ocupação da reitoria: professores, estudantes, servidores, partidos, DCE?

Olha, a ocupação foi bem ampla de 2011, então teve momentos que teve muitos Diretórios Acadêmicos participaram, a gente teve apoio ...

A maioria estudantes?

A maioria estudantes. Teve professores que apoiaram, que passavam por lá, dirigentes sindicais, organizações políticas das mais diversas, inclusive fora do estado a gente recebeu pessoas que vieram apoiar, tinham pessoas do Partido dos Trabalhadores, do PSOL, de outros coletivos estudantis, como o Levante Popular da Juventude, na época um grupo chamado “Rompendo amarras” também participava e ... acho que mais ou menos era isso.

Quem você identifica como liderança na ocupação?

Eu acho que a principal liderança, naquele momento, foi o DCE, pela representatividade estudantil, nas comissões, mas foi uma liderança mais ampliada, porque incorporou outros atores que não participavam do DCE também pra esse processo de articulação. E também teve um papel importante de dois cursos, que eram os cursos da T.O. e da Medicina, que exerceram um papel de mobilização importante ali, uma certa liderança.

Quais eram os objetivos da ocupação da reitoria da UFSM em 2011? Alguns ou os principais?

O principal, sim, nós tava numa época do REUNI, né, de efetivação do programa de reestruturação das universidades públicas. Então um dos objetivos centrais era a conclusão das obras do REUNI e outro objetivo central era a assistência estudantil. Então acho que esses foi os dois centros, a questão das obras do REUNI e dos cursos REUNI, que deveria ter mais infraestrutura, a conclusão das obras, e a Casa do Estudante, com as pautas de assistência estudantil.

A ocupação da UFSM estava ligada a atividades nacionais maiores?

Sim, porque, na época, a ocupação deslanchou em todo país, né, essa situação que a gente tava vivendo aqui fez parte de um processo que era nacional, ainda que as pautas principais sejam locais, mas era um processo nacional.

A ocupação da reitoria da UFSM de 2011 foi resultado de orientação de atividades recomendadas pela UNE?

Não, acho que não teve essa recomendação da UNE, pelo que eu lembro, acho que, depois do processo de ocupação, aí a UNE começou a ter uma articulação, ainda que a UNE estava participando das ocupações, mas não teve uma orientação nacional.

A mesma pergunta vai para a ANEL. A ocupação da reitoria da UFSM de 2011 foi resultado de orientação de atividades recomendadas pela ANEL?

Não. Também, no processo, não lembro de ter uma orientação anterior ao processo. Depois que começou a deslanchar, aí tanto a UNE como a ANEL se colocaram e articularam o processo.

Pra você, a ocupação da reitoria da UFSM de 2011 representava a única maneira de conseguir os objetivos pretendidos?

Sim, porque a gente vinha num caldo de mobilização, né, então foi um fato, um instrumento importante naquele momento pra atingir os objetivos, porque outros instrumentos já tinham sido tentados, que era a negociação, o diálogo, então foi fundamental assim.

Poderia se pensar em outras maneiras possíveis de atingir esses objetivos? Acho que sim, poderia se pensar. Tem outras ferramentas, por exemplo, de luta, como as questões de mobilização nas ruas, outras formas de pressão social que também poderiam ter sido utilizadas.

Vocês consideraram essa mais eficiente?

Eu acho que, naquele momento, a ocupação foi mais eficiente porque teve toda essa mobilização nacional, né.

Alguma dessas outras formas de atingir os objetivos foi posta em prática antes da realização da ocupação?

Sim, eu lembro que teve algumas mobilizações, protestos, diálogos, reuniões, né, com a reitoria. Então teve essas tentativas de mobilização e diálogo.

No seu entendimento, quais elementos caracterizam a legitimidade da ocupação?

Eu acho que a pauta política era legítima, né, aquilo que a gente tava lutando, defendendo era uma pauta legítima fundamental pros estudantes, então, ter um local pra estudar, ter professor, são pautas legítimas, ter condições adequadas de moradia na Casa do Estudante era uma pauta legítima. E, além da pauta, a mobilização, né, porque não foi algo de um ou dois estudantes, foi algo que conseguiu mobilizar um conjunto de atores, um conjunto de Diretórios Acadêmicos, de cursos, o que tornou aquele processo extremamente legítimo.

A convicção dos elementos que legitimam a ocupação foi partilhada pelos demais participantes? Todos pensavam de forma semelhante?

Acho que sim.

Em algum momento, a questão da legitimidade da ocupação foi discutida entre os participantes?

Sim, teve um debate sobre a legitimidade da ocupação, porque ... na época, o debate era se nós deveríamos fechar a porta ou manter a porta da ocupação aberta (risos). Então, nesse momento, alguns manifestante achavam que a única forma de manter a ocupação legítima era permanecendo com a porta trancada e alguns falavam que isso não deveria ser o central, porque o central era a gente se manter mobilizado e manter pressionando. Então, acho que esse foi o debate alí que ... sobre a legitimidade.

Na sua percepção, o fato da ocupação não se caracterizar enquanto legal gerou algum tipo de receio entre os manifestantes ou em você?

Pra mim não, não teve esse tipo de receio. Claro que a gente tinha um certo medo de ter reintegração de posse, então era aquele vigilância constante, até pela proteção nossa e dos estudantes que estavam ali. O que teve talvez, no momento que a gente decidiu por fechar, né, porque antes a gente tava dentro da reitoria, mas a gente tava com a reitoria aberta, e, no momento em que a gente decidiu trancar as portas, diminuiu um pouco a quantidade de estudantes que estavam ocupando, então uma parcela acabou, talvez, esse fato, né, tornando uma parcela receosa de continuar ali, então acabou diminuindo, assim, um pouco.

A próxima pergunta era exatamente sobre isso, se alguns participantes chegaram a desistir por receio de serem punidos, seria isso?

É... talvez sim, não foi um movimento deliberado, não foi algo totalmente visível, é mais uma percepção.

Em documento, os estudantes solicitam garantias para não serem punidos. Essa solicitação foi atendida?

Na medida que não houve nenhuma punição, sim, né, a gente não teve nenhum processo legal ou alguma tentativa de reintegração de posse.

Receberam alguma punição? Não né?

Não.

Houve alguma perseguição posteriormente?

Não.

Existe algum episódio que foi marcante para você?

Eu acho que foi o momento que a gente conquistou, né, as pautas, acho que ali foi... aquela unidade, aquela conquista, aquilo foi muito importante, porque mostrou que lutar vale a pena e que tinha valido a pena todo aquele esforço de ficar ali coletivamente, né, então, acho que é o momento da conquista.

Você identifica algum momento tenso na ocupação?

Sim, teve vários momentos tensos, seja em relação às disputas internas, né, sobre os rumos da ocupação. Teve um momento que um grupo saiu da ocupação, então aquilo gerou um determinado tensionamento, as assembleias e também ... Acho que era um tensionamento constante, na verdade, porque também essa questão de não saber o que vai acontecer no outro dia, né, esse medo da repressão e toda aquela ofensiva também por parte da reitoria pra que a gente saísse do local.

Como você analisa a negociação com a reitoria?

Eu acho que ela foi positiva na medida que essa não era uma negociação a portas fechadas. O pessoal que ia negociar com a reitoria reunia antes com todas as pessoas que tavam ocupando e sempre era esse movimento de ser uma negociação ampliada. Então isso acabou contribuindo pra que a gente conseguisse pressionar, conseguisse ter as vitórias.

Eles estavam dispostos ao diálogo?

Teve vários momentos. Alguns momentos teve mais disposição e alguns menos disposição. Então isso era uma tensão permanente, então a gente pressionava pra que houvesse maior diálogo e daí... era uma relação dialética, teve vários momentos.

Os objetivos pretendidos com a ocupação de 2011 foram atingidos totalmente?

Em partes, assim, não totalmente. Algumas coisas a gente conquistou que, posteriormente, não foram implementadas e outras coisas a gente conquistou e foram muito efetivas. Então não foram atingidos totalmente, mas parcialmente.

Quais foram as conquistas? Você lembra?

Eu lembro de algumas. Eu acho que a principal delas foi o calçamento da Casa do Estudante, nas ruas da Casa, que até então não tinha, teve a existência de disciplinas interdisciplinares, né, que começou a existir algumas na universidade, que também partiu daquele processo de ocupação, teve também Deixa eu lembrar, porque eu tô confundindo, também tem a greve de 2012, que foi outro processo. As grades nas portas da Casa, teve questões em relação ao CESNORS, que foi atingido e que agora eu não consigo lembrar, a contratação de professores pros cursos da T.O., acho que mais ou menos isso, assim, teria mais coisas, mas agora não...

Pensando nos resultados, você acha que a ação foi válida?

Acho que sim, a ação foi válida.

Quando da sua participação na ocupação da reitoria em 2011, você estaria disposta a aceitar a responder legalmente pelos atos ilícitos praticados durante a manifestação, ou seja, você estaria disposta a aceitar a imposição das sanções legais cabíveis?

Eu acho que, pra mim, não é ilegítimo, então pra mim foi legítimo, então, nesse caso, eu não aceitaria, eu lutaria pelo direito a ocupar e a lutar pelos direitos.

Você considera, então, correto que os praticantes desses atos respondam legalmente por eles, ou seja, que lhes sejam impostas as sanções legais previstas para a prática desses atos? Você acha correto que os praticantes dos atos sejam punidos?

Acho que não, porque é o nosso direito lutar por aquilo que é nosso direito, então, se a gente tava ali, também foi porque uma série de direitos nos foram negados, né, então é um instrumento legítimo pra garantia do direito a ter aula, ter professor, a ter uma Casa do Estudante com um mínimo de infraestrutura ...

Vocês estavam apoiados juridicamente?

A gente tinha, que eu me lembro, uma turma do Direitos, estudantes do Direito, que contribuía juridicamente conosco, inclusive, um deles participou da comissão de negociação.

Você lembra de algum ato de violência dentro da ocupação, seja praticado pelos estudante ou de alguém contra eles?

Não. Não lembro.

Quanto à questão da publicidade, vocês fizeram questão de dar publicidade?

Exato. Teve toda uma estrutura pelas redes sociais, eu acho que as redes sociais cumpriram um papel fundamental de estar permanentemente divulgando as atividades que tavam acontecendo. Então tinha atividades públicas, abertas

Era importante pra vocês?

Foi fundamental. Pra chamar mais gente, pra divulgar e também foi fundamental pra ganhar legitimidade e pra mostrar uma visão diferente do que a visão que a mídia tradicional trouxe, que é a invasão, né, os jornais daqui de Santa Maria trouxeram como se a gente tivesse invadido, deprimindo o patrimônio público e esses instrumentos contribuíram pra fazer uma contraposição e mostrar que a gente tava lá apenas reivindicando as nossas pautas, os nossos direitos e que não tava tendo nenhum tipo de depredação, por exemplo, do patrimônio público.

Vocês tiveram apoio da comunidade?

Teve, teve apoio da comunidade, principalmente da comunidade acadêmica.

ANEXO 4:

Entrevista 4: Estudante C (Estudante do Curso de Graduação em Filosofia na época da ocupação)

Qual a tua idade?

Eu tô com 26.

Você era membro de alguma organização como o DA, DCE, UNE, ANEL ou algum partido no momento de ocorrência da ocupação da reitoria da UFSM de 2011?

Não, hoje, eu, inclusive, tô com pouco tempo pra militância, né, mas, na época, eu era membro do DAFIL, DA da Filosofia, e do movimento que é o Levante Popular da Juventude também.

De quais ocupações da reitoria da UFSM você participou?

A única que houve no meu tempo foi essa, né, uma ocupação de fato, de dias, com uma pauta longa. Teve outros momentos que não chegaram a ser ocupação, que a gente foi e ficou no saguão, que é diferente. Inclusive entra em outra categoria, né. Uma coisa é uma ocupação que a gente vai e fica dias de fato, como foi essa, e outra é a gente fazer um batuque. Então ocupação *stricto sensu* é essa.

Como se deu a sua participação, qual foi a sua contribuição na ocupação?

Na época, a gente tinha comissões, né, a gente fazia a divisão interna de trabalho. Eu participava na segurança, cuidando da porta, da entrada e saída, tudo isso e também eu participava como representante do DAFIL da coordenação, que a coordenação da ocupação, a coordenação política ou direção política, quem fazia era o conselho de Das, né, então, como representante do DA, eu participava dessa coordenação.

Quem participou da ocupação da reitoria: professores, estudantes, servidores, partidos políticos, DCE ...? De quem você lembra?

Foi fundamentalmente estudantes, ainda que os sindicatos de servidores e professores, né, a ASSUFSM e a SEDUFSM, e alguns servidores e professores parceiros tenham contribuído. Mas protagonista mesmo foi os estudantes com todas as suas instâncias, com a UNE, com os DAs, com o DCE, inclusive com alguns estudantes não necessariamente organizados, não

necessariamente participando dessas instâncias. E, do ponto de vista dos partidos, basicamente os partidos de esquerda, né, e movimentos estudantis de esquerda. Então, tinha facções ou correntes do PT, do PSOL, do PC do B, mais próximos ao Levante daquilo que a gente chama de consulta popular, que é uma espécie de organização política também, então, um leque amplo, mas, basicamente, do ponto de vista ideológico, da esquerda, né.

Quem você identifica como liderança nas ocupações, se houve alguma?

Nominalmente?

Pode ser. Mas pode ser algum grupo....

É que assim, eu acho que, tentando, assim, trazendo a lembrança, hoje, existia uma espécie de disputa pela liderança da ocupação, como todos os espaços políticos vão ter uma disputa pela liderança. Do ponto de vista político e organizativo, confrontava, digamos, um campo menos radical à esquerda, que tinha o PT, que tinha o Levante, um pouco mais moderado, e um campo mais radicalizado, né, que a gente também as vezes chamava de esquerdista, entendeu, o PSOL, que era algo como: ou a gente sai com o socialismo daqui da reitoria ou a gente não sai (risos). Agora, assim, nominalmente, dizer a liderança, ah... é difícil, porque, numa ocupação como essa, que durou 11 dias na época, né, as lideranças meio que vão fluando, né. Nos primeiros dias, alguém tá ocupando a liderança, aí ela meio que muda. O movimento estudantil de jovens tem essa característica peculiar, né, não é tão definido, estruturado como é, por exemplo, um sindicato, um partido.

Mas quem é que organizou, num primeiro momento, a ocupação?

A história daquela ocupação foi a seguinte. No dia 1º de setembro de 2011, isso eu lembro por data, teve uma assembleia de estudantes, uma assembleia geral de estudantes, e os DAs da Medicina e da Terapia Ocupacional, especialmente, tavam bastante mobilizados, assim, inclusive com vários estudantes que não necessariamente eram do DA, em torno de algumas pautas relativas ao Centro de Ciências da Saúde, o CCS, mais professores, melhorar a estrutura, enfim. Porque, por exemplo, Terapia Ocupacional era um curso do REUNI, né, era um curso novo do REUNI que se debatia com todas aquelas novidades e limitações pelo REUNI. E aí esses cursos meio que, inclusive meio que a contragosto do DCE, porque não tinha nada planejado ainda da ocupação, né, inclusive não foi o DCE que propôs a ocupação. Teve uma certa emoção no momento e, por conta de ver todos aqueles estudantes mobilizados, que era acima da média do que era pra uma assembleia na época, a assembleia

era sempre esvaziada e tinha bastante gente por causa da Terapia Ocupacional e da Medicina, todo mundo foi pro saguão da reitoria e aí lá o pessoal mais ligado ao PSOL e tal começou a insuflar aquele sentimento que tava colocado ali e tirou isso da ocupação: ah... vamos ocupar a reitoria. Mas só que assim, foi um ocupar, assim, sem nenhuma pretensão de ficar tantos dias ... bom, vamos ficar uma noite e vamos sair. E aí ocupou-se, né. E ... agora o que fazer? E aí, surpreendentemente, aquilo foi ganhando um corpo, assim, foi mais gente se somando. E eu lembro que, no outro dia de manhã, a gente fez uma reunião, trouxe estudantes da Casa do Estudante, dos demais DAs que não estavam, etc., pra trazer suas pautas, suas demandas, né, que a gente ia somar tudo aquilo pra o levante da ocupação. Em síntese, sei que no final da reunião tinha tido, tipo, 130 pautas. E aí eu lembro que inclusive eu foi um na época que disse o seguinte: olha... não existe um movimento político que tenha 130 pautas, né, todos são legítimos, todos têm sua razão de ser, só que aí a gente vai ter que conseguir, aqui, estabelecer uma hierarquia entre elas e dizer quais são as principais, porque, senão, se o nosso objetivo for construir 130 pautas a gente pode vir morar aqui na reitoria, porque a gente não vai conseguir isso. E aí se estabeleceu... E uma coisa curiosa, assim, é que eu acho que muito dessa ocupação ter durado, além de ter mobilização, que era importante, a gente ter uma estrutura, tinha fogão, tinha essas coisas, do ponto de vista político, eu acho que foi um certo medo de todos os lados de quem é organizado de ser o pelego e o que deu pra traz na história. Então, como todos os lados sabiam que, se dessem pra traz, depois iam ficar como os que tinham acabado com a ocupação, todo mundo, mesmo que não tendo muita ideia do que fazer, foi ficando, foi se mantendo e, no fim, deu certo. Só que depois, no final da ocupação, esses mesmos setores que tinham sido os que insuflaram pra ocupar, o PSOL e tal, o PSTU, o Outros Outubros Virão, não me lembro mais o nome dos outros coletivos, acabaram se retirando por conta de uma discordância que eles tinham sobre algumas coisas.

Quais eram os objetivos da ocupação da reitoria de 2011?

Olha... acho que, dependendo dos grupos, tinham vários, né. Cada DA, a Casa do Estudante, tinham seus objetivos próprios, né. Por exemplo, eu me lembro que pautas da Casa do Estudante à época tinha desde calçar as ruas que eram de terra, que, quando chovia, virava um barro tremendo, isso foi uma coisa que se concedeu, inclusive. Eu lembro que tinha pauta por e até a gente não achava exatamente uma pauta muito bonita até de gradear as portas, as janelas da Casa, porque tinha muito rouba na época, fazia um sentido, né. Enfim, cada um dos eu não teria aqui como elencar as 130 pautas, mas, se eu fosse falar em termos mais estruturais, o que que significava aquilo olhando hoje, o REUNI ele foi importante, inclusive

havia tido uma outra ocupação quatro anos antes, em 2007, em função disso, e ainda tinha um debate em 2011 sobre o que tinha sido 2007 e o REUNI era importante, foi importante, né, porque expandiu o acesso, expandiu a universidade. Só que tinha uma certa contradição, assim, porque ele propôs um aumento de vaga que não vinha acompanhado de um aumento de verbas. Então teve uma certa expansão às vezes um pouco precária, assim, né. Então tinha os cursos novos, mas não tinha estrutura, não tinha sala, não tinha laboratório, não tinha professores. E tudo que se reivindicava ali eu acho que tinha um sentido de ser reivindicar melhor estrutura e qualidade para o que tinha sido expandido, então tentar, digamos, reverter ou ir além dos limites do que tinha sido a expansão universitária naquele momento. Agora, do ponto de vista organizativo... Isso do ponto de vista do estudante, né. Porque do ponto de vista das organizações, o que era o objetivo? O objetivo é angariar mais militantes, é tu crescer, enfim, é tu conectar com a estratégia do movimento que tá ocupando a USP, que tá ocupando a UFRGS. Por isso que eu falo, assim, são diferentes dimensões e diferentes contextos de objetivos.

Mas no caso dos estudantes, sim, era a preocupação com o que estava

Com estrutura e qualidade. Que o REUNI, apesar de ter sido importante, deixava esse furo.

A ocupação da reitoria da UFSM de 2011 estava ligada a atividades nacionais maiores?

Tava. Só que essas atividades nacionais maiores elas, enfim, do ponto de vista de quem era organizado, tinha ali uma intencionalidade estratégica, né: ah... tem um movimento nacional, eu preciso.... Mas, tendo em vista que quem de fato deu base pra aquilo ali começar não necessariamente era gente organizada em movimentos políticos, que eram os DAs, eu diria que foi, ainda que tenha uma dimensão nacional, a intenção, na hora de ocupar, não foi exatamente esse, assim: vamos nos juntar ao movimento nacional. E foi, sabe, como é um rastilho de pólvora. Parece que em todos os lugares ... era o espírito do tempo, né, parece que, em todos os lugares, todos sentindo a necessidade de reivindicar isso.

A ocupação da reitoria da UFSM de 2011 foi resultado de alguma orientação de atividades recomendadas pela UNE?

Não. A UNE, inclusive, recebe alguma crítica, uma crítica bastante presente aí que a UNE há muito tempo a diretoria dela é hegemônica, né, pela UJS, pela juventude do PC do B, e a UJS sempre teve uma ..., especialmente durante os governos petistas, tinha uma postura

sempre muito subserviente, né, submissa, digamos, ao governo federal. Então a UNE sempre evitava qualquer ruído que pudesse trazer algum problema pros governos petistas.

A mesma pergunta eu faço agora em relação a ANEL.

Não lembro. E, se tivesse alguma orientação, não sei se isso seria tão significativo, porque a ANEL nunca foi uma coisa com tanta voz, assim né. Falou mais com alguns grupos sempre, mas não que fosse tão representativo quanto a UNE, que, apesar de seus problemas, sempre foi.

A ocupação da reitoria representava a única maneira de atingir os objetivos pretendidos? Vocês chegaram a tentar atingi-los de outra maneira?

Não sei se, é difícil dizer, né, se haveria outra ... outras sempre há, né, recorrer às reuniões, enfim. Mas que, para ser efetiva, pra exercer pressão, pra de fato conseguir o que a ocupação conseguiu, eu acho que não.

As pautas já havia sido solicitadas à reitoria antes da ocupação?

Sim. Algumas talvez eram novas da ocupação, mas boa parte das pautas, ou já eram reivindicação anterior do movimento, ou inclusive tinha algumas que já tavam meio que, digamos assim, quase que encaminhada pela reitoria, entende, e aí a ocupação foi só o empurrão pra prestar ... Exemplo, o calçamento das ruas. O calçamento das ruas não era uma coisa, assim, fora do programado, aquilo já meio que havia uma promessa, já havia verba, a ocupação foi que acelerou o processo.

No teu entendimento, quais elementos caracterizam a legitimidade da ocupação?

Eu acho que ela foi legítima porque ela era representativa, não foi uma ocupação apenas de grupos organizados, apenas do movimento estudantil. Acho que, nos 11 dias, gente de todos os Centros passou por lá, mais de milhar de pessoas passaram por lá em todos os dias e, em alguns momentos, tinha muita gente. Ela é legítima porque ela não recorreu à violência como método de ação política, ela foi tranquila, foi democrática, com respeito às divergências, à multiplicidades de opiniões. E foi legítima porque, ao fim e ao cabo, conquistou coisas que beneficiaram a maioria da categoria.

A convicção dos elementos dos elementos que legitimam a ocupação foi partilhada pelos demais? Todos os outros participantes consideravam legítima a ocupação?

Legítima sim, eles podiam ..., alguns grupos podiam discordar de alguma deliberação, mas não que achasse que não fosse legítima.

Em algum momento, a questão da legitimidade da ocupação foi discutida entre os participantes?

Não. O maior ponto de geração de divergência, se tu fez já algumas entrevistas sobre isso e isso deve ter aparecido, que foi aquilo que mais dividiu e saturou internamente a ocupação, foi uma estratégia, parece boba, mas a respeito da porta. Tinha determinados grupos que, entre os quais eu me incluí, que acharam que, em algum momento Porque, assim, a ocupação ela começou e a gente tava lá dentro mas a reitoria tava funcionando. Então era muito mais por espaço estar ali pressionando, mas tudo funcionava, tava aberta. Aí.... depois....na segunda-feira eu lembro a gente fechou a porta pra tentar fazer a reitoria parar de funcionar pra tentar abrir novas negociações e sair mais rapidamente de lá. E aí ficou dois três dias com a porta fechada, sem a reitoria funcionar, até que a gente fez mais uma assembleia e deliberou pra no outro dia abrir a porta, porque, enfim, né, porque a gente não é que nem “fechou o abacaxi ninguém mais entra”, um dia a gente pode mudar a tática, a tática não é estática, como a gente dizia, né. E aí, quando a gente deliberou por abrir, alguns grupos mais radicais acharam que aquilo era, sei lá, se vender, enfim, todo esse tipo de coisa de estudante, né, e ficaram revoltados, alguns saíram. Inclusive eu me lembro que, na época, o fogão era deles e levaram o fogão ... Mas assim, por parte de quem participou da ocupação, aí, talvez, qualificando a minha resposta anterior, eu não lembro disso na época, mas talvez alguns pensaram isso e, com certeza, de parte da reitoria, se falou isso, se considerou que a ocupação da reitoria teria perdido a legitimidade quando a gente fechou a porta. Então, se tu for perguntar pro reitor da época, na época era o Felipe, “Foi legítima aquela ocupação?”, ele provavelmente vai dizer “Sim, por isso, por aquilo, porém a fechada da porta ganhou tons de ilegitimidade”. Mas, do ponto de vista de quem tava ocupando, não necessariamente.

Na tua percepção, o fato de a ocupação não se caracterizar enquanto legal gerou algum tipo de receio entre os manifestantes?

Não, eu acho que no dia em que a gente fechou a porta, assim, que radicalizou um pouco, né, eu acho que teve algum receio, por parte de alguns, assim, principalmente quem tava lá meio

que na hora e tal. Mas não tem muito como medir isso, né, se gerou, as pessoas não iam falar, elas saíram, né (risos).

E em ti, gerou algum receio?

Não, eu tava muito emocionado, pra mim tudo aquilo era lindo e maravilhoso (risos).

Alguns manifestantes do grupo chegaram a desistir por medo ou receio de serem punidos?

Que eu saiba não, mas é possível que sim. Mas eu não tenho esse relato.

Em documento, os estudantes solicitam garantias para não serem punidos, essa solicitação foi atendida?

Foi. É, a gente tinha uma preocupação com, tanto em não ser punido criminalmente, etc., e também, inclusive, em não ser punido com coisas menores, como, por exemplo, com as faltas, né, a gente tinha uma preocupação toda com, “bom, o que a gente faz pra não perder o semestre?”.

E os manifestantes alguma punição?

Não

Houve alguma perseguição posteriormente?

Que eu saiba, não.

Houve algum episódio que foi marcante para você?

Teve alguns. Teve um dia que a gente fez toda uma mobilização passando em salas, pra comprar comida, pra comprar as coisas pra estrutura da ocupação e que a gente conseguiu muito dinheiro, muito, muito, muito, porque, de fato, tinha apoio, né. Eu me lembro de gente em sala de aula dando R\$10 R\$10, na época, nem era o que é R\$ 10 hoje, era um pouco mais de dinheiro, né. Lembro que teve um momento marcante quando a gente reuniu um monte de gente pra dar um abraço na reitoria e olha que é muita gente pra conseguir fechar o cerco. Eu lembro que teve um momento bastante forte também quando na assembleia da madrugada, em que a gente deliberou que, no outro dia, abriria as portas, pra mudar de estratégia Foi um momento bem marcante pela tensão, né. Ali foi quando a ocupação tava

quase explodindo internamente. Eu lembro que a assembleia começou as onze e a gente saiu tipo cinco horas da manhã, assim, né, da assembleia.

Essa era a pergunta que eu ia te fazer, se tu tinha identificado algum momento tenso na ocupação.

Acho que esse foi o principal.

Como você analisa a negociação com a reitoria?

Eu não participava da comissão de negociação, né, eu acho que tem outras pessoas que fizeram essa negociação direta, que foram até o gabinete do reitor, que teriam mais elementos. Mas eu lembro que, no dia que a gente fechou a porta, toda a estratégia era essa, era ... Na assembleia do dia anterior, um ponto de divergência foi ... Bom, a gente vai ter a primeira reunião, rodada de negociação coma reitoria e a dúvida era: nós fechamos a porta e vamos ocupar e vamos negociar? Bom, mas, talvez, isso dê mais força pra nós mas, talvez, também acabe a negociação, eles não vão querer negociar. Ou a gente negocia e, se não der certo, a gente fecha a porta. Daí eu lembro que, na época, inclusive eu um que propus pra tentar sintetizar e dar alguma amálgama, uma unidade ali: e que tal se a gente fechar quando a gente entrar pra negociar? Ou seja, então a gente entrar na sala, ali embaixo liga e a gente fecha. Então não teria mais como eles nos tocar, a gente já ia estar a sala e a gente vai conversar assim. E foi isso que a gente fez na época, né. A gente começou a negociar com a porta fechada. Qual que era a pergunta mesmo?

Como você analisa a negociação com a reitoria?

A negociação, assim, acho que teve umas três ou quatro reuniões, teve alguns momentos que eles chegaram a dar alguma resposta a várias reivindicações e a gente considerou aquilo insuficiente e voltou a negociar pra conseguir avançar. Na época, se tu vai perguntar se, naqueles dias, eu ia dizer: a reitoria foi um horror, foi um absurdo. Mas, hoje, um pouco mais maduro, assim, eu acho que eles foram democráticos, acho que foram tranquilos, não desrespeitaram, enfim. É que eu acho que também, hoje, com tudo isso que a gente têm vivido no país, a gente olha pra tudo aquilo e pensa: nossa, a gente reclamava num momento bom, né. (risos)

Os objetivos pretendidos com a ocupação de 2011 foram atingidos totalmente?

Totalmente não, mas nenhuma ocupação, acho que nenhum movimento político alcance totalmente seus objetivos. Mas acho que, parcialmente, boa parte deles sim.

Quais foram as conquistas, tu lembra?

Foram várias. Eu lembro que coisas bem práticas, pequenas, as vezes que nem demandavam dinheiro, mas que até hoje tão aí na universidade; acelerar várias coisas que tavam paradas pra Casa do Estudante, como eu já falei das ruas, das portas e janelas com as grades. Até hoje a biblioteca funciona até que horas?

Nove

Nove? Na época, funcionava até mais cedo, se não me engano. Ou não? Mas eu lembro que, na época a gente tinha conseguido aumentar o horário de funcionamento. Comida do RU, ter também pra vegetariano, isso era um tipo de pauta que existia, né, e que até hoje tem. Então tem algumas coisas que não necessariamente era a mudança do Brasil, né, coisas pequenas, mas que pra quem vivia a universidade diariamente fez diferença. Eu lembro que outra coisa que a gente conquistou ali, e isso sim é bastante peso, foi vários e vários avanços pra fazer o outro RU, né. Na época, não tinha o outro RU. Aquela ocupação é quem deu o pontapé pra isso ocorrer. Então tem várias coisas bem concretas, assim, que aquilo ali foi significativo.

Pensando nos resultados, você acha que a ação foi válida?

Acho que sim.

Quando da sua participação da ocupação da reitoria em 2011, você estaria disposto a responder legalmente ilícitos praticado durante a manifestação, ou seja, você estaria disposto a aceitar a imposição das sanções legais cabíveis?

Não. Não, porque eu acho que a gente não O que que a gente praticou de ilícito?

A ocupação em si?

A ocupação ela é legal, né. O que é ilegal é invasão. Invasão é se um cara desconhecido entrar aqui em casa e roubar minha TV isso é uma invasão. Ocupação é um ato político juridicamente reconhecido como legal. Por isso é que, quando tem uma ocupação, ninguém vai preso, porque? Porque a ocupação foi reconhecida, inclusive pelo STF, por isso tem uma.... Como é que se chama do direito? Uma jurisprudência que vale pra todos os outros casos que ocupar nada mais é do que entrar transitoriamente, ou seja, não é pra sempre, não é pegar pra si, um lugar, público ou privado, nesse caso público, para reivindicar alguma pauta

política, de ampliação de participação, de aumento de direitos, portanto, não é um crime, né, não é um ato ilegal, é uma atividade política, é um direito.

Você considera correto que os participantes desses atos respondam legalmente por esses atos? Eu acho que tu já respondeu.

Acho que é uma consequência, né.

ANEXO 5:

Entrevista 5: estudante D (Estudante do Curso de Graduação em Educação Física na época da ocupação)

Tu era membro de alguma organização, como DA, DCE, UNE, ANEL, partido político no momento da ocupação de 2011?

Sim, eu fazia parte do Diretório Acadêmico da Educação Física, eu era do coletivo “Barricadas abrem caminhos” e, depois mais tarde, teve rachas, enfim, virou “Rompendo amarras”, etc., mas na época era “Barricadas abrem caminhos” e eu era mais ou menos recém filiado ao PSOL, com pouco tempo de filiação ao PSOL e sou até hoje.

De quais ocupações da reitoria da UFSM você participou?

Ah... eu acho que a mais importante foi a de 2011. Teve outras menores, mas eu não lembro a data. Eu sou muito ruim de memória, assim, mas foi 2011.

Como se deu a tua participação, qual foi a tua contribuição nessa ocupação?

Olha, a gente, o nosso grupo, Barricadas, como o movimento estudantil da época fazia muita luta contrária à reforma universitária dos governos PT, a gente começou a sentir os impactos, principalmente do REUNI na universidade e começou a fazer um mapeamento dos cursos. Antes da ocupação a gente fez um mapeamento dos cursos, dos descontentamentos, pelo que os estudantes estavam lutando. A gente viu, por exemplo, que a Terapia Ocupacional não tinha prédio, não tinha professor, não tinha sala... E, no mês antes da assembleia que ocasionou a ocupação, a gente foi de assembleia em assembleia fazendo esse levantamento, conversando com os estudantes, tentando pegar essas lutas específicas e articular com algo maior. Então a gente fez esse trabalho. A gente não era do DCE na época. A gente fazia oposição de esquerda ao DCE, que, então, era composto por grupos políticos do PT e de outras organizações. E a gente fez esse mapeamento, foi fazendo debate com os estudantes pra fazer com que eles compreendessem que não era só no curso deles que estava acontecendo aquilo, mas em toda universidade e que a gente precisaria lutar juntos. E aí, depois, teve a assembleia geral, que ocasionou a ocupação. Eu fiz o discurso falando pros estudantes saírem do Hall do RU e irem pra Reitoria. E aí a gente foi. E, inclusive, eu fiz o discurso decretando que a reitoria estava fechada, que a gente ia trancar as portas. E a minha contribuição foi mais de ficar juntos aos estudantes, ali, à frente, ajudando a organização, etc., tanto que eu nem

compus o comando da ocupação, de negociações, né, eu fiquei mais à frente, ajudando as organizações das divisões de tarefas, né, muitas vezes fazendo atividades pra agitar a galera, pra manter a ocupação viva.

Na ocasião, quem participou da ocupação da reitoria: professores, estudantes, servidores técnico-administrativos, partidos, DCE? Quem é que participou?

Foi uma ocupação estudantil, né, principalmente. Claro que a gente teve apoio de funcionários, técnico-administrativos, professores, a gente teve apoio, mas era uma ocupação estudantil. Claro que tinha estudantes lá que faziam parte de grupos políticos, de partidos, etc., mas sempre respeitando a autonomia do movimento. E também foram estudantes de vários cursos, mas cabe salientar que a força motriz dessa ocupação, principalmente, foi movida pelos estudantes da Medicina, que foram em sua grande maioria.

Quem você identifica como liderança nas ocupações, se houve alguma?

Teve dois momentos na ocupação. Porque, como eu falei, o grupo político que eu fazia parte ele era oposição de esquerda ao DCE na época. O DCE também compôs a ocupação, porque foi de arrasto, que eles não queriam ocupar e tiveram que ir pra não se queimar, tanto que eles não queriam fechar a porta da reitoria. A gente até fazia debate: tá, então a gente veio aqui acampar, a gente não veio aqui ocupar... E a força motriz foram os estudantes de Medicina. E aí teve dois momentos. O momento que estava mais radicalizada, que foram, se não me engano, uns 8 dias mais ou menos, em que a porta ficava fechada e que daí a oposição de esquerda estava dirigindo. A oposição de esquerda é nós, o pessoal do grupo lá da Educação Física, outros grupos políticos de oposição de esquerda ao DCE, o PCB, etc., que estavam dirigindo esse processo, principalmente nós do Barricadas. E aí o segundo momento, que a gente chamou de golpe, né, o pessoal do Levante e do próprio DCE aproveitou o momento que tinha menos estudantes de Medicina e fizeram uma assembleia pedindo pra abrir a porta da reitoria. E aí se abriu a porta da reitoria e começou a dar uma enfraquecida no movimento, os estudantes de Medicina se sentiram traídos, começaram a não ir mais na ocupação, enfim.

Quais eram os objetivos da ocupação da reitoria da UFSM em 2011?

Principalmente, como eu falei, né, a questão da contrarreforma universitária do governo Lula/Dilma/PT, mas 2011 eu acho que a Dilma não estava ainda, mas era principalmente por causa das precariedades que estavam acontecendo por causa dessa reforma.

Do REUNI, né?

Sim. A falta de professores, falta de bolsa, falta de sala de aula, falta de prédio, superlotação de sala de aula, várias coisa, né. Os estudantes de Medicina também, né, que foi um dos cursos fortes na ocupação, tinha a questão de faltas de professores, faltas de professores no sentido de faltarem, né, não orientarem. Até eles fizeram uma greve lá no HUSM um pouco antes da ocupação de 500 estudantes, assim, foi bem forte. A galera da T. O. não tinha prédio... enfim, eram várias pautas específicas que se davam em decorrência dessa contrarreforma universitária.

A ocupação da UFSM estava ligada a atividades nacionais maiores?

Sim! Naquela época, 2011, foi uma época de luta muito grande. Teve ocupação em outros lugares também e com pautas muito parecidas com as nossas, pra ver como era um projeto nacional mesmo, né.

A ocupação da reitoria da UFSM em 2011 foi resultado de orientação de atividades recomendadas pela UNE?

Não que eu lembre. Até eu lembro assim que a UNE, em alguns lugares do Brasil, até boicotou algumas ocupações, porque, como atacava diretamente os interesses do governo federal e eles eram muito ligados ao governo federal, a UNE, em alguns lugares, eles boicotaram, assim.

E a mesma pergunta vai para a ANEL, ou seja, se a ocupação da reitoria da UFSM em 2011 foi resultado de orientação de atividades recomendadas pela ANEL?

Também não, a nossa não foi. Contudo, a ANEL apoiou, né.

Pra você, a ocupação da reitoria da UFSM em 2011 representa a única maneira de atingir os objetivos pretendidos na ocupação?

No momento, era. Tanto que, mesmo depois de enfraquecida, a gente conseguiu a gente poderia ter conseguido muito mais, mas, mesmo depois de ela ter sido enfraquecida pelo golpe do DCE e do Levante da Juventude, a gente conseguiu coisas importantes, como construção de RU, mais bolsas, etc. E eu vejo que, naquela conjuntura, não tinha outra forma, porque os estudantes estavam muito mobilizados pra radicalizar.

E já haviam solicitado junto à reitoria?

Já tinham iii.... O pessoal da T. O., por exemplo, da Terapia Ocupacional, já vinha tentando dialogar com a reitoria, com tudo, há muito tempo. E até cabe salientar que teve um dia que a gente tava, numa noite anterior, o DCE e o Levante tentando abrir a porta e a gente conseguia passar na assembleia que não ia abrir a porta. No outro dia, chegou o Dalvan, que era o vice-reitor, olhou pro então presidente do DCE e falou: pô, cara, a gente não tinha combinado que ia estar aberta a porta... rsrs. Então se tinha essa os caras tavam negociando com o vice por fora do movimento. Então era muito claro, assim, que eles tavam ..., que foi um golpe pra abrir aquelas portas, né. Então, eu queria só salientar isso também.

Poderia se pensar em outras maneiras de atingir os objetivos pretendidos? Eu acho que a tua resposta anterior já responde esta pergunta.

É...mas, ao mesmo tempo, sim. Acho que até o Trotsky falava, não existe um caminho certo, né, pras coisas, existem vários caminhos. Agora, qual era o mais certo, a meu ver a gente fez o que tinha que ser feito. Poderia ter outros? Sim. Mas não sei quais, porque a gente não vivenciou, né.

No teu entendimento, quais elementos caracterizaram a legitimidade da ocupação?

Nossa, como eu te falei, foi um dos processos mais legítimos que eu vi, pelo menos, em todos os anos em que eu militei no movimento estudantil na UFSM (eu militei de 2007 a 2012, 2013, eu me formei em 2013), porque foram várias assembleias de cursos, foi um movimento muito rico, de muito debate, realmente foi na base mesmo, aquele movimento de base que a gente tanto defende, de ir na base. E a gente acabou auxiliando também, né, a gente não é o farol, né, que chegou... não, a gente viu lá, tinha se mobilizando, a gente ia lá, ajudava, tinha outro curso de mobilizando, a gente ia lá, ajudava. E foi um debate muito rico que se teve. Foi um processo de lutas e de debates muito bons. E a gente teve uma assembleia geral que lotou o *hall* do RU. E a gente foi com muitos cursos, como eu falei. Até, por exemplo, de novo, o curso de Medicina. O curso de Medicina é um curso muito difícil de se mobilizar pra lutas sociais. Os caras fizeram uma greve de 500 estudantes no HUSM, eles pararam o HUSM! E tinha muita gente, a gente ocupava quase três andares da reitoria com gente dormindo, sabe, e lotado, pertinho um do outro. Na realidade, foi um movimento muito lindo, assim, que realmente os estudantes pegaram as rédeas da UFSM, se não me engano, foram 12 dias de ocupação, a ocupação mais longa da história da UFSM, tem mais esse fator ainda. Então, a legitimidade se deu porque não foi só no processo da ocupação, foi um processo de debate

anterior, que não foi um grupo político dizendo que tinha que ocupar. Os estudantes é que queriam ocupar.

A convicção dos elementos que legitimam a ocupação foi partilhada pelos demais participantes?

Com certeza! Nossa!! Cara, era um sentimento que parecia que a gente tava com, que cada um tinha um cabo USB, assim, parecia que a gente ia se passando isso. Então, sim, foi muito bom. Mas, como eu te falei, teve dois momentos na ocupação, um primeiro momento e, depois, esse golpe que a gente teve. E, depois do golpe, os sentimentos se dividiram, porque, como eu te falei, a força motriz, o curso que tinha mais gente lá, dormindo lá, que era Medicina, se sentiu traído, já diminuiu o número de pessoas que, Outro curso que tinha muita gente era o de Terapia Ocupacional. Também... né. Então se dividiu e enfraqueceu um pouco, assim, depois. Mas, no primeiro momento..... nossa! Era lindo!

Em algum momento a questão da legitimidade da ocupação foi discutida entre os participantes?

Acho que mais no sentido do lance da porta da reitoria, a questão daquele debate de signos e simbologias, né, a porta fechada ou não, aquilo sim que eu acho que foi um debate que se ocasionou mais por interesses políticos. Se a gente analisar que o DCE tinha grupos políticos governistas, né, que se consideram de esquerda, mas que eram governistas e que não queriam se queimar, até porque no outro ano tinha eleição à prefeitura, enfim. Até eu fui candidato a vice-prefeito nas eleições de 2012. Só que também eu não tinha objetivo nenhum, eu nem imaginava que eu ia ser candidato no outro ano. Tudo aconteceu em decorrência dos movimentos, né. E ... tinha muito interesse. Então a porta sim foi um debate internamente sobre se iria ser legítimo, se a gente tinha que ter apoio da comunidade, se a gente tinha que conseguir dialogar com o reitor ou não. Só que ficou muito claro, assim, no momento que abriu as portas, o vice-reitor foi lá, já parecia, ficou claro que tinha uma pré-negociação feita por traz, ele deu as coisas que já tinha acordado e acabou. A gente prendeu um pouco o pé pra tentar conseguir um pouco mais de coisa ainda depois que abriu a porta.

Foram quantos dias de ocupação?

Se eu não me engano, foram 8 dias de porta fechada e 4 de porta aberta. Acho que foi algo assim. Que eu lembro que a gente dirigiu mais ou menos Depois que abriu a porta, enfraqueceu e até a oposição de esquerda, composta por Barricadas, PCB não me lembro

se tinha gente do PSTU na época, galeras autônomas, mas que era organizada, tipo o pessoal da Educação Física, esse oposição de esquerda tava dirigindo. Depois que abriu as portas isso enfraqueceu porque a base desse movimento se sentiu traída, a força motriz, como eu coloquei, e começou a não participar tão ativamente. E enfraqueceu essa direção e se abriu outra, fortaleceu outra. Daí a linha da outra ..., desse outro grupo governista que compunha o DCE, etc.

Na tua percepção, o fato da ocupação não se caracterizar enquanto legal gerou algum tipo de receio entre os manifestantes?

Muito! Muito! Inclusive o debate de abrir ou fechar a porta, o DCE usava desse discurso de medo pra convencer as pessoas que tinha que abrir a porta. Ah... porque eles podem pedir uma ordem de despacho, desocupação ... não lembro agora o nome. Eles usavam. O presidente do DCE falava muito disso e a galera ficava com medo. Mas a gente ia pro debate também, pro debate legal, a gente falava que nós tínhamos o direito constitucional de manifestação, mesmo fechando a porta de um prédio público, etc., e que negociações iam ser feitas, mas que, muitas vezes, o enfrentamento ia ser necessário. Se viesse polícia, se viesse alguma coisa, a gente colocava que, muitas vezes, o enfrentamento ia ser necessário. Só que eles usavam desse discurso não político mas um discurso de medo pra tentar justificar que tinha que abrir a porta. Sim! Teve receio! Mas os estudantes foram muito resistentes, foram muito corajosos.

E você teve algum receio nesse sentido?

Não, não! Eu já era acostumado em meter pé na porta, já tinha ocupado, em 2007, a gente já tinha participado de ocupação da FATEC e da FUNDAE com polícia na nossa cara, já participei de ocupação do INCRA junto com o MST, enfim. Não era do INCRA. Era em Porto Alegre. Eu não me lembro se era do INCRA ou o Ministério da Fazenda, mas acho que era o INCRA. Mas, enfim, a gente já participou de muita coisa, de muita ocupação, então eu já tava calejado.

Algum manifestante chegou a desistir por receio de serem punidos?

Eu não lembro, mas eu acho que sim, eu acho que sim.

Em documento, os estudantes solicitavam garantias para não serem punidos. Essa solicitação foi atendida?

Sim

Os manifestantes receberam alguma punição?

Não, quer dizer, eu não posso falar por todos. Eu não recebi nenhuma. Alguns companheiros meus também não receberam nenhuma. Agora, se alguns sofreram perseguição política depois eu não sei dizer. Mas claro que, no nosso curso, eu tive casos de professores ... mas é que era em relação a lutas específicas do curso, perseguição política lá na Educação Física em relação a..... mas não com relação à ocupação.

Existe algum episódio que foi marcante pra você?

Ah... a ocupação como um todo foi marcante. Eu acho que os debates do abrir e fechar a porta ... (risos) ... foi muito marcante. Tu vê, né, com tanto coisa pra se preocupar a gente tinha que se preocupar se ia fechar aquela porta ou não. É que era muito importante pra nós caracterizar um movimento realmente de combate, porque a gente já tinha tentado dialogar, mas os caras não dialogaram. Então ali era o momento de fechar a porta e não deixar o centro administrativo funcionar pra pressionar que eles atendessem as nossas pautas. Isso é uma ocupação! E realmente funcionou, porque foi o que fez nos escutarem e fez os caras ficarem com medo, tentar fazer intriguinha e articulações com o DCE por fora pra atender nossas pautas. E a gente acabou conseguindo algumas pautas. Outro momento marcante foram os discursos, né, pra mim, individualmente, meu discurso na assembleia inflamando, né, um discurso inflamando: Vamos lá! Vamos ocupar! A gente ir largando o microfone e todo mundo Que eu falei: vamos terminar essa assembleia lá na reitoria. E a gente foi. E a gente deliberou que ia ocupar lá na reitoria. E aí eu fiz o discurso que: ah.... agora tá oficialmente. Tem até vídeo no *youtube*. Aquilo pra mim foi muito marcante. E outra coisa marcante que, mais uma vez, foi de simbolismo foi quando a gente falou que ia ocupar, eu e mais outro, depois desse discurso, e que pra mim isso sim representou a ocupação de início, assim, foi quando a gente foi no DA e buscou nosso fogão e entramos com o fogão nas costas no *hall* da reitoria e largamos o fogão e todo mundo: eeeeeeee! O fogão acho que foi algo muito legal. E, por último, e acho que o mais marcante de todos foi a consciência que os estudantes tiveram de luta, porque eles viram o poder que eles tem e o quanto eles foram sujeitos do processo, inclusive da sua formação e da formação dos que estavam por vir, pra conseguir salas melhores, pra conseguir... Pô, a galera da Medicina tava tendo aula num lugar tri pequeno, que era um banheiro reformado pra ter aula. Pô, os estudantes da T. O. muitas vezes não tinham classe pra sentar, não tinham sala pra ter aula, não tinham professor. Gente das

Relações Internacionais ... não, acho que Relações Internacionais não tinha na época. É que eu lembro que tinha um debate que Relações Internacionais tinha 2 ou 3 professores só contratados pra tocar um curso inteiro. Então foi essa consciência de luta que os estudantes desenvolveram que foi marcante também.

Você identifica algum momento tenso na ocupação?

Sim, a questão de abrir a porta ou não e as ameaças de reintegração de posse. Acho que esses foram os dois momentos mais tensos e o quanto a gente conseguiu segurar a ocupação em 8 dias pra depois ela viram um acampamento, né, porque em 4 dias elas virou um acampamento, de porta aberta, todo mundo entrando pra trabalhar, nós dormindo lá. Acho que foram esses os momentos mais tensos, assim, porque, antes, a gente até churrasco fez lá, viu jogo da Copa do Brasil, Palmeiras sendo campeão, enfim.

Como você analisa a negociação com a reitoria?

Como eu te falei, teve duas negociações, uma oficial e uma extraoficial. Extraoficial nada! Uma nada oficial, que foi articulada pelo DCE por fora. Parece teoria da conspiração, mas ficou muito claro quando o vice-reitor chegou lá: ué... a gente não tinha combinado que a porta ia estar aberta. E não foi feito esse debate de combinar que a porta ia estar aberta, não foi feito na frente do comando da ocupação, que foi eleito lá em assembleia. Foi o DCE articulando por fora com o vice-reitor. Então teve duas né, uma não legítima e uma legítima, que foi essa comissão eleita pelos estudantes em assembleia, etc.

Estava correndo tudo naturalmente quando negociavam com a reitoria (me refiro à negociação oficial)?

É..., no início, os caras não queriam arrear o pé. Quando eles viram que o troço era grande, aí começaram a... Mas essa gestão da reitoria era uma gestão que não tinha muito diálogo, a gestão Felipe Miller e Dalvan era horrível. Era horrível... não tô falando no todo, não vou generalizar, tudo tem pontos positivos e negativos, mas, em termos de diálogo, não tinha. O Miller, muitas vezes, era autoritário mesmo, assim, e já era. Então a gente teve que pressionar, nós ser autoritários com ele pra conseguir algum diálogo.

Os objetivos pretendidos com a ocupação em 2011 foram atingidos totalmente?

Totalmente não. Como eu falei, poderia ter conseguido muito mais se a gente tivesse continuado, né, indo à raiz da coisa, sendo radical mesmo, e não fazendo acordão com a reitoria pra atender os interesses de governistas.

Quais foram as conquistas?

Ah...foram muitas, né. Mesmo não conseguindo todas e as principais, foram muitas. Teve RU, Casa de Estudante, bolsa, teve inúmeras conquistas, que foram importantes pros estudantes e que, hoje, como professor, eu me orgulho de dizer pros meus alunos que eles vão entrar na UFSM e vão ter aquilo graças à luta que a gente fez.

Pensando nos resultados, você acha que a ação foi válida?

Nossa! Foi muito válida! Eu cheguei a me arrepiar aqui me lembrando do quão importante foi esse movimento que a gente fez, do quão histórico foi, do quão importante foi pra fazer o enfrentamento que não vinha sendo feito, que, dentro da própria esquerda, vinha sendo barrado por interesse governista pra não se avançar a luta. E eu acho que, além das pautas, o principal de tudo foi o nível de consciência de luta que os estudantes tiveram.

Talvez estas próximas perguntas já tenham sido respondidas por ti, mas mesmo assim vou fazer.

Quando da sua participação na ocupação da reitoria em 2011, estaria disposto a responder legalmente pelos atos ilícitos praticados durante a manifestação, ou seja, você estaria disposto a aceitar a imposição das sanções legais cabíveis?

É o ditado, quem tá na chuva é pra se molhar, né. (risos) A gente já tava preparado pra tudo, mas a gente que a grande probabilidade era de não ter, porque o movimento tava muito forte e, se eles tomassem qualquer decisão de castigo, né, pra gente, sei lá, esqueci o nome agora, mas acho que entendeu o que eu quis dizer. Se eles tomassem qualquer medida de perseguição, de qualquer coisa, eles sabiam que a reitoria ia ser ocupada de novo.

Você considera correto os participantes desses atos responderem legalmente por esses atos, ou seja, que lhes sejam impostas as sanções legais previstas para a prática desses atos?

É que depende, né... Se a gente não ... É que é um debate muito profundo, porque a gente vai entrar naquela questão quase de Rousseau, dos contratualistas, né, do Estado, da importância das leis pra ordem social, pra isso, pra aquilo. Eu acho que é um debate muito profundo. Mas,

dependendo da ... porque a gente sabe que o Estado não atende os interesses da classe trabalhadora, o Estado só atende os interesses trabalhadora quando é pressionado, como, por exemplo, a ocupação da reitoria. E as leis não são feitas pensando no trabalhador, são feitas pensando numa ordem que mantém quem tá no poder no poder. Então as leis, em sua grande maioria, não nos servem. Então tem coisas que eu acho que legalmente, pela moral social seria certo a gente sofrer sanções, pela legislação, né, enfim. Mas, pelo viés prático da coisa, muitas vezes as leis não se legitimam. Então eu acharia errado.

Acharia errado, então? Depende?

É.... eu tô ... é que assim né, a gente vive numa sociedade de classes, a gente sabe que há uma luta de classes que se acirra e que o trabalhador, muitas vezes, se ferra por causa das leis, né. Eu vou dar um exemplo, agora, com as reformas do Temer, né, e o quanto a gente sente, né. Mas... e eu agora como trabalhador, como professor do estado, sinto muito isso, né. Mas, ao mesmo tempo, a gente vive num sistema do capital e que, se agora não tem uma mínima ordem, a gente poderia viver numa barbárie pela desigualdade social que a gente vive. Agora, se a gente vivesse num outro sistema de produção, onde não tivesse desigualdades sociais, aí é outros quinhentos. Então por isso que eu fico nesse meio termo aí (risos).

Vocês tiveram apoio jurídico?

Sim. Tinha estudantes de Direito lá que tinham contato, a própria SEDUFMSM nos deu total apoio. Isso aí a gente já tá calejado, tá calejado...

Houve episódios de violência?

Não lembro... Talvez verbal entre a gente nos debates mais acalorados que a gente tinha.

Era importante pra vocês a publicidade do que estava ali sendo realizado?

Nossa! Na hora, a gente, o meu grupo político principalmente, tinha muitos estudantes da comunicação social. Então, na hora, a galera já pegou página de face, nem sei se existia página de face na época, mas e facebook, twiter e pá e a gente tudo divulgava. E a gente teve um apoio muito grande e eu acho que parte, um dos fatores foi isso, foi essa publicidade que a gente conseguiu construir.

Era isso mesmo que eu ia perguntar, pra que a publicidade era importante?

Pra, primeiro, conscientizar sobre as pautas da ocupação, conseguir mais estudantes, mais apoio de estudantes e da sociedade como um todo, porque a ocupação da reitoria, apesar de ser uma ocupação estudantil, era uma luta ...porque os estudantes uma hora iriam se formar, não iam mais estar ali, eu não tô mais ali, um monte de gente não tá mais ali. Só que as futuras gerações vão estar ali. E era a luta pela manutenção daquilo ali. Então era uma luta da sociedade como um todo e a gente queria conscientizar a sociedade. Tanto que teve várias pessoas indo lá, muita gente levou comida pra nós. Nossa...nos deram um apoio muito grande.

Muito obrigada!

ANEXO 6:

Entrevista 6: Estudante E (Estudante do Curso de Graduação em Enfermagem na época da ocupação)

Tu é membro de alguma organização, ou foi no momento da ocupação de 2011, do DA, DCE, UNE, ANEL ou algum partido político?

Eu tava na articulação de esquerda, né, uma corrente interna do PT, no movimento estudantil da esquerda do PT, né, no movimento estudantil eu era da ... nossa tese era reconquistar a UNE e eu participava da gestão do DCE durante a ocupação.... E do DA da Enfermagem, eu não lembro se no tempo específico eu era, mas eu participei do DA da Enfermagem e do DCE.

De quais ocupações da reitoria da UFSM você participou?

Participei ... teve algumas ocupações, alguns atos, assim, que a gente fez, que foram mais rápidos, por exemplo, acho que foi 2009, que foi a ocupação do CEPE contra a mudança no vestibular, né, teve essa de 2011, teve mais alguma... não me recordo bem a data, foi em 2012, uma mais curta de uns dois dias, teve uma ou duas ocupações, como hoje eu sou técnico-administrativo da universidade, né, teve ocupação como técnico-administrativo aqui que eu fiz um movimento de greve lá e eu participei, como estudante de história, da ocupação de 2016, a ocupação contra a PEC 241, né, que foi esse último processo.

Como se deu a sua participação na ocupação da reitoria de 2011, qual foi a tua contribuição no momento?

Eu era coordenador geral do DCE, na época, e ...é, um dos coordenadores. E eu participei como membro do DCE, né, como representante da gestão, e participei da comissão de negociação também, né, com a reitoria.

Na ocasião, quem participou da ocupação da reitoria: professores, estudantes, servidores, partidos, DCE?

Majoritariamente, estudantes. Teve algum apoio, que eu me recordo, de docentes e técnico-administrativos, talvez por parte mais dos sindicatos, ajuda de estrutura, né, eu acho que alguma coisa de alimentação, de infraestrutura, de ajuda pra imprimir panfleto. Dentro dos estudantes, né, tinham diversos diretórios acadêmicos participando, diversos cursos, né, com pautas específicas, e tinha tanto estudantes da gestão do DCE quanto estudantes de oposição, né, os estudantes no geral, diversos grupos políticos, diversos cursos, diversos diretórios acadêmicos.

Quem você considera como liderança nas ocupações? Tinha alguma liderança? Se sim, quem tu identifica?

Eu acho assim que é bem amplo. Tanto que, como a participação e as decisões eram tomadas por assembleia e tal, tinha espaço pra todo mundo participar. Então eu acho que tinha várias pessoas de diversos coletivos, de diversos... pessoas que tavam dentro da gestão do DCE, pessoas que não estavam, acho que diversas pessoas se colocaram como dirigente, numa postura dirigente assim.

Quais eram os objetivos da ocupação da reitoria da UFSM em 2011?

O contexto que teve ali foi o seguinte. Era o momento das greves, né, que tavam tendo nas universidades. Então tava tendo um movimento de agitação muito grande nas universidades pelo Brasil e começou a ter ocupações em apoio às greves, né, tipo, começou, em vários lugares, pipocarem e com pautas um pouco variadas, né. Então, inicialmente, foi em apoio às greves. A discussão que a gente fez aqui, que a gente fez na gestão do DCE, foi que nós queríamos também fazer isso em apoio às greves e tal, só que tavam sendo ocupações muito rápidas e muito dispersas pelo Brasil. Então a gente tentou construir uma pauta local, né. Então a gente trouxe demandas que tinham represadas, nós *linkamos* com uma jornada de assistência estudantil, e daí nós trouxemos demandas é.... apoio à greve, apoio à luta nacional em defesa da educação e com uma pauta local bem ampla de demandas de assistência estudantil, de de assistência estudantil vai desde as condições de permanência,

melhorar a estrutura do RU, melhorar a estrutura da assistência estudantil, da Casa do Estudante, melhorar acesso a bolsas, discutir o caráter das bolsas na universidade, melhorar as relações entre estudantes e professores, né, alguns debates também que foram puxados e também várias pautas específicas que os cursos discutiam nas assembleias locais e traziam as pautas dos seus cursos. Algumas demandas a gente conseguia resolver direto com a reitoria, outras voltavam pra discutir no Centros e tal, né. Também pela qualidade na extensão, que alguns cursos tavam com algumas situações específicas mais precarizadas no processo de expansão da universidade, consolidação dos cursos, então também pra ajudar esses cursos.

Essa ocupação da reitoria da UFSM estava ligada a atividades nacionais maiores?

Inicialmente, como a resposta anterior, teve como pontapé inicial aquele movimento e a gente adaptou pra nossa realidade.

A ocupação da reitoria da foi resultado de orientação de atividades recomendadas pela UNE?

Não. A gente até tem uma postura meio crítica, assim, à UNE, à demora que ela tem pra se relacionar com as atuais gestões, assim, com o movimento estudantil de base mas foi mais isoladas, tanto que, a maior parte das ocupações, foram em universidade federais, onde a UNE tem um pouco menos de influência, né, ...as direções majoritárias da UNE. Depois, eu acho que teve um movimento de tentar se aproximar e algumas lideranças..., a UNE é proporcional, né, então tem vários grupos políticos, alguns outros grupos participaram, acompanharam, mas a UNE como a entidade inteira em si não. Até ela tentou, depois de um momento, ajudar a coordenar e organizar uma pauta única, mas foi bem difícil de conseguir construir isso, assim.

A mesma pergunta vale pra ANEL. Ela orientou a ocupação?

Apesar dos grupos que participam da ANEL ... e da UNE também, alguns grupos que participam tavam lá bem atuantes nas ocupações, a ANEL... eles aqui em Santa Maria eles não tinham uma expressão muito forte, né, que eles, principalmente, tinham relação com o PSTU.

Pra você, a ocupação da reitoria em 2011 representa a única maneira de atingir os objetivos pretendidos? Não tinha outras formas?

Então, eu acho que não necessariamente ... Eu acho que, em movimento social, tu depende tanto do... o método também tem que se adaptar ao ânimo da ..., ao sentimento que as pessoas têm no momento. Então, pra aquele momento era o mais adequado, mas não necessariamente que fosse a única. Mas também que demandas históricas que não se resolviam ... juntou, né, o momento adequado pra nós usar esse tipo de tática com demandas que não se resolviam, né.

Poderiam ser pensadas outras maneiras possíveis de atingir esses objetivos? Quais seriam?

Tem outras formas de mobilização que fossem mais dispersas e tal, só que aquela eu considero a mais adequada pra aquele momento, pra aquele estado de ânimo, pra aquele contexto.

Alguma dessas outras maneiras foi colocada em prática antes?

O movimento estudantil sempre veio com tentativas de ..., mas a diferença foi que ali nós fizemos um conjunto de pautas que não tinham andamento, né. Se cobrava de uma forma mais dispersa, vinha, reunia sobre uma pauta específica... Então eram pautas históricas que a universidade não dava resposta, né, então a gente usou desse método mais contundente, assim né, de cobrança, pra ser mais efetivo, né.

No seu entendimento, quais elementos caracterizam a legitimidade dessa ocupação?

Eu acho que a legitimidade vem quando tem algum direito que não é respeitado, né, que não é cumprido, né. Se tem direitos que precisam ser cumpridos e, de uma forma normal, não vêm sendo cumpridos, eu acho que dá legitimidade para ter uma postura mais incisiva para cobrar eles. Sobre a questão de legalidade ou não, isso também é uma questão que é uma margem ... o direito é uma margem, uma fronteira bem maleável, que mexe conforme a força política dos agente, né. Então, descumprir alguma norma, alguma lei específica pra garantir um direito, que seria uma ... um direito mais... o direito de permanecer na universidade, o direito ao ensino de qualidade estava acima do direito local de funcionamento normal da universidade, né. Então, um direito se sobrepõe ao outro, né, é mais legítimo, na minha opinião, assim.

A convicção dos elementos que legitimam a ocupação foi partilhada pelos demais participantes? Todos pensavam sobre essa questão da legitimidade da mesma maneira?

Acho que, dentro das pessoas que participavam, sim. É uma coisa também curiosa e legal, tanto foi pela forma de construção, que foi com as assembleias dos cursos, então o debate se espalhou pela universidade, já estava mais corrente quando chegou lá, e também pelas pautas serem muito do dia a dia dos estudantes e tal, então se considerar legítima as pautas, ela teve um grande.... tanto as pessoas que tavam lá dentro tinha um consenso sobre a legitimidade e, além disso, as pessoas ... e, com uma baita participação, né, foi uma das maiores participações que teve em ocupações até no Brasil na época, tava tendo ocupações meio esvaziadas, aqui tava 300 pessoas. E, no restante da universidade, teve uma aceitação bem grande, assim, sobre o método e tal.

Em algum momento, a questão da legitimidade da ocupação foi discutida entre os participantes?

Sim, mas aconteceu uma discussão.... a legitimidade em si da ocupação não, talvez o método. Mas o principal naquele momento foi ... as discordâncias eram de táticas, se fechar ou não era uma coisa ... Teve uma ocupação que era uma ocupação permanecer, na universidade, a reitoria funcionando no início da ocupação. No momento em que não avançou as negociações, foi fechado o acesso à reitoria.

O acesso seria a porta?

Isso, a porta da reitoria.

Depois teve um momento de ..., quando tava prestes a ter reintegração de posse e tal, que foi discutida a abertura, né, a abertura da porta e continuar a negociação. Mas sempre foi uma discordância, não sobre a legitimidade, era sobre a tática que ia fazer pra conseguir sair com vitória ou não.

Na sua percepção, o fato de a ocupação não se caracterizar enquanto legal, gerou algum tipo de receio entre os manifestantes ou em você?

Aham, gerou porque teve o seguinte. No início, logo, não. Mas, no momento em que não conseguimos avançar nas negociações e foi ficando mais tempo e tensionando mais, é ... Inclusive aqui foi uma das maiores, uma das mais longas do Brasil na época, né. Então, nesse tempo que ... em geral nos outros lugares era dois ou três dias, né. Então quando chegou começou a entrar em discussão a cobrança de reintegração de posse, né. A pergunta mesmo pode ...

Se, na tua percepção, o fato de a ocupação não se caracterizar enquanto legal, gerou algum tipo de receio ou medo entre os manifestantes ou em você?

Sim, ããã... um pouco, mas o medo em si não foi de que estar fazendo algo errado pudesse ser criminalizado pessoalmente, não foi isso. O principal receio foi da possibilidade de ter uma reintegração de posse e nós perdermos o processo sem conseguir ter vitórias. Então a questão de ser ilegal, o receio foi de que a gente perdesse a ocupação por reintegração de posse sem conseguir vitórias.

Existia essa possibilidade? Eles estavam cogitando essa possibilidade a reitoria?

Sim, eles estavam. O argumento principal deles é que eles não conseguiam acessar a reitoria pra atender as demandas, né, porque nós cobrávamos respostas imediatas, então precisava dos servidores, de tudo. Mas era uma argumento falso, né, mas era a forma de pressionar porque eles também tavam sendo pressionados pelos conservadores na universidade pra não deixar aquilo acontecer. Então teve o anúncio, em vários momentos, da reintegração de posse. Teve um principal que foi num que era... chegou um ponto que a negociação tava: ou vocês abrem a porta pra nós poder entrar ou vai ser encaminhado, no mesmo dia, tava prestes a vim, daí tava circulando na universidade já um micro-ônibus com a tropa de choque, já tava por dentro da universidade.

Já estavam?

Sim.

Nesse último dia antes da abertura da porta que teve uma discussão de se manter porta aberta ou fechada. E tava com anúncio do Ministério Público. Até não lembro se não chegou a ter vindo uma intimação com prazo. E daí a nossa ... a posição que teve que ser tomada é se manteria, com essa ameaça iminente de reintegração de posse, se manteria com a porta fechada ou abriria, né. E daí teve esse momento bem tenso, assim.

Alguns manifestantes ou grupos chegaram a desistir por receio de serem punidos?

Ãã... não. Bom, teve manifestantes que saíram, em grupos políticos, saíram de dentro, mas foi discordância com a tática, não sei se, em si, por medo da repressão, porque foi discordância sobre essa tática, a postura de tomar frente à iminência da reintegração de posse.

Em documento, os estudantes solicitam garantias para não serem punidos. Essa solicitação foi atendida?

Foi, eu considero que foi. Tipo, depois a gente teve um processo que... até foram formadas algumas pautas que não se conseguiram resolver tudo em tempo hábil nesses 13 dias, foram formadas comissões, né, pra continuar a negociação com a reitoria e com comissões paritárias, né, com estudantes, docentes e tais, né, e a gente conseguiu tocar e não teve diretamente nenhuma repressão.

Os manifestantes receberam alguma punição? Eu já tinha feito a pergunta eu acho.

Não. Só teve que cada um resolver a sua situação por causa das faltas tal, né. Acredito que só alguns casos mais isolados. Tipo, do movimento em si, da negociação em si não teve. Mas talvez alguns casos mais isolados tenha tido de falta de flexibilidade de professores, né, pra negociação em relação à situação acadêmica.

Houve alguma perseguição posteriormente que tu tenha ficado sabendo?

Não que eu fiquei sabendo.

Existe algum episódio que foi marcante pra você?

Sim, no geral foi bem marcante, assim. Eu acho que esse momento dessa questão iminência de reintegração de posse, quando foi as assembleias mais tensas, assim, que teve, de discussão qual era o rumo certo a tomar, tomar essa decisão, foi bem marcante por ser bem difícil a decisão e ser muito tenso, assim, entre os participantes e tal. E também no final, na vitória, que foi um processo que nós conseguimos encaminhar com... E também outro processo muito marcante também foi umas reuniões especificamente com a comissão de negociação, que foram muito tensas, assim, internamente, lá com as comissões da reitoria.

Acho que tu já me respondeu outra pergunta aqui, que era se tu identificou algum momento tenso na ocupação, que seria esse, eu acho.

Aham. E tanto da assembleia estudantil pra discutir a postura frente à reintegração de posse, como uma ou outra reunião com a comissão de negociação, que chegava a gerar bate-boca com os pró-reitores.

Como você analisa a negociação com a reitoria?

Eu acho que foi um processo interessante. A gente foi tirado um representante do DCE, um representante do *campus* de Frederico Westphalen e um de Diretórios Acadêmicos de Frederico Westphalen e Palmeira das Missões e uns 4 ou 5 Diretórios Acadêmicos daqui e,

daí, com alguns cursos que tinham pautas mais específicas, mais fortes e tal, foi formada uma representação, né. E, como eu avalio?

Se foi tranquila?

Foi tensa, teve vários momentos tensos, teve, acho que, talvez, dois momentos, assim tipo, que tinha alguns pró-reitores que eram muito...não levavam a discussão adiante, tentavam, pela postura de tentar mais tensionar do que tentar resolver as questões e, depois, deu uma discussão fortes, assim, depois melhorou um pouco as negociações. E teve, da parte de representação nossa foi legal, assim, conseguiu juntar uma forma ampla e trazer sempre as ... decisões pra assembleia, não tomava as decisões sozinha, assim, eu acho que foi positiva, assim. E deu pra amadurecer, assim, durante tanto dias, também, amadurecer de uma forma legal, assim, essa posição. E era legitimada pela base da ... era respeitada, assim, conseguia uma relação legal.

Os objetivos pretendidos com a ocupação de 2011 foram atingidos totalmente?

Acho que não totalmente, mas foram muitos, assim, muitos foram atendidos, assim. E os objetivos, de um lado, nacional, pra ter uma visibilidade nacional, de fortalecimento das pautas nacionais, ela cumpriu um papel, mesmo que, aqui, no fim das contas, a gente teve que focar bastante nas locais, né. Os objetivos locais avançou muita coisa, assim, avançou bastante. Algumas coisas houve uma certa dificuldade de ... que era muito difícil de resolver num prazo tão curto, né. Mas de forma geral.... não sei se totalmente, mas uma boa parte foi. E também, ao mesmo tempo, teve ocupação nas Casas do Estudante em Frederico, né, então ... Frederico Westphalen que também se ampliou Casa lá e tal, Casa do Estudante. Foram não totalmente, mas foi bem positivo o resultado. E outra coisa, com o objetivo indireto, como militante político, teve um sentido muito positivo que foi o sentido pedagógico daquele processo pros estudantes e daí uma geração de estudantes da universidade participou de um processo de luta grande, com uma ampla participação e isso gerou um reflexo bem positivo de experiência em processo de mobilização e de luta. Isso foi um negócio legal também.

Quais foram as conquistas? Tu lembra?

Isso é difícil de listar, porque tinham várias que eram ... que eram....né, pequenas. De mudança, por exemplo, de assistência estudantil, de estruturação do RU, de compromisso pra ampliação do RU, que tá até hoje com as obras problemáticas, mas foi um compromisso

importante, de melhorias de segurança na Casa de Estudante; de mais ampliação de verbas pra construção de blocos na Casa do Estudante; pavimentação das ruas; as três refeições no RU, que antes era só pra estudante com benefício, que ampliou, a liberação da Cada do Estudante de Frederico e Palmeira, que tavam em térmico e tal, ainda não tavam entregues pros estudantes; umas mudanças que teve pra contratação de professores em alguns casos de cursos novos, que não tavam conseguindo atender e daí se conseguiu resolver, porque, por exemplo, Terapia Ocupacional, o encaminhamento, mesmo que não seja ali, de questões locais mandadas pra outras instâncias da universidade, como Direção de Centro, Conselhos de Centro e tal, né, Direções de Centro pra resolver; foi criada uma reserva pra estudantes com benefícios socioeconômico nas bolsas da universidade de extensão e pesquisa, que antes não tinha, né, foi um pouco da verba que era usada pra bolsa trabalho, que a gente chama, foi transferida pra pesquisa e extensão, então teve bem longa assim.

Você acha que a ação foi válida, pensando nos resultados?

Foi válida, tanto no resultado imediato das pautas quanto no sentido pedagógico, assim, do processo como um todo.

Quando da sua participação na ocupação da reitoria em 2011 você estaria disposto a responder legalmente pelos atos ilícitos praticados durante a ocupação?

Creio que sim, porque eu acho que tanto ... até isso, até esse processo é, no sentido, também a própria criminalização, é claro que ele é um problemão, assim, né, que se usa do poder de estado pra reprimir qualquer coisa que..., e da justiça, né, pra reprimir qualquer tentativa de questionamento as vezes mais forte, mas ao mesmo tempo ele é válido como ... primeiro que seria coletivo, né, tipo, não seria uma coisa individual, se fosse ser responsabilizado seria provavelmente um grupo de pessoas, e também isso é num sentido pedagógico também pra mostrar a cara, né assim, do estado.

Você estaria disposto a aceitar a imposição das sanções legais cabíveis?

Eu ia me defender defendendo a legalidade e a legitimidade do movimento, né, mas e seria um processo conjunto, né, não seria só individual.

Você considera correto que os participantes desses atos respondam legalmente por eles?

Eu não acho correto, porque eu acho que tem legitimidade. Se todo mundo respondesse aos direitos descumpridos, né, mas como é só pra quem questiona, né. Mas a universidade e o estado brasileiro quando não garantem o direito à educação e não é responsabilizado que direito tem de cobrar dos outros, né?! Então, no mesmo caso, é com as ocupações que aconteceram nos últimos anos aqui, né, que direito que um governo nacional, que descumpra a Constituição, que descumpra tudo, tanto na sua legitimidade quanto na sua atuação de prioridades, né, de garantia de privilégios e não de expansão de direitos, ele não tem legitimidade pra cobrar, né. Então eu defendo a ... Só que eu sei que ele cumpre o papel do estado dele, o papel de classe que ele tem, né, então, eu acho, eu luto contra, mas eu entendo de onde vem, né, eu entendo de onde vem e é coerente com o papel de classe que ele cumpre e eu discordo desse papel né, mas não é incoerente com a função dele.

Vocês tiveram apoio jurídico?

Nós tivemos de forma ...tivemos sempre à disposição a assessoria dos sindicatos, que eles têm condições de pagar advogado e tal, tinha estudantes de Direito participando também bastante, né, e do NIJUC também, que é um núcleo de extensão, esses estudantes que têm conhecimento de direito tavam participando junto, eram militantes do movimento estudantil e do Direito. A gente não chegou a precisar de muitos procedimentos com advogados externos, mas tínhamos acesso se precisássemos.

Algum ato de violência você registrou, viu ou participou? Lembra da ocorrência de alguma durante a ocupação?

Não, a gente conseguiu os vigilantes pra dentro da universidade, saíram, né, e até inclusive tinha uns que a gente deixava permanecer lá dentro, né, a gente tapou as câmeras e tal, mas tinha pessoal que trabalhava terceirizado que a gente, em alguns momentos, eu não lembro se o tempo todo, mas em alguns momentos a gente deixava permanecer lá dentro. Teve uma relação assim de respeito assim né e tal. E até porque a gente garantir, pra que não criminalizassem nós, a gente tentou manter o máximo de cuidado com o prédio e com tudo, inclusive barrando o acesso a alguns andares, né. Tipo, a gente discutiu em conjunto quais espaços a gente ia ocupar e quais a gente não ia ocupar pra não dar margem pra perda de apoio popular e tal e de uso contra nós, dar margem pra algum ato isolado que desse margem pra criminalizar o movimento como um todo.

O apoio popular era importante?

Era importantíssimo.

E a publicidade era importante?

Era importante, a gente formou comissão de comunicação pra tentar controlar tudo que saía, que era veiculado, pra atender a mídia, pra não sair ... ir orientando os membros pra cuidar pra ninguém fazer uma colocação que desse margem pra ser criticado. Então a gente tinha membros só pra ter esse contato, a gente tinha construiu páginas, meios digitais, páginas da ocupações twitter e tal, bastante publicidade, panfletagem, passadas em salas de aulas, né, a gente tentou construir bastante isso. E a relação com a mídia, às vezes saíam coisas desencontradas, mas a gente tentava fazer o máximo, isso pra pautar ela de uma forma que saísse de uma forma não negativa pra nós, de ficar bem próximos, assim. E teve bastante alcance na mídia, né, deu bastante impacto.

ANEXO 7:

Entrevista 7: Estudante F (Estudante do Curso de Graduação em História na época da ocupação)

É membro de alguma organização (DA, DCE, UNE, ANEL, Partido Político...)?

Sim

Qual?

DCE-UFSM, Reconquistar a UNE (acho que quando ocorreu a ocupação eu tinha acabado de sair da Diretoria da UNE).....

De quais ocupações da Reitoria da UFSM você participou?

De 2007 e de 2011. A Ocupação da Reitoria de 2007 durou 3 dias no início de junho, onde cerca de 200 estudantes acamparam na reitoria. Já vínhamos construindo uma Campanha pela Assistência Estudantil, cujas principais pautas era a expansão horizontal do RU, a qual conquistamos (éramos contra a ampliação vertical do RU, que conseguimos evitar neste processo, pois perderíamos o espaço da União Universitária) e ampliação do horário de atendimento do RU até 13:30h (conquistada), barramos a venda do Prédio de Apoio da UFSM no centro da cidade (conseguindo que esta pauta fosse retirada do Conselho Universitário), a ampliação da Casa do Estudante com a construção de novos blocos, mais direitos aos bolsistas, dentre outras pautas.

Como se deu sua participação (qual foi a sua contribuição)?

Contribuí participando de comissões, discutindo as pautas da ocupação, pintando faixas e cartazes, mobilizando estudantes... Fiquei os 13 dias de ocupação sem botar os pés em casa.

Na ocasião, quem participou da ocupação da reitoria (professores, estudantes, servidores, partidos, DCE...)?

Em 2011 participaram entidades e grupos estudantis tais como o DCE-UFSM, Executivas de Curso (como ABEEF, FEAB, DENEM, EXNEEF, FENED, EXNEL), Diretoria da CEU II, DAs de diversos cursos, coletivos estudantis temáticos (como o Coletivo Voe, Coletivo Afronta, NARUA – Núcleo de Apoio à Reforma Agrária e Urbana, GAPIN – Grupo de Apoio aos Povos Indígenas, NIJUC – Núcleo de Interação Jurídico Comunitária, Práxis e Alternativa

– Cursinhos Pré-Vestibulares Populares), e coletivos partidários ligados a esquerda do PT, do PSOL, Consulta Popular e PCB.

Quem você identifica como liderança nas ocupações?

Não houve uma liderança bem definida, foi um processo bastante plural com as decisões sendo tomadas em Assembleias e reuniões do Conselho de DAs, sendo instituído inclusive a lista de inscrições alternada de gêneros durante as plenárias. Os estudantes ligados a partidos políticos não se colocavam enquanto partido no processo de ocupação, mas sim enquanto integrantes de entidades e/ou coletivos estudantis.

Era muita gente, de imediato não recorro o nome de todos e todas, vou cometer algumas injustiças aqui... mas pelo DCE, Reconquistar a UNE (Articulação de Esquerda) e CAs podemos identificar o Leonardo da Silva Soares (Enfermagem, DCE), José Luiz Zasso (Jornalismo, DCE), Adriele Manjabosco, Bruna Surdi, Cíntia Florence (as três do DCE e DA Serviço Social), Alex Monaiar e Gabriela Quartiero (DCE e DA Psicologia), Márcia Rambo (Pedagogia, Diretoria da CEU II), Guilherme Soares (Geografia), Thani Prunzel (ABEEF Engenharia Florestal), Caca (Química), Camila T. Schreiner e Marcelo Rauber (ABEEF e DAEF), Douglas R. Mai, Ntidandara (Ciência Computação), Carolina Fraga (Enfermagem), Pablo e Neverton (Eng. Acústica), Jonathan (Eng. Civil), Geisi (DA Arquivologia); de Frederico Westphalen o Mairo Piovesan, Marcos Lazzaretti, Mauren Buzatti, Mariele Fioreze; de Palmeira das Missões o Lairton, Andressa Magalhães Flores e vários outr@s...; do Barricadas Abrem Caminhos (PSOL na época) o Marcius Fuchs (EXNEEF, Educação Física), Matias e Diossana (jornalismo); pela DENEM (Medicina) e Outros Outubros Virão o Rafael; pelo Juntos (MÊS/PSOL) a Laila e Lotário; pelo Levante, o Gabriel, o David e o Rodrigo; pelo PCB o Evandro Both e a Adriana; Rodrigo de Freitas do Direito; Lidiane da Terapia Ocupacional;..... mas tem muita gente que não recorro o nome agora.

Quais eram os objetivos da ocupação da reitoria da UFSM em 2011?

Os objetivos eram conquistar melhorias para a Assistência Estudantil da UFSM, melhorias específicas nos cursos, HUSM 100% público e pautas nacionais, como os 10% do PIB para educação pública. A universidade havia passado por um processo de expansão nos últimos anos, o que ampliou a demanda sobre o programa de Assistência Estudantil e gerou problemas de qualidade (como estrutura física e pessoal) em cursos novos e antigos, estando as maiores dificuldades presentes nos novos campi da UFSM.

A ocupação da reitoria da UFSM estava ligada a atividades nacionais maiores?

A ocupação ocorreu em um momento em que também haviam algumas outras reitorias de universidades e institutos federais ocupadas pelo país. Não havia uma articulação organizada entre estas, mas não deixou de ser uma expressão local de lutas nacionais também, ainda que preponderassem mais as questões locais no processo de mobilização e discussão com a reitoria.

A ocupação da reitoria da UFSM de 2011 foi resultado de orientação de atividades recomendadas pela UNE (união nacional dos estudantes)?

Não, ainda que a maioria dos coletivos estudantis participantes reconhecessem a UNE enquanto entidade de representação nacional dos estudantes, a ocupação não se deu por orientação da UNE.

A ocupação da reitoria da UFSM de 2011 foi resultado de orientação recomendada pela ANEL (Assembleia Nacional dos Estudante- Livre)?

Não, não havia nenhum estudante vinculado a ANEL naquela época na UFSM.

Pra você, a ocupação da reitoria da UFSM de 2011 representava a única maneira de atingir os objetivos pretendidos?

Talvez não a única, mas foi uma forma efetiva de conquistar muitas coisas pelas quais lutávamos há vários anos, como o direito às três refeições no RU pra quem não tinha a carência (benefício sócio-econômico), a pavimentação das ruas da Casa, a reconquista da Sala térrea do Bloco 13 da CEU II, que havia sido tomada a força pela vigilância da universidade, dentre outras pautas. Já vínhamos lutando de diversas formas pela grande maioria das pautas defendidas na ocupação, elas não eram novidade pra instituição ou pro movimento estudantil, e o processo de ocupação acelerou a conquista delas.

Poderiam se pensar em outras maneiras possíveis de atingir os objetivos pretendidos?

Já vínhamos lutando por estas pautas e posteriormente a ocupação seguimos lutando por estas e outras questões, utilizando dos mais variados métodos para isto, como em diversas campanhas pela Assistência Estudantil, realizadas anualmente, através de panfletagens, passadas em sala de aula, abaixo-assinados, manifestações públicas, atos na reitoria, reuniões com a PRAE, nos Conselhos Superiores, articulações entre os estudantes dos diversos campi, Assembleias Estudantis, Conselhos de DAs...

Algumas destas foi posta em pratica antes da realização da ocupação que você participou?

Sim.

No seu entendimento, que elementos caracterizam a legitimidade da ocupação?

A ocupação é uma forma legítima de luta dos movimentos sociais, incluindo aí o movimento estudantil, tendo em vista demandas que vão se acumulando e não encontram solução sem a realização de mobilizações massivas. Então, como a universidade vinha passando por um processo de expansão em todos os seus campi, se acumularam problemas entorno da questão da Assistência Estudantil e da qualidade dos cursos, da estrutura física da instituição, e tudo isso desencadeou uma mobilização muito grande, tendo um forte impulso na mobilização de estudantes de Terapia Ocupacional que culminaram na Ocupação da Reitoria de 2011, que trouxe diversas conquistas na época.

A convicção dos elementos que legitimam a ocupação foi partilhada pelos demais participantes?

Sim, não tínhamos dúvida acerca da legitimidade da luta que estávamos protagonizando.

Em algum momento, a questão da legitimidade da ocupação foi discutida entre os participantes?

Não que eu recorde, todos tínhamos consciência da justeza e necessidade de nossas lutas.

Na sua percepção, o fato da ocupação não se caracterizar enquanto legal, gerou algum tipo de receio entre os manifestantes? E em você?

Em momento algum vimos a ocupação enquanto ilegal, pois ela é uma forma de luta legítima que já foi utilizada diversas vezes na UFSM e em outras universidades. Diversos blocos da moradia estudantil foram ocupados ao longo da história, a própria reitoria. Se alguém teve algum receio é bem provável que não tenha participado da ocupação. Como estávamos em um grupo bem grande de participantes, isto gerou um sentimento de força muito grande.

Alguns manifestantes/ ou grupos chegaram a desistir por receio de serem punidos?

Que eu saiba não. Individualmente alguns estudantes podem até ter desistido por algum tipo de receio, mas não posso afirmar isto. Houve o episódio em que alguns grupos estudantis que

faziam oposição ao DCE se retiraram da ocupação nos últimos dias da mesma, mas não deve ter sido por receio de punição, e sim por uma questão política, uma tentativa de esvaziar a ocupação para que a mesma não fosse vitoriosa e o DCE saísse queimado deste processo, em meu entendimento.

Em documento, os estudantes solicitam garantias para não serem punidos. Essa solicitação foi atendida?

Creio que sim, pois não houve punição aos estudantes que participaram da ocupação, inclusive por termos deixado o prédio da reitoria limpinho e organizado ao final do processo – se houvesse ocorrido algum tipo de depredação, talvez ocorresse alguma punição, mas não abrimos brecha para isto.

Os manifestantes receberam alguma punição?

Respondida na questão 17.

Houve alguma perseguição posteriormente?

Respondida na questão 17.

Existe um episódio que foi marcante pra você?

Sim, quando os estudantes do Cesnors (Frederico Wetphalen e Palmeira das Missões) chegaram em um ônibus nos últimos dias da ocupação trazendo pessoalmente suas reivindicações, o que nos deu um gás muito grande e a certeza da vitória. O grande abraço ao redor da reitoria também foi muito bacana. Uma outra coisa importante que instituímos na ocupação foi a regra de que durante as plenárias deveria haver uma lista de inscrição de falas alternada de gêneros, garantindo que homens e mulheres tivessem o mesmo número de falas, democratizando a palavra para além dos representantes masculinos das entidades e grupos estudantis.

Você identifica algum momento tenso na ocupação?

Foi tensa do início ao fim praticamente, tanto pelas negociações com a reitoria que avançaram lentamente, como pelas divergências entre os próprios grupos estudantis presentes na ocupação, os quais também realizavam plenárias próprias e levavam suas posições para as reuniões gerais, disputando internamente a condução da ocupação.

Como você analisa a negociação com a reitoria?

Foi muito difícil, pois estávamos sob uma gestão da reitoria que tinha uma postura bastante autoritária e pouco dialogava com as entidades estudantis. Como não participei da Comissão de Negociação (que era formada pela coordenação geral do DCE, das Diretorias de CEUs e dos DAs) não tenho muitos elementos pra avaliar como se davam as reuniões destas com a reitoria em detalhes, mas recordo que inicialmente foi designado o vice-reitor e outros pró-reitores para negociar com os estudantes, e devido a postura intransigente destes, passamos a exigir que o reitor participasse das reuniões com a comissão estudantil.

Os objetivos pretendidos com a ocupação de 2011 foram atingidos totalmente?

Totalmente não, pois apresentamos um grande conjunto de pautas, tanto locais como nacionais, e apenas uma parte das questões relativas à UFSM foi conquistada. Posteriormente foram formadas comissões entre os DAs e DCE para acompanhar a implementação das pautas conquistadas, tendo ocorrido audiência pública com a reitoria no início de novembro para averiguar o andamento das mesmas.

Quais foram as conquistas?

Dentre as várias conquistas que tivemos, quero destacar o direito aos estudantes sem benefício socioeconômico fazerem as três refeições no RU (algo que lutávamos pelo menos desde 2005), a ampliação do horário de atendimento noturno da Biblioteca Central, reajuste das bolsas em 12%, destinação de verbas para a moradia do Colégio Agrícola de FW (CAFW), melhorias nas CEU II, como a pavimentação de suas ruas, a reconquista da Sala do Bloco 13 aos estudantes e a colocação de grades nas portas dos apartamentos como medida para se evitar furtos, dentre várias outras questões que estão disponíveis ainda no blog da ocupação - <https://ocupacaoreitoriaufsm.wordpress.com/>

Pensando nos resultados, você acha que a ação foi válida?

Com certeza! A história do Movimento Estudantil da UFSM é uma história de lutas e construção coletiva em prol de uma Universidade Pública, Gratuita, Democrática, Popular e de Qualidade. A Ocupação da Reitoria da UFSM por 13 dias em 2011 é mais um capítulo desta trajetória de lutas, que contribuiu com a formação de diversas gerações de estudantes e com a construção de um programa de Assistência Estudantil para a universidade, em todos os seus *campi*.

Quando da sua participação na ocupação da reitoria em 2011, você estaria disposto a responder legalmente pelos atos ilícitos praticados durante a manifestação, ou seja, você estaria disposto a aceitar a imposição das sanções legais cabíveis?

Não entendi sua questão, pois não ocorreram atos ilícitos durante a ocupação e a mesma também não configura um ato ilícito, tanto que uma das Moções de Apoio que recebemos foi do João Marcos Adede y Castro, então Promotor de Justiça do Ministério Público Estadual, em Santa Maria.

Você considera correto que os praticantes destes atos respondam legalmente por estes atos, ou seja, que lhes sejam impostas as sanções legais previstas para a pratica desses atos? Por que?

Reafirmo o que acabei de dizer, a ocupação não configura um ato ilícito e durante a mesma não foram cometidos atos ilícitos. Se houvesse sido tomada alguma forma de punição ou repressão por parte da instituição, coletivamente iríamos acionar assistência jurídica e resistir conjuntamente mobilizando a categoria estudantil, porém, como não abrimos brecha neste sentido (não depredamos o prédio) nada ocorreu.

ANEXO 8:

Entrevista 8: Estudante G

Estudante do curso de Graduação em Ciências Sociais na época da ocupação

Eu gostaria, num primeiro momento, de saber de quais ocupações da Reitoria da UFSM tu participou e de que maneira se deu a tua participação em cada uma delas.

Eu estou na UFSM desde 2013. Eu devo ter participado de umas quatro ou cinco ocupações na Reitoria.... sim. A primeira delas eu acho que lá por 2007, se não me engano, e a última delas no ano de 2016. Mas, na maior parte delas, eu não participei ativamente. A única que eu participei realmente de forma mais ativa foi a ocupação de 2011, quando o pessoal ficou durante 12 dias lá na Reitoria da UFSM. Naquela época, eu estava bastante envolvido com o movimento estudantil. Eu participava de um dos grupos do movimento estudantil, que é o Levante Popular da Juventude e eu também naquela época já trabalhava como funcionário da universidade. Mas eu estava lá mais como militante do movimento Estudantil do que como trabalhador da universidade. Eu lembro que nessa ocupação de 2011 a gente estava em Porto Alegre participando do Seminário da Universidade Popular e, quando a gente voltou, o dia em que a gente voltou Eu não sei exatamente como é que se deu o processo de ocupação. Eu lembro que iria ter um protesto que sairia da frente do RU que iria até a Reitoria e, de lá, o pessoal acabou decidindo que iria ocupar a Reitoria. Eu não sei exatamente como é que se deu esse processo de decisão de como iria ser a ocupação porque eu não estava presente, eu estava em Porto Alegre. Mas eu sei que o pessoal chegou nesse acordo de ocupar a reitoria. E, quando a gente voltou, no primeiro final do primeiro dia da ocupação, e a reitoria já estava ocupada. Eu lembro que a gente chegou em Santa Maria e o ônibus que nos trouxe de Porto Alegre desse seminário da Educação Popular parou direto lá na Reitoria e como a gente tinha ido para acampar em Porto Alegre, com barraca, com colchonete, a gente acabou ficando diretamente na ocupação. Então eu participei desse final do primeiro dia de ocupação e o de todos os outros 11 dias eu participei também bastante. Durante o dia, eu acabava saindo da ocupação pra trabalhar, pra cumprir as minhas oito horas diárias na universidade, mas, durante todo o resto do período, inclusive período de almoço e período do final da tarde, a noite e até a manhã do dia seguinte, eu sempre participava das atividades. Então eu tive oportunidade de acompanhar bastante como se deu esse processo da ocupação da Reitoria e foi um processo bastante interessante e bastante enriquecedor pro movimento estudantil e também, e principalmente, para a questão das conquistas que aconteceram a partir dessa

ocupação. Esse processo de ocupação eu lembro que vinha acontecendo em todo o Brasil uma série de ocupações em universidades como protestos principalmente por causa de algumas situações um tanto precárias das Universidades depois da implementação do REUNI, que aumentou em quase 100% as vagas no ensino superior, mas que não teve, ou demorou pelo menos, a questão da implementação de condições de funcionamento desses novos cursos, né, como, por exemplo, a questão de que se criou uma série de novas dificuldades, como a questão da assistência estudantil, vagas na Casa do Estudante, prédios onde houvesse as aulas, professores. E, naquele período antes de 2011, a gente fez bastante presente na universidade, esse processo foi melhorando. Hoje, a gente tem a situação bem melhor, embora não seja a situação ideal, a gente tem a situação bem melhor dentro da nossa universidade, mas, naquele período, a gente tinha muitos problemas, muitos problemas mesmo. Inclusive, naquela época, eu fazia Ciências Sociais e foi um período próximo de quando a gente acabou boicotando o Enade lá nas Ciências Sociais, exatamente por causa da deficiência do quadro professores, principalmente, que a gente tinha a maior parte dos professores que davam aula pra gente eram professores substitutos e a questão da estrutura, em si, a estrutura era bastante precária. Se não me engano, naquele ano também foi quando a gente começou a ter as turmas dos 100 lá na Ciência Sociais, onde a gente tinha até 100 pessoas dentro de algumas turmas, como, por exemplo, em Introdução às Ciências Sociais. Então, nesse momento, eu fazia parte do diretório acadêmico de Ciências Sociais e do Levante Popular da Juventude. E o Diretório Acadêmico das Ciências Sociais, os integrantes do diretório, participaram ativamente desse processo, até porque a gente já vinha construindo um processo anterior de mobilização e de luta para tentar melhorar a situação, então, do nosso curso e da Universidade como um todo, né. Eu lembro também que essa ocupação teve um diferencial bem grande que foi a participação bastante grande das pessoas lá do Centro de Ciências da Saúde, que, normalmente, não costumam participar de ocupações, participar de movimentos mais politizados dentro da universidade. Essas pessoas, normalmente, poucos deles participam. Mas, nesse período, por causa da questão da especificidade histórica da conjuntura, eles também tinham muitas dificuldades lá e acabaram por também se integrarem, principalmente o pessoal da Medicina, que, naquela época, tinha à frente do Diretório o Coletivo Outros Outubros Virão, um coletivo bem à esquerda, um tanto pequeno, um coletivo que nasceu também das ocupações de Reitoria, nasceu lá no semana Paraná, na Universidade Federal do Paraná, e que acabou de chegando até a nossa universidade e que acabou trazendo muita gente do Centro de Ciências da Saúde, não só da Medicina, mas também mais gente. Também o pessoal da Terapia Ocupacional, naquele momento, participou bastante das

atividades. O pessoal da T. O. não tinha nem prédio onde ter aulas naquele momento, tinha poucos professores, e o pessoal participou ativamente desse movimento das ocupações de 2011. Então, talvez, o grande diferencial em relação às outras ocupações eu que participei, nesse momento, foi a adesão de um setor dos estudantes, um setor que, normalmente, não costumava participar das ocupações, que é esse setor principalmente das ciências da saúde, lá do CCS, mas também de outros centros. Foi uma ocupação que teve bastante gente participando para além dos coletivos organizados da universidade. Naquele momento, a gente tinha como coletivos organizados participando da ocupação o coletivo Outros Outubros Virão, que é esse coletivo ligado ao pessoal da Medicina, também a gente tinha um coletivo ligado ao PSOL, eu não lembro exatamente se era o coletivo Rompendo Amarras, eu acho que era Rompendo Amarras naquela época, o coletivo ligado ao PSOL, que atualmente é o ligado ao grupo lá da Educação Física, o eu não vou lembrar o nome do coletivo agora, mas o pessoal que está ativo já desde aquele período. Também teve a participação bastante ativa do Levante Popular da Juventude, também do pessoal da articulação de esquerda que compunha o DCE naquele momento, o DCE teve um papel bem ativo com seus militantes, mas principalmente os militantes da articulação de esquerda. E, eu acho que, em termos de coletivos organizados, neste momento, que eu lembre, eram esses coletivos de movimento estudantil, além de outros coletivos, como coletivos LGBT, coletivo de movimento negro também estavam presentes naquele momento. Para além dos coletivos, a gente tinha a participação dos Diretórios Acadêmicos também, os Diretórios Acadêmicos colocando bastante gente nas ocupações, Diretórios Acadêmicos que são históricos dentro do movimento estudantil, como o DAGEO, por exemplo, a gente, o DACS (o Diretório Acadêmico das Ciências Sociais), o Diretório do Serviço Social, bastante ativo. Então muitos o DAQUIPALM, diretório acadêmico da História, também participando bastante desse momento de ocupação. Então, muita gente participando e, para além desses coletivos e diretórios organizados, também muita gente sem vínculo no movimento estudantil, que normalmente não costuma também participar do movimento estudantil organizado, estavam presentes naquela ocupação, o que deu um caldo muito grande, principalmente nos primeiros dias de ocupação, onde a gente tinha aquele Hall da Reitoria completamente lotado. A gente fazia assembleias com 200 pessoas durante a tarde, a gente tinha mais de quase 100 pessoas passando a noite na Reitoria. E foi um movimento bastante interessante nesse sentido por essa pluralidade e, talvez, por isso que a gente tenha conseguido, com o movimento organizado, tantas vitórias nesse primeiro período aí desse período de ocupação de 12 dias no ano de 2011.

Pergunta 2:

Quanto à questão dos partidos políticos, sim havia, como eu já fiz referência, alguns estudantes ligados a partidos políticos, ligados, principalmente, ao PT e ao PSOL, acredito que talvez também alguns militantes PSTU, não tenho certeza, mas o PT e PSOL com certeza tinham militantes. Mas eu acredito que o movimento partidário tenha influência pequena nesse processo de ocupação que o movimento estudantil, ou pelo menos as organizações estudantis dos partidos políticos, né, os movimentos de juventude, tenham tido um papel a força muito mais ativa e que os partidos políticos tenham, embora houvesse estudantes vinculados a partidos políticos, os partidos políticos não tiveram uma grande participação enquanto partido dentro das ocupações. A gente teve também apoio dos professores, dos técnico-administrativos, que, às vezes, passavam por lá para demonstrar solidariedade, contribuindo com a questão, por exemplo, de alimentação, doação de dinheiro pra alimentação. Mas esse movimento foi majoritariamente um movimento encabeçado e conduzido por estudantes e pelo movimento estudantil que estava bastante ativo naquele momento, com grupos muito bem organizados e politicamente ativos.

Pergunta 3:

Quanto aos objetivos dessa ocupação, como eu já falei, eram principalmente pautas concretas, diretas, que diziam respeito ao dia a dia dos estudantes, como questões envolvendo, principalmente, assistência estudantil, como falta de vagas na Casa do Estudante, as grandes filas no Restaurante Universitário, a questão também de autonomia do movimento estudantil. Naquele momento, a gente tinha a Reitoria definido tudo quanto à questão da Casa do Estudante. A diretoria da Casa tinha uma força política muito pequena, não tinha grande poder de decisão. A Reitoria decidia, desde onde alojar cada estudante até questões quanto à infraestrutura. Tudo era conduzido pela Reitoria e não conduzido pela diretoria da Casa, como historicamente costuma ser. E a gente tinha bastante estudantes, então, do setor ali da Casa Estudante, mobilizados por buscar melhorias, como, por exemplo, a questão da autonomia da Casa do Estudante, da devolução de salas da diretoria da Casa do Estudante para os estudantes. Havia algumas salas ali na frente, no bloco 13, que eram historicamente do DCE e da Casa Estudante, que estavam ocupadas pelos trabalhadores terceirizados da segurança. Inclusive, a gente tinha uma segurança muito repressora naquele período, naquela gestão da Reitoria, uma segurança que costumava atuar quase como polícia quanto

aos estudantes, como, por exemplo, proibindo completamente o uso de bebida alcoólica dentro do *campus*, chegando ao ponto de, por exemplo, ver os estudantes bebendo alguma coisa numa caneca e tomar caneca da mão dos estudantes para verificar se era bebida alcoólica. Ou, então, houve casos de ameaça de estudantes por parte de trabalhadores da segurança terceirizada que estavam armados ou com faca, ou, então, ameaças com relho de estudantes, coisas absurdamente impensáveis dentro da universidade, uma vez que eles são apenas guardas de segurança. A gente também passava por grandes dificuldades em termos de internet dentro da Casa Estudante. A Casa do Estudante tinha muito poucos pontos de acesso à internet e a internet funcionava muito ruim. Era comum a gente passar na frente e ver muita gente com os notebooks na janela, porque era onde era possível captar algum sinal de internet. E esse quadro então era algumas das dificuldades. Havia também alguns roubos na Casa do Estudante, não era muito seguro. Os estudantes se sentiam ameaçados com isso, não havia grade ou algum tipo de segurança nas portas, embora a atuação ostensiva e truculenta por parte dos seguranças ali do patrimônio *campus*. Havia uma espécie de toque recolher por parte dos seguranças, no sentido de que a gente só poderia andar em determinados espaços da universidade e em outros não naquele período.

Fora de Santa Maria, a gente tinha também os *campi* de Frederico Westphalen e de Palmeira das Missões inaugurados há pouco tempo, eu acredito que foi em 2007 a inauguração dos *campi*. Então tinha muitas dificuldades, como, por exemplo, não havia moradia estudantil, nenhuma garantia, nenhum incentivo, nenhum subsídio por parte da Reitoria para garantir a permanência desses estudantes lá de Frederico e de Palmeira dentro dos seus cursos. O *campus* de Frederico Westphalen não tinha sequer iluminação pública à noite lá, era um *campus* às escuras, extremamente perigoso para os estudantes. Não havia uma rótula de acesso ao *campus* de Frederico Westphalen, era um barral na entrada da universidade. Questões estruturais realmente bastante importantes, como as que eu já falei também, como falta de professores, muitos professores substitutos, falta de salas de aula, o pessoal tendo aula em espaços extremamente organizados, turmas muito grandes. Então muitas dificuldades enfrentadas principalmente pelos estudantes dos cursos mais novos dentro da universidade. Então, as principais pautas que a gente tinha naquele momento na ocupação de 2011 eram pautas diretas e objetivas, como falei, que diziam respeito diretamente ao cotidiano dos estudantes da UFSM.

Pergunta 4:

Quanto a quem os grupos de estudantes representam dentro da Universidade, eu acredito que, embora houvesse algumas divisões e alguns interesses ideológicos fortes, eu acho que eles representavam realmente o interesse dos estudantes naquele momento pela dificuldade que a gente tinha na organização e no acesso à universidade. Claro que, cada grupo desses, tinha o seu modo diferente de ver a realidade da universidade, de ver como atuar nessa realidade, né, quais os caminhos para resolver os problemas que a gente tinha na universidade. Alguns eram um pouco mais críticos ao período, por exemplo, os estudantes ligados aos Outros Outubros, ligados ao PSOL, durante a implementação do REUNI na universidade, já tinham feito muitos protestos contra o REUNI e, ainda naquele período, culpavam muito o governo do PT, se colocavam como oposição ao governo petista, do presidente Lula e da presidente Dilma. Naquele período, havia muitas acusações de que o governo federal ... , de que a culpa de tudo que estava acontecendo era do governo federal, das condições que a gente tinha. Então, havia essa divisão bem clara dentro do movimento estudantil entre o setor mais à esquerda ligado ao PSOL e aos Outros Outubros, que fazia essa crítica mais pesada ao governo do PT e colocava todos os problemas existentes no colo do PT; do outro lado, a gente tinha o pessoal da gestão do DCE e da articulação de esquerda, que fazia sim críticas ao PT e à implementação do REUNI, mas eram críticas mais brandas e colocavam de uma forma, na minha opinião, muito acertada de que realmente existiam problemas, mas que, se não fosse o REUNI, milhares e milhares de estudantes, não só da UFSM, mas do Brasil todo não teriam ingressado no ensino superior e que, então, a gente teria sim que fazer esse contraponto, né, de perceber que havia problemas sim e que a gente deveria se mobilizar para lutar para resolver esses problemas, mas que, na verdade, esse problema não haveria se não houvesse o REUNI, mas também não haveria esse monte de vagas novas, esse monte de cursos novos, que permitiram que muitos filhos de trabalhadores passassem a ingressar na universidade, uma coisa que não acontecia até aquele momento. Até aquele momento, a gente não tinha praticamente política nenhuma de incentivo antes do REUNI, não tinha cotas, tinha poucas vagas. A gente vinha de um processo de dois governos de sucateamento, desde o começo dos anos 90 até o governo do Lula, temos um sucateamento da universidade pública com falta de contratação de professores e técnicos, de falta de investimento durante todo o governo Fernando Henrique, que precarizaram muito a situação da universidade pública e que a gente acabava tendo o reflexo disso também. As dificuldades que a gente tinha não eram consequências única e exclusivamente das decisões tomadas pelo PT, pelo contrário, o PT tinha aumentado o número de vagas, mas boa parte dessas dificuldades eram um resultado do processo histórico de evolução da universidade no Brasil e da nossa UFSM. Então a gente tinha que considerar

também esse elemento e o Levante Popular da Juventude, naquele momento, teve um papel bastante importante, que atuava, de certa forma, pra atenuar, durante todo o processo de ocupação, esses conflitos entre os grupos mais à esquerda, os grupos ligados ao PSOL e ao Outros Outubros, e os grupos ligados ao DCE e à articulação de esquerda. Então o Levante fez um papel bastante interessante de diplomacia, de relações públicas, tentando, principalmente, nos momentos em que os ânimos ficavam mais exaltados, e isso acontece com frequência, qualquer um que conheça o movimento estudantil sabe que isso acontece, principalmente num processo como esse, em que estão se disputando os rumos do movimento estudantil e como vai se conduzir o processo de ocupação. Então, é bastante comum que haja divergências e que essas divergências acabem, muitas vezes, levando ao acirramento dos ânimos, mas o pessoal do Levante Popular da Juventude conseguiu fazer de uma forma bastante eficiente essa intermediação entre esses conflitos existentes entre os grupos mais à esquerda e os grupos mais próximos ao partido trabalhadores. Então foi um processo bastante interessante esse de mediação e, talvez, só por causa desse processo que tenha se conseguido manter ocupação durante o período de 12 dias com todas as dificuldades que foram encontradas naquele processo, tanto por parte da Reitoria, dos entraves colocados pela Reitoria, como por parte, inclusive, de questões legal, como o fato de ter havido uma denúncia junto ao Ministério Público e decisão da justiça de reabertura da Reitoria, caso contrário haveria uma reintegração de posse, né, por parte da polícia. Então o Levante teve esse papel importante de mediação desses ânimos mais acirrados durante todo o processo, principalmente através do Gabriel Vaccari, que era um dos principais intermediadores desses conflitos, né, conseguia fazer essa intermediação de uma forma bastante eficiente durante esse processo de ocupação.

Pergunta 5:

Quanto à ligação com as entidades nacionais de representação, no caso, a União Nacional dos Estudantes e a ANEL, a Assembleia Nacional dos Estudantes Livres, na verdade a ANEL nunca esteve muito presente na universidade. A ANEL é uma entidade estudantil ligada ao PSTU, que foi criada exatamente porque esse coletivo não se sentia mais representado pela União Nacional dos Estudantes e, então, esse pessoal criou a ANEL. Como o DCE da UFSM é vinculado diretamente à União Nacional dos Estudantes, reconhecem a União Nacional dos Estudantes como sua entidade representativa, então o que a gente tem é ausência da ANEL dentro do movimento estudantil da UFSM. Já a União Nacional dos Estudantes, embora o DCE fosse vinculado a UNE, a gente não costuma ver a presença da UNE dentro da

universidade, a UNE ela é quase ausente historicamente dentro da universidade pública. Então é mais difícil da gente verificar uma relação direta, pelo menos, entre a UNE e as ocupações. A gente sabe que o DCE, de certa forma, conduz as políticas da UNE, que a UNE, de forma geral, apoiava esse processo nacional de cobrança por melhorias nas condições dos estudantes, mas a gente sabe também que a UNE era muito próxima ao governo do PT e que essa crítica, então, por parte da UNE, ela era uma crítica mais velada, uma crítica mais reservada e não mais ativa, mais direta, mais agressiva, no sentido de promover atividades, ações realmente que levassem a cobranças mais radicalizadas. O que a gente via na UFSM é que esse tipo de ocupação, radicalização, ele não é exatamente o tipo de movimento que a UNE costuma promover, não é o tipo de movimento que a UNE incentivava naquele momento. Mas aconteceu a ocupação de 2011 por causa, principalmente, das dificuldades que a gente tinha locais e dá para se manter, né, a unidade estudantil, manter a disputa entre ... parece contraditório, mas há necessidade de manter a unidade, de manter o movimento estudantil unificado e manter também disputar os rumos para onde vai o movimento estudantil. Então, as entidades, como, por exemplo, o DCE e a articulação de esquerda, inclusive o próprio Levante, não poderiam deixar de participar desse processo nacional de ocupação, sob o risco de ficarem para trás, né, no processo histórico, de não conseguirem suprir as necessidades do movimento estudantil. Então, o DCE apoiou esse movimento de forma mais intensa, mais ativa do que aconteceria se fosse a UNE só propriamente dita, se não houvesse essa pressão por parte da esquerda, do pessoal mais de esquerda, do PSTU, PSOL, pra levar o movimento estudantil nesse sentido das ocupações.

Pergunta 6:

Quanto às ocupações serem a única maneira de atingir os objetivos pretendidos, eu acho que não é a única maneira, pelo contrário. Assim como é o movimento grevista para os trabalhadores, as ocupações do movimento estudantil são o último recurso, quando não tem mais condições de seguir adiante, né, não se tem condições de ampliar o diálogo, quando não há abertura pro diálogo, quando não há outro caminho a ser seguido, a gente acaba apelando para as ações mais radicalizadas, que são, para os trabalhadores, a greve e, para os estudantes, ocupações ou então a greve estudantil, mas, neste caso, as ocupações. A gente sabe que tem, por exemplo, dentro da Universidade, há espaços onde os estudantes podem exercer sua influência, sua pressão, como, dentro de cada curso, nos colegiados de departamento, colegiados de curso, conselhos de centro, todos eles tem representação no movimento estudantil, então são caminhos sim que a gente pode pressionar, inclusive, ter algumas

conquistas. O DCE sempre foi bastante ativo dentro da universidade, DCE que há anos é controlado pela ... dirigido pelos grupos próximos ao PT e ele sempre foi bastante ativo e combativo, atuando muito fortemente, por exemplo, dentro dos conselhos universitários, como o Conselho de Ensino Pesquisa Extensão, onde há representação dos Estudantes e onde os estudantes conseguiram sim muitas vitórias, seja através da organização interna no conselho, levando as pautas estudantis pro conselho, ou seja juntamente com o apoio dos demais estudantes dos diretórios acadêmicos, do DCE, dos Estudantes organizados, pressionando os demais conselheiros que não são estudantes, os técnicos e, principalmente, os professores, para que houvesse avanços e conquistas. E isso sim acontece, é possível, principalmente se houver uma gestão por parte da Reitoria que seja mais aberta ao diálogo, que seja mais democrática, esses espaços são bastante interessantes, assim como o espaço de reuniões por parte do DCE com pró-reitores, espaço de reuniões com a própria Reitoria. E são espaços onde se conseguiu sim algumas conquistas, principalmente depois dessas ocupações, com a nova gestão da Reitoria, com o professor Paulo Burmann, se abriu um espaço de diálogo muito maior que não se tinha até então. Então, né, muitas conquistas são possíveis a partir desse processo de mobilização dos protestos também pontuais, seja abaixo-assinados, uma série de recursos que podem ser empregados e podem trazer algumas conquistas. Mas, nesse período específico, haviam se esgotado todos os espaços de diálogo, não havia realmente condições de se levar adiante qualquer tipo de diálogo com aquela atual gestão da UFSM e os estudantes acharam por bem, então, fazer essa ocupação. E, realmente, a ocupação cumpriu seu papel e trouxe muitos resultados que não se conseguiria por outro método que não fosse o método das ocupações.

Pergunta 7:

Quanto à legitimidade das ocupações, eu não tenho dúvida nenhuma, tenho certeza plena de que todas as ocupações foram legítimas. Esse tipo de ocupação é sempre um espaço legítimo, a greve é sempre um espaço legítimo, porque fazem parte do jogo democrático. A gente sabe que acabam, muitas vezes, trazendo alguns transtornos para as pessoas envolvidas, tanto em caso de greve como em caso de ocupações, como, por exemplo, quando a gente tranca completamente a reitoria e impede a reitoria de funcionar por dias e dias a fio, mas é um preço que tem que se pagar, é um preço muito baixo se a gente considerar as questões da justiça das pautas e também as questões de não haver outra possibilidade O movimento de ocupação, o movimento grevista, ele é sempre legítimo, até porque, se não fosse, a gente seria colocado pra fora já no primeiro dia de ocupação. Então, a gente que há os limites legais do que não

pode ser feito e, dentro dessas ocupações, o que a gente vê é uma preocupação muito grande dos estudantes em, por exemplo, manter o espaço organizado, impedir depredações, impedir, por exemplo, o ingresso de bebida alcoólica, impedir bagunça. É um movimento organizado, é um movimento político, e que busca, através da seriedade com que se coloca, a sua legitimidade. Então, essa legitimidade ela pode ser acompanhada, pode ser por qualquer um que tenha acesso ao que está acontecendo e, então, é um movimento legítimo por não haver nenhum dispositivo legal que impeça o tipo de movimentação, o tipo de ocupação de espaço público, uma vez que, diferente do que muitos colocam, muitos colocam que é uma invasão, não é uma invasão, é uma ocupação, porque as pessoas estão dentro de um espaço público e reivindicando esse espaço público e reivindicando melhorias nesse espaço público, inclusive cuidando, conservando esse espaço no momento em que está realizando a ação. Então, não há, entre aspas, nenhuma ilegalidade desse processo, tanto que, no momento em que houve uma determinação na justiça pra que houvesse a desocupação depois de 11 dias, possivelmente, acredito que 10 ou 11 dias de ocupação, houve a determinação pra que houvesse a desocupação, caso contrário, haveria uma reintegração de posse com o emprego de força policial e os estudantes, depois de algum conflito entre os coletivos organizados, considerando que os integrantes do coletivo ligado ao PSOL e aos Outros Outubros não queriam liberar as portas, queriam que houvesse a intervenção policial pra retirar a gente lá de dentro. E, depois de muito debate, de uma grande assembleia, que durou por muito tempo e com muitas colocações de ambos os lados, a maioria dos estudantes acabou decidindo, então, por seguir a determinação legal e desocupar a Reitoria, embora eu, pessoalmente, ache que, em alguns casos, é a resistência quanto à reintegração é legítima, como, por exemplo, em desocupações em espaços urbanos, o pessoal da luta pela moradia eu vejo como legítima a resistência, MST, acho legítima a resistência contra desocupações. Mas, naquele momento, a gente optou por seguir o processo legal e desocupar a Reitoria, porque a gente acreditava que a gente tinha condições no nosso movimento, pela força do movimento em si, tinha condições com que as pautas que a gente estava reivindicando naquele processo avançassem. Durante todo esse processo de ocupação, há sempre uma série de desafios, como, por exemplo, as questões organizativas. A gente sabe que é difícil de organizar uma centena de estudantes ou duas centenas estudantes, jovens, cheios de hormônios, com pensamentos diferentes, composições políticas diferentes, com ideologias diferentes e fazer com que essas pessoas convivam num espaço fechado, um espaço pequeno e confinados, sem uma grande gama de atividades para ser desenvolvida ali pra passar o tempo. O movimento estudantil, naquele momento, realizava assembleias de áreas e uma série de outras atividades, como

apresentação de filmes, como debates, como apresentações musicais, como escolher pautas importantes pra universidade pra serem discutidas pelos estudantes que estavam ali. E todos os processos em torno de construção de como acontece a organização interna também é um processo bastante delicado, mas um processo bastante enriquecedor para os estudantes que participam mas vocês vão participar do processo. Inclusive, com a divisão em brigadas para realização de limpeza, brigadas para produção da alimentação, brigadas pra lavar a louça, brigadas pra acordar o pessoal, brigadas pra produzir materiais de comunicação, também determinação em assembleia dos representantes que queriam dialogar com a Reitoria. A gente teve um diálogo bastante tenso com os setores da Reitoria, principalmente, enquanto o professor João Rodolfo foi o negociador. O professor João Rodolfo, como professor, uma pessoa bastante séria, um bom professor, mas do ponto de vista político, ele atuou de uma forma bastante truculenta no processo, não estava disposto ao diálogo com os estudantes, atuava dentro das reuniões com sarcasmo quanto aos estudantes, desprezo em relação aos estudantes, piadinhas machistas, esse tipo de atitude que a gente sabe que tem um objetivo muito claro que é de deslegitimar o movimento e desmobilizar desmobilizar os estudantes, gerar conflito entre os estudantes. O professor João Rodolfo, acredito que por orientação da reitoria, tentava fazer esse processo de desestabilização do movimento que estava ali organizado. E tanto que chegou um período em que a gente não conseguiu mais dialogar com professor João Rodolfo e optou por colocar pra reitoria que ou se retirava o João Rodolfo das negociações ou então não haveria mais nenhum tipo de negociação com a Reitoria. Então, a Reitoria acabou cedendo e substituindo o João Rodolfo nesse processo de negociação e, a partir desse momento, fluiu muito melhor o processo de diálogo, o processo se ampliou muito mais e foi isso que permitiu com que o processo fosse encerrado depois de 12 dias de ocupação. Caso contrário, não sabe por quanto tempo a esse movimento iria permanecer. A Reitoria acabou tendo que, mais “na marra” do que por qualquer outro motivo, reconhecer a legitimidade daquele movimento. Inclusive, a Reitoria reconhecendo como legítimo e se colocando disposta a ceder em uma série pontos que a gente colocava como reivindicações e trazendo tão grandes vitórias pro movimento estudantil organizado.

Pergunta 8:

Entre os objetivos que estavam, então, colocados nas ocupações e que tenham sido atingidos, boa parte das pautas foram atendidas por parte da Reitoria a partir daquele momento. Algumas foram prometidas e nunca cumpridas. Mas, naquele momento, a gente conseguiu bons avanços, como, por exemplo, as questões envolvendo o restaurante universitário, que, a

partir daquele momento, passou a servir também, em caráter experimental, 100 refeições, 100 cafés da manhã e 150 jantãs para estudantes sem benefício socioeconômico mediante agendamento. Até aquele momento, os estudantes sem benefício não tinham acesso ao café da manhã e ao jantar e essa foi a semente para o que a gente tem hoje, que é o modelo em que qualquer estudante da universidade pode tomar café, almoçar e jantar na universidade, desde que faça o agendamento prévio que não está previsto no seu horário, né, no seu turno de estudo. Então essa foi uma das vitórias. Também se conseguiu, em 10 dias após a ocupação, a criação de mais uma fila para entrega de materiais após o almoço, dos pratos, dos talheres, que geravam a grande fila na saída, porquê era uma fila única. Então se criou um quiosque, uma espécie de quiosque dentro do RU, com uma fila extra para devolução dos materiais após as refeições. Conseguiu-se um estudo, uma readequação da questão das redes de internet dentro da casa estudante, que havia muito poucos pontos, como eu referi no início. Houve o início das colocações das grades nas portas da Casa do Estudante. Houve uma intervenção junto às prefeituras de Frederico Westphalen e Palmeira das Missões, para a melhoria das questões estruturais, como iluminação pública, como estradas para esses pontos. Houve um pagamento de R\$ 300 de uma bolsa de apoio para os estudantes de Frederico Westphalen poderem continuar participando das aulas. Os estudantes de Frederico Westphalen não tinham acesso à Casa do Estudante e, então, começaram a ter esse apoio por parte da Reitoria para conseguirem permanecer na universidade. Então houve uma série de avanços pro processo que a gente tinha. Também começou a se resolver a questão do excesso de professores substitutos com a contratação de novos professores, contratação de técnicos administrativos. Então foi, possivelmente, ou, pelo menos o período em que eu estive na universidade, a atividade estudantil que mais trouxe realizações concretas pro movimento estudantil. Foi, por exemplo, também a raiz do processo de cotas que você foi se implementado a partir daí, que chegou, em 2014, a 50% das cotas para estudantes escolas públicas, negros, indígenas e deficientes. Então esse processo foi um divisor de águas dentro do movimento estudantil no sentido de assistência para os estudantes, de melhoria das condições da nossa universidade. Mas eu acredito que o principal avanço que se teve nesse período de ocupações foi, realmente, a questão da ampliação da capacidade de mobilização do movimento estudantil e do movimento estudantil perceber a força que tinha naquele momento pra conseguir melhorias dentro da universidade, né, o movimento estudantil, que vinha há muito tempo desmobilizado, conseguiu, a partir daquela mobilização, compreender que era um movimento válido. Muitos estudantes que nunca tinha participado desse movimento começaram a participar dessas atividades, a compreender que eram sim possíveis vitórias a partir dessa

mobilização dos estudantes. E esse movimento se refletiu, inclusive, na sequência, em uma série de outras mobilizações, inclusive dentro dos cursos, e trouxe essa possibilidade, então, de vitória e de perceber, então, por um lado, a capacidade de mobilização dos estudantes e, por outro, a capacidade de convívio e de diálogo, mesmo com todas as dificuldades pra conviver e dialogar, uns junto com os outros, um negócio que, muitas vezes, parece quase impossível dentro do movimento estudantil.